

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE**

**RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-  
REMUNERADO: A PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO  
TRABALHO REPRODUTIVO – EVIDÊNCIAS GAÚCHAS**

**TESE**

**PORTO ALEGRE**

**2024**

**MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE**

**RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-  
REMUNERADO: A PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO TRABALHO  
REPRODUTIVO – EVIDÊNCIAS GAÚCHAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Administração como requisito para obtenção do título  
de Doutor em Administração pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Beatriz Rodrigues

**PORTO ALEGRE  
2024**

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo autor.

Bidarte, Marcos Vinicius Dalagostini

Relações de Gênero e Trabalho Doméstico Não-Remunerado: A Participação Masculina no Trabalho Reprodutivo – Evidências Gaúchas / Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte. -- 2024.

225 f.

Orientadora: Maria Beatriz Rodrigues

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, RS-BR, 2024.

1. Gênero. 2. Trabalho Doméstico Não-Remunerado. 3. Afazeres Domésticos & Cuidado. 4. Trabalho Reprodutivo. 5. Interseccionalidade.

**MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE**

**RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-  
REMUNERADO: A PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO TRABALHO  
REPRODUTIVO – EVIDÊNCIAS GAÚCHAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Administração como requisito para obtenção do título  
de Doutor em Administração pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Área de Concentração: Administração  
Linha de Pesquisa: Gestão de Pessoas & Relações de  
Trabalho

Tese defendida e aprovada em: 12/12/2024

Banca examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Beatriz Rodrigues (orientadora)  
Administração – UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo  
Economia – UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Freddo Fleck  
Administração – UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Fernando Seffner  
Educação – UFRGS

Dedico esta tese a **Ademir Pereira Bidarte**, meu querido e amado pai.

## AGRADECIMENTOS

---

Gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta tese, em especial:

- A Deus e a Iemanjá, pelas bênçãos que iluminaram meu caminho e fortaleceram minha jornada.
- À minha família, por compreenderem minhas ausências e por me apoiarem, mesmo nos momentos em que precisei me distanciar para me dedicar ao doutoramento e à tese.
- Aos meus filhos caninos, Simba, Raposinha e Bella, cuja presença amorosa e constante me trouxe alegria e alívio nos momentos mais desafiadores.
- Ao Dener Maia Moraes, meu *namorado*, que esteve ao meu lado durante todo o doutorado, oferecendo amor, paciência e companheirismo. Sou especialmente grato por todo o trabalho doméstico e de cuidado que assumiu, permitindo que eu pudesse me concentrar na construção desta tese. Obrigado por tanto! Te amo.
- À Profa. Dra. Maria Beatriz Rodrigues, minha orientadora, que desde o início do doutorado aceitou com genuína abertura o tema que propus. Agradeço pela construção coletiva desta tese em tantas camadas, pela ajuda nos desafios enfrentados e pelas oportunidades de crescimento pessoal e profissional que me proporcionou. Mas, acima de tudo, sou grato pelo carinho, atenção, gentileza e sensibilidade com que tratou a mim e a este estudo ao longo de todo o doutorado. Como minhas estimadas ex-orientadoras, Profa. Dra. Ana Monteiro Costa, na graduação, e Profas. Dras. Carolina Freddo Fleck e Elena Maria Billig Mello, no mestrado, saiba que também és uma inspiração para mim, como pessoa, docente e pesquisador.
- Às Profas. Dras. Hildete Pereira de Melo (Economia, UFF), Lucilene Morandi (Economia, UFF), Arlene Martinez Ricoldi (Sociologia, UFABC) e Carolina Freddo Fleck (Administração, UNIPAMPA) e ao Prof. Dr. Fernando Seffner (Educação, UFRGS), por gentilmente aceitarem o convite para compor a banca examinadora desta tese ao longo de suas etapas e por suas valiosas contribuições. Montar essa banca

interdisciplinar na administração não foi tarefa fácil, mas lutei para que isso fosse possível. É uma honra e uma realização profissional ter a participação de vocês como banca avaliadora deste estudo!

- Às queridas amigas Lucimari P. Acosta, Juliana G. Moreira e Gabriela M. Kyrillos, pelo apoio essencial na revisão e pelas sugestões valiosas, pela leitura atenta e pelos olhares críticos que enriqueceram este estudo. Sou muito grato por nossa amizade!
- Às/aos pareceristas dos eventos acadêmicos que avaliaram as versões preliminares de textos derivados desta tese. Suas contribuições, comentários e sugestões foram essenciais para o aprimoramento dos argumentos apresentados neste estudo.
- À Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), pelo ensino de excelência que me proporcionou durante o curso de doutorado. Agradeço também ao Restaurante Universitário (RU), pelas refeições de qualidade que me alimentaram desde o início dos meus estudos e em tantos outros momentos ao longo do doutoramento; e à Biblioteca da Escola de Administração (EA), pelo excelente acervo que expandiu meus horizontes epistemológicos, teóricos e metodológicos, além de me proporcionar materiais para planejar as minhas aulas da graduação enquanto professor substituto.
- Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mesmo diante de tantos ataques durante o governo bolsonarista, (r)existiu e continuou a fornecer dados e relatórios de pesquisa nacionais, tão fundamentais para conhecermos e mudarmos a realidade do nosso Brasil. Vida longa!
- À sociedade brasileira, que financiou esta tese e minha formação acadêmica e profissional. Reconheço e valorizo profundamente o investimento público em minha educação e, por isso, comprometo-me a continuar dedicando minha vida à educação e à pesquisa, na busca por um futuro mais justo e promissor para todas e todos nós.
- Por fim, mas com enorme importância, agradeço aos homens que aceitaram ser entrevistados, concedendo seu tempo para este estudo. Sem a generosidade de vocês, esta pesquisa não teria sido possível. Muito obrigado!

*“Todos esses que aí estão  
Atravancando o meu caminho,*

*Eles passarão...  
Eu passarinho!”*

*Mário Quintana (Caderno H, 1973).*

## RESUMO

---

Este estudo objetiva descortinar reflexões sobre como os homens gaúchos estão se envolvendo no trabalho doméstico não-remunerado (afazeres domésticos e cuidado), debatendo, de maneira crítico-reflexiva, os aspectos de diferenciação e similaridades dessa participação e seus reflexos para as questões interseccionais nas opressões de gênero, classe e raça nos âmbitos domésticos e familiares. Metodologicamente, o estudo foi conduzido de forma descritivo-exploratória, utilizando uma abordagem qualitativa. A seleção dos participantes foi feita através da técnica bola de neve em oito cidades do estado do Rio Grande do Sul. Através de entrevistas semiestruturadas com treze homens gaúchos, complementadas por anotações de observação e registros fotográficos, o *corpus* deste estudo foi submetido à análise de discurso. Os dados foram organizados em três temas, após a caracterização do perfil dos participantes: I) afazeres domésticos; II) cuidado, com as categorias (i) filhos/as, (ii) membros da família idosos e/ou com deficiência, (iii) animais de estimação e/ou animais domésticos, e (iv) hortas e plantas; e III) uso do tempo, com as categorias (i) tempo nas atividades de trabalho remunerado, e (ii) tempo nas atividades de trabalho não-remunerado. Os resultados revelam que, no contexto doméstico e familiar, os participantes (a) realizam diversos afazeres domésticos, que consomem tempo e são caracterizados pela fragmentação, multiplicidade e simultaneidade, (b) realizam diversas atividades de cuidado, que variam desde cuidados físicos e psicológicos a pessoas, orientadas de forma preventiva ou para a cura, até o cuidado com plantas e animais domésticos, (c) compartilhando essas tarefas com cônjuges ou membros da família. No entanto, (d) essa participação, na maioria dos casos, mostrou-se secundária, especialmente durante a pandemia de Covid-19, o que (e) resultou em uma sobrecarga para seus cônjuges, particularmente àquelas inseridas no mercado de trabalho. A participação dos homens gaúchos entrevistados no trabalho doméstico (afazeres e cuidado) revela-se intrinsecamente contraditória, manifestando-se tanto de forma progressiva quanto regressiva; tanto como um processo mais equânime e proporcional quanto diferente e assimétrico; e tanto como uma expressão de comportamentos conservadores e mentalidade mais fechada quanto comportamentos hodiernos e mentalidade mais aberta. Isso sugere mudanças comportamentais e de mentalidade, à medida que eles começam a reconhecer suas responsabilidades nas atividades relacionadas à casa, à família e às crianças, especialmente durante e após a pandemia. Essa reflexão os leva a considerar mais profundamente questões como paternidade, papéis sociais, desigualdades de gênero e uso do tempo. Ainda assim, a forma como cada um gerencia seu tempo varia consideravelmente, refletindo, em um nível micro, o mosaico de desigualdades individuais, e, em um nível macro, a estrutura social à qual pertencem. Não por acaso fatores sociais, demográficos, familiares, culturais, econômicos, ideológicos e estruturais do mercado de trabalho influenciam o equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho remunerado e ao não-remunerado, evidenciando uma tendência à expansão do tempo dedicado ao primeiro e à contração do tempo disponível para o segundo. Por fim, os lugares sociais ocupados pelos participantes, juntamente com suas experiências e perspectivas decorrentes desses lugares, oferecem explicações para as desigualdades e opressões estruturais que se manifestam a partir de um olhar interseccional sobre gênero, cor/raça e classe. Embora os indícios de vontades e mudanças em curso sejam pequenos, vagarosas e incrementais, acredita-se que estamos diante do surgimento de um novo perfil masculino, ainda em construção, mas com potencial para promover transformações significativas nas esferas doméstica, familiar e social.

**Palavras-chave:** Gênero; Trabalho Doméstico Não-Remunerado; Afazeres Domésticos & Cuidado; Uso do Tempo; Interseccionalidade.

## ABSTRACT

---

This study aims to uncover reflections on how Brazilian men from Rio Grande do Sul are participating in unpaid domestic work (housework and care), discussing, in a critical-reflective way, the aspects of differentiation and similarities in this participation and their reflections on intersectional issues of gender, class and racial oppression in the domestic and family spheres. Methodologically, the study was conducted in a descriptive-exploratory manner using a qualitative approach. Participants were selected through snowball sampling in eight cities in the state of Rio Grande do Sul. Using semi-structured interviews with thirteen men, complemented by observational notes and photographic records, the corpus of this study was subjected to discourse analysis. The data were organized into three themes after characterizing the profile of the participants: I) domestic tasks; II) care, with the categories (i) children, (ii) elderly and/or disabled family members, (iii) pets and/or domestic animals, and (iv) gardens and plants; and III) use of time, with the categories (i) time in paid work activities, and (ii) time in unpaid work activities. The results show that, in the domestic and family context, the participants (a) perform various domestic tasks, which are time-consuming and characterized by fragmentation, multiplicity and simultaneity, (b) carry out various care activities, ranging from physical and psychological care of people, oriented towards prevention or healing, to the care of plants and domestic animals, (c) share these tasks with spouses or family members. However, (d) in most cases, this participation proved to be secondary, especially during the Covid-19 pandemic, which (e) resulted in a burden on their spouses, especially those in the labor market. The participation of interview men from Rio Grande do Sul in domestic work (housework and care) is inherently contradictory, manifesting itself both progressively and regressively; both as a more equitable and proportional process and as a different and asymmetrical one; and both as an expression of conservative behaviors and a more closed mentality, and as modern behaviors and a more open mentality. This suggests changes in behavior and mentality as they begin to recognize their responsibilities in activities related to the home, family and children, especially during and after the pandemic. This reflection leads them to think more deeply about issues such as parenthood, social roles, gender inequalities and the use of time. Nevertheless, the ways in which individuals manage their time vary considerably, reflecting at the micro level the mosaic of individual inequalities and at the macro level the social structure to which they belong. It is no coincidence that social, demographic, family, cultural, economic, ideological and structural factors in the labor market influence the balance between the time devoted to paid and unpaid work, with a tendency to increase the time devoted to the former and to decrease the time available for the latter. Finally, the social positions occupied by the participants, together with their experiences and perspectives derived from these positions, offer explanations for the structural inequalities and oppressions that manifest themselves from an intersectional perspective of gender, color/race, and class. Although the signs of will and change underway are small, slow and incremental, it is believed that we are facing the emergence of a new masculine profile, still under construction, but with the potential to promote significant transformations in the domestic, family and social spheres.

**Keywords:** Gender; Unpaid Domestic Work; Housework and Care; Use of Time; Intersectionality.

## RESUMEN

---

Este estudio tiene como objetivo desvelar reflexiones sobre cómo los hombres “gaúchos” del estado de Rio Grande del Sur, Brasil, se están involucrando en el trabajo doméstico no remunerado (quehaceres domésticos y cuidado), debatiendo de manera crítico-reflexiva los aspectos de distinción y similitudes de esta participación y su repercusión en las cuestiones interseccionales de la opresión de género, clase y raza en los ámbitos domésticos y familiares. Metodológicamente, el estudio fue conducido de forma descriptivo-exploratorio, utilizando un abordaje cualitativo. La selección de los participantes se dio a través de la técnica bola de nieve en ocho ciudades del estado de Rio Grande del Sur. A través de entrevistas semiestructuradas, con trece hombres complementadas por registro escrito y fotográfico de observaciones. El *corpus* de este estudio fue sometido al análisis del discurso. Los datos fueron organizados en tres temas luego de la caracterización del perfil de los participantes: I) quehaceres domésticos; II) cuidado, con las categorías (i) hijos/as, (ii) miembros de la familia ancianos o con necesidades especiales, (iii) mascotas y/o animales domésticos y (iv) huertas y plantas; y III) uso del tiempo, con las categorías (i) tiempo utilizado en actividades de trabajos remunerados, y (ii) tiempo utilizado en actividades de trabajo no remunerado. Los resultados revelan que, en el contexto doméstico y familiar, los participantes (a) realizan diversos quehaceres domésticos que consumen tiempo y son caracterizados por la fragmentación, multiplicidad y simultaneidad, (b) realizan diversas actividades de cuidado que varían entre cuidados físicos y psicológicos a personas, orientados de forma preventiva o de recuperación, incluido el cuidado con plantas y animales domésticos, (c) compartiendo esas tareas con cónyuges u otros miembros de la familia. Sin embargo, (d) esa participación, en la mayoría de los casos, se aprecia como secundaria, especialmente durante la pandemia de Covid-19, (e) resultando en una sobrecarga para sus cónyuges, particularmente a quienes están insertados en el mercado laboral. La participación de los hombres gaúchos entrevistados en el trabajo doméstico se revela intrínsecamente contradictoria, se manifiesta tanto de forma progresiva como regresiva, ya sea como un proceso más ecuánime y proporcional como diferente y asimétrico, y tanto como una expresión de conductas conservadoras y mentalidad más cerrada cuanto comportamientos más actuales y mentalidad más abierta. Todo esto sugiere cambios comportamentales y de mentalidad, en la medida que ellos empiezan a reconocer sus responsabilidades relacionadas al hogar, a la familia y a los niños, especialmente durante y después de la pandemia. Esta reflexión los lleva a considerar más profundamente cuestiones como paternidad, roles sociales y desigualdades de género y manejo del tiempo. Aun así, la forma como cada uno organiza su tiempo varía considerablemente, reflejando en un nivel micro, el mosaico de desigualdades individuales, y, en un nivel macro, la estructura social a la que pertenecen. No casualmente factores sociales, demográficos, familiares, culturales, económicos, ideológicos y estructurales del mercado laboral influyen en el equilibrio entre el tiempo dedicado al trabajo remunerado y al no remunerado, evidenciando una tendencia a la expansión del tiempo dedicado al primero y a la contracción del tiempo disponible para el segundo. Por fin, los lugares sociales ocupados por los participantes, juntamente a sus experiencias y perspectivas que surgen de esos lugares, ofrecen explicaciones para la desigualdad y la opresión estructurales que se manifiestan a partir de una mirada interseccional sobre género, raza y clase. Aunque los indicios de voluntad y cambios en curso sean pequeños, lentos e incrementales, se cree que estamos frente al surgimiento de un nuevo perfil masculino, aun en construcción, pero con potencial para promover transformaciones significativas en los ámbitos doméstico, familiar y social.

**Palabras Clave:** Género; Trabajo Doméstico No Remunerado; Quehaceres Domésticos y Cuidados; Uso del Tiempo; Interseccionalidad.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

Tabela	1	Síntese de algumas propostas metodológicas de mensuração do trabalho doméstico não-remunerado no PIB/Brasil .....	77
Figura	1	Localização dos municípios no estado do Rio Grande do Sul/Brasil .....	96
Quadro	1	Procedimentos seguidos para a Análise de Discurso .....	102
Figura	2	Síntese dos procedimentos teórico-metodológicos da tese .....	105
Tabela	2	Perfil sociodemográfico dos entrevistados, por grupos de pesquisa .....	108
Figura	3	Marcelo: colocando varal de fio nos fundos de casa .....	119
Figura	4	Daniel: pia da cozinha com louças e utensílios domésticos para lavar .....	121
Figura	5	Felipe: pia da cozinha com louças e utensílios domésticos lavados .....	126
Figura	6	Carlos: realizando pequenos reparos na casa .....	131
Figura	7	Gustavo: utilizando aspirador de pó .....	137
Figura	8	Daniel: plantas pelo apartamento .....	148
Figura	9	Gabriel: servindo a refeição da tarde para sua mãe .....	154
Tabela	3	Perfil sociodemográfico dos/as filhos/as dos entrevistados, por grupos de pesquisa .....	161
Figura	10	Lucas: dando café da manhã para seu filho .....	165
Tabela	4	Uso do tempo pelos entrevistados, por grupos de pesquisa e total .....	176

## SUMÁRIO

---

<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>15</b>
<b>PARTE I</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>PARTE II</b>	
<b>(RE)VISÕES TEÓRICAS DA TEMÁTICA .....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>SINALIZAÇÕES TEÓRICAS SOBRE SEXO, GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E TRABALHO PRODUTIVO/REPRODUTIVO</b>	
1. Introdução .....	26
2. Gênero e Divisão Sexual do Trabalho .....	27
3. Pensando Gênero: Múltiplos Entendimentos .....	37
4. Considerações Finais .....	42
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: POR ONDE CAMINHAMOS?</b>	
1. Introdução .....	43
2. Movimentos das Desigualdades de Gênero no Brasil .....	45
3. Considerações Finais .....	56
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>PESQUISAS SOBRE USO DO TEMPO NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES</b>	
1. Introdução .....	57
2. Tempo: breves comentários .....	59
3. Contextualizando a Experiência do Brasil .....	61
4. Propostas Metodológicas de Mensuração, Valoração e Contabilização do Trabalho Doméstico Não-Remunerado para o Brasil .....	73
5. Considerações Finais .....	78
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-REMUNERADO: DISCUSSÕES E PROPOSIÇÕES TEÓRICAS</b>	
1. Introdução .....	79
2. Afazeres Domésticos e Atividades de Cuidado: Conceitos e Discussões .....	80
3. Trabalho Doméstico Não-Remunerado: Proposições Teóricas .....	88
4. Considerações Finais .....	93

<b>PARTE III</b>	
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>94</b>
Passos Percorridos .....	95
Intenção Teórico-Metodológica da Tese .....	104

<b>PARTE IV</b>	
<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>106</b>
1. Apresentação dos entrevistados: algumas considerações .....	107
2. Afazeres domésticos: “tudo aquilo que se faz dentro de casa, de segunda a segunda” .....	115
3. Cuidado: “uma atividade que envolve cuidar de tudo e de todos” .....	142
4. Uso do tempo: “dá pra fazer tudo em 24 horas?” .....	175

<b>PARTE V</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>196</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>205</b>
--------------------------	------------

<b>APÊNDICE A – ROTEIRO TEMÁTICO PARA ENTREVISTAS .....</b>	<b>223</b>
---	------------

<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>225</b>
--	------------

## PREÂMBULO

---

Sou filho de Ademir Bidarte, motorista de caminhão e ônibus aposentado, e de Eliete Dalagostini, empregada doméstica, e irmão do Leonardo, profissional multifuncional. Nasci em Santana do Livramento, município da Região da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul, que compartilha a fronteira com Rivera, Uruguai, onde vivi grande parte da minha vida. Meu irmão e eu crescemos em uma área rural carente, onde a distância até à escola era vencida, no início, por uma van escolar contratada, e depois, já um pouco maiores, pelo ônibus público que nos levava até à escola.

Foi nesse período que comecei a observar, mesmo que ainda de forma sutil, as desigualdades e diferenças, inclusive de gênero, que marcavam nossa rotina escolar e a vida ao nosso redor: por que os assentos duplos da van e do ônibus eram geralmente ocupados apenas por meninas ou meninos? Ou por que eu não podia brincar com as meninas de pega-pega, esconde-esconde, amarelinha ou *stop*, mas deveria brincar com os meninos de futebol, carrinhos, bolinhas de gude ou levantar pandorga? Esses questionamentos, que na época eu não conseguia compreender, plantaram em mim as primeiras sementes das reflexões sobre gênero que mais tarde se tornariam parte fundamental do meu percurso acadêmico e pessoal.

Com o passar dos anos, ainda no ensino fundamental, a vida me levou a morar na cidade com minha tia paterna, Dina, para ficar mais perto da escola – a mesma jornada que meu irmão trilhou. Foi uma mudança significativa, mas o caminho de busca por melhores condições de vida e de estudo foi uma constante em nossa família. Mais tarde, outra mudança importante se fez necessária: fui viver com outra tia paterna, Beth, no município de Valparaíso, Goiás, onde cursei o ensino médio. Minha esperança naquela época era ingressar na Universidade de Brasília (UnB), sonho que me guiava durante os estudos. Durante esse tempo, trabalhava esporadicamente com meu tio Denis, já falecido, em sua empresa de eletrônicos, ajudando com tarefas administrativas e operacionais. Foi um período de aprendizado prático, em que comecei a ter um primeiro contato mais profundo com o ambiente organizacional.

A vida, porém, me reservou desafios, e após não obter classificação na segunda etapa do vestibular da UnB, retornei à minha cidade-natal e fui acolhido pela minha avó paterna, Maria Tereza. Durante esse período de mudanças, ao morar com diferentes familiares, comecei a observar a seguinte questão: por que as mulheres estavam constantemente ocupadas com as tarefas domésticas e de cuidado, além do trabalho remunerado, e os homens pouco ou nada se

envolviam nessas tarefas em casa, mesmo quando compartilhavam o mesmo espaço doméstico e familiar? Essa divisão não era apenas uma questão de quem fazia o quê; era uma forma de organização da vida familiar e cotidiana que parecia *natural*, mas que, ao mesmo tempo, me causava estranhamento e desconforto.

Enquanto estudava para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sonhava com a universidade, desempenhei diferentes trabalhos: fui empacotador e repositor de supermercado, vendedor de roupas e jornais, cobrador em lojas, entre outros. Nessas atividades profissionais que desempenhei, a separação de gênero também se manifestava de forma evidente. Observava como certas funções eram claramente designadas para homens ou para mulheres, sem que isso fosse questionado. Essa divisão reforçava estereótipos de gênero que, até então, eu pouco compreendia, mas que incomodavam.

O primeiro passo concreto em direção à universidade foi em 2010, quando fui aprovado no vestibular para o curso técnico em biocombustíveis, na modalidade a distância, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Esse curso abriu uma porta inesperada para mim: com as aulas e avaliações no polo, foi ali que descobri a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), onde ingressei, no ano seguinte, no Curso em Administração. Durante a graduação, comecei a ter contato, aqui ou ali, com as primeiras discussões sobre gênero, embora inicialmente focadas nas questões de diferença salarial, acesso a posições de liderança e participação no mercado de trabalho. Foi apenas em 2014, no último ano do curso, em uma disciplina complementar, que meu interesse por gênero se aprofundou, especialmente ao refletir sobre as razões pelas quais homens e mulheres ingressam ou deixam o mercado de trabalho brasileiro, com um olhar especial voltado para a realidade da minha cidade. O texto reflexivo preparado para essa disciplina originou, em 2016, o meu projeto de dissertação. Os resultados dessa pesquisa ofereceram respostas para algumas das minhas inquietações, mas também alimentaram ainda mais as minhas dúvidas e reflexões.

Desde a defesa da minha dissertação, em 2018, venho me debruçando, por meio de diversas abordagens teórico-metodológicas, sobre a participação feminina e masculina no trabalho doméstico não-remunerado (afazeres domésticos e/ou cuidado). A voz interna que comecei a ouvir com mais atenção continuou ressoando dentro de mim, especialmente durante o período que morei em Santa Vitória do Palmar, onde trabalhei como professor substituto na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foi nesse momento que iniciei o processo de anotar os questionamentos que me causavam desconforto, agora com focos mais específicos, especialmente sobre os homens se envolverem com as tarefas domésticas e/ou de cuidado. Senti que era importante tentar compreender esses elementos e explorar suas relações. Foi a partir

dessa grande questão que esta tese surgiu, começando pelo ensaio teórico, que desenvolvi no início do meu doutoramento, em 2020 – um ano marcado pela pandemia de Covid-19.

A jornada de escrita desta tese se espalhou por diversos lugares, cidades e momentos da minha vida. Lembro-me com carinho dos momentos em 2020, quando estudava na varanda da casa da minha sogra, em Jaguari, cercado pelos campos e com visitas constantes dos cachorros, vacas e cavalos; de 2021, quando estudava na casa do meu pai, sob a sombra de um limoeiro, deitado em uma rede e na companhia dos meus cachorros Simba, Raposinha e Bella; e de 2022, quando apresentei o projeto de tese à banca, na presença de familiares, amigos e alunos da Escola de Administração, enquanto atuava como professor substituto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No entanto, nem todos os momentos foram tão bonitos. Em 2021, por exemplo, dei aulas para o ensino técnico privado e escrevi partes do ensaio teórico da tese em um quarto de hospital, na ala Covid, onde meu pai esteve internado por longos vinte dias; em 2022, quando fui vítima de assédio moral no trabalho, o que me afetou profundamente por meses, dificultando a continuidade da escrita da tese; e em 2024, quando fui desalojado pela maior enchente da história do Rio Grande do Sul, encontrei hospitalidade na casa de uma querida amiga, Fernanda Pivetta, por quinze dias.

Nesses quase cinco anos de doutoramento, envelheci em frente ao meu *notebook* – o mesmo que me acompanha desde a graduação –, mergulhei profundamente nesta pesquisa e, inevitavelmente, deixei de acompanhar muitos momentos importantes da vida das pessoas que me são próximas. Esse foi o preço do meu sonho. Não por acaso, esta tese carrega em suas linhas não apenas alegrias, sorrisos e esperanças, mas também as marcas das tristezas, angústias e ausências vividas no decorrer dessa longa e solitária caminhada. Com esforço, aprendi a respeitar meu tempo, meu processo, meu ritmo, e resistir às exigências externas que, muitas vezes, tentaram ditar o curso dos meus passos. Fiz a pesquisa que desejava, no tempo que me foi concedido, sabendo que, como toda a pesquisa científica, este estudo traz consigo tanto as suas belezas quanto as suas limitações. Que cada página lhe permita enxergar as nuances e as intenções que permeiam este estudo; e, se necessário, não hesite e lance um *segundo olhar* sobre ele, como nos ensina Mario Quintana.

## PARTE I

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

---

Ao longo da história, as sociedades ocidentais têm sido marcadas por relações de poder e dominação, onde o gênero desempenha um papel central. Vivemos em um mundo onde os comportamentos e expectativas das pessoas são moldados por normas e papéis que parecem naturais, mas que, na verdade, são construções sociais, culturais e históricas. Com base no sexo biológico, há uma separação binária das pessoas, que afirma a existência de duas espécies distintas – macho/masculino e fêmea/feminino –, cada uma com suas próprias qualidades e aptidões específicas (Perrot, 1988) e, portanto, há diferenças entre o que é esperado, permitido e valorizado em um homem e em uma mulher. Desde a infância somos ensinados que há maneiras distintas de ser homem ou ser mulher, de como devemos nos comportar, vestir, expressar e interagir com as outras pessoas com base em seu sexo; e essas normas são reproduzidas e reforçadas pela família, pela escola, pelos meios de comunicação e pela sociedade em geral. Com efeito, tais diferenças de gênero têm impactos específicos em todas as fases da vida da pessoa, influenciando desde oportunidades de trabalho, educação, saúde, até vida familiar e bem-estar individual e coletivo (Heilborn, 1994; Lauretis, 1994; Saffioti, 1987; Scott, 1995).

Sendo as normas de gênero construídas e reforçadas ao longo do tempo, através de cultura, socialização e experiências individuais, foi criado um ideal que separa homens e mulheres em papéis ou funções específicas e em espaços distintos: enquanto a eles foram atribuídos espaços públicos, como as ruas, e características como racionalidade e capacidade decisória, além de ocupações mercantis remuneradas; à elas couberam os domínios privados, como o lar, e atributos como sensibilidade e envolvimento emocional, juntamente com responsabilidades domésticas e familiares não-remuneradas (Hirata; Kergoat, 2007; Perrot, 1988; Saffioti, 1987). Contudo, tal divisão sexual do trabalho e dos papéis sociais foi fortemente questionada pelo movimento feminista, que ganhou força ao longo do século XX, impulsionando as mulheres a estabelecerem sua luta por igualdade de direitos e espaços na esfera pública que antes eram negados a elas (Albornoz, 2021; Alvarez, 2014; Federici, 2019).

No Brasil, diversas transformações sociais, econômicas, políticas, demográficas e educacionais ocorreram a partir dos anos 1950, e com mais força nos anos 1970, colocando

mais mulheres no espaço público (Bruschini, 1985), mas também as mantendo ocupadas no espaço privado (Saffioti, 1987), razão pela qual muitas mulheres continuam lutando por vida pública, espaços e direitos iguais na sociedade brasileira (Alvarez, 2014). Luta longe de terminar, nos dias atuais, muitas mulheres ainda enfrentam o desafio diário de conciliar trabalho e família, sobretudo para as mais jovens, com menos escolaridade e filhos pequenos (IBGE, 2021, 2024). Geralmente, a carreira/profissão das mulheres segue uma trajetória distinta da carreira/profissão dos homens por diferentes razões, como individuais, familiares, sociais ou organizacionais (Bruschini, 1985; Bidarte, 2018). Ocupadas ou não no mercado de trabalho, são elas que continuam sobrecarregadas com afazeres domésticos e/ou atividades de cuidado, dedicando incontáveis horas ao trabalho reprodutivo que, muitas vezes, é desvalorizado e invisível aos olhos dos outros (Melo; Considera; Sabbato, 2016; Soares, C. 2021), o que permite aos homens pensar mais na carreira/profissão, sendo algo secundário na vida das mulheres.

Estatísticas oficiais nacionais mostram essa persistente realidade. Por exemplo, em 2022, sobre (i) afazeres domésticos, das mais de 148,1 milhões de pessoas que informaram realiza-los no próprio domicílio ou em domicílio de parente, 91,3% eram mulheres e 79,2% eram homens; e sobre (ii) atividades de cuidado, das mais de 50,8 milhões de pessoas que informaram realiza-las a moradores do próprio domicílio ou a parentes não moradores, apenas 23,3% eram homens, comparado a 34,9% das mulheres – isso é explicado devido à presença de crianças nos lares (PNAD-C/IBGE, 2023). E, quando olhamos para o tempo dedicado a essas tarefas, a disparidade é ainda maior: elas dedicaram aos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas bem mais tempo do que eles, estando ocupadas (17,8h contra 11,0h) ou não (24,5 h contra 13,4h) no mercado de trabalho (IBGE, 2023a).

Essas desigualdades entre homens e mulheres não são apenas uma questão de gênero. Quando olhamos para essas questões de uma perspectiva interseccional, notamos que outros marcadores sociais (como idade, cor, raça, classe, escolaridade, estado civil, unidade federativa ou região do Brasil onde se vive) ampliam ainda mais essas assimetrias, criando um cenário de desigualdade que atravessa diferentes esferas da vida. A interseccionalidade, neste caso, é crucial para revelar como diferentes marcadores sociais interagem e se entrelaçam, gerando desigualdades específicas que não podem ser compreendidas de forma isolada (Akotirene, 2019; Crenshaw, 1989; Ribeiro, 2019). E a chegada da pandemia de Covid-19 só serviu para agravar as já tão significativas desigualdades de gênero.

Com o surgimento da doença e a confirmação de casos em diversos países, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou, em março de 2020, a Covid-19 como uma pandemia global. Como resultado, autoridades em todo o mundo implementaram diversas

medidas restritivas. Medos, dúvidas, angústias e novos hábitos passaram a compor a rotina das pessoas, enquanto o número crescente de óbitos e infectados se tornava parte do cotidiano. Nesse cenário pandêmico, para conter a propagação do coronavírus, foram adotadas medidas de isolamento social e quarentena, mas o confinamento acabou se tornando a ação mais rigorosa e necessária em muitos lugares. A circulação de pessoas em espaços públicos e privados foi severamente restringida, sendo permitida apenas para necessidades essenciais, como idas a farmácias e supermercados. O objetivo dessas medidas era claro: manter as pessoas em casa e, assim, desacelerar o avanço do vírus.

Apesar de todos os esforços globais, a pandemia representou um dos maiores desafios sanitários da história. Até 30 de junho de 2022, o mundo registrava 544.324.069 casos confirmados e 6.332.963 mortes (WHO, 2022). No Brasil, o cenário foi particularmente trágico. A resposta inadequada do governo à época, marcada por medidas irresponsáveis e declarações ultrajantes de várias figuras políticas, incluindo o então Presidente da República, agravou ainda mais a situação (Hallal, 2021). Isso resultou em um impacto devastador: até a mesma data, o país havia registrado 32.283.345 casos confirmados e 671.194 mortes, conforme dados do Consórcio de veículos de imprensa, a partir de dados das Secretarias Estaduais de Saúde (Consórcio..., 2022). Esses números colocaram o Brasil em segundo lugar no ranking global de mortes pela Covid-19 e em terceiro em número de casos confirmados (WHO, 2022). No entanto, esses dados provavelmente subestimam a realidade, já que houve falhas na coleta e divulgação de informações confiáveis ao longo da pandemia.

Enquanto enfrentávamos os desafios durante o período de pandemia, as mulheres foram as que mais sofreram (Cepal, 2019, 2021). A quarentena, com o fechamento de escolas e creches, a interrupção de atividades presenciais e a necessidade de cuidados contínuos e vigilância, forçou muitas mulheres a assumir uma carga de trabalho que já era historicamente desigual (Melo; Morandi, 2021a). Nas famílias que contavam com crianças, idosos ou pessoas com deficiência, a pressão aumentou ainda mais, e as mulheres assumiram a maior parte dos cuidados, muitas vezes sem apoio. Assim, a crise sanitária não apenas agravou as condições de trabalho das mulheres, mas também reforçou os papéis de gênero desiguais que sustentam a divisão sexual do trabalho, pois evidenciou as limitações dos modelos tradicionais de masculinidade, nos quais os homens, em muitos casos, não assumem a corresponsabilidade no trabalho doméstico e de cuidados (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022).

Em todas as regiões do Brasil as desigualdades de gênero são notáveis, mas na Região Sul há algumas nuances. As estatísticas oficiais nacionais revelam que a Região Sul apresentou (i) a maior taxa de realização de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas (88,9%); (ii) a

maior taxa de realização de afazeres domésticos para os homens (83,3%), ainda que inferior à taxa para as mulheres (92,6%); e (iii) uma das maiores taxas de realização de atividades de cuidado para os homens (23,7%), ao passo que para as mulheres, a menor taxa (32,8%) – a menor diferença observada entre os sexos em nível nacional. Já entre os três estados sulistas, o Rio Grande do Sul apresenta (i) a maior taxa de realização de afazeres domésticos para os homens (87,6%) e para as mulheres (93,6%) e (ii) a segunda maior taxa de realização de atividades de cuidado tanto para os homens (23,6%) quanto para as mulheres (32,0%). Em relação ao tempo gasto nas atividades de cuidado e/ou aos afazeres domésticos, os homens gaúchos dedicam, em média, 11,3h semanais, o que representa uma desigualdade de menos 7,6h em relação ao tempo gasto pelas mulheres gaúchas (PNAD-C/IBGE, 2023).

Embora o estado do Rio Grande do Sul, onde nasci e vivo, apresente dados revelando a participação de homens no trabalho doméstico não-remunerado, ainda há uma desigualdade significativa em relação às mulheres. No Rio Grande do Sul, a construção das relações de gênero ainda é fortemente influenciada por uma cultura que valoriza tradições enraizadas em estruturas patriarcais. A cultura gaúcha, com seu forte apelo à masculinidade, é exemplificada pelas práticas do *gaúcho*, figura tradicionalmente associada à virilidade, independência e ao trabalho árduo no campo (Bidarte; Pinto, 2022; Cipolat; Bidarte, 2022). Além disso, o estado carrega uma herança cultural marcada por influências europeias, especialmente de imigrantes alemães e italianos, que trouxeram consigo normas sociais conservadoras e rígidas sobre o papel de homens e mulheres na sociedade (IBGE, 2022). Esses valores tradicionais, que exaltam a figura do homem como provedor e da mulher como cuidadora, têm perpetuado a divisão sexual do trabalho, reforçando o machismo e afastando a participação masculina no trabalho reprodutivo. Mesmo assim, vejo sinais de mudanças que me inspiram a focar neste estado para o meu estudo, especialmente pelo contexto sociocultural específico que faz do Rio Grande do Sul um campo relevante para estudos sobre gênero, divisão sexual do trabalho e tensões entre tradição e mudança social.

Portanto, assumo o postulado de que os homens gaúchos estão mudando de mentalidade e/ou de comportamento na área reprodutiva da vida humana, tornando-se mais participativos no trabalho doméstico não-remunerado (afazeres e/ou cuidado) e mais presentes na casa e na família. Esse processo de repensar seus papéis sociais dentro de uma sociedade tradicionalmente patriarcal parece estar em curso. Acredito que essa transformação foi acelerada pela pandemia de Covid-19, que provocou mudanças no interior das famílias e trouxe novas perspectivas sobre a importância do trabalho reprodutivo. Com tantas demandas emergentes, como a higienização constante da casa e de alimentos, de lavagem de roupas,

calçados e, em especial, de máscaras, e cuidados redobrados com crianças e pessoas idosas, deficientes ou enfermas, o trabalho doméstico, que antes podia ser visto como algo secundário ou sem muita importância, tornou-se subitamente essencial e indispensável para o bem-estar de todas as pessoas (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022).

Frente às observações expostas até o momento, neste estudo exploro os seguintes **questionamentos**:

- Quem são os homens que realizam trabalho doméstico não-remunerado? O que entendem por trabalho doméstico não-remunerado? Quais afazeres domésticos e/ou atividades de cuidado realizam no lar? Quais não? Por quê? Compartilham a realização delas? Se sim, com quem? Contam com algum tipo de ajuda paga ou gratuita? Utilizam aparelhos eletrodomésticos? Quais? Por quê? Quais estratégias de articulação do trabalho remunerado e não-remunerado realizam com a família? Como usam o tempo nas atividades diárias? Quais as implicações do envolvimento dos homens no trabalho doméstico para as questões de gênero, domésticas e familiares, especialmente com a pandemia de? Como os homens refletem sobre a sua relação com o trabalho doméstico não-remunerado antes, durante e depois da pandemia?

Ao aglutinar esses questionamentos, elaborei a seguinte **questão-problema**:

- Como os homens gaúchos estão se envolvendo no trabalho doméstico não-remunerado (afazeres domésticos e cuidado), e quais os aspectos de diferenciação e similaridades dessa participação e seus reflexos para as questões interseccionais nas opressões de gênero, classe e raça nos âmbitos domésticos e familiares?

Nessa perspectiva investigativa, este estudo possui como **objetivo geral**:

- Descortinar reflexões sobre como os homens gaúchos estão se envolvendo no trabalho doméstico não-remunerado (afazeres domésticos e cuidado), debatendo, de maneira crítico-reflexiva, os aspectos de diferenciação e similaridades dessa participação e seus reflexos para as questões interseccionais nas opressões de gênero, classe e raça nos âmbitos domésticos e familiares.

Para atender a esse objetivo geral, elaborei **objetivos complementares**, os quais irão, além de direcionar os caminhos que este estudo seguirá, contemplar outros elementos que possuem relação com a temática estudada. São eles:

- Investigar detalhadamente as (i) atividades domésticas e (ii) de cuidado realizadas, ou não, pelos homens gaúchos, analisando a dinâmica de seu compartilhamento para, assim, compreender as relações de gênero, poder e negociação que se manifestam no ambiente doméstico e familiar;
- Investigar os aspectos relacionados ao (iii) uso do tempo pelos homens gaúchos em diferentes atividades, remuneradas ou não, tanto dentro quanto fora do lar, ao longo das 24h do dia ou das 168h da semana, para discuti-los sob uma perspectiva interseccional.

Com base nos questionamentos e objetivos que delinee, este estudo emerge como uma resposta a diversos chamados acadêmicos, políticos e sociais (Araújo; Scalon, 2005; Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022; Melo; Considera; Sabbato, 2016; Moraes et al., 2021; Soares; Sabóia, 2007; Soares, C. 2021), representando um esforço de pesquisa na área da **administração**. Reconheço que, dentro da minha área, os estudos de gênero ainda são relativamente recentes e, geralmente, centrados nas organizações, muitas vezes com ênfase no trabalho gerencial tradicional. A própria trajetória histórica da administração mostra as limitações que ela enfrenta ao lidar com questões sociais mais amplas, como as de gênero. Dentro desse contexto, as questões de gênero, quando abordadas, estão frequentemente limitadas às desigualdades no ambiente de trabalho e à ascensão profissional. Isso, embora importante, acaba muitas vezes ignorando a complexidade das dinâmicas de gênero que transcendem o espaço organizacional formal. Não por acaso, ao aprofundar minha investigação em outras pesquisas, identifiquei, com certo desconforto, a escassez de produção científica que aborda diretamente a relação entre gênero e trabalho doméstico não-remunerado (afazeres domésticos e/ou cuidado). Esse cenário, por um lado, reflete um campo ainda pouco explorado, mas, por outro lado, revela uma valiosa oportunidade de pesquisa. É nessa lacuna que pretendo aportar este estudo, ao contribuir com novas perspectivas epistemológicas, teóricas, metodológicas e empíricas (Bidarte; Fleck; Disconzi, 2021). Desejo que este estudo vá além da contribuição acadêmica; que ele seja também um convite à reflexão social coletiva sobre este tema tão fundamental e, por muitas vezes, invisibilizado e negligenciado.

Em relação à estrutura desta tese, optei por organizá-la em cinco partes, cada uma com um propósito claro e interligado. Na Parte I, apresento as **Considerações Iniciais**, onde contextualizo a temática, delimito a questão-problema e estabeleço os objetivos geral e complementares, além de justificar a importância do estudo. A Parte II, intitulada **(Re)Visões Teóricas da Temática**, é composta por quatro seções interconectadas, apresentadas como capítulos que exploram as bases teóricas que sustentam o estudo. Na Parte III, dedicada aos **Procedimentos Metodológicos**, divido o conteúdo em duas seções: a primeira onde descrevo, de maneira aplicada, os passos teórico-procedimentais qualitativos que percorri para atingir os objetivos propostos; e a segunda, onde apresento a intenção teórico-metodológica deste estudo por meio de uma representação gráfica. Em seguida, na Parte IV, intitulada **Análise e Discussão dos Resultados**, organizo a discussão em quatro seções interligadas, começando pela apresentação dos homens entrevistados e, posteriormente, abordando aspectos relacionados aos afazeres domésticos, ao cuidado e ao uso do tempo. Finalmente, na Parte V, nas **Considerações Finais**, apresento minhas reflexões adicionais e as limitações deste estudo e, após, faço comentários e sugestões para futuras pesquisas na área.

## PARTE II

### (RE)VISÕES TEÓRICAS DA TEMÁTICA

---

Nesta parte da tese, apresento as (re)visões teóricas da temática, sendo organizada em quatro capítulos, cada um abordando um aspecto crucial para a compreensão do fenômeno social investigado. Sua estrutura não visa a exaustividade, mas sim o aprofundamento em tópicos selecionados que servem de base teórica para a análise subsequente dos dados. São eles:

**Capítulo I)** Sinalizações teóricas sobre sexo, gênero, divisão sexual do trabalho e trabalho produtivo/reprodutivo

**Capítulo II)** Desigualdades de gênero no Brasil contemporâneo: por onde caminhamos?

**Capítulo III)** Pesquisas sobre uso do tempo: a experiência do Brasil

**Capítulo IV)** Trabalho doméstico não-remunerado: discussões e proposições teóricas

Embora os capítulos não pretendam esgotar as discussões em torno dos temas abordados, cada um oferece contribuições essenciais para a análise do fenômeno social investigado. A intenção é fornecer um arcabouço teórico que seja suficientemente robusto para sustentar as argumentações e reflexões na Parte IV, de análise dos dados e discussão dos resultados. Cada capítulo foi elaborado para dialogar com os demais, compondo uma rede de conceitos que facilita a compreensão integrada das desigualdades sociais, culturais e econômicas que envolvem as relações de gênero e o trabalho reprodutivo. Essa abordagem permite uma análise crítica e aprofundada, sustentando as reflexões e conclusões desenvolvidas na tese.

## CAPÍTULO I

### SINALIZAÇÕES TEÓRICAS SOBRE SEXO, GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E TRABALHO PRODUTIVO/REPRODUTIVO

---

#### 1. Introdução

Os conceitos possuem história, são formados e (re)configurados a partir de ideologias, políticas, reflexões, debates; são também objetos de disputa e discussões que não podem pretender encerrá-los e esgotá-los em uma definição única. Frente a isso, este capítulo teórico se propõe a apresentar e discutir os conceitos de sexo, gênero, divisão sexual do trabalho, e trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Seguindo um percurso sócio-histórico que contextualiza e relaciona estes conceitos, e sustentando a importância que possuem como categorias analíticas fundamentais para a reflexão e crítica das construções sociais que (re)produzem desigualdades entre homens e mulheres. Assim, busco em campos como a História e as Ciências Sociais demonstrar os processos de constituição dessas categorias, que são decorrentes de um processo dialético com o movimento social feminista, pois como bem indica Pinto (2010), o feminismo é o movimento social que produz sua própria teoria.

Este capítulo teórico está estruturado em três seções, além desta introdução, que estão conectadas e inter-relacionadas. Na primeira seção, apresento uma contextualização socio-histórica sobre a construção do binarismo homem-mulher nas sociedades ocidentais. Apoiado em obras clássicas e recentes de teóricas nacionais e internacionais, consideradas essenciais para compreender a história do feminismo e do movimento de mulheres, trago para o debate sexo, gênero, divisão sexual do trabalho, e trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Na sequência, discuto gênero a partir de múltiplos entendimentos, demarcando nossa compreensão sobre o termo. Com isso, acrescento a esse debate pesquisas recentes, pois trazem novas e relevantes proposições teóricas aos estudos de gênero. Por fim, realiza-se comentários finais.

## 2. Gênero e Divisão Sexual do Trabalho

Em suas construções históricas, as sociedades ocidentais são caracterizadas pelas relações de poder e dominação. Os comportamentos dos sujeitos se dão em um espaço estruturado dentre outros aspectos em razão do sexo. Nessa lógica que separa binariamente homens e mulheres, o masculino é considerado a norma. Por isso, reflexões sobre questões relacionadas à gênero necessitam ser entendidas a partir de diferenças advindas dos contextos social, histórico e cultural.

A Revolução Industrial foi um período de grande desenvolvimento tecnológico e de grandes transformações na organização social. Iniciou na Inglaterra durante o século XVIII e se desdobrou pelo mundo. Ela foi a responsável pela passagem da modalidade do capitalismo mercantil para o industrial e pela separação, ainda mais enfática, entre a esfera privada e a esfera pública, atribuindo-lhes severas diferenças individuais (Albornoz, 2004; Sullerot, 1970). Com o advento da industrialização separou-se a unidade de produção da unidade doméstica, o que proporcionou uma divisão sexual do trabalho mais rígida (Kergoat, 2003).

A partir de então, a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003) passou a subestimar as atividades realizadas pelas mulheres dentro do lar, na esfera privada, já que tais atividades não eram remuneradas, logo não poderiam ser consideradas como trabalho; enquanto ao homem, a realização de atividades fora do lar, na esfera pública, passou a receber alguma forma de remuneração (Sullerot, 1970). A ideologia patriarcal da época foi a responsável por transformar a divisão sexual do trabalho em uma divisão “natural”, e também por associar “trabalho” com “emprego” e “produção” com “produção de mercadorias”. Por sua vez, até nos dias atuais, “essa percepção embute uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina e a atividade familiar doméstica” (Melo; Castilho, 2009, p. 139).

É nesse momento da história que o papel da mulher nas sociedades ocidentais foi assentado na reprodução biológica, no trabalho doméstico e nas atividades de cuidado do marido, dos filhos e demais familiares, atribuindo-a, desta forma, à casa, à vida privada, ao trabalho reprodutivo. Em contrapartida, o papel do homem estava voltado para o exercício do poder econômico, para a realização de atividades geradoras de renda, sendo reservado a ele a rua, o trabalho produtivo, a vida pública, política e social. Essa divisão entre casa e rua firmou os papéis de gênero de forma desigual, atribuindo mais valor às atividades masculinas do que às femininas, e o efeito é tanto dentro quanto fora do lar (Kergoat, 2003; Saffioti, 1969, 1987; Sullerot, 1970).

Tal processo histórico foi detalhadamente abordado por Federici (2019a, p. 119), onde a autora identifica como “[...] a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e nas plantações do Novo Mundo não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e ‘acumulado’”. A autora se dedica a analisar a centralidade da transformação do corpo em máquina de trabalho e da destruição do poder das mulheres pela busca por sua sujeição à reprodução da força de trabalho. Assim, um dos elementos fundamentais do sistema capitalista presente desde sua gênese é a disciplina da força de trabalho que se dá pelos cercamentos físicos decorrentes dos processos de privatização das terras comunais e também pelos cercamentos sociais. Para a autora, o cercamento social é o deslocamento da reprodução dos(as) trabalhadores(as) do campo aberto, da comunidade e do espaço público (as terras comunais) para a esfera do lar, da família e do privado. Um processo de dessocialização atrelado à perseguição às “bruxas” e o fortalecimento de novos métodos disciplinares criados pelo Estado para regular a procriação, de modo a retirar do controle das mulheres seu poder sobre a reprodução (Federici, 2019a).

Assim, apoiado em Bruschini e Ricoldi (2008), Federici (2019a, 2019b), Kergoat (2003), Melo e Castilho (2009) e Melo, Considera e Sabato (2007, 2016), trato do trabalho produtivo e reprodutivo neste texto da forma a seguir. Considero trabalho produtivo as atividades de produção de bens ou serviços com valor econômico de mercado, realizadas na rua, na esfera pública, e socialmente visíveis. Por sua vez, o trabalho reprodutivo são as atividades realizadas no âmbito doméstico, vinculadas à reprodução social, não-remuneradas, realizadas na casa, na esfera privada, e invisíveis para o sistema capitalista como produtoras de valor e como trabalho. Como exemplo, se tem as atividades de cuidado de pessoas e os afazeres domésticos.

Entretanto, como nos lembra Davis (2016), a distinção entre público e privado foi essencial para o avanço do capitalismo.

[...] por volta dos anos 1830, o sistema fabril absorveu muitas das atividades econômicas tradicionais das mulheres. Claro, elas foram libertadas de algumas de suas velhas tarefas opressivas. Ao mesmo tempo, porém, a incipiente industrialização da economia minou o prestígio que as mulheres tinham no lar – um prestígio baseado no caráter produtivo e absolutamente essencial de seu trabalho doméstico até então. Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que o “lugar da mulher é em casa”. Na verdade, o lugar da mulher sempre tinha sido em casa, mas durante a era pré-industrial a própria economia centrava-se na casa e nas terras ao seu redor. Enquanto os homens lavravam o solo (frequentemente com a ajuda das esposas), as mulheres eram manufadoras, fazendo

tecidos, roupas, velas, sabão e praticamente tudo o que era necessário para a família (Davis, 2016, p. 67).

Com o progresso tecnológico ocasionado pela Revolução Industrial, e a destruição dos modos de vida comunitários mencionados anteriormente (Federici, 2019a), as mulheres ingressaram massivamente no mercado de trabalho e passaram a trabalhar operando máquinas em fábricas, estando sujeitas a diversas formas de exploração. Esse ingresso é sob um status duplo: de um lado, o tempo do trabalho assalariado é subordinado ao tempo do trabalho doméstico; de outro, a produção do viver é levada por elas para a esfera pública. Ademais, se estabeleceu uma questão delicada sobre o trabalho das mulheres no período industrial, “não só porque o desenvolvimento da máquina torna irrelevante a diferença da força muscular entre o braço masculino e o feminino”, assim como “o sistema busca a mão-de-obra menos reivindicativa e mais tímida e submissa para manter mais altas as margens de lucro”, mas, sobretudo, “porque o engajamento na indústria afasta as mulheres de casa e da família” (Albornoz, 2004, p. 32).

Durante o período industrial, o tempo dedicado pelas mulheres à casa e à família variava de acordo com suas jornadas de trabalho. Quanto maior era o engajamento delas nas atividades profissionais, menor era a presença dentro do lar e na família. Essa questão não foi vista com bons olhos pelas sociedades burguesas. Providenciar equipamentos sociais coletivos para o cuidado e alimentação dos filhos, como creches e refeitórios nos locais de trabalho, ou ainda escolas populares de turno integral, acolheria as necessidades de muitas mulheres, mas, ao que parece, essas sociedades não estavam dispostas a isso (Albornoz, 2004; Hirata; Zarifian, 2003; Sullerot, 1970).

O sistema capitalista desencadeou mudanças que alteraram a produção e a organização do trabalho feminino. Durante o período industrial, as condições discriminatórias tornaram-se mais evidentes. Quando a tecnologia tornou obsoleto o argumento discriminatório que decorria da sua menor força física em relação aos homens, ganhou espaço o argumento biologizante sobre o papel de mãe como forma de impedir o ingresso delas no mercado de trabalho. Seus trabalhos (mal) remunerados eram considerados apenas como uma “ajuda”, um “complemento” da renda familiar, pois os responsáveis pelo sustento econômico do lar eram os homens. Isso torna evidente como se tratava de uma perspectiva de gênero heterocentrada, com impactos específicos para as mulheres lésbicas, como bem destacado por hooks (2019a). Nesse cenário, as mulheres se viam forçadas a aceitar um salário inferior – na maior parte das vezes, a metade do salário –, ainda que no exercício do mesmo trabalho realizado pelos homens, o que acabava reforçando a ideologia da “inferioridade” feminina (Saffioti, 1969, 1987; Sullerot, 1970).

Em uma perspectiva mais tradicional e centrada na história dos Estados Unidos e da Europa, têm-se no século seguinte, o ingresso das mulheres brancas no mercado de trabalho, que aumentou durante a I Guerra Mundial (1914-18) e intensificou-se com a II Guerra Mundial (1939-45), quando os homens eram escalados para as frentes de batalhas. Nesse contexto, as mulheres teriam começado a assumir a posição desses homens no mercado de trabalho e nos negócios familiares (Sullerot, 1970). Davis (2016) nos lembra que as mulheres negras estadunidenses, quase sempre esquecidas ou apagadas pela historiografia, há muito tempo participavam do trabalho fora de casa, posto que o fim da escravidão apenas assegurou a elas a necessidade de se incluir no trabalho dito remunerado.

Nesse ponto do texto, vale destacar que quando o feminismo hegemônico do século XX reivindicava o direito das mulheres de acessar o mercado de trabalho, isto era feito a partir de uma visão braconcentrada. As mulheres negras, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil (Gonzalez, 1984), já estavam no mercado de trabalho, ainda que sempre em posição de desigualdade com relação aos homens brancos, mas também quanto às mulheres brancas. Nos termos de hooks (2019a, p. 67): “[...] somente mulheres privilegiadas tiveram o luxo de imaginar que trabalhar fora de casa iria realmente proporcionar ganho suficiente para permitir que fossem economicamente autossuficientes. As mulheres da classe trabalhadora já sabiam que o salário recebido não iria libertá-las”.

O movimento feminista constitui uma visão coletiva de mudança política, que procura explicar causas e soluções de opressão contra as mulheres. Com frequência, a segmentação do movimento feminista é apresentada em “ondas”, a qual constitui uma estratégia generalista de cunho didático, portanto adotada nesse texto. Entretanto, se sabe que tal segmentação não representa uma leitura fiel da realidade de cada país, como discutirei a seguir no caso do Brasil.

A chamada “primeira onda” do feminismo surgiu nos Estados Unidos e na Europa, quando houve uma efervescência de reivindicações por parte das mulheres (Garcia, 2018). Essa onda foi marcada pelas críticas e reflexões, por exemplo, de Woolf (2012), ao questionar a visão tradicional da mulher e expor as dificuldades da inserção feminina na esfera profissional e intelectual da época.

Durante o período da “primeira onda” do feminismo (Garcia, 2018), as mulheres reivindicavam igualdade de gênero, sobretudo na vida pública, e colocaram em debate a divisão do trabalho entre homens e mulheres, permitindo que elas, especialmente brancas das classes média e alta, saíssem do âmbito doméstico para o exercício de uma profissão remunerada no mercado de trabalho. A hegemonia discursiva delimitava o que e quem compunha “o movimento feminista”, pois, nesse primeiro momento, a configuração do feminismo se

pretendia no singular; e além disso, o feminismo possuía cunho conservador, ao questionar pouco a divisão sexual dos papéis de gênero, e elitista, pois era formado pela classe média urbana feminina (Alvarez, 2014).

Dentre as conquistas das mulheres, a principal foi o direito ao voto, apesar de sua enorme diferença temporal entre os países (Sullerot, 1970). O surgimento da “segunda onda” do feminismo ocorreria somente após o fim da Segunda Guerra Mundial, período marcado por dar maior ênfase às questões que dizem respeito ao corpo, à sexualidade e à autonomia, tendo como mote o clássico “o privado é público” (Pedro, 2008). É válido destacar que nem todos os países viveram essas lutas e principais bandeiras ao mesmo tempo, enquanto o direito ao voto foi conquistado na Inglaterra em 1918, nos Estados Unidos em 1920, e no Brasil em 1932, portanto durante a “primeira onda”, no Paraguai este direito somente foi conquistado em 1961, e na África do Sul três décadas depois, em 1993.

Além dessa ressalva, é importante considerar que em muitos países a conquista das mulheres do direito ao voto não era sem restrições, como por exemplo no Brasil, quando por um longo período foi necessária à mulher casada, que tivesse autorização do marido para votar. Bastante expressivo também é o caso do Canadá, que comumente é retratado como um país no qual as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1918, mas que teve restrições de acordo com a raça até 1963; mulheres indígenas, por exemplo, só puderam exercer o direito ao voto a partir de 1950 e ainda era necessário o pagamento de uma taxa. Desse modo, é indispensável que se considere quais mulheres foram beneficiadas (e em quais momentos) pelas conquistas dos movimentos feministas.

Nas economias ocidentais, a participação das mulheres no mercado de trabalho elevou-se durante o século XX, especialmente a partir da década de 1950, quando houve alterações demográficas e mudanças nos valores relativos aos seus papéis na sociedade. No Brasil, por exemplo, a participação feminina no mercado de trabalho deu um salto, triplicando entre a década de 1970 e o início do século XXI, podendo ser explicada por vários fatores (Bruschini, 1994, 1995, 1998), como ainda irei discutir neste texto. Isso permitiu que as mulheres disputassem com os homens oportunidades por reconhecimento profissional e por cargos no mercado de trabalho. Desta forma, apesar dos limites na inserção em um sistema capitalista, ao ingressarem massivamente no mercado de trabalho externo, as mulheres não somente alteraram a esfera pública, mas fecundaram o desenvolvimento de novos papéis sociais femininos e masculinos.

No mesmo período, os estudos de gênero emergem, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, com mais força na década de 1960, marcando o surgimento da “segunda

onda” do feminismo (Garcia, 2018). Em sintonia com a já mencionada “primeira onda”, a “segunda onda” amplia as discussões, trazendo diversas questões para debate, como família, mercado de trabalho, sexualidade, direitos reprodutivos, entre outras. A partir desse período, é mais visível as distintas perspectivas políticas e teóricas feministas, tais como: socialista, liberal, radical, lésbico, negro. Nesse momento, com a contribuição de diversas atoras/es, o movimento feminista se descentra, se reconfigura e se pluraliza, dando visibilidade a feminismos cada vez mais diversos e plurais. Os movimentos feministas se expandem para além da sociedade civil, surgindo diversos movimentos de mulheres e movimentos populares urbanos (Alvarez, 2014).

Contribuições importantes no debate sobre a categoria gênero foram realizadas por diversas teóricas feministas internacionais, como Beauvoir (1970), Davis (2016), Friedan (1971), hooks (2019b), Lorde (2019), Millet (1974), Rich (1980), Scott (1995), Sullerot (1970) e Wittig (2019), e teóricas feministas nacionais, como Blay (1978), Bruschini (1985), Gonzalez (2020), Heilborn (1994) e Saffioti (1969, 1987). Seus estudos marcaram a história do campo, ao debater o funcionamento das sociedades, os papéis das mulheres no trabalho, direitos reprodutivos, direito sobre o próprio corpo, como também ao tecer críticas sobre a noção binária de homem/mulher e masculino/feminino e as limitações teóricas centradas na definição de categorias como “gênero” e “mulheres”. As discussões de gênero como construção socio-histórica tornaram-se fundamental para a construção de argumentos e debates durante a chamada “terceira onda” do feminismo, pois problematizam, desnaturalizam e desconstroem a concepção biologizante. Ao exporem suas ideias, essas teóricas feministas inter/nacionais abrangem questões de cunho teórico, metodológico e político.

No caso do Brasil, por exemplo, as reivindicações da “primeira onda” misturavam-se com as da “segunda onda”, em um campo feminista que já nasceu plural e heterogêneo, além disso a ditadura militar iniciada em 1964 também impactou nas possibilidades e estratégias dos feminismos no país. Uma diversidade de mulheres brasileiras continuava lutando por vida pública, espaços e direitos iguais na sociedade (Alvarez, 2014). O movimento feminista mostrou-se tão intenso no País que na década de 1980 elas redigiram um documento intitulado “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, que foi entregue no Congresso Nacional durante a elaboração da nova Constituição Federal. No documento, as mulheres exigiam uma vida civil não autoritária e um sistema político igualitário e reivindicavam aspirações na esfera da família, do trabalho, da educação e da cultura (Brasil, 1986). Foi deste modo que a bancada feminina conquistou direitos, que foram assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por ampliar direitos essenciais à sociedade.

Com o avanço das discussões mundiais, o conceito de trabalho foi questionado durante a década de 1970, sobretudo por estudiosas francesas, a partir do desenvolvimento de pesquisas que incluíam a dimensão sexo em suas análises. O conceito de trabalho passa a ser desconstruído e reconstruído baseado na problemática da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003; Hirata; Kergoat, 2007), ao incluir o sexo, a esfera da reprodução e a dimensão do trabalho doméstico, este não-assalariado, não-remunerado, não-mercantil e informal. Assim, na reconceituação do trabalho foram consideradas como categorias indissociáveis: produção e reprodução, trabalho doméstico e trabalho profissional, sexo e classe social, assalariamento e família (Hirata; Zarifian, 2003). Entretanto, apesar do avanço, a categoria sexo continuava sendo utilizada como sinônimo para o termo gênero.

O conceito de divisão sexual do trabalho possui uma longa história, tendo sido objeto de pesquisas em diversas áreas e países. Entretanto, foi no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de pesquisas que discutiriam suas bases teóricas. Inicialmente, a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de articulação de duas esferas: a doméstica e a profissional. Entretanto, essa noção de articulação logo mostrou-se insuficiente, o que levou a novas maneiras de (re)pensar o trabalho e suas categorias, suas formas geográficas e históricas, a inter-relação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido (Hirata; Kergoat, 2007).

Sobre o conceito de divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007, p. 596) propõem a definição a partir de duas acepções de conteúdos distintos: de um lado, a acepção sociográfica, estudando “a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos”; e de outro lado, a segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: “1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero”.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o conceito de divisão sexual do trabalho está apoiado em dois princípios organizadores: 1) o princípio de separação, isto é, existem trabalhos de homens (público, produtivo e com valor monetário) e trabalhos de mulheres (privado, reprodutivo e sem valor monetário); e 2) o princípio hierárquico, em que o trabalho do homem “vale” mais que o trabalho da mulher. Em contraposição à afirmação realizada pelas autoras de que “esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço” (p. 599), entendo que tais princípios são válidos para as sociedades capitalistas ocidentais

modernas, e são legitimados pela ideologia naturalista, a qual rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a papéis supostamente naturais. Apesar de seus princípios, a divisão sexual do trabalho não constitui uma estrutura fixa e imutável, visto que ela é permeada de plasticidade, já que suas modalidades concretas sofrem variações no tempo e no espaço (Hirata; Kergoat, 2007).

No que se refere às relações entre a esfera doméstica e a profissional, Hirata e Kergoat (2007) apresentam quatro modelos diferentes, nos quais se evidencia a reprodução dos papéis sexuais: 1) modelo tradicional: papel de provedor atribuído aos homens e papel doméstico atribuído às mulheres; 2) modelo de conciliação, no qual cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida profissional e vida familiar; 3) modelo da parceria, considera mulheres e homens como parceiros, os quais dividem as tarefas domésticas e familiares, e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder; e 4) modelo da delegação, no qual as tarefas domésticas e familiares são delegadas pelas mulheres a terceiros, realizadas por alguém contratado para tal, nesse caso outras mulheres. Frente a isso, o que se observa é que entre os modelos e a realidade das práticas sociais há uma grande distância, e em geral cabe às mulheres as responsabilidades domésticas e familiares, pois se exclui os homens dessa questão (Hirata; Kergoat, 2007).

O desenvolvimento da “terceira onda” do feminismo ocorreu na década de 1990. Até então, demandas da “primeira onda” do feminismo ainda não haviam sido plenamente atendidas, como mencionado anteriormente. Elas tornaram-se ainda mais complexas quando as reivindicações dos movimentos feministas seguintes foram incluídas (Garcia, 2018). Como exemplo disso se tem o conceito de gênero que passou a ser mais pesquisado, enfatizando os papéis sociais exercidos por homens e mulheres nas sociedades ocidentais e substituindo a concepção naturalizada de sexo (Scott, 1995), e que retomarei na seção seguinte. Essa onda foi marcada pelos estudos de Butler (2003), Crenshaw (1989, 1991), hooks (2019a), Lauretis (1994) e Sedgwick (2007), em sintonia com as complexas lutas feministas do período.

Com Butler (2003), a discussão inicia com a dualidade sexo/gênero, questionando o conceito de mulher como sujeito do feminismo, e chega no (re)pensar teórico sobre a identidade de gênero, a qual deveria ser pensada no plural, e não no singular; além de acrescentar outro tema à discussão: múltiplas sexualidades, tão visíveis na contemporaneidade. Com hooks (2019a), um dos aspectos da discussão é a natureza do feminismo e seu compromisso contra qualquer forma de opressão, perpassando as políticas feministas, os direitos reprodutivos, o trabalho, a luta de classes, o gênero, a raça, dentre outros temas. Argumenta que todos os indivíduos podem educar e ser educados para o feminismo, obtendo uma consciência crítica

para a construção de sociedades melhores. Já com Crenshaw (1989, 1991), a discussão é sobre a interseccionalidade, na qual gênero, raça, classe e outros eixos de subordinação, são compreendidos como sistemas de poder que se co-produzem, gerando experiências concretas distintas em razão dos aspectos estruturais dos imbricamentos dessas desigualdades. Todas as contribuições dessas autoras mencionadas reforçam a necessidade de superação de um feminismo protagonizado e preocupado com as vivências exclusivas das mulheres brancas, cisheterossexuais e de classe média, como esteve bastante presente nas ondas anteriores.

Apesar do avanço na área e das significativas contribuições dos estudos, na academia, durante os anos 1980, “gênero” tornou-se sinônimo para o termo “mulheres” (Scott, 1995). Tal compreensão foi um equívoco, pois não houve a ampliação do entendimento de gênero, e seus reflexos ainda são vistos nas pesquisas acadêmicas inter/nacionais de várias áreas do conhecimento.

Na Administração, por exemplo, gênero, raça/etnia e sexualidades começaram a surgir nos estudos da área, porém de forma isolada, sem o estabelecimento de relações entre as categorias, distantes de uma discussão sobre a perspectiva interseccional. Sendo a Administração próxima ao mercado e às relações de trabalho, tanto gênero quanto sexualidade tornaram-se temas de pesquisas importantes na área, integrando os estudos sobre diversidade no mercado de trabalho.

No cenário brasileiro, as discussões no campo dos estudos organizacionais iniciaram considerando apenas um único marcador social: gênero (Betiol; Tonelli, 1991; Carvalho; Carvalho, Santos, 2002), raça e etnia (Fleury, 2000; Alves; Galeão-Silva, 2004) ou sexualidades/orientação sexual (Carrieri; Souza; Aguiar, 2014; Irigaray; Saraiva; Carrieri, 2010; Irigaray; Freitas, 2011, 2013; Siqueira; Zauli-Fellows, 2006; Siqueira et al., 2009). Apesar da ausência de uma discussão que articulasse gênero, raça e etnia, e sexualidades, tais estudos trouxeram importantes contribuições no debate sobre esses marcadores sociais no ambiente organizacional brasileiro e também na área da Administração em geral, que até então eram negligenciadas, e, até mesmo, negadas pelas organizações.

Outros estudos mais recentes, como de Bidarte, Fleck e Disconzi (2021), Bidarte, Silva e Scheffer (2021) e Bidarte, Beltrame e Rodrigues (2022), mostram que as pesquisas na área da Administração ainda costumam utilizar o termo gênero referindo-se às mulheres e ao feminino, como também aos homens e ao masculino, o que acaba reforçando o caráter binário, além de acentuar certa homogeneidade à categoria mulher. Na articulação das temáticas de carreira e gênero, as pesquisas tendem a neutralizar a discussão de gênero em carreiras e a reforçar o binarismo feminino/masculino de matriz heterossexual, ignorando a diversidade sexual e de

gênero. Tais estudos apontam para a carência de discussões sobre gênero na área, sendo necessário superar o caráter binário que insiste em acompanhar o termo.

Mais recentemente, por volta da década de 2010, houve o surgimento da “quarta onda” do feminismo (Garcia, 2018), marcado pela proliferação dos ideais feministas através da internet e do ambiente digital. Com a internet, a circulação das ideias e teorias feministas foi facilitada, visto que saíram cada vez mais do monopólio acadêmico e passaram a estar presentes na vida e realidade de um número maior de mulheres, especialmente as pertencentes a grupos mais jovens e de culturas periféricas, abrangendo as mais diversas discussões socioculturais. Com efeito, o que se observa é, por um lado, uma multiplicação de feminismos populares tanto na cidade quanto no campo e, por outro lado, a popularização do feminismo (Alvarez, 2014; Perez; Ricoldi, 2023). Deste modo, a voz das mulheres é potencializada pela internet e pela tecnologia, empoderando-as ainda mais.

A atual movimentação feminista mundial apresenta novas formações de grupos e associações e reivindica a liberdade de escolha das mulheres e o respeito à diversidade, com a realização de protestos e manifestos digitais. A diminuição de fronteiras, proporcionada pela internet, possibilita que mobilizações e discussões cheguem mais rapidamente aos países. A internet abriu espaço para várias discussões, dentro e fora dos movimentos feministas, ao levar em consideração assuntos como empoderamento, corporalidades, sexualidades, identidades de gênero, sororidade, misoginia, sexismo, machismo, aborto, discriminação, lgbtfobia, assédio, abuso sexual, violência física e psicológica, assassinato de mulheres e meninas, e outros exemplos de desigualdade de gênero (Alvarez, 2014; Perez; Ricoldi, 2023).

A “quarta onda” do feminismo é marcada pelos estudos de teóricas internacionais, como Adichie (2015), Cochrane (2013), Gay (2016) e Solnit (2017), e teóricas nacionais, como Akotirene (2019) e Ribeiro (2018, 2019). Já em outro momento histórico, os movimentos feministas, cada vez mais heterogêneos entre e em si mesmos, agora estão com atuação digital, aprofundando debates e continuando a discutir questões ainda não resolvidas, porém já levantadas em momentos anteriores dos movimentos, como a justiça de gênero, isto é, a igualdade econômica, política e social de todas as mulheres, bem como reconhecendo a complexidade das identidades das mulheres e a intersecção de opressões de gênero, raça e classe. Além disso, nos movimentos feministas do Sul Global ampliam-se as discussões relacionadas à decolonialidade, a crítica ao feminismo hegemônico do Norte Global, apontando novas perspectivas para os estudos de gênero, ao considerar as particularidades dos países e a distribuição desigual de poder entre o norte e o sul geopolítico (Lugones, 2008; Segato, 2012; Oyěwùmí, 2004, 2021).

### 3. Pensando Gênero: Múltiplos Entendimentos<sup>1</sup>

Para o entendimento do conceito de gênero em sua transdisciplinaridade torna-se necessário colocar a perspectiva histórica em destaque, o que busquei realizar desde o início do texto. Esse termo é complexo e pensar sobre ele significa entender o campo de disputas discursivas em que se encontra inserido. Diante dos referenciais que buscam conceituar/debater gênero há diversas contribuições em distintas áreas do conhecimento. Neste texto, no entanto, foco em algumas delas, ao enfatizar as contribuições de teóricas inter/nacionais.

Para Scott (1995), o termo “gênero” começou a ser utilizado em um sentido mais literal inicialmente pelas feministas estadunidenses, referindo-se à organização social da relação entre homens e mulheres, enfatizando o caráter social das diferenças baseadas no sexo e rejeitando o determinismo biológico subentendido na utilização dos termos “diferença sexual” ou “sexo”. Segundo Lauretis (1994), o conceito de gênero como diferença sexual e seus termos derivados encontravam-se no centro da crítica, quando diversas intervenções feministas foram realizadas na arena do conhecimento formal e abstrato, visto que constituíam limitações do pensamento feminista.

O conceito de gênero estava tão preso à diferença sexual a ponto de se confundir com ela. A imbricação de gênero e diferença sexual precisou ser desfeita e desconstruída, para então começar a pensar gênero, a partir de outras visões teóricas (Lauretis, 1994). O termo gênero, desta forma, passou a sugerir que o estudo sobre as mulheres implica o estudo sobre os homens, a enfatizar que o mundo dos homens faz parte do mundo das mulheres, a rejeitar as ideias de esferas isoladas, a sustentar que o estudo sobre as mulheres de forma separada perpetua a noção de que um sexo tenha nada, ou pouca relação com o outro sexo e a designar relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1995). Assim, a utilização do termo “gênero”

[...] rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (Scott, 1995, p. 75).

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada no IV Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade (Bidarte, 2022).

Afirma Scott (1995, p. 75) de que gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Neste ponto, em relação ao aspecto de que a identidade do homem e da mulher é socialmente construída, cabe mencionar a célebre frase de Beauvoir (1970, p. 9): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Scott entende que o conceito de gênero possui duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados e devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo desse conceito repousa numa conexão entre as seguintes proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). O caráter relacional aponta para a existência de diferenciações não somente entre homens e mulheres, mas entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Deste modo, gênero passa a dialogar com outros marcadores sociais, como raça e classe (Davis, 2016), sexualidade (Butler, 2003), bem como as intersecções entre eles (Crenshaw, 1989, 1991).

O olhar interseccional tornou-se fundamental nos estudos de gênero, a partir das contribuições de Crenshaw (1989, 1991), e tem sido uma forma de debate mais integrado das condições de opressão de grupos subalternos, que busca fugir da segmentação ou da hierarquização das diferenças. As posições ocupadas por grupos em relação à raça, gênero, classe e sexualidade se entrecruzam e determinam formas específicas de opressão e de experimentação das mesmas. Não há hierarquia de opressões, ou pura soma, porque elas não podem ser pensadas separadamente, têm a natureza interligada (Ribeiro, 2019). O construto da diferença dicotômica por oposição, é um eixo epistêmico central em sistemas de opressão. Se as pessoas são caracterizadas dessa forma, ou seja, branco *versus* preto, masculino *versus* feminino, essas condições só ganham relevância e significado, em suas relações de diferença com os opostos (Collins, 2016). A interseccionalidade, por outro lado, sugere, por exemplo, que raça traga discussões de classe e gênero, ou outras combinações possíveis, desde que estejam em um patamar de igualdade analítica (Akotirene, 2019).

É importante destacar, contudo, que as preocupações que hoje são nomeadas como interseccionais já estavam contidas nos escritos e nas práticas ativistas de mulheres não-brancas. Dentro e fora do ambiente acadêmico, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, a interseccionalidade transmite uma preocupação que existia nos movimentos sociais e nos textos teóricos, desde muito antes do surgimento do conceito e de sua apropriação pelo mundo acadêmico (Collins; Bilge, 2016; Kyrillos, 2020). A interseccionalidade é uma contribuição dos feminismos negros que por décadas têm reforçado que é impossível abordar ou enfrentar as desigualdades de gênero, a partir de uma perspectiva monolítica de análise.

Lauretis (1994), por sua vez, nos ajuda a pensar gênero em suas reflexões sobre as produções socioculturais e os meios de comunicação como tecnologias de (re)produção de um sistema binário de sexo/gênero. Ela utiliza o termo “tecnologia do gênero”, ao tratar sobre um mecanismo que aciona práticas, discursos, procedimentos e técnicas, para produzir sujeitos que se identifiquem como homens e mulheres e para diferenciar masculino e feminino. Dentro dessa perspectiva, Lauretis elabora e discute quatro proposições sobre gênero, as quais orientam o sentido do termo “tecnologias de gênero”: “(1) gênero é (uma) representação; (2) a representação do gênero é a sua construção; (3) a construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados; (4) paradoxalmente, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução” (Lauretis, 1994, p. 209).

Gênero, na visão de Lauretis, é produto de várias tecnologias sociais – tais como sistema educacional, família, mídia, internet, cinema, rádio, religião, arte, televisão, literatura, jornais –, e de diversas epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como práticas da vida cotidiana. Em conjunto, elas formam discursos que se apoiam nas instituições do Estado, reproduzindo modelos de ser e agir, criando as categorias mulher e homem para todas os sujeitos e naturalizando os gêneros. Nesse processo, somos todos interpelados pelo gênero, visto que a interpelação é “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (Lauretis, 1994, p. 220). Deste modo, gênero acaba marcando os sujeitos, aprisionando-os em uma forma imaginária de existência onde há apenas duas únicas categorias – masculino e feminino; homem e mulher –, fruto de produções ideais do sistema sexo/gênero. Entretanto, como essa forma imaginária de existência é uma produção, logo pode ser mutável.

Frente aos modelos preestabelecidos em nossa sociedade ocidental de como as pessoas devem ser e agir, indicados através de imagens subjetivas ou concretas, Butler (2003) propõe uma nova abordagem sobre a dualidade sexo/gênero, de modo a incluir nas discussões contemporâneas o tema sexualidades. Segundo a autora, estamos ainda aprisionados por dois sistemas: o binário sexo/gênero e o heteronormativo, os quais produzem desigualdades e opressões entre as pessoas e, como consequência, poder de umas sobre outras. Suas contribuições dão visibilidade para àquelas pessoas que não se encaixam na norma, no padrão de gênero binário, ocidental, branco, heterossexual, classe média, não portador de deficiência.

Em boa parte das sociedades ocidentais, incluindo a brasileira, há uma matriz heterossexual enquanto modelo discursivo hegemônico, que atua de forma compulsória, exigindo coerência entre sexo e gênero, ditando identidades e distinguindo existências “normais” e “anormais”. Deste modo, impõem-se a heterossexualidade como norma e o

masculino como atribuição de superioridade. A heterossexualidade como força poderosa acaba considerando as demais formas de sexualidades como anormais, desviantes e inferiores (Butler, 2003; Rich, 1980; Sedgwick, 2007).

Pessoas com identidades transgêneras (travestis, transexuais, *cross-dressers*, intersexuais) expressam suas identidades de gênero e sexualidades fora dos padrões hetero-cis-normativos impostos, subvertendo a ordem estabelecida, chacoalhando a coerência compulsória, cruzando as fronteiras de sexo e gênero. Em razão dessa não coerência, elas são vistas como anormais, excluídas, marginalizadas e mortas (ANTRA, 2020; Bidarte; Silveira-do-Canto; Rodrigues, 2023). O Brasil, por exemplo, é o país do mundo mais perigoso para ser LGBT+; para a população trans somente no ano de 2019, foram contabilizados 118 assassinatos, segundo dados da ANTRA (2020).

Em seu estudo, Butler (2003) traz a proposição de gênero como uma representação performativa, sendo criado mediante performances sociais contínuas e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero, de como uma pessoa fala, anda, se veste, se comporta. A ação do gênero requer uma performance repetida, e essa repetição, ao mesmo tempo que é reencenação de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, é também uma nova experiência de performance.

Em outra perspectiva teórica, o feminismo descolonial é uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de colonização, racialização, exploração capitalista e heterossexualismo. Com a colonização das Américas e do Caribe, o homem ocidental impôs sobre os/as colonizados/as uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano. Tal distinção veio acompanhada por outras, incluindo aquela entre homens e mulheres. Assim, somente os civilizados são homens ou mulheres, portanto, os europeus brancos burgueses eram plenamente humanos; os/as africanos/as escravizados/as e os povos indígenas das Américas eram classificados/as como espécies não humanas. Diversas autoras (Lugones, 2014; Oyèwùmí, 2004, 2021) afirmam que tanto sexo como gênero são imposições coloniais, visto que a organização do social em termos de sexo é dimórfica, relacionando o macho ao homem e a fêmea à mulher; e a organização do social em termos de gênero é dicotômica e hierárquica.

Lugones (2014, p. 941) denomina “colonialidade do gênero” como a análise da opressão de gênero racializada capitalista; e de “feminismo descolonial” a possibilidade de superar a colonialidade do gênero. A autora utiliza a análise de Aníbal Quijano do sistema de poder capitalista do mundo, considerando dois eixos inseparáveis: colonialidade do poder e modernidade; ainda, ela elabora argumentos contra a compreensão do autor da relação entre

colonialidade e sexo/gênero. Para Lugones (2014, p. 939), “a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”. A permanência dessa colonialidade se manifesta na forma como tais marcadores sociais interagem para subalternizar determinados grupos de pessoas em benefício do grupo dominante; por isso a exploração de um grupo pelo outro constitui um dos pilares de sustentação do sistema de produção capitalista.

Trazendo para o debate uma perspectiva sobre a colonização do continente africano, Oyěwùmí (2004, 2021) interroga gênero e conceitos aliados, com base em epistemologias e experiências culturais africanas. A autora argumenta que a família nuclear é uma família generificada, é uma forma especificamente euro-americana, que apresenta limitações para outras culturas que possuem diferentes organizações familiares, como a africana; portanto, ela não é universal. Partindo de sua pesquisa sobre a sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, a autora apresenta o seguinte tipo diferente de organização familiar:

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático (Oyěwùmí, 2004, p. 6).

Para Oyěwùmí (2004, 2021), os estudos de gênero africanos enfrentam um grande desafio: dificuldade em aplicar os conceitos feministas universalmente utilizados para expressar e analisar as realidades africanas. O entendimento de categorias de gênero ocidentais, como homem/mulher e masculino/feminino, é particularmente estranho a muitas culturas africanas, pois “quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais” (Oyěwùmí, 2004, p. 8).

Oyěwùmí menciona estudos de outras sociedades africanas que revelam que as categorias sociais africanas são fluidas, não se baseando na natureza dos corpos humanos, e o posicionamento na família é situacional. Na sociedade Igbo, há filhas do sexo masculino e maridos fêmeas, por exemplo. Esses entendimentos confundem a mente ocidental generificada, e reforçam a necessidade e urgência de submeter a uma análise mais aprofundada a categoria

mulher. Frente aos universalismos de discursos de gênero feministas, Oyèwùmí (2004, p. 9) é enfática ao afirmar que: “análises e interpretação de África devem começar a partir de África. Significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos”.

Frente ao exposto até este momento do texto, observo juntamente com Bonetti (2016), que o conceito de gênero foi forjado como uma categoria analítica “a partir do acúmulo teórico e histórico do campo de estudos feministas, que é eminentemente interdisciplinar e marcado por uma pluralidade de concepções e perspectivas teóricas” (p. 56). Nesta perspectiva, gênero é “uma ferramenta de análise do mundo social que remete à produção simbólica das convenções de feminilidades e de masculinidades que organizam os modelos e as expectativas de comportamentos e são atravessados pelas relações de poder” (p. 57), sendo criado como ferramenta analítica “para compreender a constituição das desigualdades baseadas na diferença sexual, para entender por que razão, em determinadas configurações sócio-históricas, essas diferenças são transformadas em desigualdades” (p. 59).

Ainda, nesse sentido, Hampe (2016, p. 22), ancorada em Meyer, nos convida a pensar que gênero “é um conceito/ferramenta que questiona a suposta natureza feminina para dizer que gênero é construído na cultura e depende de relações sociais (de poder) para se constituir. Para a autora, “o caráter relacional agrega à pauta que existem diferenciações não apenas entre mulheres e homens, mas entre as próprias mulheres e os próprios homens. As diferenças se produzem desta maneira, pelo modo como as características masculinas e femininas são representadas, em hierarquia de gênero. Nesse sentido, Hampe ainda complementa, ao mencionar que “como ferramenta de análise, percebe-se a impossibilidade de universalizar a experiência de gênero, pois este varia de uma cultura para outra, de uma época para outra, mas que a construção cultural traz consigo uma hierarquização dos valores, segundo os quais às atividades/atributos tidos como masculinos se atribui mais valor que às tidas como femininas”.

#### **4. Considerações Finais**

A era moderna é marcada por uma série de processos históricos, sociais e culturais, e pela colonização europeia de América Latina, África e Ásia. Com a ideia de modernidade evoca-se o desenvolvimento da industrialização e do capitalismo, e, durante esse período, gênero e raça surgem como dois eixos fundamentais para a classificação hierárquica entre os seres. Com a expansão da Europa e dos Estados Unidos, estabeleceu-se a hegemonia cultural

euro-americana em todo o mundo. Gênero e família nuclear são construções socioculturais, conceitos utilizados nas pesquisas em todo o mundo, tidos como universais; entretanto, eles não dão conta para compreender outras sociedades que possuem diferentes organizações familiares (Oyěwùmí, 2004, 2021).

A sociedade é representada, na maioria das teorias feministas, como uma família nuclear, composta por um casal cisheterossexual e seus/suas filhos/as. A família nuclear é uma família generificada. Essa família é centrada em um homem patriarcal, uma mulher subordinada, e os/as filhos/as. Nela, há uma clara divisão sexual do trabalho: o homem responsável pelo sustento econômico, e a mulher responsável pelos afazeres domésticos e atividades de cuidado. Gênero é a categoria organizadora fundamental da família, e as suas distinções constituem a fonte primária de opressão e hierarquia dentro da família nuclear. No Brasil, e também em boa parte das sociedades ocidentais, acostumou-se a lidar com o binarismo de gênero: homem ou mulher, masculino ou feminino. Deste modo, qualquer coisa que fuja desse binarismo é vista com discriminação e com preconceito; e isso acontece com a população LGBT+.

Conceituar gênero é uma tarefa complexa. A polissemia de conceitos para gênero de forma alguma esvazia seu conteúdo, pelo contrário, permite sua reflexão, entendendo como opera ou é operado nas relações subjetivas e/ou sociais, e oferecendo bases epistemológicas críticas para as variadas áreas de conhecimento.

Neste texto, ofereci perspectivas possíveis para a compreensão de gênero dentro das teorias feministas: gênero para além da diferença sexual (Lauretis, 1994); gênero como categoria de análise (Scott, 1995); gênero como performance (Butler, 2003); e gênero como imposição colonial e permanência da colonialidade (Lugones, 2008, 2014; Segato, 2012; Oyěwùmí, 2004, 2021). Diante disso, devemos entender a categoria gênero para além de sexo biológico, ao considerar seus aspectos históricos, sociais, culturais, contextuais e relacionais; ela é uma estrutura que possui dimensão central na vida social, podendo ser entendida como papel, identidade, formação discursiva e ainda classificação de corpos sexuados.

## CAPÍTULO II

### DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: POR ONDE CAMINHAMOS?<sup>2</sup>

---

#### 1. Introdução

Há muito tempo as desigualdades de gênero no trabalho produtivo/reprodutivo têm sido discutidas, com avanços e retrocessos, mas o tema não deixa de ter relevância na produção de conhecimento nas Ciências Sociais. Por um lado, essa permanência é positiva, pois promove e renova as discussões sobre as condições do trabalho das mulheres, por outro, revela a dificuldade de resolução, ou a vontade política, para enfrentar um problema antigo. Sem simplificações, gerações de feministas têm promovido o debate, com novas roupagens e a partir de novas necessidades; ele não está estagnado, porém clama por encaminhamentos (hooks, 2019; Federici, 2019b).

Com o crescimento e fortalecimento do movimento feminista, emergiram questionamentos e reflexões sobre os papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres nas sociedades ocidentais. No Brasil, por exemplo, diversas transformações sociais, econômicas, políticas, demográficas e educacionais ocorreram, principalmente a partir dos anos 1950, mas com maior ênfase nos anos 1970, colocando mais mulheres no espaço público (Bruschini, 1985), assim como as mantendo ocupadas no privado (Saffioti, 1987), e a razão para isso está na construção sociocultural de atividade mercantil como masculina e atividade doméstica e familiar como feminina. Razão pela qual muitas mulheres continuam lutando por vida pública, espaços e direitos iguais na sociedade brasileira (Alvarez, 2014).

Frente a isso, neste capítulo teórico proponho discutir como os contextos social, histórico e cultural se relacionam e se estruturam na (re)produção de desigualdades de gênero no Brasil, destacando pontos referentes ao mercado de trabalho e à vida pública em geral, em seus campos econômico, cívico e político. Além disso, considero o contexto de pandemia de

---

<sup>2</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada no XLVI Encontro da Anpad – EnAnpad (Bidarte; Rodrigues, Kyrillos, 2022).

Covid-19 e contemplo alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o ODS 5 e ODS 10, tão necessários para a superação das desigualdades de gênero.

Para tanto, apresento e analiso dados de pesquisas oficiais nacionais planejadas e executadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua), Síntese de Indicadores Sociais (SIS), e Estatísticas de Gênero (EG), as quais são fontes fundamentais de informações estatísticas e geocientíficas para o conhecimento de distintos aspectos da vida da população e da realidade do Brasil.

A elaboração deste estudo atende diversos chamados acadêmicos, políticos e sociais, constituindo um esforço de pesquisa dentro da área de conhecimento da Administração (Bidarte, 2018; Bidarte; Fleck; Disconzi, 2021). Para tanto, com este capítulo teórico busco, de forma geral, discutir as vias possíveis para uma sociedade brasileira mais equitativa para as mulheres. Após, realizo comentários finais.

## **2. Movimentos das Desigualdades de Gênero no Brasil**

Conforme discutido no capítulo anterior, em suas construções históricas, as sociedades ocidentais são caracterizadas pelas relações de poder e dominação. Os comportamentos dos sujeitos se dão em um espaço estruturado, dentre outros aspectos, em razão do gênero. Há diferenças entre o que é esperado, permitido e valorizado em um homem e em uma mulher. Tais diferenças possuem impacto específico sobre homens e mulheres em todas as fases da vida, podendo, inclusive, determinar diferenças no trabalho, educação, saúde, vida familiar, e no bem-estar geral individual e coletivo. Nessa lógica que separa binariamente homens e mulheres, o masculino é considerado a norma. Por isso, reflexões sobre questões relacionadas a gênero no Brasil necessitam ser entendidas a partir de diferenças advindas dos contextos social, histórico e cultural.

Para não recuar demasiadamente na história, em síntese, destaco que a sociedade brasileira possui três princípios estruturadores: (1) o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem; (2) o racismo, sistema de discriminação que possui a raça como fundamento, beneficiando de forma desigual as pessoas brancas; e (3) o capitalismo, sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e com

fins lucrativos. Com o passar do tempo, essas três relações de poder se transformaram, através de uma simbiose, em um único sistema de dominação-exploração (Saffioti, 1987).

Até a década de 1950, a configuração do Brasil era de um país rural. As condições para ser um país urbano e dentro da lógica da modernidade, estavam relacionadas ao desenvolvimento industrial, ao crescimento econômico, à oferta de postos de trabalho, à ampliação dos serviços de saúde, habitação, educação, entre outros. Com a intensificação do processo de industrialização e a aceleração da urbanização do País, milhares de brasileiros e de brasileiras migraram do interior de vários estados para as grandes capitais buscando melhores condições de vida. Nesse ínterim, amplia-se o processo de inserção de um grande número de mulheres no mercado de trabalho exercendo atividades remuneradas (Bruschini, 1994; IBGE, 2005).

Diversas transformações educacionais, culturais, demográficas, econômicas, políticas e sociais ocorreram no Brasil desde então, possibilitando às mulheres maior participação na esfera pública. Durante os anos 1970, período de expansão da economia brasileira, houve um aumento significativo das taxas de crescimento econômico e dos níveis de emprego, principalmente de novos trabalhadores do sexo feminino (Bruschini, 1985, 1994, 1995, 1998). A participação feminina no mercado de trabalho saltou de 18% na década de 1970 para mais de 50% no início do século XXI, chegando a alcançar o percentual de 53,5% em 2019 (PNAD/IBGE, 2021). Entretanto, elas ainda se encontram em situação de desvantagem no mercado de trabalho, especialmente quanto a salário e posição ocupada, o que tem piorado quando considera-se o período recente de pandemia de Covid-19 (Melo; Morandi, 2021).

A ideologia patriarcal conserva a imagem da mulher como sendo a de dona de casa, mãe e esposa – papéis esses que até hoje servem para justificar preconceitos (Saffioti, 1987; Santos; Diniz, 2018). Como se não bastasse, o papel de mãe continua sendo utilizado como uma alegação para impedir o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Quando ingressam nele, elas encaram um ambiente hostil, por conta do machismo que predomina (Bruschini, 1985, 1995; Rocha-Coutinho, 2004; Soares, C. 2016).

Indicadores tradicionais de monitoramento do mercado de trabalho brasileiro desagregados por sexo, revelam diferenças e desigualdades entre homens e mulheres (IBGE, 2021). Neste ponto, é importante sublinhar, ainda que rapidamente, a diferença entre estatísticas desagregadas por sexo e por gênero. O entendimento utilizado pelo IBGE (2021) à categoria sexo refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres; e à categoria gênero, refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo masculino ou feminino e as interações e relações sociais entre mulheres e homens. Apesar das

questões concernentes à orientação sexual e identidades de gênero não estarem ainda no escopo das pesquisas oficiais nacionais, há um movimento do IBGE em desenvolver instrumentos de coleta e análise de dados, buscando retratar e conferir visibilidade a elas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, são um pacto global para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, lutar contra a desigualdade e a injustiça, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Ao todo, são 17 objetivos interconectados e 169 metas que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no mundo todo, os quais visam a atingir a Agenda 2030 (UN, 2022), sendo o Brasil um dos países que se comprometeu a lutar por sua implantação em seu território (IPEA, 2022). Neste texto, abordarei, especificamente, o ODS 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, e o ODS 10, que busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Em relação ao ODS 5, este possui nove metas. A meta 5.4 propõe eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não-remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias. Além dela, tem a meta 5.c, a qual estabelece que devem ser implantadas e fortalecidas políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como devem ser promovidos mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, classe social, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade (IPEA, 2022).

E, em relação ao ODS 10, este possui dez metas. A meta 10.2 busca empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra. Outra meta sua é a 10.3, que visa garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (IPEA, 2022).

De acordo com o V Relatório Luz, produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC, 2021), o grau de implementação dos ODS no Brasil é preocupante: não há progresso satisfatório em nenhuma das 169 metas dos 17 ODS da Agenda 2030, devido ao não comprometimento do governo. Os dados revelam que, das 169 metas,

54,4% estão em retrocesso, 16% estagnadas, 12,4% ameaçadas e 7,7% mostram progresso insuficiente. Especificamente sobre o ODS 5, das nove metas estabelecidas, cinco apresentam retrocesso, e quatro, estagnação; sobre o ODS 10, das suas dez metas estabelecidas, sete apresentam retrocesso, uma apresenta estagnação, e duas não possuem dados. Apesar do Brasil caminhar na contramão, promover os ODS é um caminho para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, bem como para enfrentar as consequências do período de pandemia de Covid-19 (Beltrame; Bidarte; Rodrigues, 2023).

Historicamente, a média de horas semanais no mercado de trabalho tem-se mostrado maior para os homens (42,6 horas) do que para as mulheres (34,9 horas) (IBGE, 2016). Coerente com a estrutura gendrada na qual eles são os responsáveis pelo trabalho produtivo, enquanto elas pelo trabalho reprodutivo. Estamos cientes de que a distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo é, sobretudo, ficcional e decorrente da própria concepção de trabalho existente no modelo capitalista. Contudo, aqui a utilizo, pois ainda hoje ela é utilizada nos dados oficiais que servem de base para o presente estudo, como os indicadores do IBGE e da PNAD. Entretanto, estou de acordo com Federici (2019a; 2019b) em sua concepção de que o trabalho reprodutivo é, essencialmente, também produtivo, e que esta segmentação surgiu e serve em especial para a maior marginalização das mulheres na estrutura capitalista-moderna.

Entretanto, outros fatores ajudam a explicar essa disparidade nas jornadas laborais, como os postos de trabalho precários, informais e instáveis (IBGE, 2010a), e a sobrecarga do trabalho doméstico, como o cuidado com familiares e os afazeres domésticos (PNAD/IBGE, 2020). Esse cenário não é de exclusividade do Brasil. A mesma realidade é enfrentada pelas mulheres da América Latina e Caribe, de acordo com os estudos da CEPAL (2019, 2021).

Em 2015, as mulheres correspondiam a 51,1% (103 milhões) da população residente no País (IBGE, 2020b). Entretanto, os indicadores estruturais do mercado de trabalho apontavam, de forma quantitativa, que do total da população economicamente ativa (105,2 milhões), cerca de 55,8% eram homens e 44,2% eram mulheres; por sua vez, do total da população não economicamente ativa (51,1 milhões), aproximadamente 30,5% eram homens e 69,5% eram mulheres (IBGE, 2015). Apenas com esses indicadores, observa-se que as questões culturais contribuem para a exclusão das mulheres do mercado de trabalho, pois há uma profunda conexão estabelecida pela sociedade brasileira entre as mulheres e o trabalho reprodutivo, fixando-as em casa, no lar. Aquelas que ingressam no mercado de trabalho, passam a enfrentar outra desigualdade: a discriminação salarial.

Há décadas a discriminação salarial sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho brasileiro é discutida na academia. Bruschini (1985), por exemplo, apontava para diversos

fatores explicativos dessa desigualdade, como a pequena demanda de empregos, a crescente oferta de mão de obra feminina, empregos considerados pela sociedade como “trabalhos de mulher”, menor poder reivindicativo, menor acesso a cargos de supervisão e chefia, entre outros. Décadas depois, a desigualdade ainda persiste. Segundo o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010), a possível explicação para o rendimento médio inferior ao rendimento dos homens pelas mulheres com nível de escolaridade maior está em suas formações profissionais, direcionadas ao serviço social, à educação e à saúde; atividades essas que contêm correspondência à imagem da mulher e mãe, por isso não são tão valorizadas no mercado de trabalho brasileiro.

Os dados do IBGE mostram que as mulheres ocupadas chegaram a receber cerca de  $\frac{3}{4}$  do rendimento médio dos homens ocupados no mercado de trabalho formal; já no mercado de trabalho informal, o rendimento médio das mulheres era ainda menor, apenas 63,2% do rendimento médio dos homens (IBGE, 2010a); em 2019, houve uma pequena melhora no indicador de rendimentos no trabalho, e as mulheres receberam 77,7% do rendimento dos homens. Esses mesmos percentuais de rendimentos são observados ao longo de toda a série histórica, indicando uma desigualdade estrutural (IBGE, 2020a, 2021), reforçando o quadro de desigualdades salariais entre homens e mulheres, seja no mercado de trabalho formal ou informal, e o fato de que as relações sociais ainda continuam sendo marcadas por relações de gênero.

As falhas nas explicações dos motivos da contínua desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro e latino-americano, nos conduz a concordar com Federici (2019b), que considera o trabalho doméstico como a base do sistema fabril capitalista, na medida em que o trabalho dito reprodutivo é essencial para a realização daquele considerado produtivo. Também por isso hooks (2019) e Federici (2019b) são críticas às possibilidades reais de libertação das mulheres via ingresso no mercado de trabalho. Assim, afirma Federici (2019b, p. 69): “Conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos”.

O estudo de Atal, Ñopo e Winder (2009) constatou que o Brasil é um dos países latino-americanos com maiores níveis de desigualdade salarial entre homens e mulheres. Em um olhar interseccional, os homens brancos recebem salários superiores aos das mulheres, das/dos afrodescendentes e das/dos indígenas, considerando as mesmas características de empregos e demográficas. Para os autores, as desigualdades salariais podem ser reduzidas por meio de políticas públicas direcionadas ao aumento do nível educacional da população minoritária e a

uma maior oferta de creches, permitindo, assim, que as mulheres se dediquem mais às suas vidas profissionais. Contudo, essas soluções têm se mostrado insuficientes.

Os dados disponíveis mostram que as mulheres são, em média, mais instruídas do que os homens, especialmente na população mais jovem. Isso pode ser explicado por diversos fatores, como trajetória escolar, entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, reflexo de uma série de políticas públicas de democratização do acesso ao sistema educacional básico e superior, entre outros. Entretanto, a desagregação do nível de instrução por faixa etária mostra que as mulheres com 65 anos ou mais possuíam nível de instrução inferior ao dos homens, apontando para as diversas restrições enfrentadas por elas no acesso à educação em décadas passadas, bem como evidencia a dificuldade do País de garantir o direito à educação para gerações de mulheres (IBGE, 2018, 2021).

Em 2004, a média de anos de estudo da população ocupada de 16 anos ou mais de idade era de 8,6 anos para as mulheres e de 7,6 anos para os homens (IBGE, 2005), passando, em 2011, para 9,2 anos para elas e de 7,9 anos para eles (IBGE, 2012). Em 2019, entre a população com 25 anos ou mais, a proporção de pessoas que não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto foi de 37,1% entre as mulheres e 40,4% entre os homens; já a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 19,4% entre as mulheres e 15,1% entre os homens (IBGE, 2021). Também é importante destacar o acesso desigual das e entre mulheres à educação. As mulheres pretas ou pardas no grupo de idade entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa de frequência ao ensino superior de apenas 22,2%, bem menor do que a registrada entre as mulheres brancas, de 40,9%, e entre os homens brancos, de 30,5%, porém superior a taxa entre os homens pretos ou pardos, de 15,7%. Isso indica que a cor é um marcador social preponderante na desvantagem educacional (IBGE, 2021). De fato, tais dados apontam que as maiores dificuldades e as menores remunerações enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho brasileiro não podem ser atribuídas à educação.

O acesso ao ensino superior pelas mulheres é marcado por barreiras em determinadas áreas do conhecimento, especialmente as relacionadas à esfera da produção e às Ciências Exatas. As áreas relacionadas ao cuidado e bem-estar, e inclui cursos como Serviço Social e Enfermagem, é onde se observa a maior participação feminina. Nessas áreas, as mulheres correspondiam a 88,3% das matrículas de graduação (IBGE, 2021). Isso indica que a associação dos papéis femininos ao trabalho doméstico não-remunerado influencia as trajetórias e escolhas das mulheres na busca de uma formação superior. Ao mesmo tempo, é importante questionar: essas profissões menos valorizadas economicamente são ocupadas majoritariamente por mulheres ou por serem ocupadas majoritariamente por mulheres elas são menos valorizadas

economicamente? Ainda que não seja o objetivo deste texto fazer uma discussão exaustiva sobre essa questão complexa, torna-se necessário, entretanto, realizar algumas considerações sobre a própria construção histórica do ingresso das meninas e mulheres nos ambientes de ensino formal.

Somente a partir do século XIX surgiram as primeiras instituições dedicadas ao ensino formal de mulheres e estas tinham um enfoque específico naquelas tidas como verdadeiras habilidades e características do ser mulher. Portanto, às meninas era destinada uma educação primária voltada exclusivamente para elementos morais e sociais úteis às futuras esposas e mães (Louro, 1997). Em termos de mercado de trabalho, até a década de 1930, o magistério foi o único trabalho tido como digno para as mulheres (Almeida, 1996). É fundamental destacar que somente a partir da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foi garantido o acesso igualitário de mulheres e homens ao ensino médio e, portanto, somente a partir daí foi possível o ingresso das mulheres ao Ensino Superior.

A discriminação de gênero no acesso ao ensino formal ocorre de modos muito variados e complexos e isso impacta no acesso ao mercado de trabalho. Assim, existem as denominadas discriminações vertical e horizontal, no ensino e no mercado de trabalho. A discriminação vertical diz respeito ao acesso às hierarquias superiores das instituições de trabalho e de ensino, conhecido recorrentemente como “teto de vidro”, por serem situações nas quais não há regras discriminatórias de gênero expressas, mas permanece pouco ou nada acessível às mulheres os cargos de maior hierarquia nas instituições (Silva; Ribeiro, 2014). A discriminação horizontal, por sua vez, é a que nos dá mais pistas para responder à questão colocada anteriormente. Nesse sentido, ao se reconhecer a existência de mais cientistas mulheres em áreas menos prestigiadas e piores remuneradas: “pode-se deduzir que as mulheres têm maior acesso a estas áreas precisamente porque são menos prestigiadas e/ou que tais áreas, quando passaram a ter maior predominância de mulheres, tornaram-se, impreterivelmente, menos valorizadas” (Kyrrillos; Stolz, 2018, p. 53). Além disso, as próprias escolhas profissionais, como tem sido demonstrado em diversas pesquisas (Velho; Leon, 1998; Lima, 2008), são influenciadas pelas estruturas gendradas da sociedade, que constantemente reforçam os estereótipos de gênero, que atribuem às meninas e mulheres o local de cuidadoras, emotivas e sensíveis, portanto suposta e naturalmente mais propensas às carreiras como o Magistério ou a Assistência Social.

Enquanto docentes de ensino superior, as mulheres representavam 46,8% dos professores de instituições de ensino superior no País, em 2019, contra 43,2% observado em 2003; uma proporção que mostra crescimento ao longo das últimas décadas, ainda que

lentamente (IBGE, 2021). Ainda assim, pesquisas têm demonstrado como em diversas áreas do saber e mesmo no ensino público, as mulheres são as menos contempladas com bolsas e auxílios, menos presentes em cargos de alta hierarquia, têm menos acesso aos últimos níveis da carreira docente, são sobrecarregadas com trabalhos burocráticos e menos valorizados, em outras palavras, enfrentam permanentes processo de discriminação (Bacarrini; Minillo; Alvez, 2019; Silva; Ribeiro, 2014; Kyrillos; Stolz, 2018). Essa é a razão pela qual Lima (2008, p. 120) denomina não apenas como teto de vidro, mas como um complexo labirinto de cristal, posto que são “[...] barreiras a todo o momento, encontradas pelas cientistas desde a entrada neste mundo, barreiras também invisíveis por não se tratar de barreiras formais, mas nem por isso menos concretas e contundentes”.

Por um lado, as mulheres são mais escolarizadas; por outro lado, elas possuem menor inserção no mercado de trabalho e na vida pública em geral, em seus campos econômico, cívico e político, assumindo posições de liderança, tanto no setor privado quanto no setor público (IBGE, 2018, 2021). Desde 1995, o Brasil possui legislação que prevê cotas eleitorais, porém apenas em 2009 essas cotas tornaram-se obrigatórias, reservando um percentual de no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo em eleições, por cada partido ou coligação partidária. Com efeito, o indicador de parlamentares mulheres passou de 10,5%, em 2017, para quase 15%, em 2020. A sub-representação está presente no nível de governo local. Dos vereadores eleitos em 2020, apenas 16,0% era mulheres; ainda assim representou um aumento de três pontos percentuais em relação a 2016. Entre as mulheres eleitas, as mulheres pretas e mulheres pardas alcançaram apenas 5,3% e 33,8% das cadeiras nas câmaras municipais nas eleições de 2020. O indicador da participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo é ainda pior; ele revela que, dos 22 ministros de Estado, apenas dois eram mulheres (IBGE, 2021).

Tais indicadores apresentados, de proporção de mulheres nos parlamentos e na chefia de governos locais, estão no rol da Agenda 2030, no bojo do ODS 5. Apesar dos avanços, o Brasil ainda está longe de ser considerado um país com igualdade política. De um conjunto de 190 países, o Brasil era o país da América do Sul com a menor proporção de mulheres exercendo mandato parlamentar na câmara dos deputados, ocupando a 142ª posição no ranking de 2020 (IBGE, 2021), porém, em relação ao ranking de 2017, o País apresentou uma melhora de dez posições (IBGE, 2018).

Já o indicador da participação das mulheres nos cargos gerenciais, que aborda a inserção das mulheres em posições de liderança tanto no setor privado (como, por exemplo, em cargos de diretoria ou gerenciais de empresas privadas) quanto no setor público (como, por

exemplo, diretoras de órgãos governamentais), revela que apenas 37,4% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres, contra 62,6% pelos homens, em 2019. Tais dados mostram que a desigualdade entre mulheres brancas e os homens brancos é maior do que entre as mulheres e os homens pretos ou pardos. Da população ocupada com os maiores rendimentos do trabalho, as mulheres encontram-se sub-representadas em cargos gerenciais mais bem remunerados (elas: 22,3%; eles: 77,7%). Vale lembrar que, no setor público, muitos dos cargos gerenciais não são providos por seleções internas ou concurso público, mas com discricionariedade pela Administração Pública, e isso ajuda a compreender certas características do mercado de trabalho, especialmente a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres (IBGE, 2018, 2021).

Em 2021, depois do primeiro ano da pandemia de Covid-19, houve uma piora dos índices de desigualdade e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, sendo as mulheres as mais afetadas, principalmente nos países em desenvolvimento (CEPAL, 2021), como o caso do Brasil (Melo; Morandi, 2021). Até 2019, cerca de 53,5% do mercado de trabalho brasileiro estava ocupado por mulheres, e esse percentual caiu para 45,8%, em 2021, retirando do mercado de trabalho milhões de mulheres, especialmente por ocuparem os postos de trabalho que mais tiveram retração durante a pandemia, e recolocando-as exclusivamente na vida doméstica. Em casa, mais de 57% das entrevistadas indicaram a sobrecarga associada às atividades domésticas e de cuidado, pois estas ficaram exclusivamente ou majoritariamente vinculadas às mulheres durante esse período (PNAD/IBGE, 2021).

Por sua vez, as mulheres que permaneceram no mercado de trabalho enfrentam o acentuamento de outra desvantagem: a dupla jornada de trabalho (Bruschini, Ricodi, 2012; Hirata; Kergoat, 2007; Melo; Castilho, 2009). Em 2004, do total da população feminina ocupada (34,8 milhões), aproximadamente 91% delas realizavam a dupla jornada de trabalho, dividindo seu tempo entre o emprego e a casa. Entre os homens, o indicador mostrava-se bastante inferior ao delas, apenas 46% do total da população masculina ocupada (47,9 milhões). Passada uma década, em 2014, o total da população feminina e masculina ocupada cresceu (elas: 39,9 milhões; eles: 52,5 milhões); entretanto, a proporção de mulheres realizando a dupla jornada de trabalho diminuiu para 88%, enquanto entre os homens a proporção praticamente se manteve (IBGE, 2014).

De acordo com os dados recentes da PNAD/IBGE (2020), todas as mulheres continuam dedicando muito mais horas semanais aos afazeres domésticos e/ou às atividades de cuidados que os homens, estando ocupadas (elas: 18,5 horas; eles: 10,4 horas) ou não (elas: 24,0 horas; eles: 12,1 horas). As mulheres pretas ou pardas, em especial estavam mais

envolvidas com essas atividades (22,0 horas) do que as mulheres brancas (20,7 horas); em relação aos homens, o indicador pouco varia quando se considera cor/raça (homens brancos: 10,9 horas; homens pretos ou pardos: 11,0 horas) (IBGE, 2021). Entretanto, de acordo com o estudo de Bidarte e Fleck (2019), realizado com dados da PNAD/IBGE para o período 2004-2014, observa-se uma maior participação dos homens no cotidiano familiar e maior envolvimento na realização de afazeres domésticos e nas atividades de cuidado, visto que o seu indicador cresceu 11% no período analisado, o que pode representar uma mudança de comportamento ou de mentalidade.

Importante destacar que o indicador de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou atividades de cuidados, ao ser desagregado por sexo, idade, cor, renda, localização geográfica, entre outros marcadores sociais (IBGE, 2018, 2021), fornece informações para o monitoramento do ODS 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, sendo muito importante, inclusive, para dar visibilidade ao trabalho doméstico não-remunerado, realizado, sobretudo, pelas mulheres (UN, 2022; IPEA, 2022).

Além dos importantes impactos econômicos e nas relações de cuidado decorrentes da pandemia de Covid-19 (Melo; Morandi, 2021), é importante considerar a ampliação da agenda neoliberal no Brasil, a partir de 2016. Aliando discursos e práticas conservadoras sobre o papel das mulheres e das famílias heterocentradas à lógicas de desmonte de serviços públicos típicas das agendas neoliberais, acentua-se nos últimos anos a precariedade das condições de vida das mulheres no País, em especial, as mais pobres. Assim, em um cenário de constante narrativas de crise, inseguranças e enfraquecimento dos Estados em tempos de globalização capitalista financeira, retoma-se o lugar da “esfera pessoal protegida” (BROWN, 2020), mas também de controle, de produção da disciplina e da manutenção das “hierarquias tradicionais” (Biroli, 2019).

Partindo da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003; Hirata; Kergoat, 2007) e das restrições de políticas e de equipamentos públicos de cuidado (Biroli, 2019), as mulheres são as principais guardiãs das responsabilidades naturais das famílias. É interessante resgatar neste momento do texto, portanto, que a família, nos moldes como a conhecemos hoje, foi uma instituição-chave para a construção da política reprodutiva capitalista (Federici, 2019a), e é novamente o signo família que é resgatado como fundamental para a manutenção da vida em tempos de crises econômicas e de saúde. Neste entendimento de família, o papel das mulheres é justamente de cuidadoras e realizadoras de trabalho “meramente” reprodutivo.

Assim, considerando todos esses aspectos o que se observa no Brasil é a perpetuação da desigualdade de gênero com relação à distribuição do tempo dedicado à realização do trabalho doméstico não-remunerado, do trabalho reprodutivo, e isso constitui um elemento que limita e dificulta o acesso igualitário das mulheres ao mercado de trabalho, visto que o seu maior envolvimento em afazeres domésticos e/ou atividades de cuidados tende a impactar na taxa de participação e na forma de inserção delas no mercado de trabalho.

Do mesmo modo que Atal, Ñopo e Winder (2009) e Melo, Considera e Sabbato (2016), acredito que a maior participação dos homens nos afazeres domésticos e/ou nas atividades de cuidado melhoraria as condições de algumas mulheres para disputarem espaço e renda no mercado de trabalho. Não ignoro, contudo, que muitas famílias são monoparentais tendo apenas mulheres como chefes de família, assim como existem as famílias formadas por pessoas LGBTQ+, que não necessariamente têm na sua composição a participação masculina. Segundo dados do IBGE (2016), no Brasil o número de famílias chefiadas por mulheres passou de 9,5 milhões, em 1995, para 28,6 milhões em 2015, sendo mais expressiva para as mulheres pretas (de 4,3 milhões para 15,8 milhões), do que para as mulheres brancas (de 5,1 milhões para 12,7 milhões). Assim, os estudos citados no início desse parágrafo dizem respeito a um grupo restrito de famílias, quais sejam: heterossexuais e com homens presentes na sua composição. Entretanto, são relevantes também os estudos que indicam que as mulheres casadas com homens têm maior prejuízo quando se trata de inserção no mercado de trabalho em razão do casamento, do que pela presença e número de filhos, além de que a presença de um cônjuge masculino representa um acréscimo na jornada com afazeres domésticos para as mulheres (Bidarte, 2018; Bidarte; Fleck; Mello, 2018, 2021; Bruschini, 2006; Bruschini; Ricoldi, 2012; Soares, C. 2016; Soares; Sabóia, 2007).

Nesse sentido, em qualquer dos cenários anteriores é necessário investir em políticas públicas de assistência social, de serviços de cuidados públicos e gratuitos para crianças, pessoas com deficiência e idosas, assim como é importante o papel que a educação pode ter na desconstrução dos estereótipos de gênero. De um modo geral, os sistemas educacionais ocidentais têm levado os casos de conservação da cultura, pois herdamos os padrões europeu e estadunidenses que oprimem as minorias étnicas, contribuindo assim para a manutenção das hierarquias raciais e as desigualdades de gênero. Neste ponto, as contribuições de hooks (2013, 2019) são essenciais.

Para hooks (2013), a educação é capaz de promover mudanças de mentalidade, às quais mexem nas estruturas político-sociais. Por isso, a autora acredita na importância da educação como prática social humanista, que ensina as pessoas a transgredir preconceito,

machismo, racismo, sexismo. Além disso, hooks (2019) também acredita que todos os indivíduos podem educar e ser educados para o feminismo, obtendo uma consciência crítica, para a construção de sociedades melhores. É necessário pensar na educação pautada numa perspectiva decolonial, crítica e feminista, para que as mudanças possam ser vistas, pois torna-se possível combater os preconceitos e as desigualdades, ainda tão presentes nas sociedades ocidentais.

Compreendo que todas estas possibilidades de melhorias que envolvem as políticas de assistência social, aposentadorias dignas (inclusive considerando o tempo de serviço dedicado ao trabalho doméstico) e as mudanças educacionais são estratégias incompletas. Isso porque elas estão inseridas, tal qual nos ensina Federici (2019a; 2019b), na lógica capitalista que é um dos pilares fundamentais dos binarismos de gênero e da construção do local da mulher como destinada ao trabalho reprodutivo. Isso não diminui a relevância dessas ferramentas enquanto mecanismos que podem reduzir as desigualdades de gênero no trabalho produtivo e reprodutivo identificadas nesta pesquisa, ainda que talvez nunca as resolver por completo.

### **3. Considerações Finais**

A elaboração deste estudo atende diversos chamados acadêmicos, políticos e sociais, constituindo um esforço de pesquisa dentro da área de conhecimento da Administração. Neste estudo, busco evidenciar a persistente desigualdade de gênero entre homens e mulheres no Brasil, discutindo a realidade brasileira na qual as diversas diferenças e desigualdades se estruturam em torno de desvantagens acumuladas ao longo da história. A partir de dados de pesquisas oficiais nacionais, realizou-se desagregações possíveis, buscando o olhar interseccional. Tal olhar é importante nos estudos de gênero, pois revela que há diferenças que se acentuam na análise conjunta de diversos marcadores sociais, sobretudo quando se considera sexo, cor e renda.

No Brasil, diversas transformações sociais ocorreram no decorrer do último século sob a perspectiva de gênero, como redução da fecundidade, disseminação de métodos contraceptivos, maior participação no mercado de trabalho, maior acesso à informação e à educação (IBGE, 2018, 2021, 2024a). A formulação e ampliação de políticas sociais ao longo dos anos tem fomentado a melhora de indicadores sociais das mulheres, como na área de educação e saúde. No entanto, isso mostra-se insuficiente para colocá-las em situação de

igualdade com os homens em outras esferas, como no mercado de trabalho e em posições de maior tomada de decisão tanto no setor privado quanto no setor público.

Em sua caminhada, as mulheres enfrentam diversos desafios fora e dentro do lar: ainda são as maiores responsáveis pela realização de afazeres domésticos e atividades de cuidado, o que constituem fatores limitadores para uma maior e melhor participação feminina no mercado de trabalho, visto que tendem a reduzir a ocupação delas ou ainda direcioná-las para ocupações menos remuneradas. Além disso, em muitos casos, as mulheres que realizam a dupla jornada de trabalho, dividindo seu tempo entre o emprego e a casa, acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida, e, como reflexo disso, menores rendimentos.

Os indicadores da participação de mulheres nos cargos políticos e nos cargos gerenciais apresentam melhora discreta, porém ainda muito longes de corresponderem à metade dos indicadores dos homens. A maior participação feminina nos cargos políticos, por exemplo, além de ser importante em termos de representatividade, possibilitaria aumentar as chances de pautar a formulação e ampliação de políticas públicas voltadas à promoção de equidade de gênero, de acesso a oportunidades, e de proteção contra qualquer tipo de violência.

O caminho a ser percorrido em direção à igualdade de gênero no Brasil ainda se mostra longo para as mulheres, sendo mais tortuoso para as mulheres pretas ou pardas, pobres, e residentes fora dos centros urbanos. Enquanto não existir uma agenda pública permanente, que ponha a igualdade de gênero como um dos eixos estruturantes da formulação de políticas públicas no Brasil, diferenças e desigualdades entre homens e mulheres continuarão existindo nas atividades desenvolvidas, nas funções e responsabilidades atribuídas, nas oportunidades de tomada de decisão, no acesso e controle sobre os recursos (IBGE, 2018, 2021, 2024a).

Para um horizonte melhor, um esforço possível é desenvolver indicadores específicos de gênero, que possibilitem a desagregação de dados por sexo, idade, cor, renda, localização geográfica, entre outros marcadores sociais, e assim alcançar as metas, em diversas frentes, da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o ODS 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, e o ODS 10, que busca reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles (UN, 2022; IPEA, 2022).

## CAPÍTULO III

### PESQUISAS SOBRE USO DO TEMPO: A EXPERIÊNCIA DO BRASIL<sup>3</sup>

---

#### 1. Introdução

O tempo é um recurso fundamental, que pode ser usado pelas pessoas de diferentes maneiras, e a forma como elas organizam e distribuem seu tempo afeta o bem-estar social e econômico, possuindo impactos sobre sua família e a comunidade onde vivem (Elias, 1998). As pesquisas de uso do tempo representam uma das maneiras de captar informações sobre as diferentes atividades remuneradas ou não que as pessoas realizam ao longo de um determinado período, geralmente 24 horas, retratando, deste modo, o seu cotidiano. O tempo dedicado a cada uma das atividades pode ser usado de modo diferente pelas pessoas, variando conforme suas possibilidades e prioridades, sexo, idade, cor, raça, renda, classe, instrução, ocupação, condição no domicílio, posição na família, e outras características, como apontam diversas pesquisas inter/nacionais (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010; Souza, 1972; Szalai, 1972).

Para questões de gênero, as pesquisas de uso do tempo possuem grande importância, pois revelam como o tempo é utilizado pelos homens e pelas mulheres no seu dia a dia entre o trabalho destinado ao mercado e à reprodução da vida, considerando grupos etários, raciais e/ou das várias classes sociais (Dedecca, 2004; Fontoura; Araújo, 2016; Soares, C. 2016). Tais informações possibilitaram – e possibilitam – a formulação e implementação de políticas públicas eficientes no Brasil, sobretudo para combater as desigualdades de gênero (IBGE, 2018, 2021, 2024a). Além disso, com o conhecimento do tempo gasto pelas pessoas para realizar o trabalho doméstico não-remunerado, o dito trabalho reprodutivo, realizado no interior dos domicílios, sobretudo pelas mulheres, tornou-se possível estimar o valor econômico que possui este tempo de trabalho para a economia brasileira (Melo; Considera; Sabbato, 2016).

Frente a isso, neste artigo contextualizo historicamente a experiência do Brasil em relação às pesquisas sobre uso do tempo e, depois, apresento propostas metodológicas de

---

<sup>3</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada no XLVII Encontro da Anpad – EnAnpad (Bidarte; Rodrigues, 2023).

valoração monetária do trabalho doméstico não-remunerado nas contas nacionais do país. Para tanto, nas próximas seções, em um primeiro momento, discorro sobre as pesquisas de uso do tempo realizadas no Brasil, destacando explicações sobre os seus aspectos metodológicos e sobre os conceitos e definições essenciais para a compreensão de seus indicadores. De modo conjunto, a partir dos dados dessas pesquisas, realizo desagregações possíveis, buscando o olhar interseccional; em um segundo momento, discorro sobre alguns estudos que propõem metodologias de valoração dos afazeres domésticos e atividades de cuidado para o caso brasileiro. Com isso, junto-me ao coro de pesquisadores/as que buscam dar a devida visibilidade ao trabalho doméstico não-remunerado e à contribuição feminina para a economia brasileira. Por fim, na última seção, apresento as considerações finais deste estudo.

## **2. Tempo: breves comentários**

Desde tempos remotos, o tempo possui para os homens um caráter misterioso, obscuro e enigmático. O tempo, como algo invisível, não pode ser captado pelos relógios, que, como instrumentos de fabricação humana, medem apenas aquilo que é passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho, subdividido em horas e minutos. Estes, por sua vez, são processos físicos padronizados pela sociedade, com valor uniforme em uma nação ou até mesmo entre várias. Relógios e calendários, criados e utilizados pelo homem, cumprem o papel de orientar as pessoas em uma sequência de processos sociais e físicos, limitados, neste caso, aos fenômenos naturais (Elias, 1998).

Elias (1998) defende que o tempo não existe em si; ele é, essencialmente, um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizado. O tempo desenvolveu-se em função de tarefas específicas e das intenções humanas; atualmente, ele é tanto um instrumento de orientação essencial para a realização de uma diversidade de atividades quanto uma instituição cuja natureza varia entre as sociedades. Calendários, agendas, relógios e horários representam o tempo, mas não são o tempo em si. Em nosso mundo simbólico, a especificidade do tempo está no uso de símbolos numéricos como meios de orientação humana. Nos tempos recentes, esses instrumentos exatos – apesar de diferenças de dias, horas ou segundos – tornaram-se quase indispensáveis a qualquer forma de organização social.

A determinação do tempo cumpre funções específicas que podem se modificar ao longo do desenvolvimento da sociedade; sua mensuração e os instrumentos a ela associados

também se transformam. A determinação do tempo se baseia em sequências observáveis de eventos ou, no caso dos calendários, em sequências simuladas de acontecimentos, apresentados de forma escrita ou impressa. Qualquer que seja sua natureza, os instrumentos de medição do tempo transmitem mensagens em resposta a questionamentos humanos. Por meio do relógio e dos símbolos em seu mostrador, sabemos as horas, se é dia ou noite, manhã ou tarde, informações compartilhadas por toda a sociedade; assim, o tempo regula comportamentos individuais e coletivos. Portanto, o tempo representa simbolicamente a complexa rede de relações entre o indivíduo, a sociedade e a natureza (Elias, 1998).

Sobre o tempo, Szalai (1966) citado por Souza (1972, p. 51), traz os seguintes apontamentos:

Um dia tem 24, uma semana tem 168, um ano tem quase 8.800 horas. De dia a dia, de semana a semana, de ano a ano, este montante de tempo é igualmente concedido a pobres e ricos, a jovens e velhos, a homens e mulheres – a cada pessoa neste nosso planeta, sem distinção de nacionalidade, língua, cor, crença política ou religiosa e posição social. Isso posto, é necessário aduzir a afirmação melancólica de que o tempo físico é provavelmente a única coisa igualmente distribuída entre os seres humanos, a única coisa da qual todos recebem a mesma quantidade e da qual todos podem gastar o mesmo montante: 24 horas por dia, nem mais, nem menos.

Ao crescer, o indivíduo aprende a interpretar os sinais temporais adotados em sua sociedade e a ajustar seu comportamento de acordo com eles. O tempo se apresenta como uma exigência inescapável, uma norma social à qual todos devem responder. Nesse sentido, a pressão do tempo imposto pelos relógios manifesta-se em múltiplas esferas da vida: do rigor dos horários profissionais ao planejamento do lazer, da prática religiosa ao ócio, ao lazer e ao descanso e, de forma acentuada, ao trabalho reprodutivo. Esse tempo socialmente cronometrado revela desigualdades significativas entre os gêneros, particularmente no que diz respeito ao uso do tempo por homens e mulheres (Dedecca, 2004; Fontoura; Araújo, 2016; Itaboraí, 2016; Soares, 2016; Souza, 1972).

De acordo com Fontoura e Araújo (2016) e Melo e Moraes (2021), as normas temporais que regem o cotidiano não se aplicam de maneira igual para todos os indivíduos, sendo atravessadas pelo gênero. Enquanto os homens tendem a dispor de maior liberdade de tempo, especialmente no que concerne ao ócio e ao lazer, as mulheres, em contrapartida, experimentam uma exigência maior em conciliar diferentes atividades, muitas das quais ligadas ao trabalho doméstico e de cuidados. Essas responsabilidades, que recaem de forma desigual sobre elas, revelam como a organização social do tempo está profundamente imbricada nas estruturas de gênero, definindo o que é esperado de homens e mulheres no uso de suas horas e

seus minutos (Dedecca, 2004; Melo; Considera; Sabato, 2016; Souza, 1972). Desse modo, o tempo, mais do que uma medida objetiva, é uma construção social que espelha e reforça relações de poder e desigualdade, orientando práticas e experiências individuais de maneira marcadamente desigual entre os gêneros.

### **3.Contextualizando a Experiência do Brasil**

No Brasil, a década de 1970 foi marcada pela proclamação da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas (UN, 1976) e pelo crescimento do movimento feminista, o que fortaleceu a busca pela liberdade e igualdade entre os sexos e permitiu o ingresso de um número maior de mulheres no mercado de trabalho, que saltou de 18,5% para 32,9% em 1991 na população economicamente ativa (IBGE, 2000a). Mulheres que passaram a contribuir com a sociedade duplamente, encarando um mercado de trabalho hostil, por conta do machismo que predominava, e desdobrando-se nos diversos papéis de dona de casa, mãe, esposa. Essa dupla contribuição feminina foi denominada pelo movimento feminista como “dupla jornada de trabalho” (Bruschini, Ricodi, 2012; Hirata; Kergoat, 2007; Melo; Castilho, 2009).

No entanto, a grande conquista das mulheres ficou mascarada nas estatísticas. Os dados sobre esse período da história não correspondem efetivamente à realidade e não dão parâmetro real do que acontecia à época. Entre as décadas de 1970 e 1980, as estatísticas oficiais brasileiras foram alvo de críticas. A principal delas era de que os conceitos e procedimentos metodológicos utilizados pelas pesquisas oficiais nacionais para mensurar o trabalho doméstico não mostravam a real contribuição feminina à sociedade. Exigia-se, portanto, que as informações sobre os afazeres domésticos fossem divulgadas à sociedade de forma aberta, não permanecendo apenas em poder dos responsáveis pelas pesquisas (Bruschini, 2006, 2007).

As pesquisas e produção de estatísticas sobre trabalho doméstico e uso do tempo vêm sendo realizadas em países desenvolvidos, como Estados Unidos e nações europeias, desde a década de 1960; na América Latina, essas pesquisas iniciaram bem mais tarde, por volta da década de 1990 (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010). No Brasil, após diversas pressões ao longo dos anos, os afazeres domésticos começaram a ser investigados e seus dados, então, divulgados à sociedade brasileira.

Em 1992, os afazeres domésticos fizeram parte do tópico “Trabalho e Rendimento”, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), planejada e executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa informação passou a ser coletada por meio

da questão de número 121 do questionário da PNAD/IBGE, à qual se limitava apenas a perguntar se na semana de 20 a 26 de setembro de 1992 o/a respondente havia cuidado dos afazeres domésticos em sua residência (PNAD/IBGE, 1992a). Essa questão era objetiva e, portanto, dificilmente geraria dúvidas de entendimento por parte do/a respondente, visto que apresentava respostas binárias, ou seja, os/as respondentes estavam diante de uma situação com apenas duas opções de escolha: sim ou não. De fato, a questão consistia em uma informação incipiente, mas permitia um mapeamento inicial sobre quem (mais) se envolvia com os afazeres domésticos. Além disso, a sua inclusão atendeu a demandas de pesquisadoras feministas que há anos apontavam para a invisibilidade do trabalho doméstico nas estatísticas oficiais, considerado nos levantamentos do IBGE como inatividade econômica (Bruschini, 2006).

Três anos depois, em 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, China, e publicou, posteriormente, um documento intitulado “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, contendo 12 pontos prioritários de trabalho objetivando a igualdade de gênero e a eliminação da discriminação contra mulheres e meninas no mundo todo. Especificamente sobre o ponto “Mulher e Economia”, o documento listou, como objetivo estratégico de elaboração e divulgação de dados e informações desagregados por gênero para fins de planejamento e avaliação pelos Estados, conforme pode ser visto nos seguintes itens:

- g) desenvolver uma classificação internacional de atividades, para a elaboração de estatísticas baseadas no emprego de tempo, sensíveis às diferenças entre o homem e a mulher no tocante a trabalho remunerado e não remunerado, e coletar dados discriminados por sexo em nível nacional, sujeito às restrições nacionais:
- i – empreender estudos periódicos sobre o emprego do tempo para medir quantitativamente o trabalho não remunerado, registrando inclusive as atividades que se realizam simultaneamente com as atividades remuneradas ou outras atividades não remuneradas;
- ii – medir quantitativamente o trabalho não remunerado que não é incluído nas contas nacionais e buscar melhorar os métodos de aferição do seu valor, para que este seja indicado com exatidão em contas especiais ou outras contas oficiais preparadas separadamente das contas nacionais básicas, mas em consonância com estas (UN, 1995, p. 222).

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim recomendou aos países que o trabalho doméstico não-remunerado, realizado majoritariamente pelas mulheres, fosse incorporado em um sistema de contas satélites compatíveis com o Sistema de Contas Nacional, com o objetivo de dar visibilidade ao valor econômico gerado por esse tipo de trabalho, o que mostraria sua participação na geração de riqueza nacional (UN, 1995). A partir da publicação desse documento, houve uma proliferação de estudos sobre o uso do tempo medindo o trabalho não-

remunerado em vários países do mundo, inclusive na América Latina e Caribe (Barajas, 2016). E mais: apontando a divisão sexual dos afazeres domésticos e das atividades de cuidado, e mostrando as desigualdades de gênero em relação à realização dessas tarefas (Melo; Castilho, 2009).

Naquele mesmo ano, na Conferência Mundial sobre a Mulher, diversas organizações foram convidadas a trabalhar para melhorar as estatísticas de uso do tempo, dentre elas a ONU. Diante disso, a Divisão de Estatística da ONU começou a sistematizar modelos e métodos para a realização de pesquisas sobre o uso do tempo. Foi elaborado um manual para a produção de estatísticas de uso do tempo, buscando facilitar a comparabilidade internacional dos dados (UN, 2021).

Pouco tempo depois, em 1997, a referida Divisão elaborou a Classificação Internacional de Atividades para Estatísticas de Uso do Tempo (International Classification of Activities for Time-Use Statistics – ICATUS), uma classificação hierárquica de três níveis, que contém todas as atividades nas quais uma pessoa pode se dedicar durante as 24 horas de um dia, a qual fornece uma estrutura com conceitos e definições padronizados para a divulgação sistemática de estatísticas de uso do tempo comparáveis entre países e ao longo do tempo, independentemente do tipo de instrumentos utilizados para a coleta de dados. O desenvolvimento e aprimoramento da ICATUS é resultado do interesse manifestado pelos países em estabelecer uma classificação internacional de atividades para estatísticas de uso do tempo, que busque responder a diversas preocupações políticas, incluindo aquelas sobre igualdade de gênero, formas de trabalho não-remuneradas, e qualidade de vida e bem-estar geral (UN, 2021).

No Brasil, até então, pesquisas de uso do tempo não faziam parte dos levantamentos dos órgãos nacionais de estatística. Com o objetivo de ampliar as investigações econômicas, sociais e demográficas em nível de domicílio, o projeto piloto multitemático da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) foi realizado pelo IBGE, em convênio com o Banco Mundial, apenas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, de março de 1996 a março de 1997. Esta pesquisa contemplou, dentre os temas, o Uso do Tempo, se limitando ao tempo gasto com (i) trabalho produtivo, (ii) afazeres domésticos, (iii) trabalho comunitário, (iv) permanência em estabelecimento de ensino, e tempo gasto com (v) +transporte (IBGE, 1999a).

Buscando obter um maior controle de qualidade em relação às informações sobre despesas familiares, o questionário da PPV foi aplicado em duas visitas ao mesmo domicílio em um intervalo de duas semanas; ao entrevistado foi solicitado que anotasse as suas despesas durante as duas semanas que antecederam a segunda visita (IBGE, 1999a). Em relação aos

afazeres domésticos, foram incluídas duas questões na Seção 6, Parte A, do questionário: a de número 13, à qual perguntava se durante os últimos sete dias a pessoa havia se dedicado aos afazeres domésticos; e a de número 14, à qual perguntava quantas horas por dia (IBGE, 1999b). De fato, a referida pesquisa também não contemplava o detalhamento das horas dedicadas ao trabalho reprodutivo por tipo de afazer doméstico.

Como resultados, a Pesquisa sobre Padrões de Vida revelou que o trabalho produtivo e os afazeres domésticos são as atividades que mais consomem tempo das pessoas, e que há diferenças significativas segundo o rendimento domiciliar per capita e o local de residência, e segundo as características das pessoas, como gênero, cor, idade e instrução dos moradores. Para a população ocupada de 5 anos ou mais de idade, 43% se dedicam ao trabalho produtivo e aos afazeres domésticos, gastando uma média de 63 horas semanais na realização destas atividades; 8% trabalham e estudam, gastando 53 horas semanais; e 7% trabalham, estudam e realizam afazeres domésticos, gastando 65 horas semanais. Já para a população não ocupada de 5 anos ou mais de idade, 39% se dedicam apenas aos afazeres domésticos, gastando uma média de 43 horas semanais; 19% estudam e se dedicam aos afazeres domésticos, gastando 39 horas semanais (IBGE, 1999a).

Desagregados por sexo, os dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida mostraram que da população feminina de 5 anos ou mais de idade cerca de 79% realiza os afazeres domésticos, enquanto que entre a população masculina o indicador era de apenas 28,6%. Além disso, enquanto elas dedicavam uma média de 36 horas semanais nesta atividade, eles dedicavam apenas 14 horas. Em relação à idade, a pesquisa indicou a tendência de maior dedicação aos afazeres domésticos com o aumento da idade, sendo o ápice o grupo de idade entre 25 a 59 anos (IBGE, 1999a). Sobre este último resultado, foi apontado, como uma possível explicação, a presença de filhos pequenos, com idade de serem cuidados, o que já era discutido por diversos estudos feministas (Bruschini, 1985, 1994, 1995, 1998).

Ao considerar outras características da amostra, a pesquisa mostrou mais desigualdades entre homens e mulheres e também entre as próprias mulheres e entre os próprios homens (IBGE, 1999a). Entretanto, na publicação, a pesquisa limita-se a apresentar dados e discussões sobre a categoria “afazeres domésticos” referentes apenas às mulheres; sobre os homens, a indicação é observar os microdados disponibilizados, estes fornecidos em formato bruto, o que dificulta a localização das informações para as comparabilidades.

Em relação à cor, as mulheres pretas e pardas (30,6 horas) gastaram mais tempo nos afazeres domésticos do que as mulheres brancas (28,8 horas); em relação aos anos de estudo, as mulheres com menos de um ano de estudo (38 horas) gastam mais horas do que as mulheres

que têm 12 anos ou mais de estudo (28 horas); e em relação à renda domiciliar per capita, o indicador apresentou pequena diferenciação entre as mulheres, sendo próximas as médias de horas semanais gastas em afazeres domésticos. A situação do domicílio também mostrou-se influente, visto que as mulheres em áreas rurais (32 horas) dedicaram mais horas nos afazeres domésticos do que as mulheres em áreas urbanas (28,8 horas) (IBGE, 1999a).

Outro ponto destacado pela Pesquisa sobre Padrões de Vida foi que o menor tempo gasto com afazeres domésticos pelas mulheres residentes da Região Sudeste e em áreas urbanas podia estar relacionado à presença de eletrodomésticos (como fogão, geladeira, microondas, enceradeiras, aspirador de pó, máquina de lavar roupa, de lavar prato e de secar roupa), os quais facilitam e reduzem o tempo dedicado às atividades domésticas. Além disso, na Região Sudeste haviam mais domicílios que contratavam serviços de empregadas domésticas e/ou diaristas, em comparação com os domicílios da Região Nordeste, o que podia estar relacionado à renda (IBGE, 1999a).

A partir da pesquisa sobre Padrões de Vida, tida como a primeira experiência no tema sobre uso do tempo (IBGE, 1999a), a pretensão do IBGE era de implementar uma pesquisa com abrangência nacional sobre o tema, como elemento integrante do sistema de informações sociais e econômicas. Entretanto, para que isso fosse possível, eram necessárias mais experiências. Pouco tempo depois, entre maio e junho de 2001, o IBGE realizou uma pesquisa sobre a utilização do tempo dos moradores dos bairros do Andaraí, Grajaú e Vila Isabel, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Essa pesquisa possuía a intenção de servir como base para a construção de um modelo de pesquisa que fosse utilizado como referência para implantação de um projeto com abrangência nacional (IBGE, 2001).

Para tanto, foram definidas especificações metodológicas para a realização da pesquisa, com pessoas de 15 anos ou mais de idade, como: utilização de versão simplificada da classificação internacional da ONU, a ICATUS, para atividades de uso do tempo (versão de outubro de 2000); metodologia de coleta de dados: entrevistas rememorativas; utilização de um diário para registro do tempo despendido em atividades desenvolvidas durante o dia útil anterior à entrevista, com intervalos de tempo de 15 minutos; registro do tempo gasto na atividade principal e na atividade simultânea; inclusão das variáveis de contexto das atividades (“com quem”, “para quem” e “onde”) de acordo com a classificação da ONU e de outros países (Eurostat, Austrália, Canadá e Nova Zelândia, para as atividades principais); registro das três principais atividades desenvolvidas aos domingos; inclusão de variáveis classificatórias de uso do tempo: gênero, escolaridade, religião, renda domiciliar, idade, entre outras (IBGE, 2001, p. 10).

Sobre o contexto das atividades, é importante sublinhar alguns pontos. A questão “com quem” buscava saber se a pessoa realizou a atividade sozinho, na companhia de crianças de até 10 anos de idade, de membros integrantes do próprio domicílio ou de outras pessoas; a questão “para quem” buscava saber se a pessoa realizou a atividade para si próprio, para crianças de até 10 anos de idade, para idosos de 60 anos ou mais de idade ou membros integrantes do próprio domicílio, para outras pessoas fora do domicílio, empresas, instituições e órgãos comunitários; e a questão “onde” buscava saber em qual local a pessoa estava quando exerceu a atividade, se no próprio domicílio, em outros locais ou em trânsito. Além disso, em alguns momentos do dia, as pessoas podem realizar mais de uma atividade ao mesmo tempo. Considerando isso, foram investigadas as atividades realizadas de forma simultânea (por exemplo: cozinhar e cuidar das crianças), com a inclusão de uma coluna onde se apurou o que mais a pessoa estava fazendo (IBGE, 2001).

Pela metodologia definida, os dados da pesquisa referem-se a uma amostra muito particular, o que impôs restrição à análise dos dados; entretanto, tais especificações metodológicas não impediram que a pesquisa fosse realizada com o rigor necessário a pesquisas por amostragem. Sobre as características gerais da amostra, a maioria das pessoas moradoras nos bairros pesquisados eram mulheres (59%), possuía idade acima de 35 anos (56%), possuía pelo menos o ensino médio completo (61%), cerca de 52% dos domicílios pesquisados encontravam-se na faixa de mais de 10 salários mínimos, dos quais 79% eram domicílios próprios (IBGE, 2001).

Os resultados da pesquisa revelaram evidentes desigualdades de uso do tempo por gênero: os homens informaram atividades relacionadas a trabalho remunerado e participavam mais de eventos culturais e atividades de lazer e esporte, enquanto as mulheres informaram atividades relacionadas à comunidade e aos cuidados da família. Na atividade de cuidados a membros do próprio domicílio, verificou-se que o maior tempo é dedicado às crianças de até 10 anos de idade, em média 143 minutos, ou 2h e 23min, realizada sobretudo pelas mulheres. Entretanto, quando se considera os grupos de idade, notou-se que eram as mulheres jovens, de 15 a 24 anos de idade, que mais gastavam tempo às atividades de cuidado, em média 210 minutos (3h e 30min), já entre os homens, eram os de 35 a 44 anos de idade, que em média gastavam 132 minutos (2h e 12min). Dentre as atividades desenvolvidas aos domingos, observou-se que as mulheres declararam dedicar tempo a atividades para o próprio domicílio (46,8%) e a cuidados a membros da família (27,7%), indicadores superiores aos dos homens nas mesmas atividades (33,0% e 16,2%, respectivamente).

Após a pesquisa sobre o uso do tempo dos moradores da cidade do Rio de Janeiro (IBGE, 2001), ainda em 2001, o IBGE deu um importante passo para a análise do tempo destinado aos afazeres domésticos: incluiu uma questão complementar de número 121-a em seu questionário, sendo aplicada àqueles respondentes que disseram “sim” à questão anterior (PNAD/IBGE, 2001a). Essa questão passou a investigar o número de horas que a pessoa despendia por semana para a realização, no domicílio de residência, de afazeres domésticos. O registro do número de horas deveria ser feito da seguinte maneira: em horas inteiras, com dois algarismos. Considerava-se 30 minutos ou mais como uma hora, e desprezava-se os períodos inferiores a 30 minutos. Por exemplo: 44 horas e 30 minutos deveria ser registrado como 45; e 36 horas e 15 minutos, como 36 (PNAD/IBGE, 2001b).

Desta forma, a PNAD passou a investigar a média de horas semanais gastas pelos respondentes, total (refere-se àquelas pessoas de 16 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no domicílio de residência na semana de referência) e ocupados (refere-se àquelas pessoas com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastadas por motivo de férias, licença, falta, greve, etc.), na realização de afazeres domésticos por Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas do Brasil e a nível nacional, e ainda os classificou por sexo e faixa etária (PNAD/IBGE, 2010). Essa questão constituiu importante marco de investigação no Brasil, pois possibilitou cruzamentos de dados e também o desenvolvimento de séries históricas (Bidarte; Fleck, 2019).

Mais de meia década depois, em 2008, o governo brasileiro instituiu o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), com o objetivo de aprofundar as discussões sobre o assunto no país e a incorporar a perspectiva de gênero nas estatísticas oficiais nacionais, o que dá a base para a formulação e implantação de políticas públicas eficientes. O Comitê foi coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), pelo IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de seus convidados permanentes, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com a criação do Comitê, tal temática passou a ter a devida atenção por parte das instituições, o que possibilitou a realização do primeiro teste-piloto da pesquisa de Uso do Tempo (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010).

Entre 2009 e 2010, a pesquisa Uso do Tempo foi a campo como teste-piloto da PNAD-Contínua, tendo como objetivo avaliar a viabilidade operacional, o impacto das mudanças metodológicas e o questionário completo de trabalho e rendimentos. A pesquisa buscou conhecer como as pessoas organizavam seu tempo, coletando informações que pudessem ser comparadas com as de outros países, de acordo com diversas variáveis, como sexo, cor/raça,

idade, instrução, ocupação, condição no domicílio, posição na família, entre outras (PNAD/IBGE, 2009b; PNAD-C/IBGE, 2009, 2012a).

O teste-piloto foi realizado a partir de uma subamostra da PNAD-Contínua de 2009, aplicado a pessoas de 10 anos ou mais de idade, compreendendo 11.940 domicílios. Para a coleta, utilizou-se a metodologia de diários, com dois instrumentos: computador de mão, para as entrevistas presenciais; e diário em papel, como suporte para a memória, no qual as pessoas listavam suas atividades realizadas ao longo do dia, em intervalos de tempo de 15 minutos (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010; PNAD-C/IBGE, 2009, 2012a).

Entre as principais referências utilizadas para a elaboração da metodologia do teste-piloto estão as experiências das pesquisas harmonizadas aplicadas em diversos países europeus (Harmonised European Time Use Surveys – HETUS), e da pesquisa aplicada nos Estados Unidos (American Time Use Survey – ATUS). Além disso, a classificação das atividades no teste-piloto teve como base a proposta da ICATUS/ONU, buscando, deste modo, a comparabilidade das informações entre o maior número de países possível. Para tanto, ajustes foram necessários: por um lado, incorporar atividades típicas realizadas no Brasil, por outro lado, simplificar a gama de atividades sugeridas na classificação (Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010).

A pesquisa Uso do Tempo foi aplicada, entre outubro e dezembro de 2009, nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará, Pernambuco e Distrito Federal, contemplando, deste modo, as cinco grandes regiões brasileiras (total de 10.092 domicílios); já no Rio de Janeiro, o período de referência da coleta foi entre outubro de 2009 a setembro de 2010, porém apenas na Região Metropolitana, pois buscou-se verificar como as atividades variavam nos diferentes períodos do ano (total de 1.848 domicílios). A taxa de resposta para a pesquisa foi de 55,3%. O tópico “Trabalho e Rendimento” foi investigado em todos os domicílios, o qual incluía os módulos de: (1) Próprio-Consumo; (2) Trabalho Voluntário; (3) Afazeres Domésticos; e (4) Cuidado de Pessoas (PNAD-C/IBGE, 2012a).

Especificamente sobre o módulo “cuidado de pessoas”, as perguntas referiam-se a: questão n. 105: “na semana de referência cuidou de crianças da família com até 14 anos de idade, que eram moradoras do domicílio ou parentes de outro domicílio?”; questão n. 106: “na semana de referência quantas horas se dedicou efetivamente ao cuidado dessas crianças com até 14 anos de idade?”; questão n. 107: “na semana de referência, cuidou de pessoas da família com 15 anos ou mais de idade, temporariamente doentes ou dependentes de cuidados ou atenção especial, que eram moradoras do domicílio ou parentes de outro domicílio?”; e questão n. 108: “na semana de referência quantas horas se dedicou efetivamente ao cuidado dessas pessoas com

15 anos ou mais de idade?”. E sobre o módulo “afazeres domésticos”, as perguntas referiam-se a: questão n. 114 “na semana de referência realizou afazeres domésticos?”; e a questão n. 115 “na semana de referência quantas horas se dedicou efetivamente aos afazeres domésticos?” (PNAD-C/IBGE, 2009, 2012a).

Os resultados da pesquisa, a nível nacional, revelaram evidentes desigualdades de uso do tempo por gênero: em média, 87,5% das mulheres brasileiras realizaram afazeres domésticos na semana de referência, enquanto que apenas 46% dos homens; e 38,6% delas realizaram atividades de cuidado de pessoas da família, contra 18,8% deles. Entre as Unidades da Federação, a maior participação feminina nos afazeres domésticos foi observada no estado do Rio Grande do Sul (92,5%) e a menor no Distrito Federal (82,6%); entre os homens, foi no estado do Rio Grande do Sul (64,5%) e no estado de Pernambuco (30,8%), respectivamente. Já em relação às atividades de cuidado de pessoas da família, observa-se a maior participação feminina no estado do Pará (42,6%) e a menor no estado do Rio Grande do Sul (33,4%); entre os homens, foi maior no Distrito Federal (23,7%) e menor no estado do Pará (14,2%) (PNAD-C/IBGE, 2012a).

Em relação aos grupos de idade, tanto as mulheres quanto os homens entre 25 a 49 anos de idade foram as/os que mais realizaram afazeres domésticos (elas: 90%; eles: 47,6%) e atividades de cuidados de pessoas da família (elas: 49,2%; eles: 26,2%). Entretanto, quanto ao número de horas aos afazeres domésticos (elas: 32 horas; eles 16 horas) e às atividades de cuidados de pessoas da família (elas: 33,7 horas; eles: 19,9 horas), as mulheres dedicaram, em média, o dobro de horas a estas tarefas em relação aos homens. Tais resultados podem ser explicados devido a essa faixa etária possuir um grande percentual de pessoas com filhos com idade de serem cuidados (PNAD-C/IBGE, 2012a).

Quando considerada a condição no domicílio, os dados mostraram diferenças entre residentes urbanos e rurais. Independentemente de as mulheres serem residentes em áreas urbanas ou rurais, elas são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e atividades de cuidado. Desagregados por sexo, a proporção de mulheres residentes em áreas urbanas realizando afazeres domésticos (elas: 85,8%; eles: 52,4%) e atividades de cuidado (elas: 29,8%; eles: 13,1%) é superior a dos homens; o mesmo é observado em relação às mulheres residentes em áreas rurais, onde observa-se uma desigualdade ainda maior em relação à realização dos afazeres domésticos (elas: 90,0%; eles: 50,1%) e atividades de cuidado (elas: 28,2%; eles: 8,1%). O tempo médio dedicado por dia às atividades mostra que as mulheres dedicaram mais tempo que os homens. Nos domicílios em áreas urbanas, o tempo médio dedicado pelas mulheres na realização dos afazeres domésticos (elas: 4,06 horas; eles: 2:23 horas) e atividades

de cuidado (elas: 2:13 horas; eles: 1:37 horas) mostrou-se superior ao dos homens; já nos domicílios em áreas rurais, o tempo médio dedicado pelas mulheres mostrou-se ainda maior na realização dos afazeres domésticos (elas: 4,42 horas; eles: 2:14 horas), porém próximos nas atividades de cuidado (elas: 2:10 horas; eles: 2:07 horas) (PNAD-C/IBGE, 2012a).

Os dados da pesquisa também mostraram diferenças na dupla jornada de trabalho. O percentual de mulheres que estavam ocupadas e realizavam afazeres domésticos (elas 86,7%; eles 45,5%) e/ou atividades de cuidados de pessoas da família (elas 37,1%, eles 20,0%) era bastante superior ao dos homens; além disso, as mulheres dedicaram muito mais horas semanais aos afazeres domésticos (elas: 20,4 horas; eles: 9,8 horas) e/ou às atividades de cuidados de pessoas da família (elas: 29,8 horas; eles: 18,4 horas) do que os homens (PNAD-C/IBGE, 2012a).

Dentre as pesquisas que fazem parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), está a PNAD-Contínua, que foi implantada de modo experimental em vinte Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, em outubro de 2011, buscando realizar ajustes referentes aos processos da pesquisa. Feito isso, em janeiro de 2012, a pesquisa foi implantada em todo o território nacional, passando a compor, em caráter definitivo, o conjunto de pesquisas correntes do IBGE (PNAD-C/IBGE, 2018b).

A PNAD-Contínua busca produzir informações contínuas sobre a inserção da população brasileira no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, bem como para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, agregando a produção resultados anuais sobre temas permanentes de pesquisa, tais como trabalho infantil e outras formas de trabalho, tecnologia da informação e da comunicação, cuidados pessoais e afazeres domésticos, etc. Os resultados da PNAD-Contínua passaram a ser divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Municípios das Capitais, e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina-Piauí (PNAD-C/IBGE, 2018b).

Durante os anos de 2012 a 2015, o IBGE constatou a necessidade de ajustes no questionário da PNAD-Contínua, tendo em vista às novas resoluções internacionais, especialmente da 19ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (CIET/OIT), realizada em 2013. O questionário da PNAD-Contínua foi reformulado no quarto trimestre de 2015, havendo a inclusão de quesitos e melhoria nas redações de conceitos, visando aprimorar a captação de informações. Na quinta entrevista ao domicílio, a PNAD-Contínua investiga o módulo “Outras formas de trabalho”, que apresenta as quatro atividades que não consideradas como ocupação na pesquisa: (1) produção para o

próprio consumo; (2) afazeres domésticos; (3) cuidado de pessoas; e (4) trabalho voluntário (PNAD-C/IBGE, 2017b). Na pesquisa, tais atividades são consideradas como formas de trabalho, ainda que não precificado ou tratado como parte do PIB do Brasil (PNAD-C/IBGE, 2020a). As informações sobre esse módulo são produzidas anualmente, destacando os principais aspectos observados em cada uma das perspectivas de análise, sendo um módulo que possui divulgação específica pelo IBGE (PNAD-C/IBGE, 2018b).

As notas técnicas sobre a PNAD-Contínua, apresentadas pelo IBGE, contém explicações sobre os aspectos metodológicos da pesquisa e sobre os conceitos e definições essenciais para a compreensão de seus indicadores. A pesquisa foi planejada para ter periodicidade de coleta trimestral, realizada através de uma amostra de domicílios, buscando garantir a representatividade dos resultados para os níveis geográficos em que é produzida. Os aprimoramentos teóricos e metodológicos introduzidos na PNAD-Contínua causaram efeitos que afetaram a comparabilidade com os indicadores dos anos anteriores, entre 2012-2015, já que tais alterações passaram a captar melhor as informações sobre o módulo “Outras formas de trabalho” (PNAD-C/IBGE, 2018b).

Em relação à investigação sobre o módulo “Outras formas de trabalho”, há o esclarecimento de que a PNAD-Contínua investiga, em separado, o trabalho em ocupação e as quatro formas de trabalho não consideradas como ocupação na pesquisa. Quanto à prestação de serviços para o próprio consumo, a investigação foi dividida em duas partes: (1) afazeres domésticos e (2) cuidado de pessoas, com o objetivo de aprimorar a captação das informações e de possibilitar estudos mais aprofundados (PNAD-C/IBGE, 2018b). Entretanto, cabe mencionar que, na pesquisa, a taxa de realização mensura apenas se a pessoa realizou ou não algum afazer doméstico e/ou alguma atividade de cuidado de pessoas. O número de horas semanais dedicadas a estas duas formas de trabalho são investigadas em conjunto, visto que afazeres domésticos e atividades de cuidado de pessoas, em geral, costumam ser realizadas concomitantemente no dia a dia (PNAD-C/IBGE, 2017a).

Além disso, destaca-se que, na PNAD-Contínua, as principais atividades consideradas como afazeres domésticos são discriminadas na questão que capta tais atividades com resposta “sim” e “não” para cada item listado, desde que sejam realizadas no domicílio de residência; já para os afazeres realizados em domicílio de parente, a questão é direta, sem a descrição das atividades, visto que a pessoa já foi lembrada na pergunta anterior sobre elas. Por isso, somente é possível analisar o percentual de pessoas que realizaram afazeres domésticos pelo tipo de atividade no próprio domicílio. Do mesmo modo, quando as atividades de cuidado são realizadas pela pessoa para moradores do domicílio de residência, é possível identificar qual

morador recebeu estas atividades, o que também permite discriminar quais atividades foram realizadas; já para as atividades de cuidado de parente não morador, a questão é direta, limitando-se a perguntar se a pessoa realizou ou não tais atividades (PNAD-C/IBGE, 2019a, 2020a).

Em 2016, o IBGE trouxe a conhecimento público o primeiro informativo de indicadores da PNAD-Contínua sobre as outras quatro formas de trabalho. As informações se referem às pessoas de 14 anos ou mais de idade, isto é, a população em idade de trabalhar. Devido ao recorte deste texto, abordarei apenas duas delas. Dentre as informações apresentadas sobre afazeres domésticos e cuidado de pessoas, destacam-se as seguintes: enquanto 32,4% das mulheres realizaram cuidados de pessoas do domicílio ou de parentes não moradores, entre os homens essa proporção foi de 21,0%; e, enquanto 89,8% das mulheres realizaram afazeres domésticos, a proporção entre os homens foi de 71,9%. De forma geral, tal informativo apontou para as desigualdades entre homens e mulheres quanto ao trabalho reprodutivo (PNAD-C/IBGE, 2017a), as quais continuaram sendo observadas nos informativos posteriores (PNAD-C/IBGE, 2018a, 2019a, 2020a).

Em relação ao informativo mais recente para o ano de 2019, para a categoria “cuidado de pessoas”, segundo sexo e as variáveis de interesse, a pesquisa mostrou que: 49,3% das mulheres de 25 a 49 anos de idade realizaram tais atividades, contra 36,9% dos homens; 39,6% eram mulheres pretas, e 27,8% eram homens pretos; 42,7% eram mulheres cônjuges ou companheiras, e 34,2% eram homens cônjuges ou companheiros; 33,4% eram mulheres ocupadas, e 24,2% eram homens ocupados; a realização de atividades de cuidado variou conforme o nível de instrução, sendo maior para as mulheres em todos os grupos, porém a maior taxa ocorreu entre os homens com ensino superior completo (30,3%) e entre as mulheres com ensino médio completo e superior incompleto (41,1%); tanto para as mulheres quanto para os homens, 49,2% e 52,0% das pessoas realizaram cuidados de pessoas de 0 a 5 anos de idade e de 6 a 14 anos de idade, respectivamente, mostrando a importância do cuidado de crianças nos domicílios; por fim, quanto ao tipo de cuidados realizados, as mulheres realizaram mais as atividades de monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio (elas: 91,6%; eles: 87,6%) e nas atividades de auxiliar nos cuidados pessoas (elas: 85,6%; eles: 67,9%) que os homens (PNAD-C/IBGE, 2020a).

Já em relação à categoria “afazeres domésticos”, segundo sexo e as variáveis de interesse, a pesquisa mostrou que: 95,5% das mulheres de 25 a 49 anos de idade realizaram tais atividades, contra 82,3% dos homens; 94,1% eram mulheres pretas, e 80,9% eram homens pretos; 97,0% eram mulheres cônjuges ou companheiras, e 86,6% para os homens responsáveis

pelo domicílio; 92,2% eram mulheres ocupadas, e 75,5% eram homens ocupados; a realização de afazeres domésticos aumenta conforme cresce o nível de instrução, especialmente para os homens (sem instrução e fundamental incompleto: elas: 89,6%; eles: 74,1%; ensino superior completo: elas: 93,4%; eles: 85,7%); as mulheres dedicaram mais horas semanais aos afazeres e/ou aos cuidados de pessoas do que os homens, estando ocupadas (elas: 18,5 horas; eles: 14,04 horas) ou não (elas: 24,0 horas; eles: 12,1 horas); por fim, quanto ao tipo de afazeres domésticos, as mulheres apresentaram percentual maior de realização de quase todas as tarefas elencadas na pesquisa, com exceção às atividades de pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos (elas: 30,6%; eles: 58,1%) (PNAD-C/IBGE, 2020a).

Ao longo dos anos, as pesquisas sobre o trabalho doméstico e sobre uso do tempo, ao passo que têm sido importantes fontes de informação, elas têm revelado um quadro repleto de desigualdades de gênero no Brasil, não apenas entre homens e mulheres, seja na população ocupada ou não, mas também entre as próprias mulheres e entre os próprios homens. É um fato que tais pesquisas avançaram bastante ao longo dos anos no País, ainda que apresente limitações de caráter teórico e/ou metodológico. Mesmo não possuindo metodologias mais avançadas, as pesquisas possuem uma classificação com grande nível de detalhes, e servem de base para o desenvolvimento de estudos de valoração do trabalho doméstico, realizados a partir de propostas metodológicas de diversos/as pesquisadores/as inter/nacionais, como abordarei na próxima subseção.

#### **4. Propostas Metodológicas de Mensuração, Valoração e Contabilização do Trabalho Doméstico Não-Remunerado para o Brasil**

O trabalho doméstico por bastante tempo foi considerado inatividade econômica, permanecendo invisível nas estatísticas oficiais nacionais (Bruschini, 2006), apesar da inserção de duas perguntas nos questionários da PNAD/IBGE sobre afazeres domésticos (PNAD/IBGE, 1992a, 2001a), conforme mencionado anteriormente. Ao tornarem público as informações sobre a média de horas semanais gastas em fazeres domésticos pelas pessoas brasileiras, em especial pelas mulheres, diversas pesquisadoras debateram em seus estudos que seria “legítimo considerar esta categoria um trabalho não-remunerado e não mais inatividade econômica”

(Bruschini, 2006, p. 331). Contudo, esse desprezo pelo trabalho reprodutivo mostra-se atrelada ao sistema capitalista.

A teoria econômica conceituou trabalho somente quando a atividade realizada pela pessoa é remunerada, e os bens e serviços, por ela produzidos, são comercializados no mercado por determinado preço monetário. Como o trabalho reprodutivo diz respeito às atividades realizadas no âmbito doméstico, vinculadas à reprodução social e sem remuneração, logo é invisível para o sistema capitalista como produtor de valor e como trabalho. Frente a isso, o movimento feminista propõe que à teoria econômica seja incorporada uma classificação mais ampla de trabalho, que incorpora outras categorias de geração de riqueza, para além do trabalho mercantil (Melo; Morandi, 2021b).

Por não exprimir a realidade do mercado capitalista, a realização do trabalho doméstico não é computada no Sistema de Contas Nacionais do Brasil (SCN/IBGE, 2015), o que contribui para que continue sendo ignorado pelas Ciências Econômicas (Melo; Castilho, 2009; Melo; Considera; Sabato, 2007, 2016). Deste modo, as pessoas, geralmente mulheres, que exercem unicamente o trabalho doméstico não-remunerado são classificadas nas pesquisas oficiais nacionais como população inativa, juntamente com os doentes, inválidos, aposentados e estudantes (Bruschini, 2006, 2007; Melo; Considera; Sabato, 2007, 2016; Melo; Castilho, 2009).

O Sistema de Contas Nacionais do Brasil (SCN/IBGE, 2015) possui como referência metodológica as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos. Deste modo, o País adota um conceito amplo de produção de bens e serviços, que mede a atividade econômica e a resume em termos de Produto Interno Bruto (PIB). A influência de organismos internacionais induz os países latino-americanos e em desenvolvimento a utilizar em suas pesquisas oficiais nacionais categorias de trabalho adequadas para os países desenvolvidos e a adotar como orientação a produção capitalista industrial, o que acaba escondendo o contexto familiar e o trabalho doméstico não-remunerado. Como reflexo, o trabalho doméstico acaba não sendo mensurado, valorado e contabilizado nas contas nacionais dos países (Bruschini, 2006).

No cenário brasileiro, as discussões são recentes e ainda não há metodologias oficiais nacionais de valoração do trabalho doméstico não-remunerado no PIB do Brasil. Entretanto, há pesquisadores/as que demonstram em seus estudos a importância do serviço não mercantil gerado na realização dos afazeres domésticos, discutindo metodologias de valoração e contabilização no PIB brasileiro e propondo a criação de uma conta satélite.

O estudo de Melo, Considera e Sabbato (2005) foi o pioneiro em propor uma metodologia para contabilizar o valor dos afazeres domésticos no PIB do Brasil, referente ao período 2001-2003. Para tal, o estudo utilizou três métodos diferentes: (1) usou o rendimento médio registrado na PNAD no mês de setembro como sendo o rendimento médio do ano; (2) usou as variações mensais do salário mínimo ao longo do ano para fazer variar o valor registrado pela PNAD em setembro; e (3) usou a metodologia das contas nacionais brasileiras, fazendo com que o salário de setembro registrado pela PNAD variasse mensalmente segundo a variação mensal do rendimento do trabalho doméstico registrado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Aplicado os três métodos, os resultados mostraram-se bastante próximos, e os autores concluíram que os afazeres domésticos valiam cerca de 12,76% do PIB brasileiro e que correspondiam a R\$ 225,4 bilhões no ano de 2004, sendo que 82% desse valor foi gerado pelas mulheres.

Na continuidade da proposta metodológica para medir os afazeres domésticos no PIB do Brasil, Melo, Considera e Sabbato (2007) retomam o estudo, atualizando os dados para o período 2001-2005. Novamente, os resultados mostraram-se bastante próximos entre os três métodos utilizados, levando os autores a concluir que os afazeres domésticos valiam cerca de 11,2% do PIB brasileiro e que correspondiam a R\$ 260,2 bilhões no ano de 2006, sendo que 82% desse valor foi gerado pelas mulheres.

Já na última revisão do estudo, agora para a década 2001-2011, Melo, Considera e Sabbato (2016) concluíram que os afazeres domésticos foram valorados em média em 11,4% do PIB brasileiro, o equivalente a R\$ 501,9 milhões ao considerar o PIB de 2012 (R\$ 4.402.573). Em dez anos, o PIB gerado pelas mulheres, em seus lares, equivale a 83,5% do PIB do período 2001-2011, que monetariamente representa R\$ 4.189.155, um valor muito próximo do PIB de 2012. Isto significa dizer que “a sociedade brasileira é 12% mais rica do que até agora se reconhecia e, agregando-se este valor ao longo da década, o Brasil produziu outro PIB, secreto, que não se conhecia, mas que corresponde à reprodução da vida no país” (Melo; Considera; Sabbato, 2016, p. 185).

De fato, os estudos de Melo, Considera e Sabbato (2005, 2007, 2016) representam um importante avanço nas discussões sobre o tema, em especial o último, o qual possibilita analisar as variações do trabalho doméstico não-remunerado no Brasil em uma década.

Por sua vez, o estudo de Jesus (2018) propôs uma metodologia para estimar as contas nacionais de transferência de tempo de trabalho doméstico não-remunerado para o Brasil. Através do método demográfico de padronização indireta, os dados brasileiros foram combinados com os dados da pesquisa nacional de uso do tempo da Colômbia, um país que

compartilha algumas características demográficas, econômicas, sociais e culturais com o Brasil, e as análises foram realizadas por faixa etária, decis de renda e raça/cor. Entre as conclusões, a autora destaca que as mulheres, desde a infância, passam praticamente toda a vida como transferidoras líquidas de trabalho doméstico, isto é, produzindo mais do que consumindo, com diferenças significativas entre os níveis de renda e raça/cor; já os homens, em todas as idades e em todos os níveis de renda, são consumidores líquidos de trabalho doméstico, isto é, consomem mais do que produzem.

Ainda em seu estudo, Jesus (2018) aplicou o método de valoração do trabalho doméstico pelo rendimento observado nas ocupações de serviços domésticos e de cuidado de crianças, a partir dos dados da PNAD/IBGE, para o ano de 2013. Para tanto, o estudo utilizou três métodos diferentes: (1) método do custo de oportunidade; (2) método do custo de substituição por especialista; e (3) método de substituição por generalistas remunerados segundo as exigências trabalhistas. Segundo a autora, os resultados mostraram que, independentemente do método, a contribuição feminina para a economia brasileira através do trabalho doméstico é de pelo menos três vezes mais do que a contribuição masculina, e que a contribuição do trabalho doméstico para a economia representou entre 10,4% e 15,7% do PIB brasileiro, em 2013.

Avançando nas discussões e propostas metodológicas, Vieceli (2020) realizou um exercício de valoração do trabalho doméstico não-remunerado no Brasil, considerando as categorias “afazeres domésticos”, “atividades de cuidado”, “produção para o próprio consumo” e “voluntariado”, a partir dos dados da PNAD/IBGE, para o ano de 2017. Para isso, o estudo utilizou quatro métodos diferentes: (1) custo de oportunidade; (2) substituto generalista; (3) substituto especialista; e (4) salário-mínimo. De acordo com a autora, os resultados apontaram para as seguintes razões sobre o PIB: de (1) 24,03% pelo método custo de oportunidade; (2) 13,19% pelo método substituto generalista; (3) 14,03% pelo método substituto especialista; e (4) 10,24% pelo método salário-mínimo. Considerando apenas os afazeres domésticos e as atividades de cuidado, os resultados apontaram para as seguintes razões sobre o PIB: de (1) 18,98% pelo método custo de oportunidade; (2-3) 10,42% pelos métodos substituto generalista e substituto especialista; e (4) 8,09% pelo método salário-mínimo. Em conjunto, as categorias do trabalho reprodutivo para a economia brasileira equivalem, em média, a R\$ 1.007,46 bilhões, representando 15,4% do PIB brasileiro, em 2017. Em relação à produção por gênero, o maior valor foi gerado pelas mulheres, cerca de R\$ 661,89 bilhões, equivalente a 10,1% do PIB.

**Tabela 1 – Síntese de algumas propostas metodológicas de mensuração do trabalho doméstico não-remunerado no PIB/Brasil**

Pesquisa	Métodos	Período	Contribuição para o PIB
Melo, Considera e Sabato (2005)	(1) renda semanal com afazeres domésticos multiplicada por 52 semanas; (2) renda semanal com afazeres domésticos dividida pelo salário mínimo de setembro e multiplicada pela soma dos salários mínimos do ano respectivo; (3) renda anual com afazeres domésticos calculada com base na variação do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas nos serviços domésticos remunerados.	2001-2003	12,76%
Melo, Considera e Sabato (2007)	(1) renda semanal com afazeres domésticos multiplicada por 52 semanas; (2) renda semanal com afazeres domésticos dividida pelo salário mínimo	2001-2005	11,2%
Melo, Considera e Sabato (2016)	(1) custo de oportunidade; (2) custo de substituição por especialista; (3) substituição por generalistas remunerados segundo as exigências trabalhistas	2001-2011	11,4%
Jesus (2018)	(1) custo de oportunidade; (2) substituto generalista; (3) substituto especialista; (4) salário-mínimo	2013	entre 10,4% e 15,7%
Vieceli (2020)		2017	15,4%

Fonte: Elaborado pelo autor

As pesquisas mencionadas de Melo, Considera e Sabato (2005, 2007, 2016), Jesus (2018) e Vieceli (2020) dão a devida visibilidade ao trabalho reprodutivo e à contribuição feminina para a economia brasileira, e se aproximam em termos percentuais desse trabalho sobre o PIB, estando em torno de 10,4% até 15,7%, a depender do método de estimação utilizado. Estudos internacionais, por sua vez, calculam porcentagens ainda maiores. Estimativas latino-americanas apontam que o trabalho doméstico não-remunerado aumentaria o PIB do México em 22,5%, da Nicarágua, em 23%, do Peru, em 23,3%, do Chile, em 26%, e da Guatemala, em 34%. Independentemente do método de estimação utilizado, observa-se a importância desse trabalho como porcentagem significativa do PIB dos países latino-americanos estudados, permanecendo a sua participação mínima na faixa de 20% (Velazco; Velazco, 2016). Além disso, é consensual, entre tais estudos citados, que a maior parte do trabalho reprodutivo é realizado pelas mulheres.

Na continuidade dos debates recentes nessa linha de pesquisa, o estudo de Melo e Morandi (2021b) propõe a discussão de um indicador social do trabalho não pago a ser incorporado ao Sistema de Contas Nacionais do Brasil, através de criação de uma conta satélite. Tratando-se de uma proposta metodológica defendida pela economia feminista, a qual está em ascensão no debate econômico, segundo as autoras, a construção desse indicador permitirá mostrar as diferenças entre os sexos nas estatísticas macroeconômicas, sendo capaz também de mensurar e representar melhor as desigualdades das relações de gênero no país. Esse indicador possui potencial para expor a verdadeira contribuição dos homens e, sobretudo, das mulheres brasileiras que *não trabalham*, que realizam o trabalho reprodutivo, esse tão essencial para a

vida humana. Com ele, também será possível desenvolver políticas públicas mais eficientes e adequadas para promover a redução, ou ainda a extinção, das desigualdades, inclusive as de gênero.

#### **4. Considerações Finais**

O trabalho reprodutivo são as atividades realizadas no âmbito doméstico, vinculadas à reprodução social, não-remuneradas, realizadas na casa, na esfera privada. É um trabalho essencial para a vida humana, que gera e mantém a mão de obra necessária ao trabalho produtivo, porém invisível para o sistema capitalista como produtor de valor e como trabalho, logo é ignorado pela sociedade. Buscando dar visibilidade às pessoas, sobretudo mulheres, e ao valor econômico gerado pelo trabalho doméstico não-remunerado, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, em 1995, recomendou que esse tipo de trabalho fosse incorporado em um sistema de contas satélites compatíveis com o Sistema de Contas Nacional.

Desde então, na academia há esforços inter/nacionais em propor metodologias que buscam mensurar e incluir o valor da produção dos afazeres domésticos e das atividades de cuidados no valor do PIB dos países. No caso do Brasil, o próprio IBGE reconhece que isso é válido e importante para promover a valorização do trabalho reprodutivo e mostrar a contribuição feminina para a economia brasileira, no entanto, considera os esforços incipientes, principalmente do ponto de vista metodológico.

Procurando superar tal limitação, diversos estudos nacionais foram realizados e apontaram para diversas metodologias de mensuração e inclusão do valor da produção do trabalho doméstico não-remunerado no valor do PIB brasileiro. Suas conclusões mostram que isso já é possível, e, portanto, não há espaço para mais desculpas: trata-se de uma decisão mais política que uma impossibilidade técnica (Melo; Morandi, 2021b). O questionamento que permanece é: quando isso irá mudar?

## CAPÍTULO IV

### TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-REMUNERADO: DISCUSSÕES E PROPOSIÇÕES TEÓRICAS<sup>4</sup>

---

#### 1. Introdução

Os conceitos possuem história, são formados e (re)configurados a partir de ideologias, políticas, reflexões, debates; são também objetos de disputa e discussões que não podem pretender encerrá-los e esgotá-los em uma definição única. Frente a isso, neste capítulo teórico apresento e discuto os conceitos de trabalho doméstico não-remunerado, enfatizando suas categorias **I)** afazeres domésticos e **II)** atividades de cuidados. Para além disso, ciente da importância que possuem para a reflexão e crítica das construções sociais que (re)produzem desigualdades entre homens e mulheres<sup>1</sup> e da necessidade de ampliar as discussões sobre a temática, realizamos proposições teóricas para tais categorias analíticas.

Para tanto, utilizo os conceitos de trabalho doméstico não-remunerado, afazeres domésticos e atividades de cuidado, estes adotados pelas pesquisas oficiais nacionais planejadas e executadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), Pesquisa de Uso do Tempo (PUT), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua). Tais conceitos foram submetidos às análises de conteúdo categorial (Bardin, 2016) e interpretativa (Creswell, 2007; Flick, 2009), respeitando os critérios de validade dos dados coletados no estudo qualitativo, como exaustividade, homogeneidade, exclusividade, objetividade e adequação (Bardin, 2016).

Na seção a seguir, em um primeiro momento, se oferecem elementos para melhor caracterizar a proposição teórica, contextualizando-a a partir da perspectiva socio-histórica na qual sua concepção inicial foi construída; em um segundo momento, a proposição teórica é apresentada e discutida, considerando as contribuições acadêmicas em diversas áreas do conhecimento. Tais proposições refletem o conjunto de reflexões do presente estudo, ao

---

<sup>4</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada no XLVII Encontro da Anpad – EnAnpad (Bidarte; Rodrigues, 2023).

apresentar novas interpretações sobre a temática, as quais encontram-se em constante revisão e servirão como guias de análise do estudo empírico a ser realizado. Por fim, na última seção, destaco as contribuições e limitações deste estudo e proponho uma agenda de pesquisa para aprimoramento da proposição teórica aqui apresentada.

## 2. Afazeres Domésticos e Atividades de Cuidado: Conceitos e Discussões

Em 1992, a categoria afazeres domésticos passou a fazer parte da PNAD, por meio da questão de número 121 do seu questionário (PNAD/IBGE, 1992a). Essa questão buscava captar a pessoa que, na semana de referência, costumava cuidar, parcialmente ou integralmente, dos afazeres domésticos, independentemente de ser ocupada, ou não. Caso a pessoa não tivesse se dedicado aos afazeres domésticos na semana de referência por estar doente, ausente ou por outro motivo temporário, mas que costumava realiza-los, ela era incluída no grupo de pessoas que haviam cuidado de tais tarefas (PNAD/IBGE, 1992b). Tal decisão metodológica foi mantida nas pesquisas posteriores (PNAD/IBGE, 1992b, 2015).

O entendimento colocado em prática sobre a categoria afazeres domésticos versava sobre a realização de atividades não econômicas no domicílio de residência, isto é, que não atendiam as condições estabelecidas no conceito de trabalho na lógica capitalista. Dentre as atividades que integravam essa categoria, citava-se: a) arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) cozinhar alimentos, lavar roupa ou louça, passar roupa, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si próprio ou para outro(s) morador(es); c) orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; ou d) cuidar de filhos ou menores moradores. Tal entendimento compreendia, ainda, as atividades de arrumar ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência, desde que possuíssem caráter exclusivamente doméstico (PNAD/IBGE, 1992b, p. 250).

Em 1993, realizou-se um pequeno acréscimo no entendimento da categoria afazeres domésticos, especificamente no item “b”, passando a ser apresentada da seguinte maneira: “b) cozinhar **ou preparar** alimentos, lavar roupa ou louça, passar roupa, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si próprio ou para outro(s) morador(es)” (PNAD/IBGE, 1993, p. 254, grifo meu). Após esse ajuste, a definição da categoria afazeres domésticos permaneceu inalterada durante as pesquisas posteriores realizadas na década de 1990 (PNAD/IBGE, 1995, 1996, 1997, 1998) e década de 2000

(PNAD/IBGE, 2001b, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009a), inclusive nas pesquisas do Censo Demográfico de 2000 e de 2010 (IBGE, 2000b, 2010b). No entanto, uma das lacunas do conceito apontada por pesquisadoras era a não inclusão das atividades de cuidado de pessoas, as quais permaneceram invisíveis por longo período (Bruschini; Ricoldi, 2008).

Anos depois, em 1999, a Pesquisa sobre Padrões de Vida (IBGE, 1999a) levantou algumas informações sobre o uso do tempo da população brasileira, investigando, por exemplo, o tempo gasto com afazeres domésticos. Na pesquisa, o entendimento que foi colocado em prática sobre essa categoria foi praticamente o mesmo da PNAD. No entanto, as atividades que integravam tal categoria não foram apresentadas, nem na publicação da pesquisa e nem no seu questionário, que descrevia a seção que contém as perguntas específicas sobre os afazeres domésticos (IBGE, 1999a, 1999b). Já no Censo Demográfico, realizado em 2000, havia uma única questão, a de número 72, que versava sobre se a pessoa havia cuidado de afazeres domésticos na semana de referência (IBGE, 2000b).

Em 2001, um importante avanço conceitual aconteceu com a pesquisa sobre o Uso do Tempo, realizada em alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro-RJ (IBGE, 2001). Nela, houve a apresentação de duas grandes categorias: **I**) serviços domésticos não remunerados para uso final no próprio domicílio; e **II**) serviços não remunerados de cuidados pessoais para membros do domicílio. De certa forma, a referida pesquisa atendia, ainda que de modo inicial, as demandas para considerar as atividades de cuidado de pessoas nas pesquisas oficiais nacionais.

A primeira categoria referia-se ao trabalho realizado pelos moradores para o cuidado com o próprio domicílio, incluindo tarefas de: a) lavar e passar roupa; b) cozinhar; c) serviços de limpeza; d) serviços de manutenção e reparo de objetos de uso pessoal e do domicílio; e) cuidados com vestuário e outros tecidos; f) administração domiciliar (por exemplo: planejar, supervisionar e pagar contas); e g) cuidados de animais (IBGE, 2001, p. 62).

Já a segunda categoria referia-se ao trabalho realizado pelos moradores para o cuidado com membros do próprio domicílio, incluindo tarefas de: a) cuidados com crianças: assistência direta à criança, como banhar, vestir, alimentar, ensinar, ajudar nos estudos, acompanhar crianças em suas atividades (por exemplo: escola, esportes, festas, médico, tempo de espera); ou supervisionar crianças que necessitam de cuidados (por exemplo: cuidado passivo, que geralmente ocorre como atividade simultânea); b) cuidados com adultos: cuidados físicos com doentes, idosos, inválidos, incapazes, etc.; acompanhar adultos para receber cuidados pessoais (por exemplo: cabeleireiro, sessão de terapia, dentista, médico, tempo de espera); e c) viagens relacionadas ao cuidado com crianças, adultos, idosos, doentes, incapazes, inválidos (por exemplo: tempo de deslocamento para estas atividades) (IBGE, 2001, p. 62).

Ainda em 2001, o entendimento da categoria afazeres domésticos foi ampliado, quando a PNAD incluiu a questão complementar de número 121-a em seu questionário, a qual passou a investigar o número de horas que a pessoa normalmente despendia por semana para a realização, no domicílio de residência, dos afazeres domésticos (PNAD/IBGE, 2001a). A apresentação da referida questão permaneceu inalterada durante as pesquisas posteriores (PNAD/IBGE, 2001a, 2015). Neste ponto, é importante sublinhar que, apesar do avanço da pesquisa sobre o uso do tempo (IBGE, 2001), a PNAD continuou utilizando em suas pesquisas o entendimento de afazeres domésticos que não contemplava as atividades de cuidado de pessoas.

Em 2005, a PNAD destinou uma parte de seu questionário às crianças de 5 a 9 anos de idade. O objetivo era captar as crianças ocupadas no período de referência e traçar o perfil de trabalho deste contingente, investigando as principais características de trabalho (por exemplo: ocupação, atividade, posição na ocupação, horas trabalhadas e rendimento). Dentre os outros usos das informações, a pesquisa buscou identificar o setor que mais absorvia as crianças ocupadas, e comparar as taxas de analfabetismo e escolarização das crianças, ocupadas e não ocupadas. Deste modo, a pesquisa destinou os seguintes quesitos: a questão de número 14, que buscava captar a criança que, na semana de referência, costumava cuidar, integralmente ou parcialmente, dos afazeres domésticos, independentemente de ser ocupada, ou não; e a questão de número 15, que investigava o número de horas que a criança normalmente despendia por semana para a realização, no domicílio de residência, de tarefas não econômicas (PNAD/IBGE, 2005, p. 141-142). Para ambas as questões, o entendimento adotado foi o mesmo que para as pessoas de 10 anos ou mais de idade; e suas apresentações permaneceram inalteradas durante as pesquisas posteriores (PNAD/IBGE, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009a, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Em 2009, a PNAD-Contínua realizou a pesquisa Uso do Tempo, buscando conhecer como as pessoas organizavam seu tempo. A investigação dividiu as atividades relatadas pelos informantes em grupos de classificação, estando, de maneira separada, as categorias I) afazeres domésticos e II) atividades de cuidados de pessoas. As definições destes dois grupos foram apresentadas, contendo exemplos de atividades que poderiam ser registradas no diário em papel (PNAD/IBGE, 2009b).

A definição do grupo de atividade “afazeres domésticos” versava sobre todas as atividades em que as pessoas dedicavam seu tempo à manutenção do domicílio, inclusive os deslocamentos para atender essas atividades. Constituíram exemplos de atividades de afazeres domésticos passíveis de serem registradas no diário: a) trabalhar em afazeres domésticos para

a própria casa; b) fazer compras do mês para a própria casa; c) fazer compras para o almoço da família; d) arrumar a própria casa; e) preparar refeições para as pessoas da casa; f) trocar lâmpada da casa; g) ligar para o técnico para consertar eletrodoméstico; h) deslocar-se à pé até o supermercado para comprar verduras para o almoço da família; e i) deslocar-se para levar o carro da casa para conserto na oficina (PNAD/IBGE, 2009b, p. 17).

Já a definição do grupo de atividades de “cuidados de pessoas” versava sobre todas as atividades em que as pessoas dedicavam o seu tempo a cuidados com moradores do domicílio ou parentes de outro domicílio que não eram capazes de cuidar de si próprios, tanto para crianças de até 14 anos de idade, como para jovens, adultos e/ou idosos, que estivessem temporariamente doentes ou permanentemente incapacitados; os deslocamentos para atender a essas atividades também eram considerados. Constituíram exemplos de atividades de cuidados de pessoas passíveis de serem registradas no diário: a) dar comida para as crianças do domicílio; b) olhar as crianças do domicílio; c) dar banho em pessoa enferma do domicílio; d) deslocamento: levar crianças (morador do domicílio) de carro para a escola, levar idoso (morador do domicílio) de táxi ao médico (PNAD/IBGE, 2009b, p. 18-19).

Em 2010, realizou-se o Censo Demográfico, o qual, em seu questionário, não abordou nenhum quesito sobre os afazeres domésticos (IBGE, 2010b). Entretanto, em 2011, a PNAD realizou outro acréscimo no entendimento da categoria afazeres domésticos, incluindo o item “e”, que passou a abordar a tarefa de: “e) cuidar de idosos” (PNAD/IBGE, 2011, p. 221). Pode-se inferir que tal ajuste foi consequência da pesquisa *Uso do Tempo*, realizada em 2009 (PNAD/IBGE, 2009b), visto que nas pesquisas anteriores as atividades de cuidados versavam apenas sobre filhos ou menores moradores do domicílio (PNAD/IBGE, 1992b, 2009a). Após tal ajuste, a definição da categoria afazeres domésticos permaneceu inalterada durante as pesquisas posteriores (PNAD/IBGE, 2012, 2013, 2014, 2015).

Apesar dos avanços conceituais ao longo dos anos, a categoria “afazeres domésticos” utilizada pela PNAD foi duramente questionada. Bruschini (2007) argumentou que tal categoria englobava um conjunto de tarefas diversificadas, as quais não eram corretamente detalhadas nas pesquisas oficiais do Brasil, o que, segundo Melo e Castilho (2009), contribuía para que não fosse possível saber exatamente o que era trabalho doméstico. Soares e Sabóia (2007) e Soares (2008) também criticaram a categoria, mostrando que ela era ampla e genérica, mas permitia analisar de forma aproximada o uso do tempo pelas pessoas, fosse população total e/ou ocupada. No entanto, os dados disponíveis sobre os afazeres domésticos e a média de horas semanais gastas pelas pessoas na sua realização são muito recentes e escassos, como sinalizado por Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), Bidarte (2018) e Bidarte e Fleck (2019).

Não obstante, Bruschini e Ricoldi (2012) detectaram que a definição utilizada pela PNAD/IBGE, quando comparada à definição da Convenção n. 156, da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1981), revelava-se relativamente limitada ao domicílio e ao arranjo familiar nele contido. A diferença estava na noção de responsabilidades familiares, aplicada a crianças e dependentes e a outros membros da família “imediate” que manifestamente necessitassem de cuidados ou apoio. Entretanto, devido ao caráter específico da pesquisa Uso do Tempo (2009b), no módulo “cuidado de pessoas”, haviam quesitos que abordavam se a pessoa cuidou de crianças da família com até 14 anos de idade ou e pessoas da família com 15 anos ou mais de idade, que eram moradoras do domicílio ou parentes de outro domicílio. Nota-se que tais quesitos apresentavam características que extrapolavam o domicílio e o arranjo familiar nele contido, entendimento que somente foi aplicado pela PNAD/IBGE meia década depois.

Em 2015, com a reformulação do questionário da PNAD-Contínua, houve a inclusão de quesitos e melhoria nas redações de conceitos (PNAD-C/IBGE, 2017b). Em 2018, a publicação da PNAD-Contínua trouxe o grande tópico “Características de Trabalho”, apresentando um conceito de trabalho que abrange diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros, dentre elas: **I)** trabalho nos afazeres domésticos e **II)** trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas. Tal publicação foi atualizada posteriormente com a inclusão de conceituações relacionadas à introdução de novos módulos temáticos da pesquisa, como o módulo “Outras Formas de Trabalho” (PNAD-C/IBGE, 2018b).

A definição do grupo de “trabalho nos afazeres domésticos” versa sobre todas as atividades realizadas pelas pessoas em benefício próprio e dos moradores, sem envolver qualquer tipo de remuneração (dinheiro, produtos, mercadorias), compreendendo, ainda, o exercício de tarefas relacionadas às atividades de arrumação ou limpeza de quintal ou de terreno que circunda a residência e tenham caráter exclusivamente doméstico (PNAD-C/IBGE, 2018b, p. 28). Já a definição do grupo de “trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas” versa sobre todas as atividades realizadas por um morador em apoio ou auxílio a outro que não poderia realizá-las de forma independente, podendo ser crianças, idosos, enfermos ou pessoas que necessitam de cuidados especiais (PNAD-C/IBGE, 2018b, p. 28). Ambas as definições dos grupos permaneceram inalteradas durante as pesquisas posteriores (PNAD-C/IBGE, 2019b, 2020b, 2021b).

Nas pesquisas posteriores a 2018, há o módulo “Outras Formas de Trabalho”, o qual apresenta os entendimentos colocados em prática sobre as quatro formas de trabalho não consideradas como ocupação na pesquisa, dentre elas: **I)** afazeres domésticos e **II)** atividades

de cuidado de pessoas (PNAD-C/IBGE, 2019b, 2020b, 2021b). Tais conceitos, vigentes nas atuais pesquisas, mostram que o IBGE, de certa forma, está acompanhando as discussões técnicas e conceituais em torno do tema, de forma a aprimorar a captação de informações sobre a realidade brasileira, mesmo que uma conhecida limitação esteja ainda presente: a ausência de melhor detalhamento.

Nesse módulo, o IBGE considera como afazeres domésticos na pesquisa: a) preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louças; b) cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; c) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; d) limpar ou arrumar domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; e) cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados, etc.); f) fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; g) cuidar dos animais domésticos; e h) outras tarefas domésticas (PNAD-C/IBGE, 2021b, p. 48).

Já a categoria atividades de cuidado de pessoas versa sobre todas as atividades realizadas por uma pessoa em apoio ou auxílio a moradores do domicílio ou de parentes não moradores. Considera-se como atividades de cuidado de pessoas na pesquisa: a) auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); b) auxiliar em atividades educacionais; c) ler, jogar ou brincar; d) monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; e) transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e f) outras tarefas de cuidados de moradores (PNAD-C/IBGE, 2021b, p. 47).

Um ponto que merece destaque é a diferença entre os afazeres domésticos, segundo a área de localização do domicílio, podendo ser urbana ou rural. Desde que começaram a ser realizadas, as pesquisas oficiais nacionais sobre uso do tempo mostraram desigualdades entre homens e mulheres em áreas rurais, destacando que elas dedicavam mais horas nos afazeres domésticos do que eles e, inclusive, do que as mulheres em áreas urbanas (IBGE, 1999a; PNAD-C/IBGE, 2012b). Entretanto, na academia, diversos estudos já relataram a realidade das mulheres rurais, as quais ocupavam-se majoritariamente com os afazeres domésticos e atividades de cuidado, e ainda realizavam atividades de roçar terreno, plantar ou colher lavouras, e atividades complementares de renda familiar; além de apontarem claramente para as relações de poder entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho (Carneiro, 1994; Esmeraldo, 2008; Paulilo, 1987, 2004; Sales, 2007).

No Brasil, as pesquisas sobre trabalho doméstico não-remunerado e uso do tempo sobre a realidade da vida rural e interiorana e das comunidades ribeirinhas ainda são escassas, não possuindo metodologias específicas e contextualizadas para sua investigação. Procurando

superar tal limitação e contribuir com discussões na área, os estudos de Moraes et al. (2021a, 2021b) destacam a realidade da vida de mulheres rurais do Sertão do Pajeú, região semiárida de Pernambuco, ao discorrer sobre os percursos metodológicos para a obtenção de dados quali-quantitativos das atividades diárias no espaço doméstico, dentro e fora dele, e do uso do tempo por um período mínimo de 24 horas ininterruptas; e ao apresentar a Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR), um conjunto ampliado de atividades que considera a realidade das mulheres rurais, especialmente as nordestinas. Tal Classificação foi desenvolvida, segundo as autoras, de maneira que possa ser utilizada em distintos contextos rurais brasileiros, pois considera aspectos culturais, econômicos, ambientais e políticos, que estruturam e influenciam a organização do trabalho e do tempo. Por sua vez, o estudo de Pinto, Pontes e Silva (2021) investiga as rotinas das mulheres ribeirinhas da Amazônia, na Região da Belém Insular, Pará, revelando um conjunto de atividades diárias que demandam repartição do tempo, visto que tais mulheres participam em vários contextos, desde afazeres domésticos e atividades de cuidado de suas famílias até atividades de subsistência econômica e participação ativa nas associações comunitárias.

O que busco evidenciar aqui é que as atividades realizadas pelas pessoas, especialmente mulheres, nas áreas rurais se confundem com os diversos espaços de trabalho. Ao mesmo tempo em que realizam cuidados com a casa e familiares, elas cuidam também dos animais de estimação (cães, gatos) e animais domésticos (galinhas, porcos, vacas, cabras, ovelhas, cavalos), das hortas e roças, dos quintais e pomares e, inclusive, coletam água ou material combustível (como lenha, carvão, palha), para preparar refeições para a família ou ainda realizar parte da produção que será destinada ao mercado (Moraes et al., 2021a; PNUD, 2015; Sales, 2007). No entanto, tais atividades são direcionadas, em sua grande maioria, para o autoconsumo familiar, o que faz com que esse trabalho não seja contabilizado, tampouco valorizado e reconhecido, já que não gera renda monetária (Moraes et al., 2021a).

Além disso, muitas das atividades realizadas no interior da unidade doméstica e/ou no seu entorno, na área do quintal, podem ter caráter produtivo e, deste modo, render algum retorno financeiro à pessoa ou à família. Em áreas rurais, nas atividades de produção da horta e do pomar ou de criação de animais domésticos, por exemplo, os alimentos podem ser tanto utilizados para cozinhar e preparar refeições para a família quanto serem processados de modo caseiro (conservas, compotas, panificados, queijos, salames, geléias), podendo tal processamento evoluir para a produção comercial (Esmeraldo, 2008; Moraes et al., 2021a), com a criação de agroindústrias, e contribuir para a agregação de valor na agricultura familiar (Menezes; Bock, 2022). A criação de animais domésticos garante variações na dieta alimentar

da família. Galinhas, ovos, vacas, leite e porcos podem ser consumidos e também comercializados pela família e, assim, prover esta de roupas, calçados, produtos industrializados, de limpeza e de higiene, e bens de consumo (Esmeraldo, 2008). Isso evidencia que os dois tipos de trabalho, produtivo e reprodutivo, se integram, diversas vezes nos mesmos espaços, o que contribui para que sejam confundidos pelas próprias pessoas, pela família e pela sociedade em geral; logo, se intensifica a invisibilidade e a desvalorização tanto do trabalho quanto da pessoa que o realiza (Moraes et al., 2021a).

Ao considerar o Módulo “Outras formas de trabalho” da PNAD-Contínua, as atividades citadas estão na categoria de trabalho na “produção para o próprio consumo”, a qual se constitui do seguinte conjunto de atividades: I) cultivo, pesca, caça e criação de animais; II) produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material; III) fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos; e IV) construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção (PNAD-C/IBGE, 2020a).

Sobre tal categoria, destaco algumas informações. No Brasil, em 2019, a taxa de realização de produção para o próprio consumo era de 7,5%, o que correspondia a 12,8 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade. Segundo algumas variáveis, os dados mostram que a maioria dos trabalhadores que se dedicaram a este trabalho eram homens (eles: 8,0%; elas: 7,0%), tinham 50 anos ou mais de idade (10,6%), eram pardos (8,6%), sem instrução e fundamental incompleto (13,3%), e não ocupados (8,6%). Sobre qual tipo de atividade o trabalho na produção para o próprio consumo se dava, segundo o sexo, as pessoas declararam fazer cultivo, pesca, caça e criação de animais (eles: 81,4%; elas: 74,3%); produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outro material (eles: 18,2%; elas: 7,9%); fabricação de calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos ou outros produtos (eles: 0,9%; elas: 25,2%); e construção de prédio, cômodo, poço ou outras obras de construção (eles: 13,0%; elas: 1,9%). Em relação ao número médio de horas semanais trabalhadas na produção para o próprio consumo, por sexo e tipo de produção, mostra que a maior diferença de tempo entre homens e mulheres ocorreu no cultivo (eles: 11,4 horas; elas: 8,2 horas), seguido da construção (eles: 14,4 horas; elas: 13,6 horas), fabricação (eles: 9,0 horas; elas: 8,5 horas), e produção (eles: 4,4 horas; elas: 4,5 horas) (PNAD-C/IBGE, 2020a).

Importante frisar a distinção entre as seguintes categorias teóricas, segundo investigação da PNAD-C/IBGE (2017a, 2020a), a saber: I) cuidados de animais domésticos, enquanto afazer doméstico, e II) criação e produção de animais domésticos, enquanto produção para o próprio consumo. Em suas notas técnicas, a PNAD-C/IBGE (2017b, 2020b) explica que a primeira categoria compreende os cuidados de animais de estimação, como cães e gatos; e a

segunda, compreende a criação e a produção animal, exceto animais aquáticos, como bovinos (para corte, leite e trabalho), bufalinos e caprinos (para corte e leite), ovinos (para corte e lã), suínos (para carne e banha), equinos, asininos, muares, coelhos, aves domésticas (galinhas, perus, codornas, gansos, patos, marrecos, galinhas d'angola, avestruzes) e aves silvestres (perdizes, faisões, emas), abelhas (para produção de mel, cera e de outros produtos apícolas), escargô, bicho-da-seda (para produção de ovos, larvas e casulos para fiação).

### **3. Trabalho Doméstico Não-Remunerado: Proposições Teóricas**

Apoiados nas contribuições inspiradoras de Bruschini (1990), Bruschini e Ricoldi (2008, 2009, 2012), Bidarte (2018), Bidarte e Fleck (2019), Esmeraldo (2008), Guimarães e Hirata (2020), Hirata (2022), Melo e Morandi (2021), Melo, Morandi e Dweck (2021), Moraes et al. (2021a, 2021b) e Soares (2016), e nos recentes informativos da PNAD-Contínua/IBGE (2017a, 2018a, 2019a, 2020a), tratamos, neste texto, de trabalho doméstico não-remunerado e de suas categorias da seguinte forma:

- **Trabalho doméstico não-remunerado:** trabalho que refere-se a afazeres domésticos e/ou atividades de cuidados realizadas pelas pessoas para si próprio, para membros da família do domicílio, ou para parentes de outro domicílio, no âmbito doméstico, segundo a situação do domicílio (urbano e rural), sem envolver qualquer tipo de remuneração, e que demandam tempo. É um trabalho vinculado à reprodução social, tão essencial para a vida humana, e que dá suporte tanto para o trabalho dito produtivo quanto para o funcionamento da economia nas sociedades capitalistas ocidentais modernas.

Nesse sentido, ao considerar as categorias **I)** afazeres domésticos e **II)** cuidado, apresento possíveis tarefas em blocos a seguir, mas, por óbvio, sem a pretensão de esgotá-las. Por serem diversas, muitas delas se inter-relacionam, se sobrepõem e, ainda, são intercambiáveis. Ressalto que a numeração adotada não significa um sentido de hierarquia, ordenação ou classificação.

- I) Afazeres domésticos:** trabalho que se refere a todas as atividades realizadas pelas pessoas para si próprio, para membros da família do domicílio, ou para parentes de outro

domicílio, sem envolver qualquer tipo de remuneração, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas atividades. Constituem exemplos de afazeres domésticos:

❖ Bloco 1: cuidados com a casa ou outro tipo de domicílio, que inclui tarefas de:

- arrumar ou limpar toda ou parte do domicílio, dos mobiliários e objetos de adorno (tirar pó; limpar vidros e janelas; encerar piso; limpar ou lavar banheiro; arrumar cama ou quarto);
- fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio (telhado, forro, janelas, pisos, trocar lâmpada, reparos elétricos, hidráulicos, encanamentos), de objetos, móveis, utensílios, eletrodomésticos ou outros equipamentos (ligar ou levar para consertar; deslocamento; tempo de espera), do automóvel ou da motocicleta (lavar, reparar ou levar à oficina);
- arrumar ou limpar todo ou parte do quintal ou terreno que circunda o domicílio, da garagem, do jardim, da horta; etc.

❖ Bloco 2: alimentação e higiene pessoal e familiar, que inclui tarefas de:

- limpar, cozinhar, preparar ou servir alimentos;
- elaborar ou servir refeições;
- lavar, secar ou guardar louças, copos e utensílios diversos;
- cuidar da limpeza ou manutenção de sapatos (limpar, escovar, lavar ou levar para consertar; deslocamento; tempo de espera), de vestuários ou outros tecidos (costurar, lavar, estender, recolher, passar, dobrar, guardar ou levar para consertar; deslocamento; tempo de espera);
- arrumar, retirar ou limpar a mesa;
- separar ou tirar o lixo; etc.

❖ Bloco 3: administração ou gerência da casa ou outro tipo de domicílio, que inclui tarefas de:

- administrar as contas do domicílio (contas de consumo de água, energia elétrica, gás, telefone; aluguéis; impostos; prestações; salários de empregados);
- administrar as contas dos membros da família (empréstimos; cartões de crédito; depósitos);
- administrar o patrimônio (contas de poupança ou de investimentos);
- verificar correspondências;

- pesquisar preços ou contratar serviços (plano de internet, telefone, saúde);
- pesquisar preços ou adquirir bens de consumo para o domicílio e a família (alimentos; vestuários; calçados; produtos de limpeza ou de higiene pessoal; utensílios domésticos; móveis; eletrodomésticos; eletroeletrônicos; equipamentos);
- orientar ou dirigir empregados na execução das tarefas domésticas;
- deslocamentos (tempo gasto com estas atividades; tempo de espera); etc.

**II) Atividades de cuidado:** trabalho que se refere a todas as atividades realizadas pelas pessoas em apoio ou auxílio a membros da família menores ou maiores moradores do domicílio, ou a parentes de outro domicílio, os quais não poderiam realizá-las de forma independente, ou a plantas e animais domésticos. Tais atividades são orientadas de forma preventiva ou para a cura, sem envolver qualquer tipo de remuneração. Constituem exemplos de atividades de cuidados:

- ❖ **Bloco 1:** prestação de cuidados físicos e psicológicos a crianças, orientada de forma preventiva ou para a cura, que inclui tarefas de:
  - assistência direta (alimentar, banhar, trocar fralda, vestir, pentear, dar remédio, colocar para dormir, ensinar, auxiliar nas atividades educacionais, ler, conversar, brincar, jogar, fazer companhia);
  - transportar ou acompanhar (escola; festas; médico; exames; cabeleireiro; sessão de terapia; parques; praças; atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas);
  - supervisionar crianças que necessitam de cuidados (por exemplo: cuidado passivo, que geralmente ocorre como atividade simultânea);
  - deslocamentos ou viagens relacionadas ao cuidado (levar alimento ou bebida para a criança na escola; tempo gasto com estas atividades; tempo de espera); etc.
- ❖ **Bloco 2:** prestação de cuidados físicos e psicológicos a jovens, adultos, idosos, dependentes, doentes, inválidos, incapacitados, orientada de forma preventiva ou para a cura, que inclui tarefas de:
  - assistência direta (alimentar, banhar, trocar fralda, vestir, pentear, dar remédio, colocar para dormir, conversar, fazer companhia);
  - transportar ou acompanhar (festas; médico; exames; cabeleireiro; sessão de terapia; parques; praças; atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas);

- supervisionar adultos que necessitam de cuidados (por exemplo: cuidado passivo, que geralmente ocorre como atividade simultânea);
- deslocamentos ou viagens relacionadas ao cuidado (levar alimento ou bebida para a criança no local de trabalho; tempo gasto com estas atividades; tempo de espera); etc.
- ❖ Bloco 3: prestação de cuidados às plantas e aos animais domésticos, orientada de forma preventiva ou para a cura, que inclui tarefas de:
  - assistência direta às plantas (regar, adubar, podar, replantar, enxertar);
  - assistência direta aos animais domésticos (alimentar, banhar, escovar, tosar, brincar, passear, vacinar, vermifugar, controle de parasitas);
  - transportar ou acompanhar animais domésticos (veterinário; clínica; exames);
  - deslocamentos ou viagens relacionadas ao cuidado (tempo gasto com estas atividades; tempo de espera); etc.
- ❖ Bloco 4: manutenção da rede de parentesco ou de amizade, reforçando laços de convivência ou solidariedade, que inclui tarefas de:
  - visitas; reuniões; comemorações; telefonemas; troca de presentes ou de pequenos favores; etc.

Entendo que há afazeres domésticos que podem ser mecanizados, outros não. Os eletrodomésticos surgiram para facilitar a vida das pessoas, e a grande vantagem de utilizá-los é a praticidade. Copos, pratos e talheres utilizados durante as refeições podem ser lavados pela máquina de lavar louças, porém eles não vão sozinhos para a pia, muito menos para a máquina; as roupas sujas não reaparecem limpas no armário, alguém as colocou na máquina de lavar junto com os produtos para lavagem; a comida não se fez sozinha, ainda que tenha sido industrializada, alguém concluiu seu preparo.

A presença de eletrodomésticos facilita e reduz o tempo dedicado às atividades domésticas, podendo-se citar a máquina de lavar roupas, por exemplo. A máquina de lavar roupas é um bem durável que causou uma revolução no cotidiano familiar e no trabalho doméstico, permitindo às pessoas, especialmente mulheres, gastarem menos tempo nessa tarefa, principalmente quando há presença de crianças pequenas com idade de serem cuidadas (IBGE, 2010b). Em 2004 apenas 34,3% dos lares brasileiros possuíam máquina de lavar roupas, passando para 61,1% em 2015. O crescimento do número de lares brasileiros na posse desse bem acompanhou um período de crescimento econômico do país (IBGE, 2016). No entanto, é

notável que em uma proporção considerável de domicílios brasileiros (38,9%) esse bem está ausente, pois seu acesso está condicionado à renda individual e/ou familiar; deste modo, as roupas continuam sendo lavadas manualmente e, provavelmente, por mulheres, visto ser socialmente considerada uma tarefa feminina. De acordo com Sachs (2008), a modernização das atividades de subsistência, a aquisição de bens duráveis e acesso às novas tecnologias tende a aumentar a produtividade do trabalho doméstico em países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, de modo a sobrar mais tempo às pessoas, principalmente mulheres, para que se engajem em atividades de lazer e/ou atividades produtivas no mercado de trabalho. Entretanto, a posse de tais bens no domicílio está condicionada à renda individual e/ou familiar, o que pode ser difícil de ser alcançado para parte da população.

Por outro lado, também entendo que no caso das atividades de cuidado, dirigidas a crianças, jovens, adultos, idosos, dependentes, doentes, inválidos ou incapacitados, são atividades ainda menos passíveis de mecanização, pois envolvem, em medida ainda maior, o afeto e requerem a presença constante. Alimentar, vestir, banhar, brincar, conversar, educar, são atividades que fazem parte do dia a dia de quem cuida e dificilmente podem ser substituídas pela tecnologia, pois há necessidade de vínculo, de uma ligação afetiva entre duas pessoas, entre a pessoa cuidadora e a pessoa cuidada (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022). Ainda que em menor proporção de tempo e trabalho, a depender da situação do domicílio (urbano ou rural), as atividades de cuidado também podem ser dirigidas às plantas e aos animais de estimação. Cães e gatos, por exemplo, demandam diversas atividades, como alimentação, banho, vacinas, escovação, passeios, brincadeiras, por exemplo. Na área rural, a criação de animais domésticos, como galinhas, porcos, vacas, cabras, ovelhas, cavalos, também demanda diversas atividades, porém o tempo e trabalho variam a depender do tipo e da quantidade de animais que se criam (Esmeraldo, 2008; Menezes; Bock, 2022; Moraes et al., 2021a).

No que se refere às atividades de cuidado destinadas aos membros da família que residem ou não na mesma unidade domiciliar e também às demais pessoas, concordamos com Moraes et al. (2021a, p. 192-193; 2021b) de que na área rural e nas cidades interioranas “as relações sociais são permeadas por laços de afetividade mais estreitos, valores mais tradicionais e relações de reciprocidade”, visto que “faz parte de uma moralidade camponesa, sobretudo, reproduzida pelas mulheres, o cuidado, a atenção, a escuta e a ajuda aos membros da comunidade, independente das relações de parentesco e consanguíneas”. Por isso que, segundo as autoras, é importante incluir itens nas pesquisas que contemplem as mais diversas atividades e trabalhos diários realizados às pessoas que residem ou não na unidade domiciliar.

### 3. Considerações Finais

A elaboração deste estudo buscou, além de apresentar e discutir, realizar proposições teóricas dos conceitos de trabalho doméstico não-remunerado, enfatizando suas categorias **I)** afazeres domésticos e **II)** atividades de cuidados. Utilizamos os conceitos adotados pelas pesquisas oficiais nacionais planejadas e executadas pelo IBGE como um dispositivo para a discussão teórica da temática, e, ao perceber os limites dos conceitos produzidos e amplamente divulgados a nível nacional, buscamos nos estudos de gênero elementos teóricos, empíricos e complementares para alimentar esta proposta.

De modo geral, desenvolvemos conexões que buscam discutir e ampliar esses conceitos, destacando afazeres e atividades passíveis de realização pelas pessoas, sem pretender esgotá-las. Por tratar-se de uma discussão teórica, as categorias estão sujeitas a atualizações em seus conceitos e suas atividades, que deem conta das realidades da população brasileira de maneira mais adequada; conhecer mais direta e detalhadamente as realidades das pessoas em relação ao trabalho doméstico não-remunerado e ao uso do tempo permite que isso seja possível, o que pode ser apreendido através de pesquisas com múltiplas abordagens e ferramentas complementares apropriadas, por exemplo, para uma aproximação da pluralidade das realidades dos homens e das mulheres em seu contexto cultural, econômico, ambiental e político. Ao expandir esse olhar, desbravamos um (novo) caminho de pesquisa que se mostra útil para os estudos de gênero e que busca, de alguma forma, atender a demanda de diversos/as pesquisadores/as que há tempos pedem por pesquisas que avancem na área.

Sabe-se que um estudo como este, ao passo que busca contribuir com as discussões, também deixa lacunas e apresenta limitações. Há que se destacar a escassez de informações e as dificuldades de localização e acesso aos documentos oficiais nacionais, pois alguns deles não se encontram acessíveis em formato digital. Outro ponto a se destacar é que este estudo teceu proposições teóricas tão somente a partir da (re)visão de literatura. Deste modo, sugere-se o refinamento das propostas ora apresentadas, explorando e aprofundando as categorias já identificadas, buscando consistência teórica.

### PARTE III

#### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

Nesta parte da tese, delinheiro os passos teórico-procedimentais que guiaram a condução deste estudo, articulando as escolhas metodológicas com os objetivos estabelecidos. Aqui, na seção puramente qualitativa, procuro apresentar de forma detalhada os passos metodológicos que segui, demonstrando como cada um deles foi estruturado, aplicado e adaptado, assim como explicitando as decisões que tomei ao longo do processo de pesquisa. Ao final, de forma resumida, apresento a minha intenção teórico-metodológica, facilitando a compreensão do caminho que percorri até a conclusão deste estudo.

Minha intenção teórico-metodológica repousa no reconhecimento da validade e complementaridade dos diferentes olhares investigativos. Considero que não há um único caminho para se compreender o fenômeno social investigado, mas sim de diferentes olhares investigativos que, ao ser inter-relacionarem, enriquecem a análise. Isso permite que cada olhar investigativo tenha seu espaço, portanto, eles não se excluem. O que resulta é uma combinação teórico-metodológica, com diferentes abordagens qualitativas que se complementam, sendo utilizada com o propósito de fortalecer este estudo e de garantir que os dados coletados, a partir de múltiplas fontes, revelem e reflitam as dimensões (in)visíveis do fenômeno investigado.

A seguir, apresento tais olhares investigativos, ao passo que também destaco os entraves de campo deste estudo, os quais produziram demandas de ajustes no decorrer da sua execução. Essa flexibilidade metodológica contínua reafirma o caráter dinâmico da pesquisa qualitativa, onde os procedimentos não são rígidos, mas sim responsivos às demandas do contexto de estudo.

## 5.1 Passos Percorridos

---

Compreendo que estudar gênero e trabalho doméstico não-remunerado abre um leque de possibilidades epistemológicas e metodológicas de pesquisa, abrangendo diferentes perspectivas e vozes que podem ser exploradas. É inegável que a opinião das mulheres é essencial para compreender as relações de gênero no trabalho reprodutivo; contudo, neste estudo, optei por enfatizar a perspectiva masculina. Essa escolha não se trata de silenciar as vozes femininas para privilegiar as vozes masculinas, mas de um delineamento metodológico alinhado aos objetivos desta pesquisa. Ao centrar a investigação nos homens, busco lançar luz sobre a participação deles no trabalho reprodutivo, que ainda carece de análises aprofundadas que revelem suas nuances, contradições e implicações.

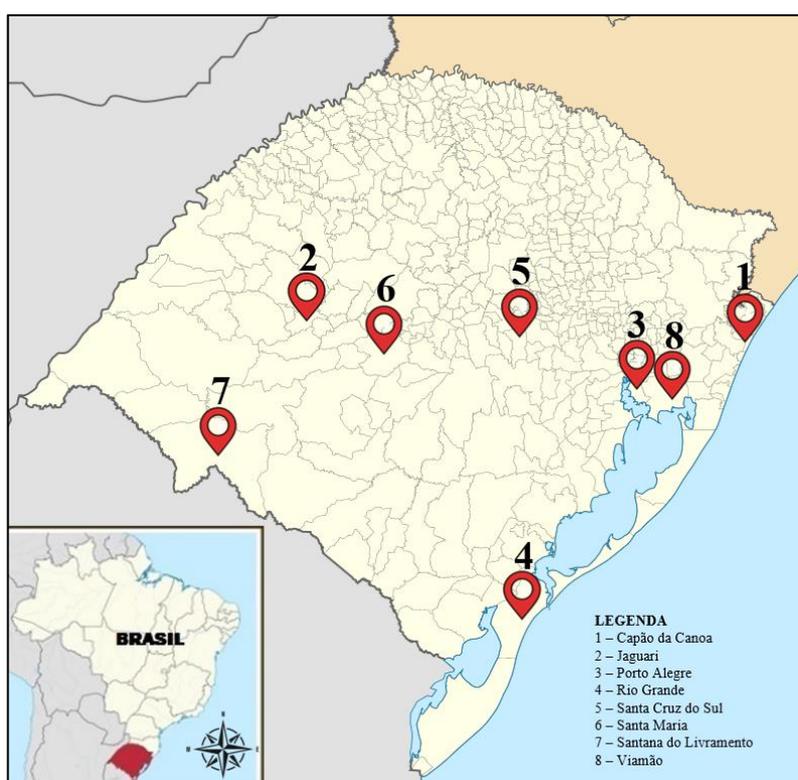
Considerando que o fenômeno social que desejo investigar é coberto por significados e aspectos sociais, culturais, históricos, ideológicos e simbólicos, decidi orientar este estudo por uma pesquisa de natureza descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa, seguindo as orientações propostas por Collis e Hussey (2005), Creswell (2007) e Flick (2009). Essa escolha se justifica pelos seguintes motivos:

- Descritiva, pois me permite observar, conhecer, registrar, descrever e analisar as características dos homens gaúchos e do fenômeno social que estou investigando, além de verificar possíveis conexões e relações com outros fenômenos correlatos;
- Exploratória, porque possibilita a busca por informações mais amplas sobre o fenômeno em questão, oferecendo espaço para emergirem novas percepções empíricas através de discussões, reflexões e questionamentos; e
- Qualitativa, por permitir conhecer e interpretar os significados atribuídos ao fenômeno social a partir da perspectiva dos próprios homens gaúchos.

Para selecionar os participantes deste estudo, optei pela técnica conhecida como bola de neve. Essa técnica baseia-se na premissa de que existe uma conexão entre os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo ou contexto socioeconômico, permitindo que a amostragem se expanda de forma encadeada. Além disso, ela beneficia o pesquisador na obtenção de informações em pesquisas qualitativas, descritivas e exploratórias (Collis; Hussey, 2005; Flick, 2009, 2013), mostrando-se bastante útil em estudos de gênero (Bidarte, 2018; Bidarte; Fleck; Mello, 2018, 2021; Bruschini; Ricoldi, 2012).

Iniciei esse processo a partir da minha própria rede de amigos e familiares nas cidades de Porto Alegre, onde resido, e Santana do Livramento, minha cidade natal, onde nasci e fui criado boa parte da minha vida. Solicitei a esses contatos iniciais que me indicassem outras pessoas que poderiam contribuir com este estudo, e assim, sucessivamente, fui construindo uma rede de participantes. Como forma de atenuar o viés decorrente da proximidade desses primeiros contatos e *furar a bolha* inicial, optei por isolar essas indicações diretas, de modo a priorizar os participantes que surgiram nas etapas subsequentes da amostragem. Tal estratégia mostrou-se eficaz, permitindo-me alcançar homens de outras cidades gaúchas, como Capão da Canoa, Jaguari, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Viamão (Figura 1). Ao final desse processo, consegui reunir um total de 13 participantes, a partir das indicações de 26 informantes. No próximo capítulo, apresentarei informações mais detalhadas sobre esses participantes.

**Figura 1 – Localização dos municípios no estado do Rio Grande do Sul/Brasil**



Fonte: IBGE Mapas (2023a); adaptado pelo autor.

Seguindo o entendimento de Creswell (2007, 2010), Flick (2009, 2013), Lincoln e Guba (1985), Taylor e Bogdan (1987) e Saunders e Townsend (2016), decidi não predeterminar um número de participantes para este estudo. Minha preocupação central foi assegurar que os dados coletados, provenientes de múltiplas fontes, fossem suficientes para compreender o

fenômeno investigado de forma profunda e satisfatória. Acredito que essa flexibilidade é fundamental na abordagem qualitativa, pois abre espaço para descobertas significativas e oferece uma compreensão mais detalhada sobre o tema que estou investigando. Assim, a amostra deste estudo buscou contemplar diferentes vozes e experiências, reconhecendo a diversidade existente entre os homens participantes. Ressalto que este estudo não pretende generalizar os resultados para toda a população masculina do Rio Grande do Sul, mas compreender as particularidades e os significados atribuídos ao tema por aqueles que participaram desta pesquisa.

Para a coleta de dados, escolhi a entrevista semiestruturada como técnica principal. Essa escolha me pareceu a mais adequada, pois queria acessar as histórias e vivências dos participantes de maneira detalhada e sensível. As entrevistas abriram um espaço para que cada um pudesse compartilhar aspectos íntimos de suas vidas, expressando pensamentos, opiniões e sentimentos sobre o fenômeno social que investigo. O diálogo que se estabeleceu durante as entrevistas foi (re)construído constantemente, onde a narrativa do entrevistado se desenvolveu de forma dinâmica e fluida. É fundamental lembrar que a sua prática repousou sobre a conversação entre mim, o pesquisador, e o entrevistado, este último sendo a fonte dos dados e não o objeto de estudo (Creswell, 2007, 2010; Flick, 2009, 2013).

Inspirado por estudos anteriores (Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012) e pela minha trajetória de pesquisa (Bidarte, 2018; Bidarte; Fleck; Mello, 2021), optei por entrevistar dois grupos de homens, cada qual representando diferentes inserções no mercado de trabalho:

- Grupo I: composto por homens empregados, inseridos no setor formal da economia, com carteira de trabalho assinada e jornada de trabalho integral de 8 ou mais horas diárias; e
- Grupo II: composto por homens desempregados, autônomos, ou que trabalham por conta própria, inseridos no setor informal da economia, com jornada de trabalho flexível ou parcial, ou ainda por homens aposentados.

Ao considerar esses grupos, levei em conta marcadores sociais que são fundamentais para uma análise interseccional (Akotirene, 2019; Ribeiro, 2019), tais como: idade, cor, escolaridade, classe social, rendimento mensal, orientação sexual, deficiência, religião, situação conjugal, presença e número de filhos, frequência dos filhos à creche, e situação do domicílio (Bidarte, 2018; Bruschini; Ricoldi, 2012; Soares; Sabóia, 2007; Soares, C. 2021). Além disso, refleti sobre contemplar as diferentes gerações de homens entrevistados, reconhecendo que cada geração pode trazer compreensões distintas sobre o fenômeno investigado, e que os mais

jovens, em particular, podem se sentir mais à vontade para compartilhar suas realidades e seus contextos comigo (Bruschini; Ricoldi, 2012; Bidarte, 2018). De fato, foi o que aconteceu.

O primeiro contato que fiz com os participantes foi para me apresentar e explicar o tema desta tese, convidando-os a participar do estudo. Aqueles que demonstraram interesse foram então convidados a agendar uma entrevista em local, data e horário que fosse conveniente para ambos (Creswell, 2007; Flick, 2009; Ichikawa; Santos, 2006; Taylor; Bogdan, 1987). Ainda assim, em alguns casos, permaneci em *banho-maria*, ou seja, precisei aguardar pelo momento para realizar as entrevistas, que precisaram ser remar cadas várias vezes ao longo de alguns meses. Tomei todas as precauções necessárias em relação às entrevistas presenciais, especialmente considerando os protocolos de segurança contra a Covid-19.

As entrevistas ocorreram, sempre que possível, nas residências dos participantes, em horários variados entre manhã, tarde ou noite, e, geralmente, aos finais de semana, a partir das 16h. Algumas delas ocorreram em um local privativo e silencioso, como escritório, quarto ou sala de estar; outras ocorreram na sala de estar, pátio ou cozinha, na presença de filhos/as e/ou cônjuge durante algum momento da entrevista, o que causou interrupções; no entanto, isso não pareceu alterar o comportamento ou o discurso dos entrevistados. Essas interrupções, quando ocorreram, eram seguidas por um momento de pausa, onde o entrevistado perguntava: “Hm... Eu me perdi. Onde paramos?”, como relembro das palavras de Lucas. Cada entrevista durou cerca de 45 minutos, e a transcrição e revisão dessas entrevistas me demandou de duas a três horas para cada uma.

No momento da entrevista presencial, comecei lendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) para cada participante. Expliquei o objetivo do estudo e pedi sua colaboração para responder às perguntas de forma completamente voluntária. Fiz questão de deixar claro que: (i) a entrevista seria gravada em áudio; (ii) o participante poderia desistir do estudo a qualquer momento, sem qualquer penalidade; (iii) ele poderia solicitar que o gravador fosse desligado sempre que desejasse; (iv) todas as informações fornecidas seriam tratadas com total privacidade e manuseadas exclusivamente por mim; e (v) ele não seria identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados deste estudo fossem divulgados em qualquer forma. Após essa explicação, entreguei o termo aos participantes, que o assinaram em duas vias, ficando cada um com uma cópia (Creswell, 2007; Flick, 2009).

Optei pela modalidade de entrevista semiestruturada por suas diversas vantagens. Uma delas é o uso de um roteiro temático de questões que me permitiu esclarecer dúvidas e adicionar ou reformular questões durante a conversação com os participantes (Creswell, 2007, 2010; Flick, 2009, 2013). Estruturei esse roteiro a partir da revisão teórica do tema, abordada Parte II,

em seus quatro capítulos, e redigi as perguntas de forma aberta, incentivando os participantes a se aprofundarem nos temas discutidos (Apêndice A).

Considerando a natureza dinâmica da entrevista, levei em conta as reflexões de Freitas (2006), Ichikawa e Santos (2006) e Meihy e Ribeiro (2011), que sugerem que o roteiro temático não deve ser aplicado de maneira rígida. Cada conversa tem sua própria dinâmica, e é preciso estar aberto para formular perguntas, fazer novas perguntas ou deixar que questões surjam naturalmente durante o discurso do entrevistado. De maneira geral, o roteiro serviu como um guia para garantir que os pontos-chave deste estudo fossem abordados, ajudando a criar um conjunto coerente de documentos após a transcrição das entrevistas.

Durante cada entrevista, segui as três etapas propostas por Meihy e Ribeiro (2011, p. 107), a saber:

**I) a transcrição:** nesta etapa, converti os conteúdos gravados em áudio em textos escritos, imediatamente após a entrevista, para evitar a perda de informações. Como as transcrições são cópias fiéis das gravações, mantive os erros gramaticais, vícios de linguagem e repetições de palavras e expressões, sem qualquer correção (*ipsis litteris*). Acredito que preservar esses aspectos é essencial para não comprometer a autenticidade dos pensamentos dos participantes em prol da norma culta da língua portuguesa brasileira;

**II) a contextualização:** nesta etapa, reorganizei o conteúdo das transcrições conforme a estrutura do roteiro temático (Apêndice A), reunindo os temas discutidos e retomados em diferentes momentos das entrevistas. Esse exercício me ajudou a compreender melhor o discurso de cada entrevistado e, por extensão, o fenômeno social que estou investigando; e,

**III) a transcrição:** nesta etapa, ofereci o texto resultante aos entrevistados que manifestaram interesse em revisá-lo. Eles tiveram a liberdade de modificar o conteúdo, excluindo ou incluindo palavras, frases, ou trechos, de acordo com suas vontades.

A validação dos textos transcritos representou o último passo do processo de interação entre mim e os participantes durante o período de coleta de dados, que começou em setembro de 2022 e terminou em dezembro de 2023. Após a conferência e aprovação dos textos por parte dos entrevistados que concordaram em fazê-la, procedi com a leitura e análise detalhada dos mesmos.

Além das entrevistas, utilizei a técnica da observação não participante como técnica complementar para aprofundar a coleta de dados, o que me permitiu acessar com mais detalhes

as práticas dos homens no ambiente doméstico e familiar; assim, pude documentar seus comportamentos, atividades e interações com outros membros da família (Creswell, 2010; Flick, 2013). Antes de iniciar, informei aos participantes que faria uso dessa técnica para observar tanto o campo quanto a eles próprios, adotando uma postura mais seletiva. Isso significava que eu estava atento desde o momento em que chegava até o instante em que saía de seus lares, coletando dados ao longo de todo o processo. As anotações de campo focaram principalmente no que acontecia antes, durante e depois das entrevistas. Com isso, consegui identificar mais evidências e selecionar situações, pessoas, eventos, comportamentos e expressões corporais e faciais que se mostraram particularmente interessantes para análise (Flick, 2013). Um exemplo significativo foi a observação de que os participantes se sentiam mais confortáveis em ser entrevistados em suas casas, o que, por sua vez, beneficiou este estudo, já que eles se mostraram mais comunicativos e acessíveis.

Evitei me tornar *parte ativa* do campo que estava observando (Flick, 2013), isto é, de ajudar os participantes em tarefas domésticas, como retirar pratos, lavar ou lavar louça, mesmo quando fui convidado para refeições em família, seja para almoçar ou jantar. Contudo, conforme explorarei na Parte IV, em suas seções de resultados, houve momentos em que, ao lidar com casais com filhos/as pequenos/as, fui convidado pelas crianças a brincar com elas. Aceitei participar dessas atividades, até que o participante ou, geralmente, o cônjuge interferisse.

Devido às experiências enriquecedoras que vivenciei em pesquisas anteriores com a utilização de fotografias, e reconhecendo o potencial de dimensões interpretativas que podem emergir a partir de seu uso, considerei pertinente incorporá-la neste estudo (Bidarte; Pinto, 2022; Cipolat; Bidarte, 2022). Então, introduzi o Photovoice como técnica para complementar a coleta de dados, que utiliza imagens visuais como meio de comunicação. Na prática, os participantes foram convidados a capturar aspectos de suas realidades cotidianas por meio de fotografias, permitindo uma reflexão detalhada e contextualizada sobre as diferentes realidades e significados que emergem das relações de gênero e do trabalho doméstico. Essa técnica também criou uma forma interativa de engajamento entre participantes e eu, proporcionando uma relação mais significativa, na medida em que eles me convidaram a ver o fenômeno social através de seus próprios olhos (Wang; Burris, 1997; Wang, 1999).

Pedi aos participantes que registrassem fotograficamente as atividades domésticas e familiares que considerassem importantes, utilizando seus celulares ou câmeras digitais. Entendo que essa prática dá poder e voz à experiência dos participantes, permitindo que suas perspectivas sobre o que julgam relevante de ser compartilhado sejam expressas por meio das

imagens. Coube a eles determinar “o que” e “quando” fotografar, sem qualquer limitação no número de registros fotográficos (Wang; Burris, 1997; Wang, 1999). Ciente de que a memória pode variar entre os participantes, defini um período de até um mês para a produção fotográfica e solicitei que as fotos fossem enviadas por e-mail ou *WhatsApp*, aplicativo de mensagens instantâneas. Embora todos os participantes tenham demonstrado interesse, apenas sete retornaram, mesmo após várias tentativas de contato ao longo de meses. Ressalto que algumas fotos foram editadas por mim para desfocar rostos, a fim de evitar a identificação dos participantes.

Com o recebimento das fotografias, solicitei que os participantes comentassem sobre elas, explicando-as. Esse processo acrescentou o sentido da visão ao da audição, expandindo minha consciência sensorial e o processo crítico-reflexivo sobre o tema estudado. Notei que, para os entrevistados, os registros fotográficos evocaram (novos) pensamentos e (novas) memórias, que não estavam necessariamente contidos nas imagens, tornando visíveis aspectos antes invisíveis e, assim, contribuindo para uma compreensão mais profunda do fenômeno social. Esse processo foi orientado por questionamentos inspirados por Wang e Burris (1997) e Wang (1999), como, por exemplo:

- I) O que você vê nessa foto?
- II) Por que essa foto é importante para você?
- III) O que realmente está acontecendo nessa foto?
- IV) Por que esse problema ou preocupação existe? e
- V) O que se pode fazer para melhorar ou resolver isso?

Os documentos gerados durante as entrevistas, as observações e os registros fotográficos, juntamente com as anotações de campo e minhas reflexões, foram analisados por meio da análise de discurso, seguindo as orientações teórico-metodológicas de Orlandi (2015). É importante destacar que a utilização de múltiplas fontes de coleta de dados me permitiu uma compreensão e interpretação mais profunda do fenômeno social estudado, enriquecendo a análise por meio da triangulação dos dados (Denzin, 1978; Flick, 2009).

A análise de discurso é uma técnica de análise textual qualitativa que se debruça sobre o discurso, a linguagem, a mensagem e as representações simbólicas. Ela não se limita a um *corpus* necessariamente verbal, mas examina a fala do sujeito em movimento e em seu percurso, buscando compreender o sentido da língua. O foco desta técnica está em explorar “como se produz” o discurso em que o *corpus* está inserido, transcendendo a superfície textual para alcançar níveis interpretativos e críticos. Esse método se preocupa em analisar conteúdos implícitos,

subentendidos, não ditos, e ocultos, orientado para um olhar crítico fundamentado (Orlandi, 2015). Para complementar essa análise, utilizei a abordagem interseccional, destacando marcadores sociais que são fundamentais para os estudos de gênero (Akotirene, 2019; Crenshaw, 1989; Ribeiro, 2019).

Segundo Orlandi (2015), a análise de discurso trabalha “com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (p. 13-14). A técnica nos convida a refletir “sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (p. 14-15). Orlandi sugere que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua” (p. 15). Dessa forma, a análise se baseia na relação entre língua-discurso-ideologia, compreendendo como o discurso organiza os gestos de interpretação que conectam sujeito e sentido. A ideologia, portanto, estabelece a ligação entre pensamento, linguagem e mundo; ela une sujeito e sentido e, assim, constitui o sujeito e significa o mundo.

Utilizei a análise de discurso de maneira ampla, seguindo os pressupostos teóricos que sustentam essa técnica, com o objetivo de superar as limitações do reducionismo e da fragmentação. Meu propósito foi ir além do que é dito, sem me deter na superfície das evidências. Orlandi (2015) propõe que a análise de discurso siga as seguintes três grandes etapas: **I)** Passagem da Superfície Linguística; **II)** Passagem do Objeto Discursivo; e **III)** Processo Discursivo. Cada uma dessas etapas inclui procedimentos analíticos específicos que dão forma ao dispositivo de interpretação. Esse percurso, que seguiu do texto ao discurso, no contato constante com o *corpus*, é apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Procedimentos seguidos para a Análise de Discurso**

<b>I.</b>	Passagem da	{	Superfície Linguística para o	Texto (Discurso)
<b>II.</b>	Passagem do	{	Objeto Discursivo para o	Formação Discursiva
<b>III.</b>		{	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com Orlandi (2015, p. 76)

Durante a primeira etapa, ao estabelecer contato com o *corpus*, procurei enxergar nele sua discursividade e lancei uma primeira análise para construir um objeto discursivo. Para isso,

também considerei a instância da enunciação, buscando desfazer a ilusão de que aquilo que foi dito pelo entrevistado só poderia ser dito daquela forma. Nesse ponto da análise, comecei a delinear a configuração das formações discursivas, trabalhando com paráfrases, sinonímias, e relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito, entre outros aspectos. Na fundamentação das análises sobre os resultados deste estudo, optei por focar nos discursos mais pertinentes, selecionando alguns excertos mais longos do que outros. Para facilitar a localização das informações, atribuí uma identificação em código para cada unidade de discurso analisada. Por exemplo, uma citação com o código (Lucas:2:3) indica que é um registro do discurso do entrevistado de nome fictício Lucas, relacionado à pergunta número 2, sendo 3 o número da unidade de discurso de sua reflexão – tal código refere-se ao excerto do discurso do referido entrevistado apresentado anteriormente nesta seção. Já uma citação com o código (AC:Gabriel:2) indica que é uma anotação de campo minha (AC), relacionada ao entrevistado de nome fictício Gabriel, sendo 2 o número da referida anotação. O sinal de pontuação dois-pontos serve apenas para separar as informações. No total, identifiquei 853 unidades de discurso nos 34 documentos que compõem o *corpus* da análise (13 transcrições; 8 fotografias; 13 anotações).

Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, realizei uma análise que buscou relacionar as diferentes formações discursivas (paráfrases, sinonímia, relação do dito e não dito) com a formação ideológica que rege essas relações. Foi nesse ponto que atingi a terceira etapa, ao identificar os processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos nos textos, isto é, o material simbólico que serviu de base para as análises. Compreendi que todo texto é uma unidade complexa, pois “não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade” (Orlandi, 2015, p. 88).

Durante todo o procedimento analítico, observei os efeitos metafóricos que permitiram objetivar a articulação entre estrutura e acontecimento. Tanto o sentido diferente quanto o mesmo sentido são produtos da história e são afetados pelos efeitos metafóricos. Esses efeitos representam espaços de interpretação, historicidade e ideologia, constituindo os sentidos e os sujeitos (Orlandi, 2015). Consciente de que nesta análise não há descrição sem interpretação, tratei a interpretação como uma exposição do sujeito à historicidade (à ideologia) em sua relação com o simbólico. Não julguei os sujeitos desses discursos; em vez disso, descrevi o funcionamento discursivo em relação às suas determinações histórico-sociais e ideológicas, pois, como ressalta Orlandi (2015, p. 78): “falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente”.

Por fim, inspirado pelos encantadores e preciosos poemas de Mario Quintana (2018, em livro organizado por João A. Carrascoza), procurei constantemente lançar um *segundo olhar* sobre este estudo, especialmente sobre o *corpus*, ou seja, os documentos gerados nas entrevistas, nas observações e nos registros fotográficos, junto com minhas anotações de campo e reflexões. Essa chave interpretativa me despertou o desejo de buscar uma nova forma de organizar o *corpus* reunido, desafiando-me a mover-me da esfera previsível, rotineira e saturada, para uma esfera inesperada, rara e ressignificada. Guiado por esse *segundo olhar*, observei com atenção não o comum, mas a intrínseca beleza e aura de mistério do *corpus*. Embora a análise do texto esteja estruturada por um roteiro temático, intencionalmente, aqui ou ali, procurei traçar algumas curvas nesse percurso, inspirado pela lição do poeta que nos ensinou que toda linha reta é uma “linha sem imaginação” (p. 59). Assim, ao longo dos resultados, entre uma seção e outra ou entre um discurso e outro, conecto os elementos propondo certos diálogos. Espero que quem ler, por si só, perceba essas curvas; para isso, é necessário um *segundo olhar*.

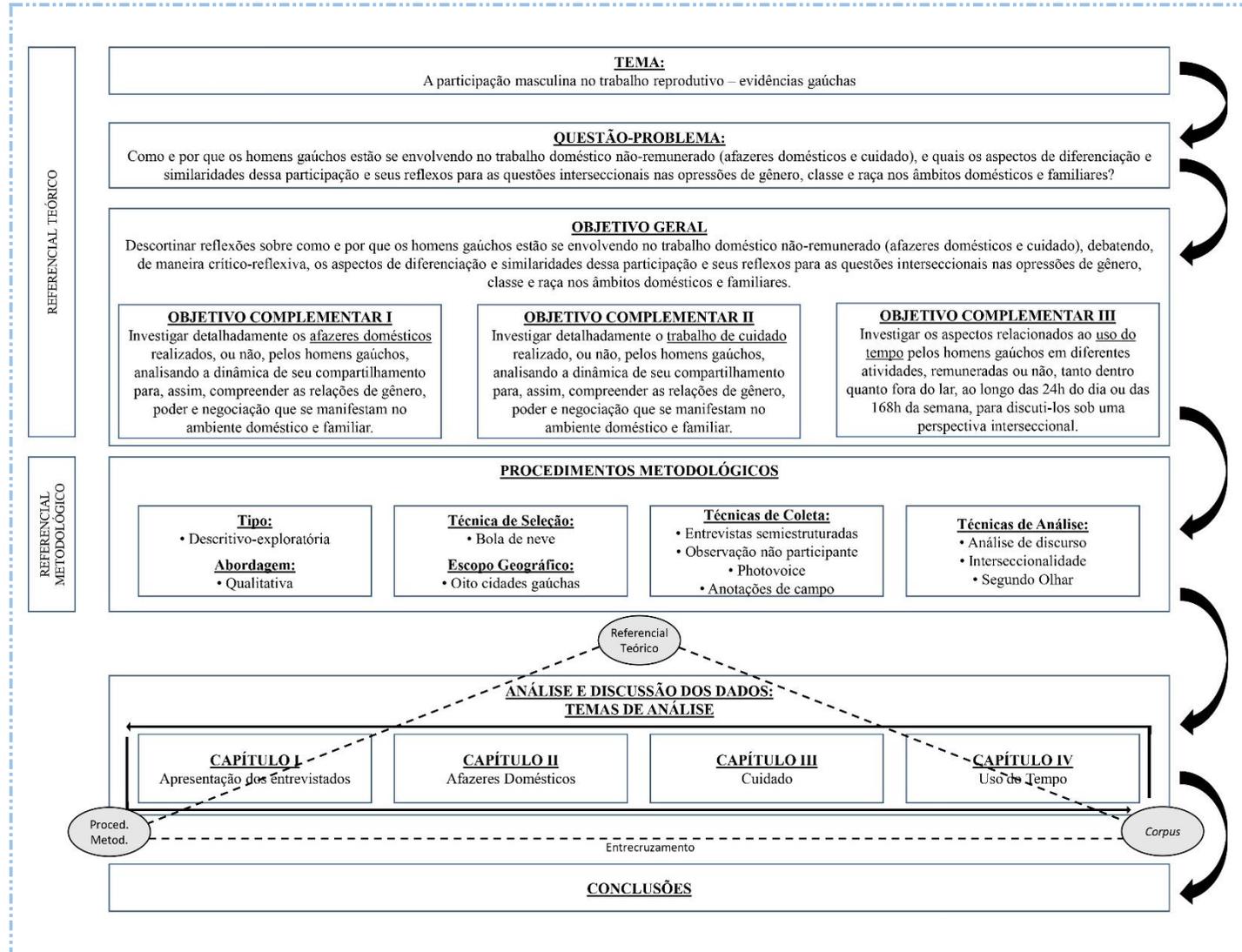
## 5.2 Intenção Teórico-Metodológica da Tese

---

Para dar forma à minha intenção teórico-metodológica na tese, criei uma representação gráfica (Figura 2). O esquema busca evidenciar as conexões entre o referencial teórico, o percurso metodológico e os dados coletados. Ele destaca como cada parte do estudo se conecta para alcançar os objetivos propostos e responder à questão-problema. Ao explorar cada etapa metodológica, o esquema mostra o compromisso do estudo com uma abordagem crítica e reflexiva, que atravessa diferentes aspectos do tema, especialmente através das lentes da interseccionalidade. A conexão entre teoria e empiria fica evidente na maneira como os dados coletados (*corpus*) são confrontados com o referencial teórico e entre si, permitindo que múltiplas camadas de análise emergem desse processo. Tal abordagem holística do *corpus* não apenas gera as conclusões deste estudo, mas também alimenta um movimento constante e circular de crítica e reflexão. Isso permite que este estudo vá além, ao abrir novas perspectivas e provocar outros questionamentos sobre o tema investigado na área da administração.

Com a fundamentação e descrição dos procedimentos teórico-metodológicos que adotei para guiar este estudo, concluo esta parte da tese. Na próxima seção, dedico-me à análise dos dados coletados e à discussão dos resultados, onde as reflexões empíricas encontram o campo teórico, e as vozes dos participantes ganham vida em diálogos com a teoria e entre si.

**Figura 2 – Síntese dos procedimentos teórico-metodológicos da tese**



Fonte: Elaborado pelo autor.

## PARTE IV

### ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

---

Nesta parte da tese, apresento os resultados obtidos e as análises e discussões a partir das entrevistas realizadas com os homens gaúchos, sendo organizada em quatro seções, cada uma com um enfoque específico relacionado aos objetivos do estudo. A estrutura proposta reflete uma abordagem analítica circular que busca articular os discursos dos participantes com a teoria. São elas:

- 6.1)** Apresentação dos entrevistados: algumas considerações
- 6.2)** Afazeres domésticos: “tudo aquilo que se faz dentro de casa, de segunda a segunda”
- 6.3)** Cuidado: “uma atividade que envolve cuidar de tudo e de todos”
- 6.4)** Uso do tempo: “dá pra fazer tudo em 24 horas?”

Em cada uma dessas seções, a análise se desenvolve por meio de um constante diálogo entre os dados empíricos e a teoria, permitindo uma compreensão mais aprofundada do fenômeno social investigado. Ao longo de cada seção, realizo reflexões críticas que não apenas conectam os discursos e as práticas dos entrevistados, mas também aos debates sobre gênero, trabalho doméstico não-remunerado e uso do tempo.

## 6.1 Apresentação dos entrevistados: algumas considerações

Começo aqui por apresentar o perfil sociodemográfico dos entrevistados, ao discutir os marcadores sociais da diferença numa perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Ribeiro, 2019). A partir desse percurso, nas próximas seções, analiso o que eles entendem por **afazeres domésticos** e por **cuidado** no contexto de suas atividades domésticas e familiares, para mostrar as diferenças e similaridades do trabalho reprodutivo e **uso do tempo**.

O perfil sociodemográfico revela a predominância de homens de cor branca, heterossexuais, cisgêneros, sem deficiência, de religião católica, com 13 a 18 anos de estudo, estado civil solteiro, de classe social média, moradores urbanos, com idade média de 39 anos, com composição familiar na maioria de 3 integrantes e com número de filhos na maioria de 2 (Tabela 2). Uma camada privilegiada da sociedade, sem dúvida. É importante recordar que, por utilizar a bola de neve como técnica de seleção dos sujeitos, houve uma tendência de indicação entre entrevistados pertencentes à similar realidade socioeconômica, o que de certa forma é esperado dado a sua abordagem em cadeia (Collis; Hussey, 2005; Flick, 2009, 2013). Entretanto, os lugares sociais que esses homens entrevistados ocupam são diferentes, fazendo com que as experiências e as perspectivas advindas desses lugares se revelem similares entre os homens brancos e distintas dos homens negros, o que faz com que experienciem gênero de formas diversas (Ribeiro, 2019).

Em relação à idade dos entrevistados, se percebe dois grupos etários: adultos jovens, de 20 a 24 anos, e adultos, com 25 anos ou mais; e a média de idade deles é de 40 anos, o que é explicado, de certa forma, pelo processo de envelhecimento populacional brasileiro. Há igual presença de entrevistados nos grupos etários de 20 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, e de 50 a 59 anos, o que abrange, além da população em idade de trabalhar, isto é, pessoas de 14 anos ou mais de idade (IBGE, 2020a), mas também diferentes gerações de homens, o que se mostra interessante para verificar as continuidades e discontinuidades nas relações de gênero e nas práticas cotidianas em torno da família e da casa (Bruschini; Ricoldi, 2012; Bidarte, 2018).

Tabela 2 – Perfil sociodemográfico dos entrevistados, por grupos de pesquisa

Entrevistado	Cor	Idade (anos)	Escolaridade (anos de estudo)	Classe social	Orientação sexual	Deficiência	Religião	Estado civil	Composição familiar	N. de filhos	Situação do domicílio
<b>Grupo I</b>											
Carlos	Branca	55	13 a 18 anos	Classe C	Heterossexual	Não	Catolicismo	Casado	5	2	Urbano
Daniel	Branca	51	19 anos ou mais	Classe C	Homossexual	Não	Catolicismo	Solteiro	2	-	Urbano
Gustavo	Branca	30	13 a 18 anos	Classe B	Heterossexual	Não	Catolicismo	Solteiro	3	-	Urbano
Heitor	Branca	25	13 a 18 anos	Classe A	Heterossexual	Não	Não-religioso	Solteiro	3	-	Urbano
Lucas	Branca	40	19 anos ou mais	Classe B	Heterossexual	Não	Catolicismo	Casado	3	1	Urbano
Marcelo	Branca	50	10 a 12 anos	Classe D	Heterossexual	Não	Catolicismo	Casado	3	2	Rural
Roberto	Preta	23	13 a 18 anos	Classe C	Heterossexual	Não	Protestantismo	Solteiro	5	-	Urbano
<b>Grupo II</b>											
Caio	Preta	38	1 a 9 anos	Classe E	Heterossexual	Não	Protestantismo	Solteiro	4	1	Urbano
César	Branca	48	13 a 18 anos	Classe E	Homossexual	Não	Espiritismo	Solteiro	1	-	Urbano
Diego	Branca	37	13 a 18 anos	Classe C	Heterossexual	Não	Protestantismo	Casado	4	2	Urbano
Eduardo	Branca	42	13 a 18 anos	Classe C	Heterossexual	Não	Não-religioso	Solteiro	4	2	Urbano
Felipe	Branca	20	13 a 18 anos	Classe C	Bissexual	Não	Não-religioso	Solteiro	5	-	Urbano
Gabriel	Branca	61	13 a 18 anos	Classe D	Homossexual	Não	Catolicismo	Solteiro	2	-	Urbano

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa.

Notas: (1) Escolaridade: segundo a PNAD-Contínua/IBGE (2021b), considerei as seguintes categorias, a partir do número de anos de estudo da pessoa: sem instrução (menos de 1 ano e sem instrução); ensino fundamental in/completo (1 a 9 anos de estudo); ensino médio in/completo (10 a 12 anos de estudo); ensino superior in/completo (13 a 18 anos de estudo); pós-graduação (19 anos ou mais de estudo); ou considerando especialização de nível superior, mestrado ou doutorado). (2) Classe Social: segundo o IBGE (2010a), considerei as seguintes categorias em grupos maiores, a partir do rendimento domiciliar, isto é, a soma dos rendimentos de todas as fontes dos moradores do domicílio: Classe A: mais de 20 salários-mínimos; Classe B: entre 10 e 20 salários-mínimos; Classe C: entre 4 e 10 salários-mínimos; Classe D: entre 2 e 4 salários-mínimos; e Classe E: até 2 salários-mínimos.

Sobre a escolaridade dos entrevistados, com exceção de Caio, os níveis educacionais são semelhantes e, em geral, aproximam-se pelo menos da conclusão do ensino médio ou acesso ao ensino superior. De certo modo, isso é resultado do estímulo de uma série de políticas públicas de democratização do acesso ao sistema educacional básico e superior brasileiro, bem como das condições econômicas das famílias brasileiras, que permitem aos jovens seguirem estudando em vez de se inserirem no mercado de trabalho (IBGE, 2010, 2016). No entanto, essas políticas públicas são recentes e atingiram os entrevistados mais jovens e de classe média; alguns entrevistados, nos grupos etários de 30 a 39 anos e de 50 a 59 anos, continuam apresentando níveis educacionais menores, o que evidencia a dificuldade do Estado de garantir o direito ao ensino superior para as diferentes gerações.

Em relação à cor, a seguinte observação se faz importante: em 2021, a população do estado do Rio Grande do Sul era composta por 78% de pessoas brancas e 21,4% de pessoas negras (pretos: 6,6%; pardos: 14,8%), reflexo do processo histórico de colonização de imigrantes europeus. No entanto, tais dados revelam uma diferença bastante significativa em relação ao Brasil, visto que, no mesmo ano, a população brasileira era composta por 43,9% de pessoas brancas e 56,1% de pessoas negras (pretos: 9,1%; pardos: 47,0%) (IBGE, 2022). Isso explica, de certa forma, a maior presença de homens brancos entrevistados; no entanto, sem dúvida, a participação de homens pretos ou pardos nesta pesquisa está aquém das proporções estatísticas, conforme destacado anteriormente.

No entanto, ao considerar cor e escolaridade, a diferença entre a formação dos entrevistados remete às diferenças sociais (IBGE, 2022). São observados, no segmento de homens brancos entrevistados, níveis mais altos de escolaridade em relação ao conjunto de homens pretos entrevistados – e aqui é preciso lembrar que entre os entrevistados só há dois homens pretos, o que explica essa diferença significativa de escolaridade entre eles. Há também diferenças entre os próprios homens brancos entrevistados: a escolaridade oscilou de ensino médio completo à pós-graduação, estando a maioria deles concentrada no ensino superior in/completo.

Os dados também mostram que pessoas negras continuam constituindo um dos segmentos mais desfavorecidos em termos de acesso à educação no Brasil (IBGE, 2022). Caio, por exemplo, abandonou a escola precocemente para trabalhar, o que implicou em sua vulnerabilidade social, na medida em que pertence a um grupo que possui menos oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho; no entanto, para as atividades que realiza, o peso da experiência prática conta mais que formação escolar. Ele pretende se matricular na modalidade de ensino Educação de Jovens e de Adultos (EJA) na rede pública e, assim, concluir

os estudos. Entretanto, se mostra ciente do desafio de conciliar o trabalho remunerado e os compromissos familiares aos estudos no turno noturno. Por outro lado, Roberto, estudante universitário, encontra diversas barreiras que dificultam sua permanência na universidade pública, se vendo forçado a conciliar a extensa jornada no emprego com as diversas demandas dos estudos no turno noturno. De fato, há uma subsistente situação de desigualdade de oportunidades de acesso e também de manutenção no sistema educacional brasileiro entre a população branca e a população negra (IBGE, 2022). Os excertos dos discursos deles que selecionei para apresentar aqui têm algumas características que acabei de descrever.

“Eu quero terminar os estudos e vou conseguir. Assim o cara consegue coisa melhor, né? (feição interrogativa). De largada vai ser um pouco mais complicado, porque faz tempo que parei de estudar, mas depois o cara se ajeita, pega o ritmo, e a coisa vai que vai.” (Caio:1:6)

“Ah, é puxado, né? (feição de cansaço, com breve suspiro) Porque eu já tô cansado da rotina do dia de trabalho e aí tem a faculdade no turno noturno.” (Roberto:6:4)

Duas instituições apareceram nos discursos dos entrevistados: a família e o casamento. Em relação à primeira, sabemos que a instituição família vem passando por diversas mudanças ao longo das décadas, as quais, por sua vez, estão mudando a sociedade (Albornoz, 2021; Araújo; Scalon, 2005; Soares, C. 2016, 2021). E isso é evidente em relação aos entrevistados, visto a constituição de diversos tipos de famílias, por exemplo: a família tradicional, nuclear ou heterossexual, composta por pai, mãe e filhos (Carlos, Gustavo, Heitor, Lucas, Diego, Eduardo, Felipe); a família extensa, composta por outras relações de parentesco (Roberto, Gabriel); família reconstituída, formada quando pelo menos um dos cônjuges possui um filho de um relacionamento anterior (Marcelo, Caio); família homoafetiva, composta por pessoas do mesmo sexo (Daniel); família unipessoal, composta por pessoas que vivem sozinhas (César). Outra mudança observada foi na composição dos arranjos familiares naqueles compostos por casais heterossexuais com filhos/as (Caio, Diego, Eduardo), em que aparece a presença da mulher como a pessoa de referência, e não o homem; isso pode ser explicado, de acordo com o IBGE (2016), sobretudo, devido às esposas receberem maiores rendimentos médios no emprego do que os entrevistados.

Considerando o tamanho da família dos entrevistados, se observa que o número de filhos/as está dentro da média nacional, que é de 1 a 2 crianças, mas o número de pessoas na família apresentou pequena variação superior à média nacional, que é de 2 a 3 integrantes (IBGE, 2016). Tais dados podem estar relacionados com a idade, a escolaridade e a renda familiar mensal dos entrevistados. Outra observação é que há um grupo de homens jovens com

maior escolaridade que podem estar postergando a paternidade ou, ainda, optando por não terem filhos. É de se pensar que esses homens não sejam tão pressionados a terem filhos e sequer acusados pela sociedade de alterarem a norma da instituição família, como as mulheres, via de regra, são. Afirmam Albornoz (2021) e Hampe (2016), e concordo com elas, que assim como não é essência da mulher a maternidade, não é essência do homem a paternidade; assim como a mulher pode ser mulher sem ter filhos, o homem pode ser homem sem ter filhos.

Considerando o tamanho da família com a moradia dos entrevistados, se faz a seguinte observação de campo: eles residem em casas ou apartamentos próprios ou alugados, em bairros nobres ou periféricos da cidade – com exceção de Marcelo, que reside na área rural, em casa própria. Carlos, Gustavo, Heitor, Eduardo, Felipe e Gabriel residem em casas próprias, espaçosas, com vários cômodos, localizadas em bairros nobres (algumas com quarto/s de hóspedes, piscina, salão de festas, ou área gourmet); do mesmo modo, porém em apartamento próprio, reside Lucas. Já Daniel, Diego e César residem em apartamentos alugados, com poucos cômodos e espaço reduzido, localizados em bairros próximos ao centro da cidade; e Caio e Roberto residem em casas alugadas, localizadas em bairros periféricos da cidade. O exposto revela uma desigualdade socioeconômica, marcada pela classe social, onde residências maiores com melhores condições de habitação são ocupadas por famílias menores com maior renda enquanto residências menores são ocupadas por famílias maiores com menor renda (Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015). Outro ponto a ser destacado é que o registro de apartamentos está relacionado com os entrevistados que residem em grandes centros urbanos (IBGE, 2024b).

Em relação a segunda, vivemos em uma sociedade que tem a instituição casamento como algo a ser seguido. Ainda há uma poderosa pressão social para que as pessoas celebrem a união civil e/ou religiosa e, assim, encontrem sentido, satisfação e felicidade pessoal – como se isso não fosse possível solteiro (Albornoz, 2021). A população brasileira está casando cada vez menos (IBGE, 2023b) e os entrevistados apontam para isso, visto que a maioria deles declarou seu estado civil como solteiro; porém, isso não significa que eles estejam parando de formar unidades familiares, pois mencionaram viver em uma relação de convivência contínua e duradoura, e com o intuito de constituir família, o que pode ser reconhecido como união estável, segundo o Código Civil brasileiro (Brasil, 2002). E a informação do tempo médio da união dos entrevistados, que é de pouco mais de 16 anos, reforça o exposto.

Alguns entrevistados já estão casados; outros comentaram que em algum momento da vida pretendem casar, como Caio e Eduardo; outros, no entanto, decidiram conviver sem se casar, como Felipe e Daniel; e outros, não pretendem casar, como Gabriel, César e Roberto, que estiveram/estão mais preocupados com sua realização pessoal e profissional, portanto, o

casamento acabou tornando-se uma opção. O casamento continua sendo uma instituição importante na sociedade brasileira, como mostram as estatísticas nacionais, mas a recusa em se casar já não é mais considerada imoral, egoísta ou estranha, como foi um dia, especialmente para as mulheres (Albornoz, 2021). Segundo o IBGE (2023b), as estatísticas nacionais do Registro Civil mostram que dos mais de 930 mil registros de casamentos civis em 2021, cerca de 9.202 ocorreram entre pessoas do mesmo sexo. No país, o número de casamentos, desde 2015, vem apresentando tendência de queda; já o de união estável cresceu mais de 400% no período 2006-2019. Outros aspectos que explicam essa tendência é o custo da celebração e também a garantia legal dos mesmos direitos e deveres previstos no casamento, segundo o Código Civil brasileiro (Brasil, 2002). Importante destacar que entre 2019 e 2020 houve um decréscimo ainda mais expressivo nesses registros civis, levando a crer na relação com o período de pandemia.

“Hoje nós tamo juntado, mas nós queremos casar.” (Caio:1:8)

“Eu nunca quis casar. Eu vim pra cidade pra estudar e trabalhar. Claro, já namorei, mas não morei junto e nem casei.” (Gabriel:1:8)

“A gente não é casado no papel, a gente só mora junto. E é isso.” (Daniel:1:8)

“As pessoas me dizem: ‘Tá ficando velho, hein! Quando vai casar?’ Eu respondo que tô bem assim.” (César:1:8)

Sobre classe social, considero que o conceito envolve uma ideia de valores, crenças, atitudes e estilos de vida, visto que sua definição socioeconômica muda ao longo do tempo (Dias, 2016; Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015). Ciente disso, recorri ao seguinte método para explorar a identificação subjetiva dos entrevistados com as classes sociais: primeiro, os convidei a mencionarem, de maneira espontânea, a classe social a que pertenciam e, depois, a classe a que julgavam pertencer a partir da apresentação da classificação do IBGE (2010a). Como resultado, segundo seus discursos, a grande maioria dos entrevistados identifica-se como classe média (11 espontaneamente e 9 quando estimulados). Nas respostas estimuladas, dez deles consideram-se classe média, dois consideram-se classe baixa e outro, classe alta. Há entrevistados, como se pode perceber, que realizam dois movimentos inversos na sucessão da resposta espontânea para a estimulada. Quando estimulados, dois dos que se classificaram como classe média não se reconheceram como membros de outra classe, um no caso de Classe D para Classe E, outro no caso de Classe B para Classe A. Há um movimento significativo que ocorre entre os entrevistados que afirmam espontaneamente pertencer à classe média: quando estimulados, eles reclassificam-se como Classe B ou Classe C, pois não sabem, ao certo, a qual

grupo pertencem. Isso significa que os entrevistados tendem a se perceber como membros de uma classe genérica, no caso, classe média. De forma geral, a autoidentificação de classe se mostra fiel às condições socioeconômicas dos entrevistados. De fato, há inconsistências, porém são esperadas, visto que o critério de autoidentificação de classe é subjetivo e, como tal, sujeito à influência de diversos elementos (Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015).

“Cara, eu não posso te dizer que sou classe média, eu sou classe baixa, né, cara. Aqui em casa a gente sobrevive com o que a gente ganha, e não é o caso da gente passar fome ou outra necessidade, graças a Deus.” (Caio:1:9)

“Eu acho, assim, que tá de média, média-alta pra alta. (alguns segundos pensando) Talvez não chega a ser alta, mas é média-alta.” (Heitor:1:9)

“Bah! (risos) Atualmente? Quais as opções? (feição interrogativa) Eu... (alguns segundos pensando) Eu não pensei nisso ultimamente. (alguns segundos pensando) Acho que seria média, ou média-baixa. Tipo, é média, mas baixa, eu acho. (semblante de dúvida)” (Daniel:1:9)

“Olha, eu me declaro como classe média. Se bem que agora tu me pegou. Não sei se seria a média-alta ou média-média. (risos) É... (alguns segundos pensando) Talvez média-alta, até.” (Lucas:1:9)

Para os entrevistados, classe é entendida como sua posição na estrutura da sociedade brasileira; e a posição de classe depende de critérios econômicos, sendo a riqueza e a renda os dois mais lembrados. Para eles, de um lado, ser da classe média ou alta significa viver com certo conforto e ter maior probabilidade de conseguir o que se deseja e de adquirir bens e/ou serviços; do outro lado, ser da classe baixa significa não ter poder para controlar o seu destino econômico, menor probabilidade de adquirir bens e/ou serviços, ou ainda depender de outros membros da família para (sobre)viver. De forma geral, a classe aponta os privilégios que os entrevistados têm/tiveram na vida, evidenciando os lugares sociais que ocupam (Ribeiro, 2019), pois influencia as expectativas de vida, as oportunidades educacionais, a colocação profissional, a saúde, a nutrição, a mobilidade ocupacional e geográfica, o nível de privação econômica, o tempo de lazer, o conforto, a segurança, entre outros (Dias, 2016; Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015).

Sobre religião, dois terços dos entrevistados mencionaram ter alguma religião; já para quase um terço, no entanto, alguns declararam-se não-religiosos e outros afirmaram crer em Deus, mas sem estarem filiados a qualquer religião. O perfil religioso dos entrevistados, como se pode observar, manteve como aspecto principal a hegemonia da filiação à religião católica, característica herdada do processo histórico de colonização do Brasil (IBGE, 2010c). As demais religiões praticadas pelos entrevistados apresentam contingentes significativamente menores.

Considerando os grupos de idade dos entrevistados, é notório as seguintes diferenciações: o número de católicos se mostra maior entre os entrevistados com idade superior a 40 anos de idade, reflexo de gerações que se constituíram em tempos de maior hegemonia católica; o número de entrevistados sem religião é mais frequente entre adultos jovens, com idade entre 20 a 29 anos, e praticamente inexistente nas demais faixas etárias mais envelhecidas.

Os dados evidenciam uma particularidade que é corroborada pelos resultados do Censo Demográfico de 2010: no grupo dos católicos e no grupo dos sem religião há maior presença de adeptos do sexo masculino (IBGE, 2010c). No entanto, cabe destacar que, ao comparar os dados dos últimos Censos Demográficos, houve redução de pessoas que se declararam católicas apostólicas romanas, porém o percentual de adeptos dessa religião ainda se mostra elevado (2000: 73,6%; 2010: 64,6%). Em paralelo, houve um crescimento da diversidade dos grupos religiosos no país, consolidando o aumento da parcela da população brasileira que se declarou evangélica (2000: 15,4%; 2010: 22,2%), espírita (2000: 1,3%; 2010: 2,0%), de outras religiões (2000: 1,8%; 2010: 2,7%), além disso, os dados censitários indicam também o aumento de pessoas que se declararam sem religião (2000: 7,4%; 2010: 8,0%) (IBGE, 2010c).

“Eu sou evangélico. Eu tenho fé. O cara tem que ter fé, né, tem que acreditar, fazer sua oração. Sem Jesus o cara não é nada.” (Caio:10:1)

“Eu me apeguei mais na religião durante a pandemia. E a mãe é bastante religiosa, tá sempre com o terço dela na mão.” (Gabriel:10:1)

Em seus discursos, os entrevistados afirmam a importância da religião em suas vidas, pois significa fonte de conforto e apoio, e mesmo os entrevistados não praticantes citaram ter fé, recorrendo à religião, sobretudo, em situações de fragilidade emocional; em alguns casos a disposição de seguir fielmente as recomendações religiosas (obediência irrestrita), e em outros casos, a disposição de seguir quando estiver de acordo com as recomendações religiosas (obediência condicional). Além disso, verifiquei que a participação mais intensa em atividades religiosas se refere aos homens pretos, os quais encontram na religião o principal meio de sociabilidade, além da família ou da vizinhança. Quanto mais intensa a participação dos entrevistados em atividades religiosas em sentido de alienação, maior a tendência para seguir os preceitos das instituições religiosas em sentido de obediência irrestrita, já que os códigos de conduta devem ser seguidos por todas as pessoas, ao observarem os atos proibidos e os permitidos (Nogueira, 2020).

É de se pensar se a maior participação religiosa das pessoas adeptas pode contribuir para robustecer a ordem normativa, ao disseminar orientação e valores morais capazes tanto de inibir quanto de coibir comportamentos transgressivos. No casamento, por exemplo, a religião

ênfatiza a superioridade do homem sobre a mulher, o que fortalece a divis3o sexual do trabalho na casa e na fam3lia: enquanto o homem deve buscar o sustento econ4mico, a mulher deve obedecer ao marido e realizar as atividades dom3sticas e de cuidado (Kergoat, 2003; Hirata; Kergoat, 2007). Ainda, convergente com os princ3pios religiosos, o homem exerce poder e controle sobre a mulher e filhos, determinando o que pode ou n3o ser usado em termos de roupas e cores, preparar certos tipos de comida, consumir 3lcool, socializar, entre outras atividades. As ra3zes hist3rico-religiosas ainda regulam corpos e mentes, e, assim, servem de base para a manuten3o do padr3o patriarcal tradicional e androc3ntrico nas rela3es de g4nero e nos pap3is sociais de homens e mulheres na sociedade brasileira contempor3nea (Nogueira, 2020).

## 6.2 Afazeres dom3sticos: “tudo aquilo que se faz dentro de casa, de segunda a segunda”<sup>5</sup>

O trabalho de afazeres dom3sticos realizado pelos entrevistados 3 compar3vel, num primeiro momento, mas a maneira de descrev4-lo e as express3es utilizadas s3o bastante diversas entre eles. O significado atribuído pelos entrevistados 3 categoria **afazeres dom3sticos** variou de acordo com a sua realidade socioecon4mica, definindo-a como estereotipada, pouco prazerosa, restritiva do tempo livre, e necess3ria 3 sobreviv4ncia familiar. De modo geral, eles entendem que os afazeres dom3sticos s3o as incont3veis atividades di3rias para a manuten3o da fam3lia e da casa, o que, inclusive, permite pensar sobre os sentimentos presentes na realiza3o dessas atividades, sejam eles em circunst4ncias prazerosas ou n3o. A realiza3o do trabalho de afazeres dom3sticos como rela3o familiar e interindividual pode ser entendida na an3lise dos excertos ao longo desta se3o (Bidarte, 2018); n3o se trata de respostas padronizadas ou estereotipadas, mas singulares e espont3neas, as quais se percebem quando se explora o caminho de correlacionar as respostas dos discursos (Orlandi, 2015).

“Olha... (alguns segundos pensando) Eu acho que 3 tudo aquilo que se faz dentro de casa, de segunda a segunda.” (Caio:15:1)

“S3o as tarefas que entram no decorrer do dia a dia, assim, pro funcionamento da casa.” (Carlos:21:1)

---

<sup>5</sup> Uma primeira vers3o deste texto foi publicada no XLVIII Encontro da Anpad – EnAnpad (Bidarte; Rodrigues, 2024).

Todos os entrevistados de classe baixa e alguns de classe média mencionaram que não há dia que se passa sem realizar os afazeres domésticos, sendo sábados, domingos e feriados dias iguais de trabalho – ainda que com significativas diferenças entre os dias úteis da semana e os dias do final de semana, como será discutido neste texto –, o que, segundo eles, traz implicações na condição de acesso a lazer e descanso individual e familiar. Entretanto, em termos gerais, tal realidade sequer foi mencionada pelos entrevistados de classe alta – e, aqui, noto que o tempo livre dos entrevistados está fortemente marcado pela questão de classe (Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015). É provável que isto se deva ao fato deles contratarem os serviços de terceiros, já que ou delegam ou transferem os afazeres domésticos para as trabalhadoras domésticas (diaristas) e, com efeito, traz vantagens para eles em termos de uso do tempo e, nesses casos, o modelo da delegação os distancia ainda mais das responsabilidades domésticas e familiares (Hirata; Kergoat, 2007).

“E a gente tem escolha? (feição interrogativa). Tem que fazer [os afazeres], não adianta.” (Gabriel:15:1)

“Todos os dias elas tão ali te esperando. Não dá pro cara fugir. (risos)” (César:15:2)

Quando questionados sobre quais afazeres domésticos realizam, de modo geral, os entrevistados citaram as tarefas a seguir:

- cuidar da administração e manutenção da casa; cortar lenha; costurar; cozinhar; cuidar dos filhos, dos animais de estimação e domésticos, da horta, das plantas; estender as camas; fazer as compras no supermercado e feira; limpar a casa, o pátio e a garagem; lavar, estender, recolher, passar e guardar roupa; lavar, secar e guardar louça; lavar a calçada; fazer manutenção e limpeza do automóvel; fazer pequenos reparos (pintura, elétrico, hidráulico); pagar contas; retirar o pó e o lixo.

É importante destacar que, ao unificar essas tarefas em um bloco, busco apresentar um panorama das práticas relatadas pelos participantes, no entanto, isso não significa que todos eles realizem todas essas tarefas, pois alguns realizam um volume maior de tarefas domésticas do que outros (por exemplo, em contraste, Gabriel e Heitor), seja por questões de necessidades específicas ou por dinâmicas familiares distintas. Essa diferença ressalta a complexidade do trabalho reprodutivo e a variedade de formas como ele é vivenciado e narrado pelos participantes. Assim, os discursos dos entrevistados não sugerem uma tentativa de *mascarar* ou *idealizar* suas práticas cotidianas; pelo contrário, os relatos revelam-se, de certa forma, alinhados com o contexto de cada participante e, em certo limite, encontram respaldo nos

registros fotográficos produzidos por eles mesmos, bem como nas minhas observações e anotações de campo

Outro aspecto importante é que tais afazeres foram facilmente lembrados pelos entrevistados, pois costumam fazer parte de seu dia a dia; porém, em alguns discursos, como de Gustavo e Daniel, notei a menção a afazeres ocasionais, que foram lembrados no decorrer da entrevista, sinalizando uma dimensão mais esporádica ou sazonal de certas atividades domésticas, conforme excertos apresentados a seguir. Considerando o leque heterogêneo de tarefas citadas pelos entrevistados, observo também a menção a atividades de cuidado, o que não é surpreendente, uma vez que afazeres domésticos e atividades de cuidado, em geral, são realizadas concomitantemente pelas pessoas no domicílio ou em domicílio de parente (Bidarte, 2018; Soares, C. 2021); no entanto, neste estudo, investigo essas informações em separado, quando possível. As evidências expostas indicam que a categoria **afazeres domésticos** pode ser entendida como um conceito amplo, conforme discussão teórica anteriormente apresentada, porém coberta de especificidades segundo a realidade de cada entrevistado. Aqui, cabe sublinhar que as práticas dos afazeres domésticos mostram a complexidade desse conceito; por isso que a maioria das suas atividades identificadas neste estudo não estão no escopo das pesquisas oficiais nacionais, como a PNAD-Contínua (2020a); no entanto, há um movimento do IBGE em aprimorar seus instrumentos de coleta e análise de dados, buscando dar visibilidade às diversas atividades de cuidado realizadas pela população brasileira.

“Eu faço algumas coisas em casa, no pátio. (...) Às vezes, eu lavo a calçada e a grade com lava jato. (...) Ah! Também, às vezes, eu rastelo o pátio, corto a grama, coisas assim.” (Gustavo:7:3) “Esses tempos tive que subir lá em cima da casa pra arrumar umas telhas.” (Gustavo:11:3)

“E o que mais eu faço? (passando a mão no queixo; alguns segundos pensando). Ah, sim! Lembrei! Eu faço essas coisas de pintura, elétrica e hidráulica, quando tem que fazer algum conserto da casa, tipo pequenos reparos, sabe?” (Daniel:11:3)

“Mas, olha... É tanta coisa que a gente faz que nem se lembra direito.” (Marcelo:11:2)

“Eu faço as coisas do dia a dia. Mas, assim, lá pelas tantas eu reorganizo toda a casa, de trocar tudo de lugar, e por aí vai.” (César:11:2)

Alguns entrevistados preferem realizar determinados afazeres domésticos, como: cortar ou apanhar lenha (Marcelo), pagar contas (Daniel, Diego, Lucas), fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de aparelhos eletrodomésticos ou outros equipamentos (Carlos, Daniel, Eduardo, Marcelo); tal preferência permite confirmar o rótulo atribuído pela sociedade a esses afazeres como tipicamente masculinos, o que também gera

evidentes preconceitos e desigualdades de gênero no contexto familiar. Sobre tais afazeres, cabe destacar os seguintes pontos: (i) isso não significa afirmar que os entrevistados estejam trabalhando em casa mais que seus cônjuges, pois, pode-se pensar, que esses últimos também possam realizar tais afazeres no lar, e, assim, supor um compartilhamento das atividades entre o casal, próximos de um modelo da parceria (Hirata; Kergoat, 2007); visto que (ii) em nível nacional, por exemplo, essas tarefas também são realizadas por mulheres, ainda que apresentem percentual menor de realização em comparação com o dos homens (PNAD-C/IBGE, 2020); além disso, (iii) pagar contas é uma atividade relacionada à gestão do dinheiro, aspecto de controle e poder do homem na família (Soares, C. 2021); e (iv) cortar lenha é uma atividade comum na zona rural, realizada por ambos os sexos, o que é evidenciado no discurso de Marcelo, ao mencionar a participação de sua esposa nessa atividade, pois enquanto ele corta, ela, apanha lenha – aqui, noto que há tanto divisão quanto compartilhamento dessa atividade entre o casal (Moraes et al., 2021; Sales, 2007).

Sobre os afazeres domésticos, a Figura 3 representa um registro fotográfico realizado pela esposa de Marcelo, sendo possível observá-lo instalando um varal de fio nos fundos de casa. Marcelo explica que sua esposa pediu a colocação de outro varal em um local sombreado da casa para secar roupas, especialmente as coloridas, já que o sol forte do verão danifica os tecidos e desbota as cores das roupas. Algum tempo depois, já com os materiais e ferramentas necessárias, Marcelo marcou a área onde colocaria o varal, prendendo-o entre a parede lateral da casa e um galho grosso da árvore.

A instalação do varal (Figura 3), embora pareça uma tarefa simples, apresenta uma dimensão prática, simbólica e social: praticamente, contribui para a organização do trabalho doméstico, que é essencial para o funcionamento da casa; simbolicamente, representa a disposição do homem em se envolver em tarefas domésticas, ainda que a iniciativa e o planejamento da atividade tenha recaído sobre a mulher; e, socialmente, é uma atividade associada ao trabalho masculino, por exigir força física e envolver riscos associados (por exemplo, de cortes ou quedas). Em seu discurso, o excerto a seguir permite explorar dinâmicas de gênero, comunicação, tempo e poder dentro contexto doméstico e, inclusive, do relacionamento.

“A [nome da esposa] ficava falando pra colocar o varal, mas não dava tempo, eu chegava cansado do serviço e ainda tinha que ver os bichos, ver a lavoura, daí foi ficando.” (AC:Marcelo:8)

**Figura 3 – Marcelo: colocando varal de fio nos fundos de casa**



Fonte: Entrevistado Marcelo (17, 01, 2023) através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 3 está em formato retrato e mostra Marcelo colocando varal de fio nos fundos de casa. Ele está usando calça jeans azul e camisa polo lilás e está de costas, em cima de uma escada de alumínio encostada na parede lateral de madeira da casa; do seu lado há um rolo de arame galvanizado. Há um cano branco que coleta água da pia da cozinha e destina à fossa séptica. Ao fundo há árvores nativas.

O fato de que Marcelo instalou o varal (Figura 3) apenas após repetidos pedidos de sua esposa sugere dinâmicas de poder e negociação dentro do relacionamento, assim como sugere uma resistência ou uma priorização diferente das atividades domésticas por parte dele, seja pelo cansaço após jornada diária de trabalho, pelo desinteresse ou por não querer fazer. A persistência da esposa, ao assumir o papel de *lembrete vivo*, destaca o trabalho emocional e mental adicional que ela realizou para garantir a execução das tarefas domésticas ao longo de um período de tempo, sendo um exemplo de como as mulheres, com frequência, carregam a responsabilidade de gerenciar, coordenar, lembrar e direcionar o trabalho doméstico aos membros da família. Como elas acabam por se sentir responsáveis não apenas por fazer as coisas acontecerem, mas também por gerenciar todo o processo, essas atividades envolvem um trabalho mental contínuo que, embora invisível, é desvalorizado, cansativo e exaustivo (Santos; Diniz, 2018). Por exemplo: para eles, lavar a louça pode ser visto como uma tarefa completa, sem a consideração de que secar e guardar, além de limpar o fogão, a bancada e a pia, também fazem parte do processo. Esse comportamento de os homens realizarem parte das tarefas e considerarem como suficiente, deixando o restante para ser concluído por outra pessoa reflete

uma percepção incompleta das responsabilidades domésticas, o que acaba gerando mais trabalho para as mulheres e, inclusive, um ciclo de desgaste emocional e físico para elas. A situação específica de Marcelo ilustra como a divisão do trabalho doméstico não é apenas uma questão prática ou de execução física, mas também emocional, mental, de poder e de negociação contínua entre o casal. Portanto, tal situação sugere a necessidade de conversas eficazes no sentido de estabelecer responsabilidades compartilhadas sobre as atividades domésticas, o que pode evitar tensão, conflito, discussão ou frustração e, talvez, se aproximar de uma equidade no contexto familiar e doméstico (Hirata; Kergoat, 2007).

Alguns entrevistados mencionaram não gostar de realizar determinados afazeres domésticos no dia a dia, podendo-se citar: arrumar ou retirar a mesa (Daniel, César), cortar a grama do pátio, devido à fobia a insetos e aracnídeos (Heitor); cozinhar (Gustavo, Daniel, Carlos); estender a roupa molhada, devido à estranha sensação na pele (Felipe); faxina geral (Roberto); lavar a louça, principalmente no inverno (Felipe, Diego, Daniel); limpar o banheiro (Roberto); e passar aspirador de pó, devido ao alto ruído (Daniel). Especificamente sobre a tarefa relacionada à alimentação, de acordo com dados da PNAD-C/IBGE (2023), essa apresentou o maior percentual de pessoas realizando atividades de preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça (82,4%), mas, quando se analisa por sexo, observa-se grande diferença de quase 30 p.p. entre homens (66,0%) e mulheres (95,7%). Como é uma pergunta que engloba diferentes afazeres, pode-se inferir que os homens brasileiros podem estar realizando todas ou apenas uma delas; por exemplo: podem estar servindo, mas não preparando as refeições; assim como podem estar arrumando, mas não retirando a mesa; quanto lavando ou não a louça. No entanto, ao analisar essa tarefa por condição no domicílio observa-se que a sua realização somente é maior quando o homem vive sozinho (94,1%), pois quando está em coabitação, seja na condição de cônjuge (58,9%) ou de responsável pelo domicílio (65,8%), ela se reduz significativamente. Isto implica supor, com apoio inclusive nos dados deste estudo, que os afazeres citados são realizados pelos homens quando estão sozinhos em casa e não há, portanto, outra pessoa para realizá-los; no entanto, em geral, tal dinâmica sugere que os afazeres são transferidos ao cônjuge, aos/as filhos/as, a outros membros do domicílio, a trabalhadora doméstica diarista ou a prestadores de serviços diversos.

Em seu discurso, Daniel menciona não gostar de cozinhar e de lavar louças, porém se vê obrigado a realizá-los quando está sozinho, nos dias em que seu cônjuge não realiza as refeições em casa; já quando seu cônjuge está presente, prefere lavar louças a cozinhar. E é sobre isso seu registro fotográfico, no qual é possível observar uma pia de cozinha com louças e utensílios domésticos para lavar (Figura 4).

**Figura 4 – Daniel: pia da cozinha com louças e utensílios domésticos para lavar**



Fonte: Entrevistado Daniel (03, 06, 2023) através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 4 está em formato retrato e mostra copos, canecas, pratos, talheres, panelas e utensílios domésticos em cima da pia com cuba em inox para serem lavados; do lado esquerdo da pia há um escorredor de louça vermelho. O azulejo da parede da cozinha é floral amarelo.

Segundo o Daniel, conforme a louça era utilizada ao longo do dia, acumulava na pia. Ele tentou adotar algumas práticas, como lavar a louça tão logo terminasse de usar, mas sem êxito, pois, em seu entender, lavar louça um pouco de cada vez representava limpar com mais frequência; a louça lavada costuma ser empilhada no escorredor, e guardada após secarem em temperatura ambiente – e aqui noto que a tarefa de secar a louça foi praticamente eliminada da sua rotina doméstica, o que, com efeito, traz vantagens para ele em termos de uso do tempo. Inclusive, comenta que o compartilhamento desse afazer entre o casal, em diversos momentos, chegou a ser motivo de tensão, conflito ou discussão ao se questionarem: “Quem vai limpar isso aí?” (Daniel:13:2). Portanto, penso que o registro fotográfico pode constituir um tipo de *denúncia*, revelando aquilo que o acomete, visto à insatisfação sobre a participação do companheiro nas tarefas domésticas, que pode indicar uma dinâmica de poder ou uma falta de comunicação dentro da relação (Figura 4). Para tentar resolver tal dilema, Daniel revisou o orçamento familiar de forma a poupar mensalmente com o objetivo de adquirir uma máquina de lavar louça, considerada como seu “sonho de consumo” (Daniel:16:2), com atenção à sustentabilidade (consumo de energia elétrica e água). No entanto, apesar do eletrodoméstico facilitar a tarefa doméstica e economizar tempo, penso que não o exime da responsabilidade de

colocar as louças no aparelho, de programar o ciclo de lavagem e, depois, de guardá-las; logo, possivelmente, a tarefa continua sendo realizada majoritariamente por Daniel.

A pia cheia de louças e utensílios para lavar não é apenas uma imagem cotidiana (Figura 4); ela encapsula algumas questões profundas. O caso de Daniel traz à tona como as normas de gênero internalizadas e a divisão do trabalho doméstico podem reproduzir, consciente ou inconscientemente, desigualdades em relações homossexuais, frente a comportamentos e expectativas que influenciam quem deve ou não realizar as tarefas domésticas. Ao que parece, seu companheiro está assumindo mais as responsabilidades financeiras e Daniel assumindo mais as tarefas domésticas, reportando uma divisão de trabalho doméstico baseada em normas de gênero heteronormativas, como sugere o seguinte excerto do seu discurso: “O [nome do companheiro] tem o salão dele, então ele fica mais tempo fora de casa, e eu trabalho ao longo dia, com janelas de horários, então fico mais tempo em casa” (Daniel:4:3).

Como exposto, os discursos dos entrevistados apontam que os afazeres domésticos possuem as seguintes características nas atividades diárias: fragmentação, sendo a realização de atividades no decorrer do dia ou da semana; multiplicidade, sendo a realização de diversas atividades; e simultaneidade, sendo a realização de duas ou mais atividades ao mesmo tempo (Bruschini, 2006; Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018). Aqui, sublinho que a característica *simultaneidade* abrange tanto afazeres domésticos quanto atividades de cuidado – conforme excerto do discurso de Carlos – e que, inclusive, pode mascarar o tempo gasto com a realização dessas tarefas declaradas pelos entrevistados (Bidarte, 2018; Soares, C. 2021). Voltarei a essa questão na seção específica sobre **uso do tempo** deste estudo.

“Eu levanto e já arrumo a cama, aí por uma questão de organização minha, de manter a casa organizada, e aí já tem um pouco de TOC [transtorno obsessivo-compulsivo]! (risos). (...) Depois eu tomo meu café e já dou comida pros gatos e pros cachorros. Dependendo do dia eu atendo a filha e todos os cuidados com ela. Aí, depois, eu me arrumo pra ir trabalhar. (...) No final do dia, quando eu tô em casa de novo, segue a rotina de fazer algumas coisas em casa, tem a filha, tem os bichos.” (Carlos:21:2)

“Enquanto passa o café eu já vou dando uma tapeada na casa, passando uma vassoura, arrumando a cama, colocando roupa pra secar que deixei na máquina no dia anterior, ou arrumando alguma outra coisa. Depois vou trabalhar. Na volta pra casa eu passo no mercado, compro o que falta. Aí em casa eu vejo se tem roupa seca e já guardo, organizo mais alguma coisa, preparo a janta. E por aí vai a coisa.” (César:21:2)

Sobre as características do trabalho doméstico, aqui aplicadas aos afazeres domésticos (Bruschini, 2006; Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018), tanto o discurso quanto o comportamento de Gabriel me chamaram a atenção. Em determinado momento da entrevista, ele me convidou para mostrar a sua casa, elencando as atividades que fez ou que ainda faria no dia (características: fragmentação e multiplicidade), num processo de comentar sobre o seu trabalho doméstico; uma dessas atividades percebi logo quando entrei em sua casa: para me receber, a mesa do café estava posta, um evidente gesto que expressava gentileza (AC:Gabriel:1). Enquanto conversávamos na cozinha, Gabriel colocou no fogão uma chaleira com água para esquentar e, pela janela basculante, olhou rapidamente se a lavadora havia concluído a programação; ao voltarmos para a sala de estar, ele prestou assistência à sua mãe enquanto falava ao telefone celular com uma vizinha, combinando dia e horário para que o ajudasse a levar sua mãe nas atividades fisioterapêuticas (característica: simultaneidade) (AC:Gabriel:3). Ao olharmos com atenção, notamos que seu discurso traz a combinação de afazeres domésticos e cuidado que o trabalho reprodutivo embute.

Daniel, Felipe, Caio e Gabriel afirmaram possuir autonomia em relação aos afazeres domésticos, realizando-os nos momentos em que desejarem ou postergando-os para outro momento ou dia, sem quaisquer cobranças pessoais ou familiares. Especialmente, aos domingos, optam por desfrutar o dia com o cônjuge, filhos/as, familiares, amigos/as e animais de estimação, considerado pelos entrevistados como o “dia de descansar e curtir” (Caio:17:3), e não de se preocupar em realizar os afazeres domésticos. No entanto, essa autonomia não os exime das responsabilidades domésticas, pois os afazeres adiados implicam no acúmulo de tarefas e, com efeito, no aumento do tempo gasto os realizando. Apesar disso, os entrevistados percebem como uma escolha racional, como bem ilustram os discursos de César e Lucas a seguir.

“Na minha folga eu gosto de dormir e descansar. Não faço nadinha das coisas da casa! Mas, eu sei que o amanhã chegará! (risos)” (César:17:4)

“Tem gente que diz assim: ‘Ah, deixa a louça pra amanhã’, só que, pô, pode deixar pra amanhã, só que ela não vai sumir dali, né? (feição interrogativa) Amanhã teu dia vai ter uma coisa a mais pra fazer, não é? (feição interrogativa). A pessoa que escolhe.” (Lucas:13:5)

Além disso, seus discursos também apontam a existência de um afazer cuja realização dificilmente pode ocorrer conforme suas vontades: preparar as refeições da família. Essa tarefa é realizada diariamente pela maioria dos entrevistados devido, sobretudo, ao horário de intervalo do trabalho do cônjuge ou membros da família e ao horário da escola ou faculdade

dos/as filhos/as. Há algumas estratégias desenvolvidas por César, Caio, Daniel e, especialmente, Gabriel para economizar tempo na cozinha: (i) planejamento do cardápio: pensar no que cozinhar durante a semana para, então, programar as compras na feira ou supermercado; (ii) pré-preparo dos alimentos: temperos, legumes, frutas e verduras são lavadas, secadas, cortadas e armazenadas em potes individuais para consumo mais rápido; (iii) preparo antecipado refeições: algumas delas são preparadas no final de semana; bem como o (iv) preparo e congelamento de refeições em porções pequenas, como sopas, molhos, feijão, lentilha ou frango desfiado, em quantidades suficientes para utilizar durante a semana; (v) preparo da refeição em maior quantidade, por exemplo, o almoço, de modo que sobre para a janta, evitando, assim, retornar à cozinha para preparar uma nova refeição à família. Apenas Diego mencionou que às vezes sua esposa compra refeições para a família, principalmente devido aos pedidos insistentes de sua filha pequena por colo, o que o impede de cozinhar; e César que, devido ao cansaço ou pouca disposição entre ou após longa jornada diária de trabalho como motorista de aplicativo, com frequência compra refeições congeladas ou alimentos do *fast food* (por exemplo, pizzas, lasanhas, hamburgueres). O consumo excessivo de alimentos industrializados é prejudicial à saúde, pois possuem altos teores de sódio, gordura saturada e açúcar, mas, no caso específico de César, no pouco tempo que possui para se alimentar, o consumo desses alimentos propicia ao entrevistado otimização do tempo e do trabalho do *ritual alimentar*, isto é, do preparar ao consumir a refeição; assim, o comer, o alimentar, se transformou em mera opção de reabastecimento (Moreira, 2010).

Sobre a preparação das refeições e suas tarefas correlatas, há evidências interessantes nos discursos de Carlos e Felipe, pai e filho, respectivamente. Para eles, apesar de a considerarem prazerosa e de optarem por sua realização, cozinhar é percebida como a tarefa que mais consome tempo, esta variando de refeições simples, como café da manhã ou tarde, a refeições elaboradas, como almoços ou jantares, especialmente aos domingos ou em datas comemorativas. Neste ponto, o discurso de Carlos não contradiz o afirmado anteriormente, de que não gosta de cozinhar, pois se mostra seletivo nessa tarefa. Ele menciona que fazer churrasco aos domingos é uma atividade que aprecia, em que escolhe e prepara desde as carnes até os acompanhamentos que serão servidos; quando há sobras do churrasco, ele as aproveita preparando, por exemplo, arroz de carreteiro, um prato clássico da culinária gaúcha. Entretanto, aqui, há um ponto problemático. Enquanto Felipe afirma realizar os afazeres domésticos em maior medida devido estar desempregado, sobretudo as refeições da família, por preferência (Felipe:11:4), Carlos menciona que a participação de seu filho não corresponde ao esperado (Carlos:18:6). Para Carlos, o filho realizar a tarefa de cozinhar e não realizar a tarefa de lavar a

louça, por exemplo, dá margem a críticas, o que, em algum momento, pôde ter sido motivo de tensão, conflito ou discussão na família. Entretanto, ambos entendem que o compartilhamento de tarefas é importante, para que ninguém fique sobrecarregado: por exemplo, uma pessoa prepara a refeição e outra lava a louça. Pelo seu discurso, penso que para Felipe impere a regra clássica do *quem cozinha não lava a louça*.

“O filho vai lá cozinhar, mas deixa os pratos na pia; quando acaba o refrigerante não bota a garrafa no lixo, entendeu? O lixo fica aqui na frente de casa, mas não bota lá na rua, né? (risos) Isso gera um atrito.” (Carlos:18:6).

Em seu discurso, Felipe mencionou diversas vezes a preferência por realizar a atividade de cozinhar, de preparar as refeições da família, inclusive, mencionou as motivações que recebeu de seu pai e sua mãe para que aprimorasse sua prática na culinária, ao arriscar, inovar e inventar combinações ou pratos; ficou evidente que para ele cozinhar é uma prática prazerosa que envolve amor e carinho, e que há sentimentos que se intensificam e afloram quando recebe elogios de quem prova seus pratos, como evidencia no seguinte excerto: “cozinhar é uma atividade que eu gosto de fazer. Eu vejo a reação das pessoas e fico feliz quando elogiam o que preparei, sabe? (feição interrogativa)” (Felipe:18:3). Frente ao exposto, como registro fotográfico (Figura 5), pensei que Felipe compartilharia algo relacionado aos seus pratos; entretanto, tal registro compartilhado mostra uma tarefa que ele afirmou não gostar de realizar, com evidente sentimento de aversão: “Sem dúvida, eu odeio lavar louças” (Felipe:11:5). Isso adiciona ao registro fotográfico uma perspectiva sobre as dinâmicas emocionais e comportamentais relacionadas ao trabalho doméstico do entrevistado, especialmente a uma tarefa doméstica específica, assim como incute uma reflexão sobre a valorização do trabalho doméstico, pois mesmo quando não apreciada, a realização da tarefa de lavar louça é essencial para o funcionamento do lar (Bidarte, 2018).

No registro fotográfico realizado por Felipe é possível observar uma pia da cozinha com louças e utensílios domésticos lavados, alguns empilhados no escorredor e outros sobre a pia (Figura 5), localizada em estrutura anexa à casa, com quarto, sala de estar e banheiro, na qual Felipe reside com sua namorada (AC:Felipe:2). Felipe comenta que a sobra da refeição preparada para o almoço foi consumida no jantar (AC:Felipe:5), por isso a presença de potes de plástico, usados para armazenar os alimentos, e de duas cumbucas, usadas para servir os alimentos. Essa prática contribui para a redução do desperdício de alimentos e dos custos com alimentação, fatores importantes para a gestão doméstica, como também traz vantagens em relação ao uso do tempo, já que não é necessário preparar uma nova refeição. Do mesmo modo

que Daniel (Figura 4), noto que a tarefa de secar a louça foi praticamente eliminada da rotina doméstica de Felipe, o que, com efeito, traz vantagens para ele em termos de uso do tempo, pois, conforme afirmou: “Eu deixo [a louça no escorredor] ali e vou fazer outra coisa” (Felipe:11:5); no entanto, isso pode representar uma economia de tempo para ele, mas um gasto de tempo para outra pessoa do domicílio, ao fazer aquilo que ele deixou de fazer, no caso, secar e/ou guardar a louça. Conforme sua afirmação, a expressão “fazer outra coisa” pode representar, por exemplo, atividade pessoal ou ainda outro afazer doméstico, e, nesse caso, há evidência da característica da multiplicidade (Bruschini, 2006; Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018).

**Figura 5 – Felipe: pia da cozinha com louças e utensílios domésticos lavados**



Fonte: Entrevistado Felipe (10, 05, 2023) através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 5 está em formato paisagem e mostra cumbrucas, potes, talheres, chaleira, tampa de panela, esponja de limpeza e sabão em barra em cima da pia de alvenaria com cuba em inox; há um pano de limpeza amarelo disposto sobre a torneira. Adicionando um toque estético ao ambiente, os azulejos da parede da cozinha mostram ilustrações de diversos objetos de cozinha, pintados por sua avó materna.

Especialmente no discurso de Marcelo, por ser residente rural, diversas atividades de produção e reprodução foram citadas no decorrer da entrevista. Observei que próximo à casa há um galpão rudimentar, horta e várias árvores frutíferas (como laranjeiras, limoeiros, pereiras e pessegueiros), e mais distante, galinheiros e chiqueiro (AC:Marcelo:3). Com piso de cimento desgastado, o galpão possui alguns objetos e artefatos da cultura gaúcha (como cuias e bombas usadas para o consumo de chimarrão, cambonas), indumentária típica (como chapéus, botas), arreios (conjunto de peças que se veste em um cavalo para cavalgada ou para tração animal), equipamentos agrícolas, e alguns aparelhos eletrodomésticos (como fogão, congelador

horizontal) (AC:Marcelo:4). Nesse galpão, o entrevistado e sua esposa preparam e armazenam comida para os animais de estimação e domésticos; abatem animais para o consumo de carne (como porcos, galinhas); processam alimentos de modo caseiro (como conservas, compotas, panificados). As carnes e produtos beneficiados são consumidos e, eventualmente, comercializados pela família com vizinhos e/ou familiares; o dinheiro proveniente dessa venda provê a família de produtos ou bens de consumo. Claramente, tais atividades evidenciam que os dois tipos de trabalho, produtivo e reprodutivo, se integram, diversas vezes nos mesmos espaços (Esmeraldo, 2008; Menezes; Bock, 2022; Moraes et al., 2021a). Ainda, percebi que a utilização de tal galpão ocorre mais para a realização das atividades domésticas do que para a socialização entre a família e amigos ou familiares, devido, sobretudo, à infraestrutura rudimentar do local.

Na perspectiva do compartilhamento de afazeres domésticos entre os membros das famílias, a maioria dos entrevistados mencionou ser “uma coisa tranquila” (Caio:13:1), sem relatos de dificuldade em realizá-lo com seus cônjuges, filhos/as e/ou demais familiares; apenas alguns afirmaram que, em algum momento, tal compartilhamento chegou a ser motivo de tensão, conflito ou discussão na família, conforme excertos apresentados (Marcelo:13:2; Carlos:18:6; Daniel:13:1). Outros entrevistados, que atualmente encontram-se desempregados ou com jornada de trabalho parcial, mencionaram realizar em maior quantidade os afazeres domésticos, devido estarem mais presentes em casa, evitando, deste modo, dividi-las com o cônjuge ou outros membros da família (Felipe:13:2; Caio:13:2).

Os discursos apontam a necessidade de rever, em caráter urgente, a divisão de tarefas entre os membros da família pois, mudam os lares e as condições socioeconômicas, as mulheres seguem sendo sobrecarregadas. Conversas em família, por exemplo, podem contribuir para desenvolver uma maior consciência dos membros da família de que assim como a casa é de todos, a responsabilidade pelos afazeres domésticos também o é. Portanto, para fortalecer a convivência entre as pessoas que residem no mesmo domicílio, é necessário deixar claro que cada uma deve se responsabilizar pela organização do espaço e pela limpeza da casa. Nesses casos, o modelo da parceria (Hirata; Kergoat, 2007) parece não operar na sua plenitude. Pode-se pensar se os entrevistados e seus cônjuges, ou ainda familiares, se veem como parceiros, os quais poderiam dividir as tarefas domésticas e familiares mais em termos de igualdade que de poder.

“A gente divide assim: eu simplesmente digo que não vou fazer isso, se ele quiser fazer, ele faz, senão vai ficar assim, ou até a hora de alguém se inspirar e fazer. A divisão é prática! (risos). É assim que se faz, não

funciona de outro jeito! (risos). (...) Claro, nós somos responsáveis pela casa, então nós dois precisamos fazer as coisas.” (Daniel:13:1)

“Como agora eu tô desempregado, eu tenho feito mais coisas pra casa. (...) Minha mãe e meu pai se sentem mais livres de me pedir pra fazer alguma coisa, porque eu não tô tão atarefado no momento, né? (feição interrogativa)” (Felipe:13:2)

“A minha esposa trabalha no comércio, tem hora pra entrar, mas não tem hora pra sair, daí ela chega de noite em casa, bastante cansada do trabalho. Como eu tô mais em casa, eu que faço tudo, daí ela não se preocupa com as coisas da casa.” (Caio:13:2)

“O [nome do filho mais novo] não é muito de fazer as coisas em casa. É muito difícil dele fazer alguma coisa.” (Marcelo:13:2)

Roberto explica que a maneira encontrada pela família para compartilhar os afazeres domésticos foi de “rodízio de tarefas” (Roberto:13:1), que consiste em, a cada final de semana, um membro da família realizar os afazeres domésticos dos locais de uso comum. Segundo ele, essa organização familiar traz benefícios para os membros da família, pois, além de evitar que a mesma pessoa assuma consistentemente as tarefas mais desgastantes ou menos apreciadas, há troca da pessoa responsável pela realização das tarefas domésticas, garantindo que haja um igual compartilhamento das tarefas. A organização familiar de Roberto revela uma estrutura que subverte o modelo tradicional de família (Araújo; Scalon, 2005): todos os membros da família, homens e mulheres, participam de forma ativa na realização de afazeres domésticos, e, de certa forma, tal organização familiar faz tremer os papéis sociais e a visão de gênero estereotipada. Diferentemente dos outros, neste caso o modelo da parceria (Hirata; Kergoat, 2007) parece operar de um modo que satisfaça e beneficie os membros da família.

“Como durante o dia quase ninguém tá em casa, a gente tem um combinado, que é o rodízio de tarefas: tem a limpeza da cozinha, da sala e do banheiro, que são as áreas de uso comum, e aí todos nós temos um final de semana pra fazer essa limpeza. (...) Como somos quatro, no mês fecha certinho as quatro semanas; aí cada um, dentro do mês, tem um final de semana pra limpar.” (Roberto:13:1).

Na condição de filhos, os discursos de Gustavo e Heitor sugerem uma maior participação de suas mães do que de seus pais nas atividades domésticas. Especificamente, o discurso de Gustavo destaca que seu pai, assim como ele próprio, se dedica mais às atividades fora do que dentro de casa, sendo responsável pela agricultura e produção (Gustavo:7:3; Gustavo:13:3) – uma divisão do trabalho característica de famílias rurais ou interioranas marcadas por relações heteronormativas (Esmeraldo, 2008; Menezes; Bock, 2022; Moraes et al., 2021a). Essa dinâmica evidencia como a divisão de atividades domésticas e produtivas entre

homens e mulheres acaba reproduzindo estruturas que organizam tanto as relações de gênero quanto a vida cotidiana das pessoas.

Além disso, ambos os discursos chamam a atenção porque se referem às suas mães como faxineiras. Isso mostra, de um lado, a persistente desigualdade de gênero no âmbito familiar; de outro, a subsistente ideia de que o trabalho doméstico é uma atividade da mulher, da esposa e da mãe (Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Soares, C. 2016; Soares; Sabóia, 2007). Conforme seus discursos, há o entendimento de que a presença da mãe no domicílio é para atender as demandas da casa e dos membros da família, em especial do homem, estando à disposição para servi-los. Segundo estudos de gênero, pessoas do sexo masculino na condição de filho têm apresentado a menor jornada em afazeres domésticos ao longo dos anos (Soares; Sabóia, 2007; Soares, C. 2016).

“Essas coisas [afazeres] é mais a mãe que faz. O pai é mais envolvido com a questão do pátio, da horta, das galinhas.” (Gustavo:13:3) “São duas faxineiras que vêm aqui em casa, uma é do interior [zona rural] e a outra é da cidade, e elas vêm em dias diferentes. Daí, quando a faxineira não vem, daí a mãe é a faxineira.” (Gustavo:15:1)

“Quando é alguma coisa mais geral, uma limpeza geral, quem faz é a minha mãe, ela que é a faxineira.” (Heitor:13:3)

De forma geral, os discursos masculinos evidenciaram que há compartilhamento das tarefas domésticas e familiares, porém ocorre de forma seletiva e desigual. Heitor, por exemplo, realiza apenas os afazeres limitados ao seu quarto, fazendo algum outro afazer que sobrou, que ainda não foi feito por seu pai ou, principalmente, por sua mãe. No entanto, durante a entrevista ele começa a se autoquestionar, passando a refletir sobre o quanto participa no cotidiano doméstico, e chega à conclusão de que poderia ser mais, como ilustra o seguinte excerto de seu discurso. Talvez esse (auto)questionamento produza algum efeito em Heitor, ao desenvolver nele uma maior consciência sobre uma participação mais ativa na casa e na família.

“Acho que eu poderia fazer muito mais, né? (alguns segundos em silêncio) É. Eu acho. (alguns segundos em silêncio) Normalmente, as coisas da casa são bem compartilhadas entre eles dois [pai e mãe] e eu faço alguma coisa que sobra. Eu faço mais as coisas do meu ambiente que eu uso, né, que é o meu quarto e o meu banheiro.” (Heitor:13:1).

Por outro lado, Gustavo e Carlos mencionaram realizar sobretudo as tarefas domésticas que, segundo eles, “exigem mais força física” (Carlos:23:7), essas relacionadas ao pátio ou pequenos reparos na casa. Evidentemente, os entrevistados, ao utilizarem argumentos biológicos, embora tentem não soar preconceituosos, mas sim, demonstrarem seu zelo, retratam

o machismo refletido na sociedade. Em nossa sociedade há a *naturalização* de falas conservadoras, machistas e patriarcais, (re)produzidas e disfarçadas de sentimentos de zelo, carinho e amor, que perpetuam um discurso no qual a mulher deve ser, além de submissa e subserviente, protegida e cuidada pelo homem. A figura feminina é associada à delicadeza, dependência e fraqueza; logo, há subestimação da capacidade da mulher de poder fazer suas próprias escolhas sem a figura masculina ao lado (Albornoz, 2021; Saffioti, 1987). Ainda que apresentem diferentes faixas etárias, ou ainda diferentes gerações, os discursos dos entrevistados ilustram muito bem isso, os quais têm como base os aspectos sócio-históricos e ideológicos que foram naturalizados desde muito tempo nas sociedades ocidentais e que são reafirmados constantemente; tão naturalizados que, na maioria das vezes, somente é notado – e quando é – ao se fazer uma análise mais atenta do discurso materializado (Orlandi, 2015).

“Eu que faço essas coisas na casa, no pátio, que exigem um pouquinho mais de esforço físico, assim, geralmente sou eu que faço. (...) A mãe não vai cortar a grama ou arrumar o telhado, né? (feição interrogativa) Obviamente, eu já sou mais acostumado com esse tipo de serviço, então fica pra mim esse tipo de coisa, mais braçal, né? (feição interrogativa).” (Gustavo:11:4)

“Eu acabo fazendo as coisas mais práticas da casa, mais pesadas, que exigem mais força física, se tem que pintar, se tem que parafusar, se tem que arrumar o pátio, se tem que arrumar o portão, só eu que faço essas coisas mais mecânicas, mais pesadas, de pequenos reparos na casa.” (Carlos:23:7)

Considerando os discursos supracitados, noto a forte presença do argumento tradicionalista da *assimetria sexual*, isto é, a atribuição de diferentes papéis e tarefas para homens e mulheres nas sociedades ocidentais, deste modo, com base em diferenças biológicas, enxerga-se a divisão sexual do trabalho como justa e funcional: o homem, corajoso e superior em força física, *naturalmente* vai proteger e defender a mulher, mais delicada, frágil e vulnerável, cujo aparato biológico lhe dá a capacidade reprodutiva e a destina aos cuidados com os outros; com efeito, na família e no domicílio, ele seleciona e realiza determinadas tarefas que exigem, então, sua força física, como pequenos reparos ou obras de construção. Essa explicação determinista do ponto de vista biológico se mostra como a versão mais popular do argumento tradicionalista, possuindo grande efeito de explicação e corroboração de pensamentos contemporâneos de supremacia masculina (Kergoat, 2003; Hirata; Kergoat, 2007; Lerner, 2019; Scott, 1995). Apesar dos avanços que tivemos enquanto sociedade, as ideias de gênero e papéis sociais para ambos os sexos ainda perduram e deixam – muito – a desejar.

Quando o homem está em coabitação, seja na condição de cônjuge ou de responsável pelo domicílio, a realização de afazeres domésticos diminui claramente em determinadas atividades, a não ser para uma em específico: a realização de pequenos reparos no domicílio (PNAD-C/IBGE, 2020). Sobre tal atividade, Carlos mencionou diversas vezes realizá-los, enfatizando a preferência por tal afazer: “Tem muita coisa que eu faço [no domicílio] porque eu gosto de fazer. (...) Eu prefiro muito mais ficar em casa fazendo essas coisas de reparos do que sair” (Carlos:17:7). Como já era esperado, a Figura 6 representa um registro fotográfico realizado pela esposa de Carlos, no qual é possível observá-lo realizando um conserto hidráulico na parede externa da área da churrasqueira. Essa área, com alguns aparelhos eletrodomésticos (freezer vertical, geladeira) e diferentes estilos de decoração e materiais (AC:Carlos:2), é um espaço bastante utilizado por Carlos para aproveitar com a família e amigos, ao preparar almoços ou jantares, especialmente aos domingos ou em datas comemorativas.

**Figura 6 – Carlos: realizando pequenos reparos na casa**



Fonte: Entrevistado Carlos (05, 04, 2023) através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 6 está em formato retrato e mostra Carlos realizando um conserto hidráulico na parede de tijolos externa da área da churrasqueira. Ele está de costas e está usando camiseta branca e relógio prata no pulso esquerdo. Também é possível observar, no canto inferior direito, duas folhas verdes de uma das plantas do pátio.

Ainda considerando a Figura 6 e os excertos do discurso de Carlos (Carlos:17:7; Carlos:23:7), é interessante explorar os motivos por trás da escolha dele – sendo também

possível incluir Gustavo e Marcelo – e suas implicações em termos de divisão do trabalho doméstico. Dentre eles, penso que estão relacionados (i) à satisfação em realizar pequenos reparos no domicílio, ao ver resultados tangíveis e imediatos do seu trabalho; (ii) à experiência, que torna esses reparos mais atraentes do que outras tarefas domésticas, como cozinhar, pois, como discutido anteriormente, ele se mostra seletivo nessa tarefa; (iii) à percepção de valor, tanto pela necessidade de manter o funcionamento da casa quanto pelo custo de contratar uma pessoa profissional; (iv) à valorização social, que reforça a preferência por esses reparos e, portanto, reflete a internalização dos papéis tradicionais de gênero.

Os entrevistados Carlos e Diego mencionaram que foram instruídos/educados por seus pais e suas mães para a realização dos afazeres domésticos no cotidiano familiar, e que, agora com seus/suas filhos/as, reproduzem o mesmo processo. Os discursos, corroborados por estudos de gênero, mostram que há certo empenho dos homens brasileiros em introduzirem mudanças no comportamento dos/as seus/suas filhos/as sobre a participação nos afazeres domésticos (Bruschini; Ricoldi, 2012; Soares; Sabóia, 2007). A socialização de tais afazeres é um aspecto importante na sustentação da convivência familiar, visto a frequência e a intensidade com que são realizados sugerem um grau de reciprocidade, colaboração e interdependência entre os membros da família. No entanto, se deve questionar a prática parental de atribuição de afazeres no lar para as crianças, visto que quando meninos e meninas são envolvidos/as de forma diferenciada nas tarefas domésticas, eles/elas apreendem papéis de gênero, pois, além de experimentar os modos particulares de organização da família, leva-os/as a ter concepções e experiências divergentes sobre tais tarefas. Geralmente, a distribuição dos afazeres às crianças segue os critérios de gênero, que, para elas, pode representar um direcionamento do que será vivenciado na vida adulta, pois há transmissão de conhecimentos práticos e, ao mesmo tempo, ideológicos (Bidarte, 2018; Lima *et al.*, 2008).

“Eu herdei da mãe, digamos assim, essa autonomia de fazer as coisas em casa, sem ter que esperar pelos outros, ou achar que tem que ser os outros que tem que fazer as coisas em casa.” (Carlos:23:2)

“Meu pai e minha mãe me ensinaram a fazer as coisas dentro de casa e eu ensino meus filhos assim. Eles me mostravam como eu tinha que fazer, e depois eu fazia. Agora, eu faço o mesmo com os meus filhos.” (Diego:18:1)

Caio, Diego e Eduardo mencionaram instruir/educar gradualmente seus/suas filhos/as sobre a importância de participar na família e de realizar os afazeres domésticos, de modo a prepará-los/as para a idade adulta, sem que dependam de outras pessoas; eles acreditam que ao

fazer isso seus/suas filhos/as criam responsabilidades, o que promoverá uma participação mais ativa e colaborativa deles/as no domicílio (Bruschini; Ricoldi, 2012; Jablonski, 2010; Soares; Sabóia, 2007). Conforme a idade das crianças, os entrevistados explicaram propor afazeres simples e que não oferecessem riscos, motivando e promovendo a participação delas no cotidiano. Geralmente, os afazeres eram relacionados às próprias crianças, pedindo que cuidassem dos seus espaços e de seus objetos. À medida que as crianças cresciam e de modo gradual, outros afazeres foram instruídos/ensinados, propondo a participação delas em outros cômodos da casa.

Com a presença de crianças pequenas, manter a casa arrumada é um desafio, particularmente durante o período de pandemia. E isto pude observar na casa de Lucas e de Eduardo. Na sala de estar, em pouco tempo, os brinquedos – como, carrinhos, bonecos e instrumentos musicais – estavam espalhados pelo tapete e pelo sofá. Após Lucas brincar com o seu filho, de forma convidativa, disse: “Agora, filho, vamos juntar os brinquedos?”. Conforme seu filho os guardava na caixa, Lucas elogiava com entusiasmo aquele comportamento, dizendo: “muito bem, filho” (AC:Lucas:4). Isso incentiva que a criança arrume a sua própria bagunça, contribuindo para criar o hábito de organização. Neste sentido, como exemplifica seu discurso, Eduardo busca incentivar suas filhas para que contribuam na organização da casa, selecionando aqueles afazeres relacionados a elas, como arrumar o quarto ou a cama, guardar os brinquedos – como, bonecas, carrinho de boneca e mini casinha (AC:Eduardo:5). Tais atividades fazem parte do processo de aprendizado das crianças. Processo esse que demanda paciência, dedicação e esforço desses pais – e mães –, porém é uma oportunidade para ensinar às crianças a importância da organização da casa. Entretanto, em ambos os casos, pelos brinquedos que pude observar, os pais deram às crianças brinquedos tipicamente masculinos ou femininos, o que indica um possível reflexo de comportamento e/ou ideologia que segue sendo transmitido geracionalmente. Brinquedos são objetos usados para o divertimento, mas possuem características propensas a produzir sujeitos que se identifiquem como homens e mulheres e a criar estereótipos de gênero, e estes, com o tempo, têm efeitos duradouros não somente sobre como as crianças passam a compreender a si mesmas, como se comportam e as escolhas que fazem, mas também sobre a sociedade (Kishimoto; Ono, 2008; Lauretis, 1994).

“É difícil tu manter uma casa organizada com crianças, né? (feição interrogativa) Mas, a gente tenta. Bom, tu tá vendo que a casa não é aquela casa de revista de decoração, das coisinhas no lugar. É uma casa que tem crianças e que têm brinquedos espalhados por tudo quanto é lado. É uma coisa caótica, desorganizada, e foi ainda mais na pandemia! (risos) Com tudo que tava acontecendo, brinquedos espalhados pela

casa era a menor das preocupações.” (Eduardo:14:1) “Até esses dias eu conversava com a [nome da esposa] e a gente falava sobre colocar algumas responsabilidades para as filhas, tipo arrumar a cama, organizar a própria bagunça, guardar os brinquedos, as roupas, os calçados, essas coisas delas.” (Eduardo:14:3)

Verifiquei que vários entrevistados pertencentes à classe baixa e média (Daniel, Marcelo, Caio, Diego, Eduardo), e o mais curioso, à classe alta (Heitor), contam apenas com a participação dos membros da família para a realização dos afazeres domésticos; no entanto, outros entrevistados contratam os serviços de trabalhadoras domésticas (diaristas). Há entrevistados pertencentes à classe média, como Marcelo e Carlos, vistos como chefes de família, que realizam em maior medida as atividades de gestão de suas residências do que outros afazeres, já que ou os delegam a pessoas que prestam serviços domésticos ou os transferem para os membros da família; com efeito, o modelo da delegação os distancia ainda mais das responsabilidades domésticas e familiares (Hirata; Kergoat, 2007). Especificamente no caso de Roberto, às vezes, há a presença de uma trabalhadora doméstica diarista aos finais de semana, sendo a contratação desse serviço de modo intermitente, a qual geralmente ocorre devido à impossibilidade de algum membro da família realizar os afazeres domésticos na organização de “rodízio de tarefas” (Roberto:13:1).

Aqui, devemos compreender a relevância dessas trabalhadoras remuneradas na realização do trabalho doméstico. Elas contribuem para trazer respostas concretas às necessidades das outras pessoas, ao se ocuparem das atividades da casa, garantindo, direta ou indiretamente, o bem-estar e a boa saúde de todos os indivíduos do grupo doméstico (Hirata, 2022). Segundo estudos de gênero, a existência de uma estrutura de apoio (remunerada ou não) possibilita às pessoas, especialmente mulheres, o acesso a lazer e descanso (Hirata, 2022; Saffioti, 1987; Santos; Diniz, 2018). Nos casos aqui analisados, os homens, em sua maioria brancos e especialmente no arranjo familiar composto por casal heterossexual com filhos/as, além de continuarem ocupando um lugar privilegiado na esfera pública, na casa e na família, ainda dispõem de uma estrutura de apoio que os beneficia, a qual possibilita-lhes um menor envolvimento nas atividades domésticas e de cuidado e, assim, pensar mais na carreira/profissão, mesmo dedicando-se aos afazeres no tempo que dispõem. Concordo com Ribeiro (2019) de que por mais que os homens pertencentes a grupos privilegiados se mostrem conscientes e combatam as opressões e desigualdades, eles não deixarão de ser beneficiados, em termos estruturais, pelas opressões e desigualdades que infligem a outros grupos. Gênero está entrelaçado com privilégios, o que explica a superioridade masculina em instituições como a família (Albornoz, 2021; Araújo; Scalon, 2005).

Outro aspecto analisado é a posse de aparelhos eletrodomésticos, os quais possibilitam conhecer o modo como os entrevistados usam seu tempo na realização de afazeres domésticos. Os entrevistados atribuíram significados a esses bens de consumo, desde os relacionados à “ajuda” e “auxílio” e até à “necessidade” e “praticidade”. Como aparelhos eletrodomésticos, eles citaram possuir, por exemplo: aspirador de pó; batedeira; cafeteira; fogão à lenha ou elétrico; forno elétrico ou a gás; forno micro-ondas; fritadeira elétrica; geladeira; jarra elétrica; lavadora de alta pressão; liquidificador; máquina de cortar grama; máquina de lavar ou de secar roupas; panificadora; televisão; torradeira. Cabe ressaltar que esses aparelhos eletrodomésticos foram facilmente lembrados pelos entrevistados, pois costumam ser utilizados no seu dia a dia. No entanto, em alguns discursos, como de Caio e Daniel, notei que os entrevistados esqueceram de mencionar alguns dos aparelhos eletrodomésticos que possuem em casa, por exemplo, televisão (AC:Caio:3) e geladeira (AC:Daniel:4), respectivamente, os quais pude observar quando me conduziram por uma breve apresentação de seus domicílios, no mais típico costume interiorano: “Deixa eu te mostrar a casa” (Gabriel:18:2).

Dentre os aparelhos eletrodomésticos citados pelos entrevistados, a máquina de lavar roupas e a televisão foram os bens duráveis mais lembrados e considerados essenciais para o cotidiano familiar, especialmente por aqueles com filhos/as pequenos/as ou com membros da família idosos e/ou com deficiência. Entretanto, outros dois aparelhos eletrodomésticos também foram bastante mencionados: o aspirador de pó, utilizado para limpar a casa de forma geral, mas também móveis, pisos, carpetes ou interior do automóvel; e o forno micro-ondas, devido a sua praticidade de preparar ou aquecer de forma rápida os alimentos. De forma geral, os discursos apontam que os aparelhos eletrodomésticos permitem aos entrevistados economia de tempo, autonomia, praticidade e conveniência de sua utilização.

“O aspirador de pó é a vassoura pra mim. Me ajuda na limpeza rápida da casa e cabe em qualquer cantinho. (...) Eu **tive** que dar jeito e comprar uma máquina de lavar (ênfase na palavra em destaque). Chegava a encarangar meus dedos, me rachava as mãos, nesse nosso inverno rigoroso. Tá louco! (feição exclamativa)” (Caio:16:2)

“O aspirador de pó, o micro-ondas, o fogão, a geladeira... (alguns segundos pensando) Acho que são esses os principais, os que eu me lembro mais especificamente.” (Carlos:16:1)

“Ficar sem máquina de lavar? (feição interrogativa) Não dá, ainda mais com a mãe! Mas bem capaz que vou tá lavando a mão! (risos) Ainda mais naquele período pavoroso da pandemia, que tudo tinha que tá lavando.” (Gabriel:16:3)

“Eu tenho filhos pequenos, então eu preciso da máquina de lavar e da televisão pra eles, é necessário, porque daí eu consigo fazer as outras coisas em casa enquanto eles ficam ali assistindo.” (Diego:16:2)

A máquina de lavar roupas é um bem durável que ainda não está próximo à universalização para a população brasileira como um todo, visto que em  $\frac{2}{5}$  dos domicílios brasileiros as roupas continuam sendo lavadas manualmente (IBGE, 2016). Neste ponto, cabe mencionar que o entrevistado Caio, por quase um ano, lavou manualmente as roupas da família (Caio:16:2). Devido à mudança de cidade e as diferentes tensões da rede elétrica, ele precisou vender os aparelhos eletrodomésticos, e o valor gerado foi utilizado para pagar o frete dos móveis e objetos da família. Com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, sobretudo durante o período de pandemia, pois as atividades que realiza além de serem esporádicas também são mal remuneradas, o que atribui a sua baixa escolaridade, Caio e sua esposa pouparam certa quantia em dinheiro e deram entrada em uma máquina de lavar com capacidade de 12kg, que julgaram ideal para atender as demandas da família, sendo o restante do valor parcelado. Com evidente alegria, ele me mostrou o eletrodoméstico, comemorando a aquisição da família (AC:Caio:4).

Em seu discurso, Gustavo mencionou diversas vezes utilizar o aspirador de pó para realizar a limpeza parcial ou total da casa, sendo bastante utilizado pela família e considerado um eletrodoméstico essencial no seu cotidiano doméstico. Ele explica que o aspirador de pó permite fazer a limpeza da casa de forma “prática e rápida”, eliminando sujeiras em locais de difícil acesso, como “aqueles cantinhos das paredes” (Gustavo:16:2). Não por acaso, no registro fotográfico compartilhado por Gustavo é possível observá-lo utilizando aspirador de pó no quarto do casal (Figura 7). Inclusive, Lucas também menciona a tarefa de aspirar a casa, mas a realiza através de um aspirador de pó robótico autônomo, que pode ser programado por meio de aplicativo de celular. Apesar da economia de tempo, autonomia, praticidade e conveniência de sua utilização, ele afirma que “nada substitui uma passada de vassoura e uma passada de pano de chão” (Lucas:16:3).

A Figura 7 indica que a limpeza do quarto faz parte de uma rotina maior de organização e cuidado do espaço doméstico, havendo indícios de uma dinâmica na divisão do trabalho doméstico: enquanto Gustavo aspira o quarto, seu cônjuge retira a roupa de cama e as coloca para lavar na máquina (AC:Gustavo:4). Isso indica uma colaboração entre o casal, sugerindo que ambos estão envolvidos nas atividades de manutenção da casa (Hirata; Kergoat, 2007), o que pode ser efeito de uma maior conscientização sobre a importância de dividir as responsabilidades domésticas do que em gerações anteriores (Bruschini; Ricoldi, 2012). Isso

pode ter um impacto positivo na dinâmica familiar, na relação conjugal e bem-estar emocional do casal, segundo alguns estudos (Bidarte, 2018; Jablonski, 2010).

**Figura 7 – Gustavo: utilizando aspirador de pó**



Fonte: Entrevistado Gustavo (11, 09, 2022), através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 7 está em formato retrato e mostra o entrevistado Gustavo utilizando aspirador de pó no quarto do casal. Ele está usando pijama azul-marinho e pantufas cinza. À esquerda, uma das portas de correr do guarda-roupas está aberta, aparecendo algumas roupas pretas. À direita, o colchão está sem roupa de cama. Ao fundo, há um espelho que reflete a imagem de Gustavo e parte do quarto. A iluminação do ambiente é natural, vinda de uma janela à direita, que pode ser vista no reflexo da parede de mármore.

Para a realização dos afazeres domésticos, a presença de aparelhos eletrodomésticos nos domicílios se mostra fundamental para o bem-estar dos entrevistados e de suas famílias, no entanto está fortemente relacionada à renda (individual ou familiar). Percebi que os entrevistados de classe baixa demonstram peculiaridades devido às restrições de orçamento (Caio:16:2). Nesses casos, o uso de crédito mostra-se essencial em suas vidas por se tratar do único meio de obter acesso aos bens de consumo. Ao assumirem um crediário, eles levam em consideração a prestação, cujo valor precisa ser compatível com seu orçamento mensal, e o prazo de pagamento; deste modo, evitam uma possível inadimplência. Na medida em que as pessoas aumentam a renda e o crédito individual ou familiar, há tendência de escalarem novos patamares de consumo (Flores; Bidarte, 2019). E percebi isso em relação aos entrevistados de

classe média e alta. Como reflexo da presença de aparelhos eletrodomésticos nos domicílios, há praticidade para o cotidiano e economia de tempo no trabalho doméstico, visto que tais aparelhos tendem a simplificar e racionalizar a tarefa de conservação da casa, o que pode ser percebido nos discursos a seguir. Nesse sentido, a modernização das atividades de subsistência tende a aumentar a produtividade do trabalho no âmbito doméstico, de modo que sobra mais tempo às pessoas, principalmente mulheres, para que se engajem em atividades de lazer e/ou ainda atividades produtivas no mercado de trabalho, por exemplo (Sachs, 2008).

“Com os eletrodomésticos eu faço as coisas em casa bem mais rápido. É pá-pum e tá feita a coisa.” (Gabriel:20:3)

“Eles ajudam muito, porque são práticos no sentido de que poupam tempo da gente. Inclusive, meu sonho de consumo é uma máquina de lavar louça! (olhos brilhando) E de preferência que ela pegasse louça e as panelas e levasse para dentro dela (risos). Não existe, né? (risos) Ainda! (risos) Mas seria muito bom! (risos)” (Daniel:16:2)

“Eles funcionam como utensílios que te dão praticidade, nas tarefas que precisam ser executadas. Eles facilitam muito.” (César:16:1)

“Todos os aparelhos eletrodomésticos que temos em casa nos auxilia muito pra gente executar as tarefas e também de forma mais rápida e mais prática.” (Roberto:16:5)

A percepção dos entrevistados sobre o seu trabalho doméstico ser (des)valorizado ou (não)reconhecido pela família gerou visões díspares, como mostram alguns discursos a seguir. De um lado, há o grupo que respondeu afirmativamente ao questionamento (Gustavo, Heitor, Felipe, Carlos, Caio, Gabriel, Diego, Eduardo, César, Lucas); e de outro, há o grupo que respondeu negativamente, ainda que com semblante de dúvida (Daniel, Roberto, Marcelo).

“Dentro da minha família eu vejo que ele é valorizado. A minha visão que a sociedade tem talvez seja o oposto do que eu tenho na minha família. Então, eu tenho a ideia de que a sociedade ainda pouco valoriza, ela deveria valorizar mais.” (Gustavo:18:3)

“Vou te dizer que, às vezes, acho que ele é mais reconhecido e valorizado fora do que dentro de casa.” (Carlos:18:1) “Aqui em casa, os filhos sempre estiveram acostumados a me ver fazendo as coisas dentro de casa, e isso passa a ser uma coisa natural do dia a dia. (...) Acho que essa relação de não ser tão valorizado ou tão exaltado é justamente por isso.” (Carlos:18:3)

As percepções de (des)valorização e (in)visibilidade do trabalho doméstico dentro do lar se mostram díspares entre homens e mulheres, conforme estudos de gênero. Na sociedade que vivemos as relações de gênero continuam patriarcais, marcada pelas desigualdades de

gênero. Portanto, o trabalho doméstico masculino não é tornado tão invisível e nem tão desvalorizado quanto o feminino; são elas as que mais experienciam os aspectos negativos tanto dentro quanto fora de casa, enquanto eles, os positivos (Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018; Bidarte; Fleck; Mello, 2021; Santos; Diniz, 2011, 2018). No caso dos entrevistados, o que noto é: como não é o papel *natural* do sexo masculino, quando o homem realiza o trabalho doméstico imediatamente ganha destaque e visibilidade na família e na sociedade; por isso que a expressiva maioria deles, independente de cor e classe, não compartilha de tal experiência negativa. Estejam eles realizando o trabalho produtivo ou reprodutivo, a construção sociocultural atribui mais valor e visibilidade às atividades masculinas do que às femininas (Kergoat, 2003; Melo; Castilho, 2009).

Em seu discurso, Daniel discute como percebe a (in)visibilidade e (des)valorização do trabalho doméstico, o associando a um *modus operandi* de opressão: quando funciona, é a ordem, por isso invisível, imperceptível, dificilmente passível de receber elogios; quando não funciona, é a desordem, por isso visível, perceptível, facilmente passível de receber críticas negativas. Muitas vezes, seu trabalho doméstico ganha visibilidade no sentido negativo, isto é, quando algum afazer doméstico ou atividade de cuidado (ainda) não foi realizado, sendo imediatamente apontado pelo seu cônjuge como se fosse uma *falha* sua, ou algo *intolerável*, atribuindo a responsabilidade somente sobre o outro. Tal *modus operandi* não é particularidade de casais heterossexuais, nos quais se evidencia a reprodução dos papéis sexuais (Hirata; Kergoat, 2007), e é de se pensar que, nesse caso e em tantos outros, como o trabalho doméstico é desvalorizado e invisibilizado, quem o realiza também é (Bidarte, 2018; Bidarte; Fleck; Mello, 2018, 2021; Santos; Diniz, 2018).

No lar, “a desordem é visível, a ordem é invisível” (Bidarte, 2018, p. 96). Fato disso é que, geralmente, as pessoas não percebem o que foi feito no lar, ou percebem e não comentam, ou percebem e comentam apenas o que ainda não foi feito ou que deixou de ser feito. Por exemplo: o almoço que não ficou pronto no horário habitual, o pó sobre os móveis que não foi tirado, a roupa que não foi lavada ou guardada, o chão que não foi varrido, o lixo que não foi recolhido, a criança que não foi banhada, a planta que não foi regada. E aqui poderá haver cobrança de alguém, ao queixar-se caso o *esperado* ou o *combinado* não seja feito; e, geralmente, é o que acontece, pois é mais conveniente apontar, criticar, do que fazer. E o excerto do discurso de Daniel comprova isso, a seguir. As pessoas acostumam-se com a casa limpa e organizada. É como se as coisas *simplesmente* aparecessem prontas. Só que isso não acontece como num passe de mágica: há alguém que as realiza.

“Eu acho que o trabalho doméstico além de desvalorizado é também invisível, no sentido de que enquanto está tudo organizado, tudo certo, tudo no lugar, **ninguém** fala nada. (ênfase na palavra em destaque) (...) Quando a coisa está funcionando ninguém chega e te diz: “Que bom, não tem nada fora do lugar!”, ninguém fica falando isso, entende? (feição interrogativa) Agora, basta a coisa não funcionar, daí sim. E aí tem o foco só nesse aspecto, no negativo, de que está ruim, de que não está funcionando.” (Daniel:18:3)

A partir da análise da subjetividade do trabalho doméstico não-remunerado presente em tais discursos percebo que os entrevistados denunciam a ausência de reconhecimento, e de elogios, por parte dos seus familiares pelo importante trabalho que exercem no contexto doméstico e familiar. É de se pensar que a falta desse reconhecimento possa afetar o juízo que os entrevistados têm de si, trazendo-lhes sensações de que são desvalorizados e ignorados na casa e na família e, por extensão, na sociedade, além de que isso pode favorecer o aparecimento de diversas situações de adoecimento – o que foi constatado por estudos com mulheres (Bidarte; Fleck; Mello, 2018; Santos; Diniz, 2018). Na casa e na família, tal reconhecimento não é algo estático, já que a natureza do trabalho doméstico possui fortes componentes ideológicos, simbólicos, sociais, históricos e culturais; ele é algo que se constrói na relação com o meio, no desenvolvimento da atividade, e que se defende constantemente, sendo um campo de disputa cotidiana e permanente (Santos; Diniz, 2018). Uma forma possível de subverter isso é dar sentido, visibilidade e reconhecimento ao trabalho doméstico não-remunerado realizado pelos sujeitos, este tão essencial para a vida humana e o bem-estar na família e na sociedade (Moraes et al., 2021; Soares, C. 2021).

Por fim, questioneei aos entrevistados sobre o período de pandemia, em um processo de (re)pensar sobre seus comportamentos antes, durante e depois dessa crise sanitária global (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022). Com a pandemia, os entrevistados passaram a permanecer em casa, ou mais tempo em casa. A pandemia deixou os afazeres domésticos em evidência, mais explícitos dentro do lar. Aparentemente sem muita importância, esse conjunto de atividades passou a ser percebido pelos entrevistados como essencial, indispensável, para o bem-estar individual e familiar. A crise sanitária sacudiu as estruturas em todas as casas, sem exceções; porém, alguns dos entrevistados sentiram mais esse impacto, em especial os homens de classe baixa e com filhos/as pequenos/as.

“Eu acho que quem estava acostumado a vida inteira a ter uma empregada doméstica passou a valorizar mais o trabalho doméstico. Foi um momento de entender o que era o trabalho doméstico e de valorizar quem faz esse serviço.” (Gustavo:19:2)

“Antes da pandemia eu tava no colégio, com atividades fora de casa, e depois, com a pandemia, eu fiquei só em casa. Eu vejo que aumentou bastante a minha participação em casa e a quantidade de atividades que faço em casa depois de ter começado a pandemia.” (Felipe:19:1)

“Assim, das atividades do lar eu acho que não mudou nesse período, porque sempre fiz as coisas em casa, então eu não notei uma mudança de comportamento.” (Lucas19:4)

Durante a pandemia, todos os entrevistados mencionaram realizar diversas medidas para a prevenção da doença, se envolvendo mais com os afazeres domésticos, visto o aumento das demandas de higienização da casa e de alimentos, de lavagem de roupas, calçados e, em especial, para máscaras, de cuidados com a alimentação da família, de cuidados com crianças e demais familiares. É possível perceber isso no excerto do discurso de Heitor apresentado a seguir. No entanto, na maioria dos casos, tal envolvimento se apresentou como *maior ajuda* ao cônjuge.

“Durante a pandemia a gente ficou muito mais obcecado com essa questão de higiene. Chegava do mercado e limpava os produtos, pegava um álcool e passava nas compras, já colocava a roupa pra lavar, era aquela coisa. Agora a gente já diminuiu isso aqui em casa, já voltamos ao normal, ao que era antes da pandemia.” (Heitor:19:2)

“Ah, foi um período muito difícil pra todos nós, e complicado pra mim por causa da mãe. Eu deixei na frente de casa um cesto pra colocar a roupa suja quando chegasse da rua, e os calçados também. Tirava tudo. As vizinhas me viam de roupa íntima e me mandavam mensagens no zap [WhatsApp: aplicativo de mensagens e chamadas de voz e vídeo]. (risos) Depois, eu já ia direto pro banho, lavava aquelas roupas, higieniza as compras com alquinhô em gel, e só depois que eu ia atender a mãe. Olha, era tanta coisa que tinha que se fazer e cuidar que fiquei meio que com TOC [transtorno obsessivo-compulsivo], sabe? (feição interrogativa).” (Gabriel:19:1)

Qualificada como *ajuda*, a participação dos homens nos afazeres domésticos segue sendo bastante debatida nos estudos de gênero. Já na década de 1980, Saffioti defendia que a vida doméstica deveria ser partilhada entre o casal, bem como as atividades que garantissem o sustento econômico da família, pois “sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro” (1987, p. 15). Estudos com famílias heterossexuais mostram que as mulheres continuam qualificando a participação dos maridos na casa e na família como ajuda, sendo, na maioria das vezes, bem-vinda e festejada (Bidarte, 2018; Jablonski, 2010). Por que festejar os homens por realizar tarefas que devem ser compartilhadas? Por que agradecer por pequenas participações se a divisão dos afazeres domésticos é desigual?

Mesmo as mulheres cientes da desigualdade na divisão dos afazeres domésticos, parecem não a perceber como um problema, o que evidencia a forte influência dos modelos parentais tradicionais nos papéis de gênero (Jablonski, 2010). Não há marido que ajuda a esposa a lavar a louça, a preparar as refeições, a limpar a casa. Se ele mora na casa é seu dever limpá-la já que também suja, é seu dever cozinhar já que também come, é seu dever lavar as roupas já que também são dele. É seu dever, não é ajuda, nem favor algum. Os papéis de gênero e os padrões de mulheres e homens ideais – estereótipos sobre quem faz o que na casa e na família e como um *bom homem* ou *boa mulher* deve ser – com facilidade se tornam arraigados na família, quer o cônjuge tenha essa intenção ou não. Como resultado disso, há determinados afazeres que são considerados, conscientemente ou não, do homem ou da mulher (Albornoz, 2021; Hirata; Kergoat, 2007; Lauretis, 1994).

### 6.3 Cuidado: “uma atividade que envolve cuidar de tudo e de todos”<sup>6</sup>

O trabalho de cuidado realizado pelos entrevistados é comparável, num primeiro momento, mas a maneira de descrevê-lo e as expressões utilizadas são bastante diversas entre eles. O significado atribuído pelos entrevistados à categoria **cuidado** variou de acordo com a sua realidade socioeconômica, haja vista expressões como “cuidar das crianças”, “cuidar da família” e até “cuidar da casa”, “cuidar dos animais” e “cuidar das plantas”, que são de uso cotidiano e remetem a significados práticos, o que, inclusive, permite pensar sobre os sentimentos presentes na realização dessas atividades, sejam eles em circunstâncias prazerosas ou não. A realização do trabalho de cuidado como relação familiar e interindividual pode ser entendida na análise dos excertos ao longo desta seção (Hirata, 2022); não se trata de respostas padronizadas ou estereotipadas, mas singulares e espontâneas, as quais se percebem quando se explora o caminho de correlacionar as respostas dos discursos (Orlandi, 2015).

“Eu cuido dos gatos, das plantas, e também, às vezes, dos cuidados de saúde do meu companheiro, dos meus pais.” (Daniel:21:2)

“Eu acho que é uma atividade que envolve cuidar de tudo e de todos. Eu não saberia te pontuar, assim, direito, porque são coisas que entram no decorrer do dia. Tipo, atender a família, tem os gatos, tem a casa.” (Carlos:21:3)

<sup>6</sup> Uma primeira versão deste texto foi publicada no XIII Seminário Internacional Fazendo Gênero (Bidarte; Rodrigues, 2024).

“Além de todos os cuidados com a mãe, eu ainda cuido dos bichos, das plantas, do pátio, da casa, de tudo.” (Gabriel:21:2)

Tais excertos revelam os aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivos e relacionais do que é o cuidado para os entrevistados, e não apenas na relação interindividual que o cuidado implica, isto é, estar com alguém, por meio do corpo e da palavra (Hirata, 2022; Soares, A. 2012), mas também na relação com os animais e as plantas e hortas. Isso fica explícito quando se questiona sobre quais atividades de cuidado realizam. De modo geral, os entrevistados citaram diversas tarefas, as quais foram agrupadas e apresentadas a seguir. Cabe ressaltar que a maioria dessas atividades foram facilmente lembradas pelos entrevistados, pois costumam fazer parte de seu dia a dia; porém, em alguns discursos, notei a presença de atividades ocasionais, as quais foram lembradas no decorrer da entrevista, conforme excertos apresentados ao longo desta seção (Gustavo:23:1; Daniel:21:2). São elas:

- (i) aos/as filhos/as: criar; cuidar; alimentar; medicar; banhar; vestir; pentear; acordar ou colocar para dormir; jogar ou brincar; passear; educar ou auxiliar nas atividades educacionais; monitorar ou fazer companhia; socializar; transportar ou acompanhar para escola, médico, exames ou aniversários.
- (ii) aos membros da família menores, idosos e/ou com deficiência: cuidar; alimentar; banhar; vestir; pentear; acordar ou colocar para dormir; passear; monitorar ou fazer companhia; socializar; transportar ou acompanhar para médico, exames ou aniversários; pesquisar preços, comprar e administrar medicamentos.
- (iii) a) aos animais de estimação (cães e gatos): cuidar; alimentar; banhar; escovar; perfumar; brincar; passear; adestrar; vacinar; vermifugar; controle de parasitas; recolher dejetos; lavar cama, cobertas, roupas ou casinha; levar ao veterinário; e b) aos animais domésticos (equinos, bovinos, suínos, aves domésticas): cuidar; alimentar; vacinar; vermifugar; controle de parasitas; limpar ou lavar o local. E,
- (iv) às hortas e plantas: cuidar; regar; replantar; adubar; podar; fertilizar; proteger contra intempéries climáticas.

Considerando o leque heterogêneo de atividades de cuidado citadas pelos entrevistados, observo menção aos aspectos fisiológicos, físicos, cognitivos e psicológicos (Hirata, 2022; Soares, A. 2012), assim como observo também a menção a **afazeres domésticos**, o que não é surpreendente, uma vez que ambas, em geral, são realizadas concomitantemente pelas pessoas no domicílio ou em domicílio de parente (Bidarte, 2018; Soares, C. 2021); no

entanto, neste estudo, investigo essas informações em separado, quando possível. As evidências expostas indicam que a categoria **cuidado** pode ser entendida como um conceito amplo, conforme discussão teórica anteriormente apresentada, porém coberta de especificidades segundo a realidade de cada entrevistado. Aqui, cabe sublinhar que as práticas do cuidado mostram a complexidade desse conceito; por isso que a maioria das suas atividades identificadas neste estudo não estão no escopo das pesquisas oficiais nacionais, como a PNAD-Contínua (2020a); no entanto, há um movimento do IBGE em aprimorar seus instrumentos de coleta e análise de dados, buscando dar visibilidade às diversas atividades de cuidado realizadas pela população brasileira.

Os discursos dos entrevistados apontam que o trabalho de cuidado possui as seguintes características nas atividades diárias: fragmentação, sendo a realização de atividades no decorrer do dia ou da semana; multiplicidade, sendo a realização de diversas atividades; e simultaneidade, sendo a realização de duas ou mais atividades ao mesmo tempo (Bruschini, 2006; Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018). Aqui, sublinho que a característica *simultaneidade* abrange tanto afazeres domésticos quanto atividades de cuidado – conforme excerto do discurso de um entrevistado (Carlos:21:2) – e que, inclusive, pode mascarar o tempo gasto com a realização dessas tarefas declaradas pelos entrevistados (Bidarte, 2018; Soares, C. 2021). Voltarei a essa questão na seção específica sobre **uso do tempo** deste estudo.

Na perspectiva do compartilhamento das atividades de cuidado entre os membros das famílias, a maioria dos entrevistados afirmou positivamente, mencionando realizá-lo com seus cônjuges, filhos/as e/ou demais familiares; novamente, alguns relataram certa dificuldade e que, em algum momento, é/foi motivo de tensão, conflito ou discussão na família, conforme também em excertos já apresentados (Marcelo:13:2; Daniel:23:1). Outros entrevistados, que atualmente encontram-se desempregados ou com jornada de trabalho parcial, mencionaram realizar em maior quantidade as atividades de cuidado, devido estarem mais presentes em casa, evitando, deste modo, dividi-las com o cônjuge ou outros membros da família (Felipe:13:2; Caio:13:2). Do mesmo modo que para os afazeres domésticos, os discursos apontam a necessidade de rever, em caráter urgente, a divisão das atividades de cuidado entre os membros da família, os quais podem se ver mais como parceiros e dividir as atividades de cuidado em termos de igualdade (Hirata; Kergoat, 2007).

“Aqui em casa sou eu que faço tudo sozinho.” (Gabriel:21:2)

“Como meu irmão está mais em casa agora, trabalhando em casa, acaba que ele ajuda mais com o nosso sobrinho, daí eu me folgo um pouco.” (Roberto:21:5)

Compartilhar o cuidado é desafiador na medida em que ele é complexo, pois significa muito mais que estar presente para o outro, por meio do corpo e da palavra, já que abrange diversas dimensões e atividades *imediatas*, quais sejam banhar, alimentar, vestir, medicar, assistir (Hirata, 2022; Soares, A. 2012); muito diferente dos afazeres domésticos, que, em geral, são atividades que podem *esperar*. Nos casos aqui analisados, o objeto do cuidado é uma pessoa, ou ainda animais, hortas ou plantas; e as atividades concretas de trabalho colocam os entrevistados diante de diferentes níveis de dependência: por exemplo, entre os membros da família menores, idosos e/ou com deficiência, alguns exigem mais ajuda e atenção do que outros. Como veremos a seguir, isso torna o trabalho do cuidado realizado pelos entrevistados mais complexo, exigindo práticas adaptadas para cada caso. Começo discutindo as atividades de cuidado em quatro categorias e como se apresentam para os entrevistados deste estudo.

- **Categoria: animais de estimação e animais domésticos**

Em relação às atividades de cuidado dos animais, considerando a maioria dos discursos, especialmente o de Marcelo, noto a presença de duas atividades distintas, a saber: I) cuidados de animais de estimação (como cães e gatos); e II) criação e produção de animais domésticos (como bovinos, suínos, aves domésticas), portanto, adoto a categoria teórica “produção para o próprio consumo”, segundo a classificação da PNAD-C/IBGE (2020a). Heitor, Carlos, Felipe, Gustavo, Daniel, Roberto, Gabriel e Marcelo comentam aspectos da dinâmica familiar para atender aos animais do domicílio, os quais são apresentados e discutidos a seguir.

Heitor tem um cão idoso de grande porte (AC:Heitor:4), e enfatiza que as atividades de cuidado são “(...) bem compartilhadas entre meu pai, minha mãe e eu; e se um não pode o outro faz” (Heitor:23:1). Por estar mais presente em casa, menciona realizar mais atividades relacionadas ao cão, como alimentar, passear, aspirar os pelos e limpar pequenos vazamentos de urina ocasionais pela casa, já que o animal tem incontinência urinária; porém, Heitor se contradiz, pois em outro momento de seu discurso acaba comentando que seus pais geralmente dividem as atividades de cuidado relacionadas ao cão: “(...) quem faz mais essas tarefas [de cuidar do cão] é meu pai e minha mãe” (Heitor:23:4). Frente aos elementos de seu discurso, suponho que Heitor perceba seus pais como tutores do cão, logo a responsabilidade maior pelos cuidados é deles e não sua.

Gustavo menciona compartilhar com sua mãe as atividades de cuidado em relação aos três cães da casa, especialmente com o cão mais velho, que necessita de maior atenção. Porém, em seu discurso, enfatiza que é o principal responsável pelos cuidados dos cães da família e, inclusive, cuida e alimenta de um cão de rua. Similarmente, Gabriel, além de cuidar dos seus dois cães e dois gatos, todos de pequeno porte (AC:Gabriel:2), comenta alimentar cães de rua, preparando refeições caseiras, como afirma: “eu dou ração pra todos eles [seus animais de estimação e os de rua], mas também faço comida, daí já aproveito que vou no mercado e compro as coisas e faço uma panelada de comida pra todos eles” (Gabriel:21:3).

Roberto têm um cão de grande porte e cinco gatos de pequeno à médio porte, e comenta que “(...) controlar toda essa bicharada é complicado” (Roberto:21:2), principalmente porque não havia controle e comunicação entre os membros da família, visto que “(...) acontecia de um de nós dar comida e, daqui a pouco, outra pessoa também dava comida” (Roberto:21:1). Após reunião familiar ficou decidido que apenas uma pessoa realizaria determinada atividade em relação aos animais. Roberto, por exemplo, ficou responsável por alimentar os animais duas vezes ao dia, uma vez pela manhã, antes de ir para o emprego, e outra à noite, ao retornar da faculdade; aos finais de semana há certa flexibilidade nos horários para realizar tal atividade. De modo similar ocorre o compartilhamento das atividades de cuidado dos dois cães, um de pequeno e outro de grande porte, e dois gatos de médio porte na casa de Carlos e Felipe (AC:Carlos:3).

Daniel comenta ter dois gatos de médio porte e diversas plantas (AC:Daniel:3) – e aqui faço menção à Figura 8, a qual apresentarei oportunamente a seguir – antes de seu companheiro morar com ele, e que, após a união, continuou a ser o único responsável pela realização das atividades de cuidado. O entrevistado sinaliza certa vontade em compartilhar tais atividades, mas seu cônjuge não demonstra muito interesse. Seu discurso aponta para uma evidente busca de se incluir e participar ativamente na vida de seu companheiro (Daniel:21:2), mas, com certo desapontamento, menciona que não há tanta reciprocidade na relação. Talvez o companheiro de Daniel entenda que não é sua tarefa também cuidar dos gatos e das plantas, pois ele não é o responsável, mas de ajudar ou auxiliar em tais cuidados, assim, a responsabilidade é do outro, no caso, de Daniel. Entretanto, proposto por Daniel, ficou combinado entre o casal o seguinte: “Quando eu não posso fazer, o que é raro, daí ele faz” (Daniel:23:1). Com efeito, a participação do cônjuge de Daniel se mostra secundária, a qual geralmente ocorre quando Daniel solicita alguma atividade de cuidado, especialmente relacionadas aos gatos; logo, nessas atividades, não há o seu compartilhamento entre o casal.

Marcelo comenta sobre as diversas atividades de cuidado relacionadas aos animais de estimação (como três cães, sendo dois de pequeno e um de grande porte) e animais domésticos (como cavalos, vacas, patos, porcos, galinhas, codornas). Observei que pouco mais afastado da casa há um galinheiro, uma gaiola (para as codornas), um pinteiro e um chiqueiro, onde cria os animais que serão consumidos e, eventualmente, comercializados pela família com vizinhos e/ou familiares (AC:Marcelo:3) – práticas comuns em áreas rurais (Esmeraldo, 2008; Menezes; Bock, 2022), conforme discutido na seção anterior deste estudo. Antes do anoitecer, Marcelo convidou-me para conhecer a propriedade, ao passo que realizava as atividades de alimentação dos animais (como água e ração) e limpeza das instalações (como lavar com água bebedouros, comedouros, pisos) (AC:Marcelo:4). Enquanto caminhávamos pela propriedade, Marcelo comentou compartilhar com sua esposa algumas atividades somente com relação aos animais de estimação (como alimentar e banhar os cães); entretanto, ainda que receba ajuda de seu filho mais jovem, ele é o principal responsável pelo manejo dos animais domésticos.

- **Categoria: hortas e plantas**

O apartamento de Daniel fica situado no andar térreo, e possui um pátio pequeno, onde tem vários vasos de plantas, além de outros tantos vasos espalhados pelos cômodos, estantes e aparelhos eletrodomésticos; nessa área externa também observei camas e brinquedos dos seus gatos (AC:Daniel:5). Para ele, o espaço do pátio permite com que cultive plantas, deixando-as às condições de luz e tempo, o que torna o ambiente mais bonito e convidativo; ainda, o cultivo de plantas é visto como um *hobbie* terapêutico, mas também um ato de autocuidado, já que se desconecta das agitações e demandas diárias ao encontrar momentos de tranquilidade e conexão com a natureza dentro dos limites do lar. E é sobre isso seu registro fotográfico, no qual é possível observar diversas plantas no interior do seu apartamento (Figura 8). Nas atividades de cuidado relacionadas às plantas, Daniel comenta ser o único responsável, não havendo o compartilhamento com seu cônjuge, conforme excerto do seu discurso a seguir, considerando, inclusive, o excerto apresentado anteriormente (Daniel:23:1).

“Eu cuido das plantas, tiro as folhas murchas ou secas, vejo um lugar que tenha sol, dou água, vejo se precisa trocar de vaso, essas coisas assim eu faço. Eu gosto, acho bonito. Até tenho que parar pra fazer as mudas e arrumar tudo direitinho. Tu vais ver que é por isso que elas não estão tão bem cuidadas! (risos, olhando e apontando para as plantas do pátio)” (Daniel:27:1)

Sobre o trabalho de cuidado, a Figura 8 representa a união de quatro registros fotográficos realizados por Daniel, sendo possível observar diversas plantas no interior do seu apartamento.

**Figura 8 – Daniel: plantas pelo apartamento**



Fonte: Entrevistado Daniel (06, 06, 2023), através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 8 está em formato retrato e mostra a união de quatro registros fotográficos, sendo possível observar, da esquerda para a direita, as seguintes plantas: (i) singônio (*Syngonium podophyllum*) em um vaso branco colocado no chão sobre um suporte preto, localizada na sala, entre objetos decorativos e uma estante com livros; (ii) aspargo-samambaia (*Asparagus setaceus*) está suspensa em um xaxim de palmeira, localizada no canto superior direito da janela da sala, próxima de um quadro; (iii) planta-chinesa-do-dinheiro (*Pilea peperomioides*), boldo-de-jardim (*Plectranthus barbatus*) e lírio-da-paz (*Spathiphyllum wallisii*), ambas localizadas embaixo da aspargo-samambaia, no canto inferior direito da janela da sala, do lado de uma escrivaninha branca; e (iv) palmeira-ráfis (*Rhapis excelsa*) e lírio-da-paz, ambas em vasos colocados no chão, localizadas canto inferior esquerdo da janela da sala, próxima da mesa de jantar.

De forma geral, as plantas de Daniel são populares em ambientes internos por sua aparência delicada e elegante, capacidade de adaptação a condições de pouca luz, facilidade de cultivo e baixa manutenção. Ao utilizar a expressão “tu vais ver que é por isso que elas não estão tão bem cuidadas”, o entrevistado se refere ao vigor e à aparência das plantas, pois observei que algumas delas estavam com folhas amareladas ou secas (AC:Daniel:5); porém, ele utiliza a palavra “não” e o advérbio “tão”, que traz intensidade, que juntas reforçam a negação, em parte, do seu trabalho de cuidado. Seu discurso aponta para uma oposição entre aquilo que considera o *ideal* e a *realidade*, com nítida dose de autocobrança e, com efeito, de frustração. Penso que, talvez, para tais registros fotográficos, Daniel tenha “arrumado tudo direitinho”

(27:1), para utilizar sua expressão, no sentido de manejar suas plantas, o que, com efeito, contribuiu para que atingisse sua vontade expressada no discurso durante a entrevista (Orlandi, 2015). O trabalho de cuidado com plantas revela uma prática que vai além da estética, de embelezar o lar e de criar um ambiente acolhedor, representa também uma atividade concreta na qual Daniel pode se expressar, de ser sensível e atento aos detalhes, e cuidar de si mesmo em meio às demandas diárias do emprego ou da família.

Localizada próxima à área central da cidade, a casa de Gabriel possui um pátio pequeno de frente e outro de fundos, mais amplo; na área da frente há roseiras e suculentas, e na do fundo, há diversas plantas, algumas pequenas árvores e, sobre o gramado, há um jogo de mesa com cadeiras de plástico branca, utilizado para refeições à sombra em dias mais quentes (AC:Gabriel:4). O pátio, para Gabriel, possui significados importantes: primeiro, é nesse local que mexe com a terra, cultiva, rega e aduba as plantas, atividades tidas como prazerosas, as quais desviam sua atenção das constantes demandas de cuidado de sua mãe; segundo, é nesse local que obtém algumas plantas aromáticas, que são usadas como temperos no preparo das refeições, e plantas medicinais, usadas para fazer chás; e terceiro, é também nesse local que há a oportunidade de aprofundar a relação entre filho e mãe, a qual se fortalece a cada conversa e sinal de afeto, e um deste se percebe em seu discurso, ao comentar colher e dar para sua mãe uma flor do jardim – e aqui faço menção à Figura 9, a qual apresentarei oportunamente na próxima seção deste estudo.

“Eu gosto do pátio, sabe, porque eu fico entretido lá no fundo cuidando das plantas. Eu tenho um monte delas, uso na cozinha umas. Depois vou te amostrar. A mãe adora também, daí levo ela junto comigo, dou uma florzinha pra ela, converso com ela, como ela fazia com a gente.”  
(Gabriel:21:4)

Carlos e Felipe residem em uma casa de dois andares, com amplo pátio e iluminação e ventilação abundante, localizada em bairro nobre. Espalhados pela área externa, observei diversos vasos de plantas e algumas pequenas árvores; como também brinquedos, bebedouros e comedouros dos seus cães (AC:Felipe:3; Figura 6). Curioso que no discurso de Carlos não há menção sobre atividades de cuidado em relação às plantas; sobre isso, a única evidência é a de seu filho, que comentou: “eu já tentei cuidar de plantas, mas não deu muito certo. (...) A mãe gosta [das plantas]” (Felipe:21:1). Certamente alguém cuida; portanto, quem? Há, nas entrelinhas do discurso de Felipe, uma evidência que aponta para uma possível resposta para essa questão: sua mãe. Similarmente, ocorreu o mesmo nos casos de Heitor e Gustavo. Suponho, que nesses casos, a responsabilidade por esse cuidado seja das mulheres.

Tanto no interior quando em torno da casa de Marcelo há diversos vasos de plantas. Próxima à casa há uma horta, local onde Marcelo cultiva diversos legumes e hortaliças (como abóbora, alface, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, cheiro-verde, couve, couve-flor, ervilha, espinafre, feijão-vagem, pepino, pimenta dedo-de-moça), as quais pude observar quando ele me convidou para conhecer a propriedade (AC:Marcelo:5). Menciona que plantar e replantar, regar, adubar, podar, preparar e limpar os canteiros são algumas das atividades compartilhadas com sua esposa; entretanto, enfatiza ser o responsável pela produção agrícola na propriedade (como milho, mandioca, cana-de-açúcar), a qual é utilizada como alimento humano e animal. No caso aqui analisado, vejo o quintal como um lugar de trabalho adicional e complementar ao trabalho realizado na produção agrícola, o que faz com que Marcelo se dedique mais às atividades fora do que no interior da unidade doméstica; e, aqui, o seu registro fotográfico anteriormente apresentado traz a evidência que confirma isso (Figura 3). Tais evidências corroboram os estudos na área, sobretudo ao apontar que as famílias rurais ou interioranas ainda são fortemente marcadas pelo gênero, sustentadas por uma ideologia dominante e relações heteronormativas que coloca os homens como responsáveis pela agricultura e produção, e as mulheres confinadas na casa, responsáveis pelas atividades domésticas na família e na comunidade (Esmeraldo, 2008; Menezes; Bock, 2022; Moraes et al., 2021a) – e aqui, inclusive, é possível recuperar o discurso de Gustavo em relação ao trabalho de seu pai (Gustavo:13:3). Embora isso ainda persista, as comunidades e famílias rurais em todo o mundo estão passando por mudanças rápidas e profundas e, portanto, desafiando as tradicionais relações de gênero (Dashper, 2023).

- **Categoria: membros da família menores, idosos e/ou com deficiência**

Em alguns discursos houve menção à realização de atividades de cuidado pontuais (Gustavo, Daniel, Roberto) ou complexas (Gabriel, Carlos), direcionadas a membros da família menores (sobrinhos), idosos e/ou com deficiência (como pais, mães, avôs, avós).

Daniel comenta monitorar – ainda que à distância, pois residem em cidades diferentes – a saúde e bem-estar de seus pais, no sentido de “se eles têm ido ao médico, se eles têm feito as revisões periódicas, se as vacinas estão em dia, principalmente na época forte da pandemia” (Daniel:21:2). São atividades simples de cuidado, que não exigem muito tempo e envolvimento da parte do entrevistado, mas são essenciais para fortalecer os laços afetivos na relação familiar.

Já Roberto comenta cuidar de seu sobrinho, filho de sua irmã, com ajuda dos seus pais e outro irmão (Roberto:21:5). Comenta que sua irmã casou e decidiu residir em Florianópolis,

capital de Santa Catarina, na segunda metade de 2022. Para evitar trocar de escola e, assim, concluir o ano escolar, o sobrinho passou a residir com a família. Nas atividades de cuidado relacionadas ao sobrinho, Roberto menciona ser o principal responsável, estando “envolvido com coisas do tipo, como é que ele está de roupa, de calçado, de materiais escolares, no colégio, as notas” (Roberto:23:1). A previsão é que após concluir os estudos, seu sobrinho passe a residir com a mãe.

Gustavo, por sua vez, traz (auto)reflexões sobre sua participação nas atividades de cuidado. Para o entrevistado, realizá-las significa uma oportunidade de se incluir e participar mais ativamente na/da família, vendo-as, sobretudo, como “responsabilidades da vida adulta, coisas que a gente tem que assumir com o tempo” (Gustavo:23:4). Entretanto, em relação às atividades de cuidado de sua avó materna, por exemplo, o entrevistado entende que não é sua responsabilidade realizá-las, sim de sua mãe, na condição de filha. Percebo que sua participação está na condição de neto, em segundo plano, no modo de espera, preparado para realizar alguma/s atividade/s tão logo outra pessoa solicite, no caso, geralmente, sua mãe. Seu discurso, neste ponto, aponta mais para uma participação familiar ideal do que prática, como bem aponta o seguinte excerto de seu discurso: “também ajudo a minha avó, eu que levo ela no médico quando pedem, mas não é com uma frequência, assim, como posso dizer, de uma vez na semana, mas, sei lá, a cada mês, depende” (Gustavo:23:1).

O caso de Gabriel se mostra singular frente ao dos outros entrevistados, por não conseguir compartilhar as atividades de cuidado com outros membros da família. Diante da situação de envelhecimento e adoecimento de sua mãe, Gabriel esteve sob a pressão de precisar cuidá-la, a levando, da área rural, para morar em sua casa, na área urbana. Ele comenta que o processo de adaptação foi rápido, porém cansativo físico e psicologicamente para ambos. Após complicações no quadro de saúde, sua mãe ficou incapaz de manter as habilidades mentais e físicas necessárias a uma vida autônoma e independente, assim, necessitou de mais cuidados, o que pressionou Gabriel a pedir demissão do emprego – na prática, acelerou a solicitação de aposentadoria por tempo de contribuição – e a renunciar alguns planos de vida e do tempo livre para cuidá-la em período integral. Ele buscou se adaptar a uma nova realidade e se organizar para enfrentar a experiência de (con)viver com sua mãe idosa e doente, com certa preparação e conhecimento, mas sem suporte adequado para tal função. Enquanto enfermeiro, possuía experiências de cuidado, adquiridas e desenvolvidas em sua própria formação e em relações interpessoais, no exercício prático-profissional. O que parecia *natural* para ele, sua vocação para o cuidado ao outro, lhe era, de certa forma, neste contexto, bastante peculiar: sua mãe é a

sua paciente. Logo, houve a inversão do cuidado com o tempo: o filho que foi cuidado pela mãe agora assume o papel de cuidador.

Gabriel comenta que um dos quartos da casa, de frente para a rua, ocupado por sua mãe, aos poucos foi se transformando, sendo adaptado conforme às necessidades dela e ocupado por equipamentos (como alarmes, cadeira de rodas, andador, e um específico para mudar de posição, seja deitada, sentada ou em pé, que auxilia também na higienização) e aparelhos médicos e hospitalares para *home care*, de forma a manter a estabilidade de sua condição; ainda, instalou câmera no quarto e na sala de estar, que possuem rotação de 360° para cobrir todo o espaço e, assim, monitorar sua mãe à distância quando de sua ausência no domicílio (AC:Gabriel:5). Portanto, as inovações técnicas no setor do cuidado repercutem diretamente nas condições de seu trabalho de cuidado no domicílio – sem que o núcleo desse trabalho deixe de ser o material, emocional e psicológico –, ao representarem praticidade e esforço físico menor e ao introduzirem, inclusive, novas formas de organização e de distribuição do tempo (Hirata, 2022); entretanto, o acesso à estrutura *home care* está fortemente marcado pela questão de classe (Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015).

Além disso, Gabriel – assim como Carlos em relação a sua filha –, enfatiza duas preocupações: primeira, o fato de que a dependência de sua mãe aumenta com a idade; e, segundo, assim como sua mãe, a cada ano que passa também está envelhecendo, não conseguindo realizar todas as atividades que um dia realizou, pois seu “corpo já não é mais de um guri novo e nem a coluna” (Gabriel:23:2). Por isso reafirma a importância dos equipamentos como auxílio ao peso que precisa erguer várias vezes ao dia, evitando ser afetado de lombalgia: como para levar sua mãe ao banheiro, ao banho, para pô-la no sofá, poltrona ou cama. A comparação entre o presente e o futuro, citando não apenas a idade, mas inclusive corpo e saúde, está no centro das reflexões de Gabriel, sobretudo sobre seu trabalho de cuidado. De fato, cuidar de uma pessoa idosa e doente em casa é uma experiência bastante complexa, conforme excerto do seu discurso apresentado a seguir, o qual, inclusive, nos lembra das características do trabalho doméstico, aqui aplicadas ao trabalho de cuidado (Bruschini, 2006; Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018).

“Me diz quem, hoje em dia, quer cuidar de pai ou mãe doente? É gasto atrás de gasto e exige muita dedicação, exige muito trabalho da gente. É banho, é horário dos remédios, é comida especial, tem que estar ali 24h com ela. De madrugada me acordo e vejo se tá tudo certinho, se tem que trocar a mãe, se tá com frio, se tá com calor, porque ela também me chama.” (Gabriel:23:2)

“Eu tô envelhecendo e a [nome da filha] tá envelhecendo também, e aí, como é que vai ser? Quem é que vai cuidar? (feição interrogativa) E aí tu sofre outra vez, porque eu tenho um filho mais novo, e é essa a carga que eu quero dar pra ele, se a gente [o casal] morrer? (feição interrogativa) É uma questão a ser pensada porque o tempo vai passando.” (Carlos:18:8)

Sem qualquer tipo de apoio dos demais irmãos, mesmo após reuniões familiares para estabelecer como cada uma poderia ajudar, Gabriel muitas vezes contava/conta com o auxílio de vizinhos de forma paga ou gratuita, auxiliando-o em alguma atividade de cuidado em situações muito específicas, como fazer companhia a sua mãe enquanto vai ao banco, ao supermercado ou à farmácia – quando da impossibilidade da presença de vizinhos, conta com o monitoramento das câmeras. Não por acaso, seu discurso evidencia que a rotina com sua mãe idosa e doente exige tantas atividades de cuidado e afazeres domésticos que ele se sente cansado, sobrecarregado e isolado socialmente, o que também afeta seus relacionamentos sociais, visto a seguinte afirmação: “Eu só fico dentro de casa, e isso me cansa, e me aborreço, às vezes, com isso, sabe? (feição interrogativa)” (Gabriel:23:4). Entretanto, noto no seu discurso, especialmente no excerto selecionado, uma relação de obrigação moral, que provém de valores estabelecidos pela cultura familiar, isto é, quando crianças, os pais cuidaram dos seus filhos; quando os pais estão dependentes, os filhos cuidam de seus pais (Souza et al., 2015). Gabriel é um filho que cuida da sua mãe, e, em seu entender, cuidá-la além de obrigação moral é também religiosa, esta como uma missão dada por Deus, obedecendo à ordem bíblica de honrar os pais, de fazer tudo o que puder para ajudá-los. E aqui também noto que Gabriel denuncia o descaso, a negligência, dos irmãos em relação aos cuidados da mãe deles. Para além da ajuda financeira, ele gostaria que os irmãos participassem dos cuidados, o que seria benéfico não apenas para Gabriel, que poderia descansar o corpo e a mente, mas também para sua mãe, que teria atenção, amor e afeto de seus outros filhos, os quais foram cuidados por ela.

“É somente eu que cuida da mãe, e meus outros irmãos, todos homens, não querem, nenhum deles quer cuidar da própria mãe, ou me ajudar a cuidar da mãe. (feição de tristeza) Deus me perdoe, mas eles tão só pela partida da mãe, só pela parte deles. (feição de reprovação, balançando a cabeça negativamente) Sou filho e pela minha mãe eu faço tudo. Agora, se Deus me deu a mãe assim é porque sabia que eu ia cuidar, né? (feição interrogativa)” (Gabriel:23:2)

As elevadas despesas mensais com medicamentos e atividades fisioterapêuticas de sua mãe são os principais fatores que dificultam a contratação dos serviços de uma pessoa cuidadora de idosos, que poderia ajudá-los de diversas formas. A dedicação integral à sua mãe faz Gabriel

priorizar somente no bem-estar dela e negligenciar suas próprias vontades e necessidades. Entretanto, penso se em algum momento pode surgir sintomas depressivos ou gerar um quadro chamado estresse da pessoa cuidadora (Souza et al., 2015). Assim como sua mãe necessita de cuidados, ele também precisa. Por isso é tão importante que Gabriel preserve sua individualidade e reserve algum tempo do dia para si, para se cuidar, se distrair, se alimentar, descansar, dormir, praticar alguma atividade física ou de lazer. Ele não será considerado um mau cuidador por querer descansar um pouco. As (auto)cobranças de dentro e fora de casa não podem ser tão danosas ao ponto de provocar interferências na saúde física e psicológica de quem cuida, pois, neste caso, a questão é: quem cuida de quem cuida?

Como já mencionado, o pátio da casa de Gabriel é um local repleto de significados, e um deles se relaciona com o cuidado. A Figura 9 representa um registro fotográfico realizado por Gabriel, sendo possível observar a refeição que preparou para sua mãe e alguns medicamentos, ambos em cima de uma bandeja decorada com uma flor de hibisco. Segundo o entrevistado, tal registro é “o lanche da tarde da mãe, um cremezinho de morango que ela gosta muito” (Gabriel:21:6). A composição sugere uma combinação de cuidado (indicado pelos medicamentos e pelo alimento) e um toque de estética e delicadeza (representado pela toalha branca bordada e a flor de hibisco laranja, grande e vibrante), criando uma experiência agradável, mesmo em situação de doença. Essa composição pode ser interpretada como uma *ritualização do cuidado*, conferindo sentido ao trabalho de cuidado ao transformar atividades simples e cotidianas em atos de atenção e amor. E, para avançar na análise, recupero o seguinte excerto de seu discurso, apresentado na seção anterior: “A mãe adora também [as flores do pátio], daí levo ela junto comigo, dou uma florzinha pra ela, converso com ela, como ela fazia com a gente” (Gabriel:21:4). Colher e dar uma flor do jardim para sua mãe possui camadas de significado: primeiro, é um gesto que expressa carinho e apreço e que possibilita aprofundar e fortalecer os laços entre filho e mãe; segundo, é através dessa atividade que Gabriel estimula a memória de sua mãe, permitindo que ela recorde não apenas o nome da flor, mas também momentos, sentimentos e familiares, já que algumas plantas são as mesmas que ela cultivava quando vivia na área rural; terceiro, simboliza uma inversão de papéis do cuidado dentro da família, onde Gabriel hoje faz o que sua mãe antes fazia, isto é, conversar com os filhos e dar-lhes flores colhidas do jardim.

**Figura 9 – Gabriel: servindo a refeição da tarde para sua mãe**



Fonte: Entrevistado Gabriel (13, 11, 2022), através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 9 está em formato paisagem e mostra uma refeição preparada por Gabriel à sua mãe. Sobre a toalha de mesa xadrez há uma bandeja de plástico branco, contendo uma toalha branca bordada e, no centro, uma taça de vidro com creme de morango e uma colher de inox dentro; do lado direito, um porta-comprimidos de plástico com vários compartimentos, alguns deles contendo medicamentos; do lado esquerdo, uma flor de hibisco de cor laranja (*Hibiscus rosa-sinensis L.*) que decora a bandeja.

De fato, o registro fotográfico de Gabriel (Figura 9) destaca o trabalho invisível do cuidado e ressalta como esses gestos, sentimentos e detalhes – e muitas vezes desvalorizados ou não percebidos – são essenciais para o bem-estar da pessoa idosa cuidada. A imagem convida à reflexão sobre o caráter simbólico dessas ações, que vão além do funcional para se tornarem demonstrações de atenção e afeto. É importante considerar que, num primeiro momento, a fotografia pode ser interpretada como possuindo um caráter posado, isto é, como uma composição cuidadosamente planejada pelo participante. Talvez a toalha branca bordada não seja aquela usada cotidianamente ou a flor decorativa não esteja presente em todas as refeições da tarde de sua mãe. Contudo, no momento em que Gabriel escolheu se comunicar com o pesquisador por meio da fotografia, essa foi a composição que ele utilizou para representar sua realidade e transmitir uma mensagem. Assim, a fotografia transcende seu papel de registro fiel do cotidiano doméstico e familiar e se torna uma mensagem elaborada, com dimensão intencional e narrativa, carregada de significados que refletem as percepções, valores e experiências do entrevistado (Bidarte; Silveira-do-Canto; Rodrigues, 2023). No entanto, observei que a casa de Gabriel é bastante decorada, repleta de bibelôs e peças de crochê que fazem parte da decoração do lar. Esse estilo decorativo parece refletir a importância que a

família atribui aos detalhes e ao aconchego do ambiente doméstico, alinhando-se à composição capturada na fotografia (AC:Gabriel:1; AC:Gabriel:3).

Frente aos outros entrevistados, e assim como Gabriel, Carlos possui um caso singular, o qual exige uma abordagem específica neste estudo. Quando sua filha nasceu, seu coração estava cheio de expectativas e sonhos amorosos. Entretanto, poucos dias depois, sua filha teve paralisia cerebral, afetando o desenvolvimento motor e cognitivo, o que a impede de ser independente e alfabetizada. Carlos comenta que o início foi penoso, pois o casal teve que se ajustar ao fato de ter uma filha deficiente e, inclusive, de repensar a definição de *família ideal*, já que houve um “impacto entre sonho e realidade, uma quebra de expectativas”, pois “as coisas nem sempre saem como a gente imagina” (Carlos:23:8). A vida conjugal e familiar sofreu alterações frente à convivência com a criança deficiente e às diversas exigências dela, o que gerou conflitos e instabilidade emocional por longos períodos.

Carlos comenta que em um primeiro momento, o processo de adaptação foi demorado, confuso e cansativo, tanto físico quanto psicologicamente, e, em outro momento, o modo de ser da família se reorganizou em uma disposição no porvir; e o processo de criação e socialização de sua filha os expôs ao lado cruel da vida em sociedade, pela rejeição e exclusão social, mas também ao lado do acolhimento, pelo apoio e pela escuta como suporte emocional e prático de famílias que vivenciam situações em comum. De um modo contínuo, a rotina com sua filha deficiente requer muitos cuidados físicos e emocionais, sendo um aprendizado diário, de acertos e erros, proporcionados à sua própria maneira, pois não há regras a serem seguidas – e aqui noto que a pressão de precisar cuidar do outro, enquanto experiência familiar de cuidado, desenvolveu nele uma certa *habilidade* específica adquirida em condições particulares (Hirata, 2022). Por isso ele busca participar e se envolver de forma ativa em todos os aspectos da vida de sua filha, aprendendo sobre deficiência e o caso específico dela, e compartilhando as atividades de cuidado com sua esposa, a qual é reconhecida pelo importante papel que desempenha na família. Entretanto, diante de uma rotina intensa e desgastante, penso se em algum momento surgiu sintomas depressivos ou um quadro chamado estresse da pessoa cuidadora (Souza et al., 2015).

O discurso de Carlos é repleto de sentimentos alegres ou tristes, às vezes combinados, ligados a momentos específicos, sobretudo quando enfatiza que o casal não mede, e tampouco mediu, esforços para prestar o melhor cuidado e apoiar sua filha para que desenvolva suas capacidades e talentos. O casal busca tratamentos, terapia de reabilitação e estimulação, acompanhamento educativo especial e médico especializado, e recursos diversos que podem ser úteis para sua filha, e com efeito também para eles mesmos, na convicção de estarem

fazendo o que deve ser feito e o melhor que podem fazer – e aqui as evidências mostram um compartilhamento das atividades da filha entre o casal, revelando um modelo da parceria (Hirata; Kergoat, 2007). Como resultado disso, atualmente, sua filha participa de um programa de inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, trabalhando com atendimento ao público, com jornada de meio período. Reproduzo a seguir alguns excertos do discurso do entrevistado que exprimem os fatos expostos.

“Dependendo do dia eu atendo a filha, porque ela tem algumas atividades diárias, por exemplo, na segunda-feira ela tem pilates, na terça-feira ela tem aula virtual com a psicopedagoga, ela tem também o trabalho. Como a esposa está trabalhando fora, eu deixo a filha pronta pra essas atividades, ou de banho tomado e vestida pra ela ir pro pilates, ou então deixo ela com o café e remédios tomados.” (Carlos:21:3) “A gente sempre dividiu todos os problemas da filha muito próximos, assim, se um não consegue fazer o outro consegue, se um está num período mais impossibilitado emocionalmente de atender determinado tipo de problema o outro está mais tranquilo, enfim, vamos levando nessa balança.” (Carlos:23:8) “A questão da rotina e da divisão dos cuidados com a filha eu e a minha esposa dividimos bem tudo isso, dividimos parêlo, sofremos juntos, digamos, mas é tudo bem dividido.” (Carlos:23:11)

Uma evidência notável na organização do trabalho de cuidado entre Carlos e sua esposa – e, em diversos momentos, com a participação de sua irmã e de seu filho, Felipe, neste estudo também entrevistado – são as transmissões de informação entre o casal, diariamente, para comunicar ocorrências ou acontecimentos referentes à filha: se foi banhada, medicada, alimentada; como foi o seu dia de trabalho, de aula, de ginástica, entre outras. Esse *trabalho em equipe* mostra-se muito presente e essencial na família, e constitui o próprio modo de ação para o cuidado. Entretanto, tal *trabalho em equipe* apresenta consequências para a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003; Hirata; Kergoat, 2007): as atividades concretas de trabalho de cuidado não são mistas entre eles e elas, conforme se nota nos excertos anterior e a seguir. Felipe afirma assumir certas atividades de cuidado em situações específicas, relacionadas à supervisão e acompanhamento de sua irmã, enquanto seus pais estão ausentes de casa, o que sugere uma participação periférica no cuidado (Bruschini; Riboldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018). Entretanto, isso é reflexo do conjunto de ações de proteção – e também de cuidado – realizado por Carlos, conforme a expressão “ele [filho] não precisa passar por isso”. Carlos, com relação a sua irmã, utiliza a expressão “auxilia em tudo”, que sugere uma participação ativa e direta dela nos cuidados com sua filha, nos aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivos, psicológicos e relacionais (Hirata, 2022; Soares, A. 2012). E o exposto ficou evidente quando sentamos à mesa

para almoçar: observei que enquanto Carlos levava ao prato um corte de carne assada, sua esposa já havia servido arroz e salada; após, sua esposa cortou os alimentos para que a filha pudesse comê-los utilizando garfo ou colher, estimulando-a para que fizesse o que ainda é capaz de fazer. Algum tempo depois, sua filha pediu para ir ao banheiro e, imediatamente, a irmã de Carlos se dispôs a ajudá-la, com a concordância de sua esposa. Neste ínterim, seu filho, Felipe, permaneceu quieto (AC:Carlos:4).

“É um dia a dia que exige, porque ela vai no banheiro e não se higieniza direito, daí tem que ajudar, ou colocar no banho. Não são coisas fáceis de tu lidar, principalmente na minha questão, de homem e pai com a filha, porque tu entra na intimidade dela, por mais que muitas vezes ela necessite, mas ela não gostaria que eu estivesse fazendo aquilo, essas questões de higiene, de banho, essas coisas íntimas, que pra [esposa] é mais fácil. Ela quer cuidar dela mesma, mas pelo fato dela não ter essa capacidade, eu acabo tendo que interagir. Eu vejo que pra ela não é uma coisa boa, mas, enfim, que bom que tem alguém que cuida, alguém que está presente. (...) Ele [nome do filho] não precisa passar por isso, claro, ao mesmo tempo ele tem uma carga de responsabilidade com a [nome da irmã], mas não é obrigação dele.” (Carlos:18:12) “Com a minha irmã eu tenho uma relação bem próxima, assim, porque ela busca a sobrinha todos os dias, auxilia em tudo e tal, ela está sempre mais aqui em casa do que eu estou na casa dela.” (Carlos:21:6)

“Todas as tardes, a partir das 16h, que é quando minha irmã chega do trabalho, sou eu que fico como o **vigia** dela (fazendo o sinal de aspas com os dedos a palavra em destaque) até a hora do pai ou da mãe chegarem em casa, ali pelas 18h ou 19h. Algumas vezes, tipo, quando é necessário, quando o pai ou a mãe não podem, sou eu que busco ela da aula de pilates. Agora, questão de médico e essas coisas eu não chego a participar.” (Felipe:21:4) “A tia é uma pessoa que ajuda bastante, porque quase 99% das vezes é ela que busca a [nome da irmã] do trabalho que termina no meio da tarde.” (Felipe:26:1)

A seguir, Carlos traz outro ponto importante em seu discurso: nas suas experiências, ele denuncia o não envolvimento do homem-pai com filho deficiente pelos profissionais de saúde. Carlos percebe na atitude desses profissionais que o foco da atenção está na mulher-mãe, esquecendo de envolver o homem-pai que também se faz presente. Para Carlos, não receber atenção e informação de maneira completa e apropriada a respeito do diagnóstico e dos cuidados de sua filha faz com que se sinta excluído do processo de cuidar, o que o leva a vivenciar sentimentos negativos, conforme excerto do seu discurso a seguir. Penso que esse agir dos profissionais de saúde revela a ideia, já introjetada socialmente, de que o cuidado com a criança deficiente ou não é responsabilidade da mulher-mãe, a considerando como a principal provedora das necessidades dele. De fato, estudos mostram que a mulher-mãe é vista como a

figura central na relação familiar e nas atividades de cuidado da criança deficiente, destacando a habilidade *natural* que possui para fazê-las com amor, carinho, apego, dedicação e proteção, bem como de suportar com resignação situações diferentes e adversas; enquanto o homem-pai figura como secundário na participação e envolvimento no cuidado da criança deficiente. Entretanto, de acordo com estudos na área, os profissionais de saúde devem reconhecer a importância da família, pois ela representa a unidade na qual a criança deficiente cresce e se desenvolve (Barbosa; Chaud; Gomes, 2008; Oliveira; Poletto, 2015).

“(...) Eu reflito muito sobre a relação da posição do pai em relação ao filho deficiente, que é uma coisa que não existe em qualquer matéria que tu vai ver no jornal, porque sempre é a mãe, o pai não existe. Tu vai no médico junto com a mãe e o médico fala com a mãe e não com o pai, o pai não existe, como se fosse um total imbecil, um apartado da história. Talvez isso se dê muito pela posição masculina na relação familiar, mas isso é uma coisa que eu nunca me enquadrei, porque eu sempre estive muito presente, sempre estive muito envolvido com as questões do tratamento, de ver o que os médicos falam, de ver o que os remédios fazem. Então, quando eu vou levar minha filha numa consulta eu tô sempre atento e junto com a esposa.” (Carlos:18:11)

Tanto no discurso de Gabriel (23:2) como no de Carlos (18:11; 21:6) a expressão “estar presente” aparece quando se trata do cuidado e de suas atividades concretas, revelando um significado profundo e multifacetado. Claramente, eles referem-se à presença física no mesmo espaço que a pessoa cuidada, mas também à presença emocional e psicológica, e enfatizam as pressões de um trabalho em que é necessário estar vigilante constantemente e que exige uma condição física e psicológica da pessoa cuidadora que permita atender as diversas demandas da pessoa dependente, e tal atenção acarreta cansaço. No discurso de Gabriel (23:2), a expressão “tem que estar ali” remete a uma preocupação com a saúde de sua mãe, inclusive com as atividades concretas de observação, vigilância e assistência, especialmente quando sua mãe o solicita à noite; e a expressão “trocar a mãe” remete às trocas de fraldas e roupas que ele faz de madrugada, as quais implicam gestos e práticas que vão muito além da mera presença. E, no discurso de Carlos, as expressões “alguém que está presente” e “sempre estive muito presente” remetem à disponibilidade paterna para atender às necessidades específicas da filha, desde a alimentação, medicação e higiene até a supervisão e acompanhamento médico (Hirata, 2022; Orlandi, 2015). Nesses casos, ajudar o outro exige levar em consideração a pessoa, que é condição do trabalho de cuidado, realizando uma série de atividades de acompanhamento e, inclusive, uma preocupação diária com a saúde da pessoa cuidada, nos seus aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivos, psicológicos e relacionais (Hirata, 2022; Soares, A. 2012).

Estar atento ao estado de saúde das pessoas dependentes e de responder as suas necessidades mostra o que é o cuidado realizado pelos entrevistados, ao menos em parte, pois este possui diversas camadas de significado.

- **Categoria: filhos/as**

O principal trabalho de cuidado mencionado pelos entrevistados está relacionado aos/às seus/suas filhos/as, portanto, algumas informações sociodemográficas deles/as foram coletadas e são apresentadas na Tabela 3. O perfil sociodemográfico das crianças revela a presença igual de crianças do sexo masculino e feminino, pertencentes ao grupo menores de 16 anos de idade, com 1 a 8 anos de estudo, sem deficiência, que moram junto com os pais e que não trabalham.

Considerando a idade dos entrevistados e a idade do/a primeiro/a filho/a, percebi que os homens se tornaram pais jovens, visto que a idade média foi de 33 anos de idade; e, na maioria dos casos, a presença da criança se deu logo após o vínculo conjugal, o que pode ser visto como um possível reflexo da união do casal (IBGE, 2016, 2014b). Importante destacar que Marcelo mesmo não sendo pai biológico de seu enteado, considera-o como seu filho, inclusive, declarando-o como tal neste estudo, o que indica a formação de vínculo de parentesco entre eles, resultado da convivência e do afeto há mais de vinte anos.

O acesso à educação infantil apresentou ser progressivamente melhor conforme melhora a renda das famílias e seu contexto socioeconômico. As desigualdades por cor e classe no acesso à educação infantil se mostram bastante visíveis nas faixas extremas de renda dos entrevistados (por exemplo, Caio e Lucas). A educação infantil pública é maior nas classes mais baixas e inexistente nas classes mais altas – já que possuem recursos para pagar a educação infantil privada (Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015), o que deixa evidente a importância de políticas públicas direcionadas à educação e ao cuidado infantil para as famílias com rendas menores (Itaboraí, 2016). Aqui, é importante frisar que no Brasil a oferta da educação infantil na rede pública é ainda limitada, porém está em expansão, o que expressa uma mudança de concepção em relação à responsabilidade pelo cuidado das crianças, passando a ser entendida como uma responsabilidade socialmente compartilhada, não mais restrito às famílias e especialmente preocupação das mães. A oferta de vagas em creches e pré-escolas além de ser um direito à educação das crianças também é um direito dos pais ou responsáveis ao trabalho remunerado (Itaboraí, 2016).

**Tabela 3 – Perfil sociodemográfico dos/as filhos/as dos entrevistados, por grupos de pesquisa**

Entrevistado	Número de filhos	Sexo	Grupos etários dos filhos	Escolaridade (anos de estudo)	Deficiência	Mora junto	Trabalha	Presença na creche ou pré-escola	Presença de pessoa cuidadora
<b>Grupo I</b>									
Carlos	2	Feminino	Com filhos maiores de 16 anos de idade	Sem instrução 15 anos ou mais	Sim	Sim	Sim	-	Sim
		Masculino			Não	Sim	Não	-	Não
Lucas	1	Masculino	Com filhos menores de 16 anos de idade	Sem instrução	Não	Sim	-	Sim	Sim
Marcelo	2	Masculino	Com filhos maiores de 16 anos de idade	11 a 14 anos 15 anos ou mais	Não	Sim	Sim	-	Não
		Masculino			Não	Não	Sim	-	Não
<b>Grupo II</b>									
Caio	1	Feminino	Com filhos menores de 16 anos de idade	11 a 14 anos	Não	Sim	Não	-	Não
Diego	2	Masculino	Com filhos menores de 16 anos de idade	1 a 8 anos Sem instrução	Não	Sim	Não	-	Não
		Feminino			Não	Sim	Não	Não	Não
Eduardo	2	Feminino	Com filhos menores de 16 anos de idade	1 a 8 anos Sem instrução	Não	Sim	Não	-	Não
		Feminino			Não	Sim	-	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa

Nota: Escolaridade: segundo a PNAD-Contínua/IBGE (2021b), considere as seguintes categorias, a partir do número de anos de estudo da pessoa: sem instrução (menos de 1 ano e sem instrução); ensino fundamental in/completo (1 a 9 anos de estudo); ensino médio in/completo (10 a 12 anos de estudo); ensino superior in/completo (13 a 18 anos de estudo); pós-graduação (19 anos ou mais de estudo; ou considerando especialização de nível superior, mestrado ou doutorado).

Recentemente, Felipe concluiu o ensino superior e encontra dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, de conseguir seu primeiro emprego na área de formação. Sem estudar e trabalhar, Felipe se encaixa na descrição do jovem “nem-nem”. No Brasil, em 2022, a população entre 15 e 29 anos de idade que nem estuda e nem trabalha de forma remunerada corresponde a 20,0% da faixa etária; são quase 10 milhões de jovens nem-nem no país, sendo a maioria mulheres (25,8%), pessoas pretas ou pardas (22,8%), de 18 a 24 anos de idade (24,4%), e com filhos (PNAD-C/IBGE, 2023c). Elevar a instrução e a qualificação dos jovens brasileiros pode contribuir com a inserção no mercado de trabalho e reduzir empregos de baixa qualidade. Porém, os cenários de desemprego e de crise econômica desencadeados pela pandemia de Covid-19 acabaram impondo mais obstáculos aos jovens que concluiriam os estudos ou ingressar no mercado de trabalho brasileiro, sendo Felipe um deles.

Além disso, no caso de Felipe, também verifiquei o fenômeno do prolongamento da convivência familiar entre pais e filhos, o qual vem ganhando relevância nos estudos sobre as famílias. No Brasil, o termo “geração canguru” está sendo utilizado para denominar o grupo de pessoas de 25 a 34 anos de idade que ainda permanecem na casa dos pais e que apresentam maiores taxas de ocupação e maior escolaridade média, o que indica uma maior dedicação aos estudos (IBGE, 2014a, 2016). No caso de Felipe, ainda que sua idade seja inferior ao referido grupo, a permanência na casa dos pais possui forte relação com o desemprego, mas também aponta para outros motivos: o de cunho psicológico como, por exemplo, a acomodação ao padrão de vida dos pais, e de cunho econômico como, por exemplo, o elevado custo de vida. Tais motivos exercem força sobre Felipe, fazendo-o considerar a opção de prolongar a convivência familiar.

Sobre o trabalho de cuidado relacionado aos/às seus/suas filhos/as, os homens entrevistados mencionaram realizar ou ter realizado diversas atividades concretas, desde as de criação e cuidados até de educação e socialização. No entanto, frequentemente mencionado nos discursos, sobressai o papel do pai como provedor econômico e como supervisor moral, isto é, corrigir comportamentos e atitudes, mais do que no papel de cuidar do bem-estar físico, psicológico, emocional, relacional e social dos/as filhos/as, ou seja, alimentar, banhar, vestir, conversar, passear, socializar – o que ainda será discutido neste texto. Além disso, apenas dois entrevistados afirmaram não gostar de realizar determinadas atividades de cuidado relacionadas às crianças: cortar unhas (Diego) e passar roupas (Eduardo), conforme excertos a seguir. De imediato, o exposto evidencia a majoritária responsabilidade materna pelos cuidados das crianças, o que gera desigualdades de gênero no cuidado infantil (Araújo; Scalón, 2005; Bruschini; Ricoldi, 2012; Saffioti, 1987; Soares, C. 2008, 2016).

“Cortar as unhas das crianças eu não gosto, me dá um nervoso, daí é a esposa que corta.” (Diego:21:2)

“O que eu não faço é passar roupas das filhas, daí a esposa faz.” (Eduardo:24:1)

Na maioria dos casos, as atividades em relação às crianças eram/são realizadas em conjunto pelo casal, como: cuidar da higiene, alimentação, calçados e vestuário; brincadeiras; auxiliar nas atividades escolares; acompanhamento médico; e presença nas reuniões da escola. No entanto, isso ficou mais evidente nos casos dos casais heterossexuais jovens com filhos/as pequenos/as (Diego, Eduardo e Lucas), o que sugere proximidade com o modelo da parceria (Hirata; Kergoat, 2007). Reservei, a seguir, dois excertos de discursos que possuem camadas de significados sobre isso; portanto, começo com o de Eduardo.

“Eu faço tudo. É alimentação, saúde, banho, estudos. A gente [casal] divide tudo. (Eduardo:24:1)

Durante a entrevista com Eduardo na sala de estar, quando foi questionado sobre o assunto, percebemos sua esposa expressando um sorriso discreto, da cozinha, o que o deixou, de certo modo, desconfortável (AC:Eduardo:3). Sua esposa ciente das atividades de cuidado que o cônjuge realiza ou não, penso que o sorriso dela estava ironizando a resposta dele – ao misturar sutileza e crítica –, sobretudo pela reação de Eduardo. Tal desconforto pode indicar uma situação onde ele se sentiu exposto, julgado ou questionado sobre suas responsabilidades no cuidado das filhas, fazendo-o sentir inseguro sobre sua resposta, o que pôde ter gerado tensão, discussão ou conflito na família. Entretanto, os excertos do seu discurso se correlacionam entre si e com as anotações de campo (Orlandi, 2015), sugerindo uma participação ativa na vida diária e no cuidado das filhas, capaz de manter a rotina e garantir as necessidades delas (Eduardo:14:1; Eduardo:14:3; Eduardo:24:3; AC:Eduardo:5).

O outro excerto é do discurso de Lucas, apresentado a seguir, que ilustra como o casal se organiza em relação às diversas atividades de cuidado relacionadas ao seu único filho, evidenciando a divisão realizada por eles, de modo tácito.

“Em relação ao [nome do filho] a gente divide bastante as coisas, assim. Essa parte médica é relativamente dividida, a gente costuma ir os dois na consulta, até porque a gente gosta de estar acompanhando e, quando possível, vamos os dois. Na escola eu acabo interagindo mais, porque eu sempre levo ele de manhã, e muitas vezes sou eu também que busco; às vezes somos os dois. Mas a [nome da esposa] também interage com a escola, né, com questionamentos, com eventuais ajustes ou

necessidade de conversar com as professoras, essas coisas. Eu faço mais a questão do almoço, da cozinha, e a [nome da esposa] faz mais a parte das roupas e calçados. Claro, a gente se ajuda. Então, eu acho que é bem dividido entre nós.” (Lucas:23:1)

Constante em seu discurso, Lucas mencionou sobre seu filho e as atividades de cuidado que realiza diariamente em relação a ele, e o excerto apresentado anteriormente mostra isso (Lucas:23:1). Frente ao exposto, como registro fotográfico, já era esperado que Lucas compartilhasse algo a respeito. Na Figura 10 é possível observar a mesa posta e refeição preparada pelo entrevistado e seu filho se alimentando. Segundo o entrevistado, tal registro mostra um momento cotidiano, sendo de “um típico café da manhã: [nome do filho] tomando seu iogurte [integral] com uva passa, e na espera a banana [orgânica] e o ovo cozido” (Lucas:24:4; AC:Lucas:8). Para Lucas, oferecer alimentos variados e saudáveis ao seu filho é uma prática diária, sendo uma preocupação constante do casal. A escolha dos alimentos é pensada pelo casal; portanto, a refeição pode servir como um momento educativo entre a criança e os pais.

O registro fotográfico de Lucas (Figura 10), bastante similar ao de Gabriel (Figura 9), apresenta uma composição que também sugere uma combinação de cuidado (indicado pelos alimentos) e um toque de estética (representado pela toalha com estampa folhagens e o prato com estampa de aves, que se complementam e representam a natureza), criando uma experiência agradável, divertida e educativa à criança – inclusive, tal composição pode ser vista como uma *ritualização do cuidado*, já que dá sentido no trabalho do cuidado, ao transformar atividades diárias e simples em atos de atenção e amor. A maneira como a criança é educada e socializada para compreender e interagir com o mundo ao seu redor começa em momentos como este. Em suma, esse registro fotográfico também destaca o trabalho invisível do cuidado e destaca como esses gestos, sentimentos e detalhes, muitas vezes desvalorizados ou não percebidos, são essenciais para o bem-estar da criança cuidada.

Considerando o conjunto formado pelo registro fotográfico e pelos excertos do discurso de Lucas apresentados até aqui, penso que este sugere a *naturalização* de certos papéis e comportamentos na família, como, por exemplo: (i) na divisão sexual do trabalho do cuidado: a preparação das refeições diárias de seu filho é uma atividade que realiza geralmente sozinho, devido ao horário de trabalho do cônjuge (Kergoat, 2003; Hirata; Kergoat, 2007); (ii) nas dinâmicas de alimentação: via de regra, Lucas é quem faz as compras no supermercado, porém a escolha de alimentos pelo casal, como os observados no café da manhã de seu filho, indica uma preocupação com a nutrição saudável e possivelmente com o meio ambiente, visto a

preferência por alimentos integrais e orgânicos (Moreira, 2010) – e, aqui, noto que isso está fortemente marcado pela questão educacional e de classe (Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015); (iii) no entanto, essa escolha não é apenas uma questão de nutrição, mas também de valores familiares, culturais e sociais que estão sendo transmitidos à criança desde cedo (Albornoz, 2021; Bruschini; Ricoldi, 2012); e (iv) no meio ambiente: talvez não tenha sido intencional, mas a escolha de uma decoração temática na toalha e no prato, com animais e folhas, pode também ser uma forma de estimular o interesse e a aprendizagem da criança, mostrando como cada detalhe pode ser pensado como um momento educativo (Araújo; Scalon, 2005; Saffioti, 1987).

**Figura 10 – Lucas: dando café da manhã para seu filho**



Fonte: Entrevistado Lucas (20, 07, 2023), através da Photovoice

#PraTodoMundoVer: A Figura 10 está em formato paisagem, com ponto de vista vertical, e mostra o filho do entrevistado Lucas sentado à mesa, na sala, tomando café da manhã. Sobre a mesa há uma toalha com estampa folhagens, talheres (garfo e colheres), um prato com estampa de aves (que contém uma banana orgânica e uma xícara vermelha com iogurte integral e uvas-passas) e, próximo, outro prato amarelo (com ovo cozido).

Reflexo dos grandes centros urbanos, as refeições em família, como café da manhã e almoço, é uma prática que Lucas dificilmente tem na companhia de sua família nos dias úteis da semana. Por isso ele prioriza “o nosso momento de jantar” (Lucas:19:3), que representa um dos importantes momentos diários da vida em família: há um lugar e um tempo próprio

destinado a ele. De forma geral, considera importante a companhia familiar às refeições em casa, pois entende que contribui para o bom estado nutricional e relacional entre os membros da família, principalmente para seu filho. Assim, o ato de comer e beber fortalece o espaço familiar como unidade social (Moreira, 2010). Isso ficou mais nítido quando, após a entrevista, fui convidado por Lucas para o jantar. A refeição foi nhoque (italiano importado) com tomates-cereja e manjericão (orgânicos) e muçarela de búfala; para beber, suco de uva integral e orgânico ou cerveja artesanal. Observei os lugares à mesa: na cabeceira, o filho; na lateral, imediatamente ao lado da criança, a esposa e, ao lado dela, Lucas; do outro lado da mesa, em frente à esposa, um amigo do casal, e eu, de frente para Lucas. Enquanto Lucas servia o jantar, a esposa interagia com a criança; tal interação ocorreu de forma mais intensa entre mãe e filho. A família mastigava e engolia a comida devagar, exaltando o prazer em saboreá-la. Ao final da refeição, foi servido café e, em seguida, sobremesa (AC:Lucas:6). Ainda que de modo limitado, pude observar a alimentação e a comensalidade de Lucas e sua família, isto é, o convívio à mesa, que envolve o quê se come e como se come. A *ritualização* das refeições em família e a *corporificação* de seus elementos – o uso dos talheres e o comportamento à mesa – ilustram o processo educacional e civilizador que Lucas e sua esposa receberam e, hoje, transmitem ao filho. Através da refeição familiar e também social, o jantar, pude acessar seu núcleo mais compartilhado e íntimo e também observar a sociabilidade manifestada na comida compartilhada (Moreira, 2010).

Retomando a análise conjunta, em outros casos, as tarefas em relação às crianças caíram/caem majoritariamente sobre os ombros das mulheres-cônjuge, e os motivos de tal assimetria foi/é (i) o entendimento de que eles não possuíam/possuem habilidade ou facilidade na realização de tais atividades, e (ii) a extensa e extenuante jornada de trabalho remunerado semanal, que atuou como o principal fator limitador de uma maior presença em casa e na família. Especificamente nesses casos, e presente no discurso de Caio, penso que não houve o estabelecimento de um vínculo consistente entre pais-filhos/as desde a gestação, e que a ausência paterna é também justificada pelas diferenças de gênero, pois esses homens-pais entendem que as mulheres-mães possuem uma espécie de habilidade/facilidade no cuidado com as crianças; assim, a responsabilidade pela realização da maior parte do trabalho de cuidado era/é da cônjuge, revelando que esses homens-pais exerciam/exercem basicamente o papel tradicional de provedor econômico na família – e tais exemplos mostram a força do modelo de família tradicional disseminado na sociedade brasileira (Araújo; Scalon, 2005; Hirata; Kergoat, 2007; Saffioti, 1987). No entanto, no excerto do discurso de Caio, há a expressão “eu como pai me culpo um monte”, que revela a relação subjetiva dele com a paternidade e o trabalho do

cuidado, a qual desperta um sentimento de culpa (Hirata, 2022). Tal sentimento fez e faz parte das emoções incontroladas ao lembrar da sua presença na família, sobretudo com relação a sua filha, que não foi apagado com o tempo.

“Eu sou um cara que não tive oportunidade de ficar com a minha filha. Na cidade grande eu tinha que trabalhar, e trabalhava muito. Eu trabalhei em duas empresas ao mesmo tempo pra poder colocar comida na mesa, pra comprar roupa e calçado pra minha filha. Me fazia falta conviver mais com a minha filha. E, até hoje, eu como pai me culpo um monte! (feição exclamativa) (...) Eu não tinha muito jeito pras coisinhas dela, assim, mas me virava, né? E a esposa me ajudava bastante, sabia fazer tudo, me dizia pra fazer dum jeito ou doutro jeito.” (Caio:24:2)

Nos casos analisados, a chegada de um novo membro à família gerou um aumento na tensão familiar, sobretudo para os pais com criança com deficiência (Carlos, conforme discussão na categoria anterior), pois trouxe consigo a necessidade de uma reformulação tanto nos papéis quanto nas regras do funcionamento doméstico e familiar. Com facilidade, a rotina da mãe e do pai foi sobrecarregada; ainda que conseguissem lidar com todas as atividades relacionadas à criança, sofreram danos à sua saúde física, emocional e mental. Os discursos dos entrevistados introduzem a questão da formação de uma rede de apoio, que foi – e em alguns casos ainda é (Lucas, Diego, Eduardo) – muito benéfica para a puérpera, o pai e demais membros que vivenciam de forma próxima o nascimento da criança (Alves et al., 2020; Martins et al., 2008). Assim, o compartilhamento dos cuidados infantis com uma rede de apoio mostrou-se importante tanto para o desenvolvimento da criança quanto para reduzir a pressão sobre pais, mães ou responsáveis, colaborando para que tenham/tivessem eventuais descansos. Não por acaso aparecem, nos excertos de discursos a seguir, as palavras “ajudar”, “auxílio” e “apoio”, as quais estão diretamente relacionadas ao cuidado (Orlandi, 2015).

“Vô, vó e tia. São as pessoas que nos ajudaram, e nos ajudam e muito, sem eles que não sei o que seria. (...) E durante a pandemia foram pessoas essenciais, assim, pra nós, que nos deram uma baita ajuda.” (Caio:26:1)

“Na verdade, muitos parentes eu não tenho. Eu tenho a minha irmã, que mora aqui [na mesma cidade] e que me ajuda bastante com a [nome da filha], e o meu irmão [que reside em outro estado].” (Carlos:21:6)

“A gente teve sempre muito pouco apoio, assim, a gente praticamente não tem rede de apoio, né. A nossa família é do interior, então pra gente contar com a família é bem mais difícil, porque tem toda essa questão do deslocamento, de alterar a rotina da pessoa e tudo mais. Então, é basicamente nós, e aí a gente tem que se virar nos trinta aqui em casa.” (Lucas:26:1)

A maioria dos entrevistados afirma que não recebeu/recebe auxílio de alguma pessoa de forma remunerada durante as tarefas de criação, cuidados, educação e/ou socialização de seus/suas filhos/as, devido (i) à hipossuficiência econômica (Caio, Diego) e/ou (i) ao desejo de criá-los/as, fazendo parte de uma realização pessoal (Eduardo, Lucas). Entretanto, os cuidados das crianças tendem a decrescer conforme melhora a condição de classe, o que inclui a presença de empregada doméstica ou babá (Eduardo, Lucas), por exemplo, enquanto nas classes mais baixas as alternativas ao cuidado são menores e, de forma geral, estão restritas às soluções familiares (Bruschini, 1985; Saffioti, 1987; Soares, C. 2016). E, nos momentos mais agudos da pandemia, todos os entrevistados relataram que a rede de apoio diminuiu, afetando o auxílio recebido, sobretudo para aqueles com filhos/as pequenos/as, já que as creches e escolas estavam fechadas; mas, passado esse período, a rede de apoio se ampliou novamente.

Curiosamente, alguns entrevistados de classe média e alta (Eduardo, Lucas), por decisão do casal, optaram por criar os/as filhos/as sem a presença constante de babá. Uma das explicações é que as crianças estão em escolas infantis de período integral, e sentem a necessidade de estar mais presente no tempo que dispõem e, assim, criar laços e vínculos mais fortes entre pais e filhos/as. No entanto, concordam que a presença de crianças afetou a relação e a dinâmica do casal. Recentemente, Lucas contratou os serviços de uma babá apenas uma vez por semana no turno noturno, ou também quando há eventuais necessidades do casal. Para ele, o apoio dessa trabalhadora se dá justamente para ajudar o casal a ter momentos reservados, em suas palavras: “a gente quer ter algum tempo pra nós dois, sair pra jantar ou fazer outras coisas que a gente não quer fazer com o [nome do filho]” (Lucas:26:4). Aqui, também devemos compreender a relevância dessa trabalhadora remunerada na realização do trabalho do cuidado. Ela contribui para trazer respostas concretas às necessidades do casal e, sobretudo, da criança, garantindo, direta ou indiretamente, o bem-estar, a boa saúde e, inclusive, a cura desta última (Hirata, 2022).

Por outro lado, alguns entrevistados mencionaram receber auxílio de familiares (como pai, mãe, irmãs e tias) ou ainda de pessoas da vizinhança, ambos de forma gratuita. Nesses casos, a rede formada por relações de vizinhança e/ou familiares foi acionada, auxiliando-os nas atividades de cuidados infantis em situações muito específicas, como aniversário de união conjugal, emergências, extensão esporádica da jornada de trabalho diária (Caio, Marcelo, Carlos) ou do não funcionamento das creches ou escolas públicas (Caio, Marcelo). Interessante pontuar que tais redes de apoio, geralmente, eram/são compostas por mulheres parentes ou vizinhas; de certo modo, isso indica a construção sociocultural que ainda coloca as mulheres

como a responsáveis pelo cuidado (Albornoz, 2021; Araújo; Scalón, 2005; Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022), pois elas são vistas como *naturalmente* cuidadoras, capazes de *maternar*, logo podem e devem utilizar esse *dom* no cuidado de outras pessoas (Albornoz, 2021; Badinter, 1985).

Reservei, a seguir, dois excertos de discursos que possuem camadas de significados sobre a participação dos entrevistados no trabalho do cuidado aos/às filhos/as e de suas atividades concretas; portanto, começo com o de Caio.

“Eu auxílio a minha filha nos estudos, dou banho nela e arrumo ela pra escola.” (Caio:21:1) “Quando eu não sei ajudar a filha nos deveres da escola quem ajuda é a esposa, porque ela tem o magistério.” (Caio:23:1)

No discurso de Caio, a expressão “quando eu não sei ajudar a filha nos deveres da escola quem ajuda é a esposa” (Caio: 23:1) é bastante explicativa por si só, pois demonstra uma divisão de responsabilidades dentro da família, onde a esposa, com maior escolaridade, assume o papel de auxiliar a filha nas tarefas escolares. Ele reconhece suas limitações educacionais e confia na esposa para complementar essa lacuna, o que pode ser visto como um *trabalho em equipe* dentro da família. Ainda, tal expressão possui outras nuances, pois retrata a educação interrompida e as barreiras estruturais de permanência no sistema educacional que o pai enfrentou ao longo de sua vida devido à sua situação socioeconômica e à necessidade de trabalhar e sustentar a família desde jovem (Caio:1:6; Caio:13:2; Caio:24:2). O casal, ao apoiar a filha, demonstra um compromisso com a educação dela e, para Caio, isso pode refletir um desejo de que sua filha tenha oportunidades educacionais que ele não teve.

O outro excerto é do discurso de Diego, apresentado a seguir.

“A maioria das coisas a gente faz junto, se ajudando, mas quando a esposa não está [em casa] sou eu que dou banho, alimentação, arrumar a roupa da escola e da atividade física.” (Diego:21:2)

No discurso de Diego, a expressão “quando a esposa não está [em casa] sou eu que dou banho, alimentação, arrumar a roupa da escola e da atividade física” (Diego:21:2) também é bastante explicativa por si só, mas indica, ao mesmo tempo, que o pai assume uma participação ativa quando a esposa está ausente, por um lado, ou uma participação secundária quando a esposa está presente, por outro lado. Convicto de que há um envolvimento significativo do pai na vida diária e no cuidado das crianças, capaz de manter a rotina e garantir as necessidades delas, o exposto se correlaciona com os demais excertos do seu discurso

(Diego:16:2; Diego:18:1), sugerindo uma participação ativa na casa e na família (Orlandi, 2015).

Socialmente, ainda há vários pensamentos que reproduzem desigualdades de gênero. Por exemplo: quando o pai fica com a criança para a mãe sair ou trabalhar, ele está de *babá*; ou quando o pai se ausenta do trabalho para cuidar da criança, é porque a mãe não pôde. A sociedade ainda encara o homem-pai como um *ajudante* da mulher-mãe na criação dos/as filhos/as. Não existe pai que ajuda a mãe; quem ajuda são pessoas que não tem obrigação com a criança. Se os homens estão levando as crianças ao médico, trocando fraldas, alimentando ou banhando, eles apenas estão sendo pais, não estão *ajudando as mães*, muito menos estão *fazendo um favor às mães*. Eles não são super-homens e nem superpais. Eles estão exercendo suas paternidades, e não merecem condecoração por isso, afinal, como bem destacado por Saffioti (1987, p. 84), e coerente com as famílias heterossexuais aqui também estudadas: “as crianças não são apenas filhas da mãe, mas também filhas do pai. Ao assumir a paternidade dos filhos, o homem estará partilhando a vida com a mulher. E isto não constitui apenas um dever; é, sobretudo, um direito”. Ou seja, não é sobre bens materiais, presentes ou dinheiro, é sobre amor, atenção, proteção e, especialmente, presença para quando se precisar.

Nos casos aqui analisados, no arranjo familiar composto por casal heterossexual com filhos/as, importante sublinhar que assim como a mãe, o pai também possui papel importante a desempenhar em todos os aspectos da vida da criança. Estudos apontam que a presença materna e paterna contribui significativamente na promoção do desenvolvimento cognitivo, linguístico, social, emocional e motor na vida das crianças, principalmente na infância, pois é nesse período que elas definirão a sua personalidade. Por isso, o pai deve ser uma presença constante na vida das crianças, evitando estar ausente e delegar a responsabilidade para outrem. A presença da figura paterna é distinta e complementar à figura materna, sendo que a ausência de uma dessas figuras geralmente possui impactos negativos na vida das crianças, causando diversos problemas cognitivos, emocionais e sexuais, distúrbios de comportamento, transtornos psicológicos, dificuldade de reconhecer limites, entre outros (Saffioti, 1987; Benczik, 2011; Rosenberg; Wilcox, 2006). Penso que essas questões podem aparecer ou já apareceram de alguma forma na vida dos/as filhos/as de alguns entrevistados, uma vez que a figura do homem-pai se mostra secundária no processo de criação e desenvolvimento dos/as seus/suas filhos/as. Uma evidência disso foi uma discussão acalorada que presenciei entre Marcelo e seu filho mais novo, com intervenções de sua esposa. Ciente de que desentendimentos familiares ocorrem, o teor deste, no entanto, versava sobre aconselhamentos para que o seu filho continuasse os estudos e estivesse mais presente em casa e em família. Era nítido o comportamento agressivo

do adolescente em relação aos pais, assim como a disputa de poder. Enquanto seu filho o desafiava e o desobedecia, Marcelo reafirmava seu patamar hierárquico superior na família e a autoridade parental, principalmente quando o advertia: “porque eu sou teu pai” (AC:Marcelo:5).

De forma geral, no caso desses homens-pais entrevistados penso em uma performance de gênero dissonante, que, até então, está subvertendo as normas sociais, subvertendo as práticas reguladoras da coerência do gênero, sobretudo de como eles se comportam. Os vejo como se estivessem aprendendo a se comportar de uma nova maneira em família e em sociedade (Butler, 2003). Eles estão realizando novas performances de gênero, não para agradar às expectativas sociais e nem com a intenção de se inserirem em um modelo de novas masculinidades ou de *homem moderno*, ou ainda dando uma de *desconstruídos* ou *descolados*, mas porque entendem que também possuem responsabilidades nas diversas atividades relacionadas aos/às filhos/as, afinal de contas, eles são os pais, e estão exercendo apenas suas paternidades. Passear com as crianças na praça ou fazer compras no supermercado são ações públicas, que poderiam ser realizadas por eles estrategicamente. No entanto, as evidências me fazem pensar que o comportamento dos entrevistados é uma expressão verdadeira do indivíduo; não os vejo como produtores de uma performance mascarada, de uma aparência que busca se fazer convincente como *ser* para a família e a sociedade (Butler, 2003).

Diego, Carlos, Eduardo e Marcelo são pais que vivenciam a paternidade pela segunda vez; já Caio e Lucas, pela primeira vez. O tornar-se pai é algo que vai além do procriar; envolve responsabilidades e prioridades. Os discursos analisados revelam indícios de que os homens-pais entrevistados estão buscando, e encontrando, formas de participar mais ativamente da vida de seus/suas filhos/as, exercendo o papel paterno, estando mais envolvidos no cotidiano e atuando na criação, formação, educação e socialização deles/as, especialmente a partir do período de pandemia. E isso não contradiz o afirmado anteriormente, de que a figura paterna também se mostra secundária. Em casa e em família, os homens-pais, sobretudo os pela segunda vez, começaram a refletir mais sobre a paternidade e, ainda que de modo limitado, os papéis sociais; o que se mostra oportuno, já que estão (re)pensando sobre suas próprias vidas. Tal reflexão abrange uma dimensão da vida que não inclui apenas o trabalho de cuidar, alimentar, banhar, trocar as fraldas, vestir, pentear, passear, educar as crianças; mas, inclui também diversas outras atividades, como observar o desenvolvimento das crianças e contribuir de alguma forma, de conviver com elas, de apreender a perspectiva delas em relação as suas vontades, desejos, necessidades, carências, angustias, ansiedades (Bidarte, 2018; Bruschini;

Ricoldi, 2012; Saffioti, 1987). E isso se percebe, por exemplo, com o excerto do discurso de Eduardo, apresentado a seguir.

“Eu busco, como qualidade de vida, estar mais junto da família, passar mais tempo com as filhas, fazer coisas juntos, de poder aproveitar, viajar.” (Eduardo:24:3)

Portanto, o convívio entre pais e filhos/as se mostra benéfico para ambos; especialmente para aqueles homens-pais pela segunda vez, já que possuem experiência e, assim, buscam *acertar* aquilo que *erraram* em relação ao/a primeiro/a filho/a, ou ainda de não repetir o que consideram erros cometidos por seus pais. Por isso há, inclusive, vontades de fazerem diferente da união de seus pais em relação aos/às seus/suas filhos/as, ao priorizarem o maior diálogo, a maior liberdade, a criação baseada em uma relação mais amigável e menos severa ou conservadora e, sobretudo, a vontade de estarem mais presente, o que indica maior participação masculina por vontade própria na vida das crianças. Existe uma vontade ou promessa de mudança por parte dos entrevistados – e ao que as evidências indicam, a ação propriamente dita está em curso de ser cumprida, talvez em parte ou, ainda, na totalidade. Nesse sentido, penso que um novo perfil de pai está surgindo, ainda em formação, mas com potencial de mudanças.

Concluindo a discussão das atividades de cuidado em categorias e como se apresentam para os entrevistados deste estudo, por fim, questionei a eles sobre o período de pandemia, em um processo de (re)pensar sobre seus comportamentos antes, durante e depois dessa crise sanitária global (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022). Por unanimidade, todos mencionaram que na pandemia o trabalho do cuidado aumentou. Assim, eles passaram a se envolver mais com as atividades de cuidado, em especial os homens com filhos/as pequenos/as (Lucas, Diego, Eduardo) ou com deficiência (Carlos); porém, na maioria dos casos, tal envolvimento, mais uma vez, se apresentou como *maior ajuda*. Isso sugere que durante a pandemia as atividades de cuidado, ou a sua divisão, ficaram mais vinculadas às mulheres-cônjuge e mulheres-mãe, sobrecarregando sobretudo aquelas inseridas no mercado de trabalho. Com efeito, acentuaram-se as desigualdades de gênero no cuidado familiar.

“Eu percebo que o meu comportamento foi o mesmo, porque eu sempre tive a mesma participação nessa relação doméstica, assim, das questões do cuidado com a família, do cuidado com a casa. Claro, o fato de eu estar em casa fazia com que eu tivesse maior atividade em casa.” (Carlos:28:1)

“Dada a situação de pandemia, as questões do lar, de limpeza, assim, e também dos cuidados com o [nome do filho] que era recém-nascido ficaram muito com a gente [casal]. Então essas situações demandavam bastante da gente em casa.” (Lucas:19:3)

Em tempos de crise sanitária, como a que enfrentamos, o autocuidado e o cuidado com o ambiente foram formas de prevenir o desgaste emocional e físico, através de ações preventivas diárias; entretanto, as principais dúvidas pairavam sobre entender como seria possível manter os cuidados com a saúde diante de tantas mudanças na rotina doméstica e familiar. Segundo os entrevistados, alguns comportamentos (como distanciamento social, medidas individuais de proteção, e práticas de higiene) foram realizados para reduzir as chances de contágio individual e familiar, de forma a mantê-los em segurança. Entretanto, o seguinte chama a atenção: a preocupação com o risco de contágio era maior entre os entrevistados que utilizavam transporte público (homens pretos: Caio, Roberto) do que os entrevistados que utilizavam carro próprio (homens brancos: Carlos, Gustavo, Lucas, Marcelo) para trabalhar ou resolver situações essenciais. O exposto evidencia uma diferença expressiva entre os marcadores cor e classe dos entrevistados (Salata, 2015; Salata; Scalon, 2015).

Além da sobrecarga de afazeres domésticos e o desgaste físico, eles também revelam que a saúde mental também foi afetada. Pensamentos de incapacidade e insegurança pairaram sobre suas cabeças, gerando ansiedade e medo, com maior incidência sobre aqueles com filhos/as pequenos/as ou com deficiência ou com familiares idosos e doentes.

“Com crianças pequenas em casa o cara ficava paranoico, com a cabeça cheia, pensando no que poderia acontecer e se acontecesse algo com elas, o que a gente ia fazer.” (Eduardo:28:3)

“Essa pandemia foi um período complicado pra mim por causa da mãe, eu ficava muito preocupado dela pegar essa doença. Olha, era tanta coisa que tinha que se fazer e cuidar que fiquei meio que com TOC [transtorno obsessivo-compulsivo], sabe? (feição interrogativa)” (Gabriel:19:1) “Sabe, eu lavava as mãos com frequência, sempre andava com um alquinho em gel, mantinha distância das pessoas, utilizava máscara e levava umas quantas de reserva para trocar. (...) Não deixava ninguém vir aqui em casa mais por causa da mãe. Tocava a campainha e eu atendia as pessoas da janela. E com o *zap* [WhatsApp: aplicativo de mensagens e chamadas de voz e vídeo] eu e a mãe falava com as vizinhas. Olha, pra te dizer, agora que deu uma boa melhorada, recém que tô deixando a mãe receber visitas.” (Gabriel:28:1)

O autocuidado também foi mencionado por alguns entrevistados (Lucas, Carlos, Daniel), os quais relataram realizar atividades que proporcionassem bem-estar, como sono de qualidade, boa alimentação e nutrição, e atividades religiosas (orações, meditações) e/ou físicas

adaptadas ao espaço doméstico ou ao ar livre. Alguns entrevistados (Caio, César, Roberto) mencionaram se desconectar da internet e redes sociais ou ainda de não assistirem telejornais, evitando o excesso de informações diárias que poderiam prejudicar sua saúde mental. Entretanto, dado o isolamento, aproveitavam para estreitar os laços familiares e promover a união da família, bem como para realizar chamadas de áudio ou vídeo com familiares e amigos por telefone ou internet.

Ainda sobre o autocuidado, seja durante o período de pandemia ou não, alguns entrevistados mencionaram a *noite do cuidado*, momento em que destinam um pouco mais de tempo para si, especialmente aos domingos, para cuidar da pele, cabelo, barba ou unhas. Ainda que tais atividades de autocuidado sejam realizadas para enfrentar mais uma semana de trabalho remunerado, ter esse tempo para relaxar e se permitir descansar, ainda que por alguns instantes, traz um momento de bem-estar físico e mental em suas vidas.

“Chegou uma hora que a gente já nem ligava mais a tv aqui em casa. O cara não conseguia nem comer direito escutando tanta notícia ruim.” (Caio:28:3)

“Eu fazia chamada de vídeo pra mãe e pro pai, pra saber como eles estavam.” (Diego:28:2)

“O cara tem que se cuidar também, né, tirar um tempo pra ele mesmo, pra fazer o que ele gosta.” (Eduardo:28:3)

“Têm dias que eu acabo ficando mais preguiçoso, porque estou mais cansado, daí acabo deixando de fazer a barba, coisa que eu não faço mais todo os dias; às vezes, eu fico uma semana pra fazer a barba, daí no domingo acabo fazendo. (risos)” (Lucas:17:7)

“Eu acho que isso [pandemia] veio pra nos mostrar que o ser humano é vulnerável, que a gente depende uns dos outros pra tudo, e também pra mostrar que se as pessoas se importam ou não umas com as outras.” (César:28:2)

Inclusive, considerando especialmente o discurso de César, outro ponto que emerge, ainda encoberto, são as reflexões sobre cidadania a partir do cuidado. A pandemia mostrou ao mundo não somente a centralidade do cuidado em nossas vidas, mas principalmente a importância do trabalho de cuidado no funcionamento das sociedades como um todo. A pandemia colocou no centro do debate o cuidado face à vulnerabilidade do ser humano. O entendimento de que o cuidado se aplicaria somente às pessoas dependentes já não tem mais sentido; portanto, outro ganha destaque: o entendimento de que os seres humanos são vulneráveis em um momento qualquer de suas vidas, e que também são interdependentes, pois, todos, sem distinção de sexo, raça ou classe social, em algum momento da vida precisam de

cuidado (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022). No Brasil, a taxa elevada de incidência da doença e o número elevado de hospitalizações e de mortes invalidaram a concepção neoliberal de uma sociedade constituída por pessoas autônomas, iguais e autossuficientes (Consórcio..., 2022). Passada a crise sanitária global, essa produção do viver, constitutiva do trabalho do cuidado, deveria ser mais reconhecida e valorizada pelas famílias e pelas sociedades. Por isso, e concordo com Guimarães e Hirata (2020) e Hirata (2022), pode parecer uma utopia, mas é necessário pensarmos um futuro para nossa sociedade que tenha no cuidado um valor universal e, assim, ele ser valorizado, visibilizado, apreciado e respeitado.

#### **6.4 Uso do tempo: “dá pra fazer tudo em 24 horas?”**

Nesta seção, como parte de um esforço qualitativo para os grupos de pesquisa aqui considerados, coletei informações fundamentais sobre o tema **uso do tempo**, de como os entrevistados alocam o seu tempo a diferentes atividades, remuneradas ou não, dentro e fora do lar, durante as 24h do dia ou as 168h da semana (Tabela 4). A finalidade é evidenciar (i) a importância das atividades realizadas tanto pelo viés socioeconômico quanto, sobretudo, pelo viés da reprodução doméstica, ao saber a proporção de tempo gasta realizando-as, com qual finalidade, para quem, com quem e onde; (ii) como se dá o uso do tempo fora e dentro dos lares; e (iii) compreender as desigualdades nas relações de gênero na família e na casa em relação ao uso do tempo (Dedecca, 2004; Hirata, 2022; Souza, 1972).

Para além da análise do trabalho produtivo-reprodutivo, aqui tomados como espaços articulados e incluídos do tempo pessoal, busquei envolver outra dimensão mais ampla de vivência ou da experiência do trabalho na produção e reprodução social: o tempo subjetivo – ou o tempo social –, que é o tempo percebido pela consciência e sua duração é mensurada pela vivência de determinados eventos pelas pessoas, ou seja, cada pessoa tem uma experiência do tempo única, e o tempo não é igualmente percebido ou avaliado por todas elas, visto os ritmos descontínuos que regem sua vivência cotidiana e social (Bidarte, 2018; Esmeraldo, 2010; Souza, 1972).

Portanto, começo discutindo as atividades e o uso do tempo em duas categorias – uso do tempo nas atividades de trabalho remunerado e não-remunerado – e como se apresentam para os entrevistados deste estudo, para, depois, discutir como ambos se articulam, ao fazer um exercício sobre uso do tempo diário e semanal.

Tabela 4 – Uso do tempo pelos entrevistados, por grupos de pesquisa e total

Entrevistado	Trabalho remunerado (A) (média de horas semanais)		Trabalho não-remunerado (B) (média de horas semanais)		Total (A+B)
	Jornada de trabalho	Deslocamento trabalho↔casa (ida e volta)	Afazer domésticos	Cuidado	
<b>Grupo I</b>					
Carlos	40	2,5	7	14	63,5
Daniel	22	2,5	14	5,2	43,75
Gustavo	40	5	7	3,5	55,5
Heitor	40	-	5,2	5,2	50,5
Lucas	40	2,5	14	14	70,5
Marcelo	40	2,5	7	14	63,5
Roberto	50	7,5	3,5	7	68,0
<b>Grupo II</b>					
Caio	24	3,75	10,5	7	45,2
César	50	0,75	14	1	65,75
Diego	-	-	21	21	42
Eduardo	30	0,75	14	14	58,75
Felipe	-	-	14	14	28
Gabriel	-	-	21	21	42
<b>Total dos grupos</b>	<b>37,6</b>	<b>3,1</b>	<b>11,7</b>	<b>10,8</b>	<b>53,6</b>

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com dados da pesquisa

Notas: Deslocamento trabalho↔casa: segundo Soares e Saboia (2007), considere as seguintes categorias, por períodos de tempo de deslocamento: mais de 5min até 30min; mais de 30min até 1h; mais de 1h até 2h; e, mais de 2h.

- **Categoria: uso do tempo nas atividades de trabalho remunerado**

De forma geral, o tempo médio de permanência dos entrevistados no mercado de trabalho é de 15,1 anos (sendo: Grupo I, 11,1 anos; Grupo II, 15,6 anos), e estão/estiveram ocupados entre trabalhos formais e informais. Atualmente, os trabalhos realizados por eles oscilam entre atividades manuais ou mais intelectuais, executados dentro e/ou fora do espaço produtivo das organizações, sendo: mestre de cerimônias (Carlos), docência no ensino técnico e superior (Daniel), serviços de operações gerais na agricultura (Gustavo), desenvolvedor de softwares (Heitor), gerente executivo de banco (Lucas), servidor público municipal no setor de obras e infraestrutura (Marcelo), operador de plano de saúde odontológico (Roberto), serviços gerais – elétricos, hidráulicos e pintura (Caio), motorista de aplicativo (César), serviços de informática e telefonia (Eduardo); Diego e Felipe estão desempregados, e Gabriel, aposentado.

O primeiro grupo de entrevistados está no mercado de trabalho formal, caracterizado pela contratação regulamentada, com rotinização do trabalho, com estabilidade, com acesso a direitos sociais e trabalhistas básicos (Antunes, 2020). De forma geral, os entrevistados desse grupo possuem níveis de escolaridade mais elevados, o que contribuiu para assegurar melhores oportunidades no mercado de trabalho – o que é apontado pelas pesquisas nacionais (IBGE, 2010, 2022). Para alguns deles (Carlos, Lucas), a jornada de trabalho semanal permite alguma flexibilidade, através de horários flexíveis, modalidade de trabalho remoto ou outros formatos alternativos, o que lhes possibilita compatibilizar o trabalho remunerado com as tarefas domésticas e/ou de cuidado; já para outros (Diego), isso não acontecia. Nos casos aqui analisados, a flexibilidade se mostrou não somente dependente do cargo ocupado e/ou da atividade realizada, mas também pelas relações dos entrevistados com a sua chefia.

“Eu tenho uma certa liberdade no meu trabalho, assim, de poder sair em outros horários, por exemplo, posso não ir trabalhar num dia de manhã e estar trabalhando remoto, assim, então me permite que eu consiga fazer as coisas da casa ou da família.” (Carlos:6:3)

“Flexibilidade? (feição interrogativa, seguida de risos) É claro... (pequena pausa) que **não**. (ênfase na palavra em destaque) Não tem flexibilidade. No comércio, tu tem que cumprir, no mínimo, as tuas oito horas de trabalho do dia e rezar pra sair no horário.” (Diego:6:1)

“O meu normal é estar lá na [empresa] de forma presencial. Como cargo de gestão, eu tenho flexibilidade pra quando eu precisar, como, por exemplo, eu consigo acompanhar o meu filho nas consultas médicas ou em eventuais questões dele e, eventualmente, se eu tenho alguma coisa de casa eu consigo também trabalhar de casa.” (Lucas:6:1)

Em contrapartida, o segundo grupo de entrevistados está no mercado de trabalho informal, e a forma de inserção se caracteriza por trabalhos de pior qualidade ou precários, com contratos temporários, sem estabilidade, com rendimentos mais baixos, sem acesso a direitos sociais e trabalhistas básicos – um retrato dos *modos de ser* da informalidade no Brasil, país que vem sofrendo forte pressão interna e externa pelos capitais (Antunes, 2020). Nesses casos, as jornadas de trabalho mostram-se menores e/ou mais flexíveis, o que, de forma geral, permite compatibilizar o trabalho remunerado com as tarefas domésticas e/ou de cuidado. Pelas evidências aqui analisadas, o que me levam a concordar com Antunes (2020), de que a informalidade, que ocorre quando o contrato de trabalho não obedece à legislação social protetora do trabalho, se não é sinônimo de precarização, ao menos sua vigência amplia e intensifica cada vez mais o processo de precarização do trabalho. Isso vem se intensificando nos últimos anos no país, com o movimento das *reformas*, que buscam deixar o emprego formal mais parecidos com a informalidade, ao *flexibilizar* as relações de trabalho e, com efeito, deixar a classe trabalhadora mais vulnerável às crises, e uma delas foi pandemia, período em que milhões de pessoas não estavam protegidas por um contrato de trabalho – como Caio, César e Eduardo, por exemplo.

Nesse cenário, empresas brasileiras ou estrangeiras que operam no país têm utilizado os mais diversos mecanismos de flexibilização do trabalho para burlar a legislação social do trabalho, o que afeta profundamente a classe trabalhadora (Antunes, 2020). César é motorista de aplicativo, e seu discurso aponta para isso. No quadro de absoluta desproteção social e trabalhista que se encontra, receber a notificação do aplicativo para trabalhar por algum tempo converteu-se num *privilegio*, ou numa espécie de *sorte*, ainda que assuma os riscos da atividade econômica, porém nada decida sobre ela. E isso é agravado no caso de adoecimento, pois é forçado a parar de trabalhar, o que resulta na perda integral da sua fonte de renda. O discurso de César soma-se a de tantos outros motoristas de aplicativo pelo país, e estudos brasileiros têm mostrado que esse trabalho possui várias características de um trabalho precário e que, inclusive, os próprios motoristas o reconhecem como tal (André; Silva; Nascimento, 2019).

“O cara que trabalha de aplicativo sabe que não pode ficar doente, porque se não vai parar de trabalhar e daí não recebe. (...) Eu faço o meu horário, trabalho bastante, e conforme tá tendo demanda eu vou aproveitando, assim faço uma renda a mais.” (César:6:1)

Dos entrevistados, a maioria está/esteve ocupado em postos de trabalho no setor terciário (serviços); apenas Gustavo está ocupado no setor primário (agricultura) e Caio, esteve ocupado no setor secundário (indústria). Esses dados, de certa forma, mostram que a economia

do estado do Rio Grande do Sul possui forte participação de serviços (68,8%), que compreende um setor heterogêneo e que vem apresentando expressivo crescimento durante os últimos vinte anos, seguido do setor industrial (22,5%) e do setor agropecuário (8,6%). Segundo dados do último Atlas Socioeconômico (Rio... 2021), a economia gaúcha ocupa a posição de quarta economia do Brasil pelo tamanho do PIB – passando dos R\$ 480 bilhões, o que revela o papel importante que possui no desenvolvimento da economia do ponto de vista da geração de emprego e renda, e participa com 6,5% do PIB nacional. Especialmente para Caio e César, os trabalhos que realizam no setor de serviços (serviços elétricos, hidráulicos e pintura; e motorista de aplicativo, respectivamente) não exigem escolaridade alta e o conhecimento pode ser adquirido na prática; desta forma, experimentam a informalidade e, conseqüentemente, rendimentos menores.

Além dos diferentes tipos de vínculos empregatícios (formal ou informal, vinculado ao setor privado ou público) e dos diferentes tipos de atividades econômicas (empregado ou autônomo), os entrevistados apresentam jornadas de trabalho assimétricas. Em média, a jornada de trabalho remunerado dos entrevistados é de 7,5h diárias e 37,5h semanais (sendo: Grupo I: 7,8h diárias; 39,0h semanais; Grupo II: 6,9h diárias; 34,5h semanais). De forma geral, em ambos os grupos, são jornadas em que as atividades remuneradas são realizadas em cinco dias por semana e até oito horas por dia.

Considerando as jornadas individuais de trabalho remunerado, três chamam a atenção (Tabela 4). Tanto Roberto quanto César trabalham, em média, 50 horas semanais; já Caio, trabalhava 60 horas semanais – números bem superiores à jornada de 40h semanais regulamentada na maioria dos empregos (IBGE, 2015). E aqui há um visível desequilíbrio entre as vidas laboral e doméstica. Para eles, essas jornadas de trabalho remunerado diárias/semanais excessivas têm diversas conseqüências negativas em suas vidas: causa cansaço físico e mental e o desafio de conciliar a vida pessoal, familiar, social e doméstica. Importante pontuar que longas jornadas de trabalho estão associadas a perda de vidas e saúde: análises globais estimam que mais de 745 mil mortes por acidente vascular cerebral e doença isquêmica do coração foram causadas por jornadas semanais de 55h ou mais (Pega et al., 2021). Ainda que a jornada de trabalho remunerado excessiva seja um dos temas abordados pela agenda do trabalho decente no mundo e no Brasil (OIT, 2012), no país, dados mostram que há um contingente expressivo da população ocupada brasileira que continua possuindo uma jornada de trabalho superior a 8h diárias e 44h semanais, inclusive para jovens de 15 a 29 anos de idade (IBGE, 2015, 2023c), o que afronta um dos direitos dos trabalhadores, previsto no art. 7º, XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

“Quando eu trabalhava na empresa, eram apenas duas pessoas que faziam as coisas por turno. Então, eu trabalhava bastante, eram doze horas por dia, era cansativo, mas o cara tinha que trabalhar, né. (...) E esse tempo trabalhando tu soma com o tempo que levava no transporte, que é tudo longe [Região Metropolitana de Porto Alegre], daí tu vê que o cara passava mais tempo fora de casa do que em casa.” (Caio:4:2)

“É uma rotina de trabalho bem cansativa, acho que é bastante longa, e ainda tenho que esticar um pouco mais pra poder fazer as coisas quando chego em casa. Então, acaba sendo puxado.” (Roberto:4:1)

“Eu trabalho pingado, assim, mas se somar esse pingado dá pra te dizer que eu trabalho, geralmente, dez horas, ou até mais. Eu aproveito o movimento nos horários de pico, atendo clientes particulares, e assim vou indo. Quando baixa o movimento eu venho pra casa descansar, comer algo, ou tomar banho, e depois eu volto de novo, e assim vou o dia todo.” (César:4:1)

Outro aspecto investigado é o tempo de deslocamento do domicílio para o local de trabalho pelos entrevistados, que varia consideravelmente, de um valor mínimo de 5 minutos a um valor máximo de 1h30 (Tabela 4). Verifiquei que eles vão direto do domicílio para o trabalho, ou seja, sem baldeação, e levam, em média, até 30 minutos neste trajeto; outros levam entre 30 minutos e 1 hora, ou até mais. Quando a distância entre o domicílio e o trabalho é pequena, alguns entrevistados optam por ir de carro (Carlos, Daniel), por aplicativo de transporte, ou a pé (Daniel); já quando a distância é maior, a alternativa de locomoção é o carro (Gustavo, Lucas, Marcelo) ou transporte público (Caio, Roberto). Os que conseguem se locomover entre os dois locais de forma rápida e os que conseguem evitar horas em trânsito, relatam benefícios para a saúde, como não precisar acordar cedo ou não ficar expostos ao trânsito congestionado, o que poderia causar estresse, cansaço e nervosismo, e, além disso, afirmam chegar mais cedo em casa para a realização de outras atividades, podendo ser pessoais, familiares, profissionais ou, ainda, remuneradas – a famosa expressão *bico*.

“Como resido relativamente perto do trabalho eu vou a pé, geralmente.” (Daniel:4:2)

“Meu trabalho é presencial, então eu pego ônibus e levo no trajeto uma hora pra ir e outra pra voltar, isso em condições normais.” (Roberto:6:2)

Entre os entrevistados, o seguinte chama a atenção: há uma diferença expressiva entre os marcadores cor e classe, visto que os homens pretos com rendimentos menores gastam mais que o dobro de horas do que os homens brancos com rendimentos maiores (2,4 horas) no deslocamento diário de casa para o trabalho (Tabela 4). Em partes, isso pode ser explicado por dois entrevistados, que apresentam idade e escolaridade muito próximas, porém realidades

bastante diferentes. Para Heitor, esse tempo de deslocamento é inexistente, pois trabalha de casa, na modalidade de trabalho remoto. Essa modalidade se mostra “bastante flexível” (Heitor:2:2) e permite ao entrevistado trabalhar de qualquer local com acesso à internet. No entanto, para Roberto, o cenário é outro: seu trabalho é presencial e “totalmente inflexível” (Roberto:6:3), e, considerando ida e volta, leva o tempo de 1h30 por dia de deslocamento na Região Metropolitana de Porto Alegre, o que totaliza 7,5 horas por semana. Isso é corroborado pelos dados do IBGE (2020c), que revela que as capitais brasileiras são os locais com maior tempo gasto no trajeto de casa para o trabalho e de volta. Os indicadores também apontam para a perda de tempo da população trabalhadora com o transporte e, em consequência, da qualidade de vida; e Roberto concorda com isso. Tal diferença entre os entrevistados foi ainda maior durante o período de pandemia, sobretudo para Roberto, que diariamente arriscava-se ainda mais ao sair de casa, ao precisar do transporte público para se locomover, o qual seguidamente estava com superlotação, “com tanta gente que, às vezes, eu não passava da catraca” (Roberto:4:3) – isso não garantia a segurança sanitária dos passageiros e desrespeitava os decretos municipais, os quais determinavam a circulação da frota com, no máximo, 70% da capacidade.

Se mais tempo é gasto em determinada atividade, menos tempo haverá para outros usos. Está evidente que o aumento ou redução da jornada de trabalho remunerado e do deslocamento influencia o ritmo das atividades domésticas e/ou de cuidado, pois pode comprimir ou expandir o uso do tempo dessas atividades, por exemplo, ou ainda das demandas fisiológicas, como cuidados pessoais, refeições e sono (Souza, 1972; Itaboraí, 2016). Estar ocupado no mercado formal impõe uma demanda de “gestão do tempo” (Lucas:17:1) dedicado ao trabalho doméstico não-remunerado, e um ritmo mais acelerado para aqueles com jornada extensa e/ou tempo de deslocamento maior, pois há uma visível redução do tempo que poderia ser disposto à casa, à família ou para si próprio. Dois desses casos são expostos por Roberto e César, que mencionam realizar uma “agilizada” (Roberto:6:3) ou uma “tapeada” (César:21:2) nas atividades domésticas e/ou de cuidado quando retornam para casa, sendo uma forma rápida de realiza-las, pois não dispõem de muito tempo. Ao experimentarem a sobrecarga de trabalho remunerado e não-remunerado, que os coloca em posição de conflito com a forma de organização do tempo social, a solução encontrada por eles é, em linhas gerais, “fazer o que der” (César:21:2) na prática de *se virar* (Hirata; Kergoat, 2008).

- **Categoria: uso do tempo nas atividades de trabalho não-remunerado**

Conforme literatura consultada, nas questões que envolvem o uso do tempo no trabalho doméstico não-remunerado pelas pessoas, há marcadores sociais que são explicativos e dão pistas significativas sobre o tema. Ciente de que este estudo não se trata de análises estatísticas e, portanto, não generalizáveis, então, para caracterizar melhor as médias de horas diárias e semanais dedicadas ao trabalho doméstico (Tabela 4), serão diferenciadas considerando os grupos de pesquisa e marcadores de interesse (Tabelas 2 e 3). Aqui, o objetivo é (i) em um primeiro momento, a partir de marcadores tradicionais, discutir aspectos do uso do tempo dos entrevistados no trabalho doméstico (Bruschini, 2006; Bruschini; Ricoldi, 2012; Bidarte, 2018; Dedecca, 2004; Itaboraí, 2016; Soares; Saboia, 2007; Soares, C. 2016, 2021) e (ii) em um segundo momento, de modo exploratório, avançar na discussão ao inserir outros marcadores, a partir de *insights* fornecidos pelos dados deste estudo (Esmeraldo, 2008; IBGE, 2024b; Menezes; Bock, 2022; Moraes et al., 2021a; Nogueira, 2020).

Inicialmente, em relação aos marcadores tradicionais, verifiquei o seguinte:

- (i) **cor:** os entrevistados brancos dedicaram, em média, 24,1h semanais ao trabalho doméstico (afazeres: 12,6h; cuidado: 11,5h); já os entrevistados pretos dedicaram pouco mais da metade para ambas as atividades, totalizando 14h semanais (7h cada). Apesar da diferença, este marcador não mostrou influência na condição de realizar ou não o trabalho doméstico não-remunerado, já que todos os entrevistados o realizam. No entanto, essa diferença ocorre, principalmente, devido à casa de Caio ser pequena e modesta (AC:Caio:1); e também à baixa participação de Roberto durante os dias úteis da semana, que devido ao trabalho remunerado e aos estudos universitários realiza mais os afazeres e/ou cuidado aos finais de semana (Roberto:6:4; Roberto:4:1).
- (ii) **idade:** considerando os entrevistados em cada grupo etário, é o grupo de adultos de 40 a 49 anos de idade que despense maior parte do seu tempo no trabalho doméstico não-remunerado (23,7h semanais, sendo: afazeres, 14,0h; cuidado: 9,7h); porém, as médias do grupo de 30 a 39 anos de idade são bastante próximas (23,3h semanais, sendo: afazeres, 12,8h; cuidado: 10,5h). Em contrapartida, é o grupo de jovens adultos de 20 a 29 anos de idade que menos dedicam parte do seu tempo no trabalho doméstico não-remunerado (16,4h semanais, sendo: afazeres, 7,6h; cuidado: 8,8h), o que pode estar relacionado com a dedicação aos estudos. De forma geral, tais resultados indicam que o tempo dedicado ao trabalho doméstico tende a aumentar com

a idade, sugerindo mais responsabilidades na casa e na família, visto que na faixa dos 30 a 49 anos de idade grande parte dos entrevistados estão casados e têm filhos/as; no entanto, a tendência de queda no referido tempo é vista nos grupos mais velhos, explicada pelo fator geracional, em que os membros mais novos no domicílio se tornam responsáveis pelo trabalho doméstico, ou explicada pela contratação de pessoas, por exemplo.

(iii) **escolaridade**: considerando os entrevistados em dois grupos de estudo, os entrevistados com 13 ou mais anos de estudo gastam cerca de 23,2h semanais no trabalho doméstico não-remunerado (sendo: afazeres, 12,3h; cuidado: 10,9h), quase 4h a mais que os entrevistados com até 12 anos de estudo (sendo: afazeres, 8,8h; cuidado 10,5h). Ou seja, a maior participação no trabalho doméstico não-remunerado está no grupo mais escolarizado; por outro lado, a menor participação, no grupo menos escolarizado. O que se pode constatar com esse resultado é que possivelmente para o grupo mais escolarizado haja o entendimento da importância de compartilhar as atividades domésticas e/ou de cuidado entre as pessoas da família, visto que estão acompanhando os avanços das mulheres em diversas áreas, como no mercado de trabalho, por exemplo. A maior escolaridade pode mudar a forma de pensar e agir das pessoas na família e na sociedade.

(iv) **estado civil**: para os entrevistados solteiros, o tempo semanal gasto no trabalho doméstico não-remunerado é inferior a quase 8h que os entrevistados casados (total: 28,1h). A principal e significativa diferença entre os grupos está no cuidado (casados: 15,8h; solteiros: 8,7h) do que nos afazeres (casados: 12,3h; solteiros: 11,5h). Isso pode ser explicado devido à presença de filhos menores de 16 anos de idade no domicílio, o que demandam mais cuidados.

(v) **classe social**: considerando os entrevistados em grupos de estudo, a partir do rendimento mensal familiar, o tempo semanal gasto no trabalho doméstico não-remunerado tende a decrescer com a classe (expressiva redução da classe D em relação à classe A – o equivalente a quase triplo), sendo muito maior nas classes baixas, variando em mais de 7h entre os entrevistados das categorias extremas. O maior tempo gasto pelos entrevistados ocorreu nas famílias com rendimento mensal entre 2 e 4 salários-mínimos, ou classe D (total: 31,5h; afazeres, 14,0h; cuidado, 17,5h); por outro lado, o menor tempo gasto no mesmo trabalho ocorreu nas famílias com rendimento mensal com mais de 10 salários-mínimos, ou classes B e A (total: 16,4h; afazeres:

8,8h; cuidado: 7,6h). Esse menor/maior tempo gasto pode ser explicado: pelo menor/maior tamanho das famílias e dos domicílios; pela presença/ausência de empregada doméstica ou babá; e pela presença/ausência de diversos aparelhos eletrodomésticos.

(vi) **ocupação:** os entrevistados não ocupados dedicaram 37,4h semanais no trabalho doméstico não-remunerado (sendo: afazeres, 18,7h; cuidado, 18,7h), mais que o dobro do tempo gasto pelos entrevistados ocupados, de 18,1h (sendo: afazeres, 9,6h; cuidado, 8,5h). Em relação aos entrevistados ocupados, considerando dois grupos de estudo, aqueles ocupados com jornada semanal de até 40h dedicaram 3,5h semanais a mais no trabalho doméstico não-remunerado (total: 21,6h; sendo: afazeres, 12,8h; cuidado, 8,8h) que aqueles ocupados com jornada semanal de 40h ou mais (total: 18,1h; sendo: afazeres, 9,0h; cuidado, 9,1h). Essa diferença ocorre porque o tempo dedicado ao trabalho doméstico não-remunerado tende a aumentar quando o número de horas dedicadas ao trabalho remunerado é menor.

(vii) **filhos:** considerando os entrevistados em dois grupos de estudo, os entrevistados com filhos dedicaram quase 7h semanais a mais que os entrevistados sem filhos (total: 19,4h). No entanto, como esperado, a principal diferença entre os grupos está no cuidado (com filhos: 14,0h; sem filhos: 8,1h) do que nos afazeres (com filhos: 12,3h; sem filhos: 11,3h). No entanto, ao considerar dois grupos de estudo, são os entrevistados com filhos menores de 16 anos de idade que dedicam mais horas semanais no trabalho doméstico não-remunerado (total: 28,9h; sendo: afazeres, 14,0h; cuidado, 14,9h) que aqueles com filhos maiores de 16 anos de idade (total: 14,0h; sendo: afazeres, 7,0h; cuidado, 7,0h). A presença de crianças pequenas no domicílio, com idade de serem cuidadas, demanda mais cuidados e, conseqüentemente, consome uma parcela maior do tempo dos entrevistados ocupados (cuidado: 11,7h) ou não (cuidado: 21h).

(viii) **filhos na creche ou pré-escola:** considerando os entrevistados em dois grupos de estudo, para aqueles com filhos na creche ou pré-escola (pública ou privada) o tempo gasto mostrou-se inferior em 7h semanais (total: 14,0h). Cabe destacar as seguintes diferenças entre os grupos: primeira, o filho de Lucas está em creche particular, devido à condição financeira da família, e a filha de Eduardo, na creche pública, já Diego aguarda uma vaga na creche pública para sua filha; e, segunda, enquanto Eduardo e Lucas estão ocupados no mercado de trabalho in/formal, Diego

está desempregado, e por permanecer mais em casa, o tempo dedicado ao cuidado tende a aumentar.

(ix) **tipo de arranjo familiar**: nas famílias chefiadas pelos entrevistados se verificou o menor tempo dedicado ao trabalho doméstico não-remunerado (total: 24,4h; sendo: afazeres, 12,8h; cuidado, 11,5h) em relação às famílias não chefiadas pelos entrevistados, no caso, seus cônjuges (total: 29,2h; sendo: afazeres, 15,2h; cuidado, 14,0h). Essa diferença ocorre porque no primeiro arranjo familiar os entrevistados estão ocupados no trabalho formal, com jornadas de trabalho maiores, fixas e menos flexíveis e com rendimentos mais altos, situação bem diferente do segundo arranjo familiar.

(x) **condição na família**: os entrevistados na condição de cônjuges apresentaram uma jornada doméstica média de 25,3h semanais (sendo: afazeres, 12,5h; cuidado, 12,8h); já os entrevistados na condição de filhos apresentaram o menor tempo gasto no trabalho doméstico não-remunerado (total: 14,8h; sendo: afazeres, 7,4h; cuidado, 7,4h). Essa diferença aponta para a construção social, característico no domínio da família heterossexual, de que o trabalho doméstico cabe às mulheres e às mães.

(xi) **aparelhos eletrodomésticos**: a comparação entre os entrevistados é marcada pela maior presença/ausência de aparelhos eletrodomésticos nos domicílios, reflexo da classe social. Entretanto, considerando as evidências discutidas anteriormente (por exemplo: Gabriel:20:3; Daniel:16:2; César:16:1; Roberto:16:5), a presença de aparelhos eletrodomésticos nos domicílios traz para os entrevistados praticidade para o cotidiano e significativa economia de tempo no trabalho doméstico.

Prosseguindo com a análise, neste momento em relação aos marcadores exploratórios, verifiquei o seguinte:

(xii) **religião**: considerando os entrevistados em grupos de estudo, o tempo semanal gasto ao trabalho doméstico pelos entrevistados não-religiosos se aproximou do tempo gasto pelos entrevistados religiosos (total: 22,7h); já nos grupos religiosos, o mesmo foi observado em relação aos grupos dos católicos (total: 23,7h; afazeres, 11,7h; cuidado, 12,0h) e dos protestantes (total: 23,4h; afazeres, 11,7h; cuidado, 11,7h). Não há uma explicação para essas diferenças, mas reafirmo a questão de que a participação em atividades religiosas em sentido de alienação tende a fazer com que as pessoas sigam os preceitos das instituições religiosas em sentido de obediência

irrestrita, o que pode contribuir para robustecer a ordem normativa, ao disseminar orientação e valores morais capazes tanto de inibir quanto de coibir comportamentos transgressivos.

(xiii) **orientação sexual**: considerando os entrevistados em grupos de estudo, o tempo semanal gasto ao trabalho doméstico pelos entrevistados não-heterossexuais mostrou-se superior em 5h que os entrevistados heterossexuais (total: 21h); já nos grupos por orientações sexuais, os entrevistados homossexuais apresentaram o maior tempo dedicado ao trabalho doméstico (total: 25,4h; sendo: afazeres, 16,3h; cuidado, 9,1h). Uma possível explicação para essas diferenças pode estar associada ao preconceito, aos estereótipos de gênero e às normas sociais, que exercem menos influência sobre o comportamento dos homens homossexuais nas atividades realizadas em casa e na família, pois não há, ou há em menor intensidade, a dominação patriarcal e o rótulo de tarefas masculinas ou femininas. Pelo exposto, as evidências revelam que os entrevistados homossexuais apresentam comportamentos diferentes dos heterossexuais, em que há um compartilhamento das atividades domésticas e/ou de cuidado de forma não tão estereotipada – pois no discurso de Daniel (4:3) é possível verificar isso –, diferentemente da tradicional divisão sexual do trabalho imposta pelo regime cisheteronormativo.

(xiv) **domicílio**: considerando os entrevistados em grupos de estudo, verifiquei o amplo predomínio de casas entre os tipos de domicílios, o que leva a pensar que o tempo gasto no trabalho doméstico é maior; no entanto, o tempo semanal gasto ao trabalho doméstico pelos entrevistados que residem em casas mostrou-se inferior em 5h do que os entrevistados que residem em apartamentos (total: 26,1h; sendo: afazeres, 15,8h; cuidado, 10,3h). As possíveis explicações para essas diferenças estão associadas a famílias maiores, maior presença do cônjuge nas tarefas domésticas e/ou de cuidado, presença remunerada de empregada doméstica ou babá, e presença não-remunerada de outros membros da família.

(xv) **animal de estimação**: considerando os entrevistados em grupos de estudo, verifiquei que oito entrevistados possuem cães (dois animais, em média) e/ou gatos (três animais, em média). Os cães estão exclusivamente nas casas enquanto os gatos estão nas casas ou apartamentos. O tempo semanal gasto ao trabalho de cuidado pelos entrevistados que têm cães (4,4h) é maior do que os que têm gatos (3,5h), explicado

pelas atividades de passeios diários e de banhos semanais, especialmente para os cães que dormem dentro de casa.

(xvi) **plantas**: verifiquei que apenas quatro entrevistados afirmaram possuir plantas no interior e/ou exterior do domicílio. O tempo semanal gasto ao trabalho de cuidado por eles é de 1,3h, podendo oscilar em determinadas épocas do ano, por exemplo: no verão ou em dias mais quentes, costuma-se regar as plantas mais vezes por semana, já no inverno ou em dias mais úmidos, costuma-se regar as plantas menos vezes por semana.

(xvii) **hortas**: verifiquei que apenas dois entrevistados afirmaram possuir horta no domicílio, porém somente um deles afirmou realizar as atividades relacionadas a ela. Como Marcelo compartilha o trabalho com sua esposa, o tempo semanal dedicado a esse trabalho é de 0,5h, podendo oscilar devido ao clima, às estações do ano, à época para plantio ou à jornada de trabalho remunerado; geralmente, o tempo de trabalho tende a aumentar aos finais de semana, quando há limpeza dos canteiros ou quando os prepara para novo plantio, geralmente de hortaliças de ciclo curto e pouco exigentes em tratamentos culturais.

De forma geral, tais marcadores tradicionais e exploratórios selecionados não se apresentam como *simples* variáveis, pois contribuem para a análise das desigualdades de gênero e revelam aspectos interessantes no que se refere ao uso do tempo pelos entrevistados. No entanto, a partir de uma perspectiva monolítica de análise, eles ainda são insuficientes para responder diversos questionamentos acerca das desigualdades de gênero e uso do tempo, tampouco revelam evidências de significativas mudanças nas famílias e, por extensão, na sociedade. Por isso, ao longo dos resultados, há o foco na análise conjunta desses marcadores, numa discussão sobre a perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Ribeiro, 2019), visto as relações indissociáveis entre os próprios marcadores, e que se articulam com os sistemas de hierarquia e poder, gerando experiências concretas distintas aos entrevistados; assim como entre o trabalho remunerado e o não-remunerado ou ainda entre a esfera pública e a privada, o que os evidencia como espaços articulados e incluídos do tempo pessoal.

- **Articulando trabalho remunerado e trabalho doméstico: uso do tempo diário e semanal**

Considerando que o tempo de trabalho remunerado e não-remunerado mostra-se muito contrastado entre os entrevistados, a seguir realizo o exercício de calcular o uso do tempo no período de um dia pelos entrevistados, por grupos de pesquisa, buscando também saber o *tempo livre* que possuem para outras atividades, remuneradas ou não, da forma como melhor lhes aprouver, como estudos, lazer, religião, cuidados pessoais, entre outras (Bruschini, 2006, 2007; Bidarte, 2018; Soares; Sabóia, 2007; Souza, 1972). A forma que utilizei para captar tais informações consistiu em solicitar ao entrevistado que respondesse sobre o tempo gasto no período de (i) um dia útil da semana, de segunda a sexta-feira, e de (ii) um dia do final de semana, sábado ou domingo; focalizando a mensuração do tempo preferencialmente no dia que precedeu a entrevista.

Antes de prosseguir, é importante sublinhar a seguinte observação: devido ao trabalho remunerado possuir jornada fixa e ao tempo de deslocamento do domicílio para o local de trabalho, o tempo gasto pelos entrevistados foi fácil e rapidamente lembrado, o que indica uma rotineira internalizada, com movimentos mais contínuos, lineares e uniformes; o que não ocorreu com relação ao trabalho doméstico. Portanto, especificamente sobre o trabalho doméstico, não se pode afirmar que as respostas dos entrevistados sejam precisas, pois diferentes discursos ilustram que a discrepância entre as estimativas é elevada, e as possíveis explicações para isso são: (i) o fator memória, pois uns lembraram melhor das atividades domésticas e/ou de cuidado realizadas e do tempo gasto do que outros (Bidarte, 2018; Cavalcanti; Paulo; Hany, 2010; Soares, C. 2021); (ii) a característica simultaneidade, sendo a realização de duas ou mais atividades domésticas e/ou de cuidado ao mesmo tempo, o que dificultou contabilizar o tempo gasto realizando-as (Bruschini, 2006; Bruschni; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018; Soares, C. 2021); e (iii) o tempo subjetivo, que é o tempo percebido de quanto durou determinada atividade doméstica e/ou de cuidado, isto é, uma estimativa mais ou menos apurada do tempo gasto, o que pode ter levado a subestimação do tempo em determinadas atividades e superestimação em outras (Bidarte, 2018; Esmeraldo, 2010; Souza, 1972).

Em relação ao primeiro cálculo, considerando as jornadas do trabalho remunerado e do não-remunerado nos cinco dias úteis da semana (Tabela 4), o uso do tempo dos entrevistados se apresenta da seguinte forma:

- Grupo I: valores somados da (i) média de horas diárias de trabalho remunerado (7,8h); da (ii) média do tempo de deslocamento trabalho-casa (0,75h); do (iii) intervalo para alimentação (almoço e janta, 1h cada); da (iv) média de horas diárias de trabalho não-remunerado (total: 2,5h; sendo: afazeres, 1,2h; cuidado, 1,3h); e da (v) necessidade diária de 8h de sono. Como resultado: em média, 21h; o que resta apenas 3h diárias como tempo livre. Se considerar o uso do tempo na semana das formas de trabalho aqui consideradas e do deslocamento trabalho-casa, os valores somados totalizam uma jornada de 55,3h.
- Grupo II: valores somados da (i) média de horas diárias de trabalho remunerado (6,9h); da (ii) média do tempo de deslocamento trabalho-casa (0,35h); do (iii) intervalo para alimentação (almoço e janta, 1h cada); da (iv) média de horas diárias de trabalho não-remunerado (total: 4,2h; sendo: afazeres, 2,3h; cuidado, 1,9h); e da (v) necessidade diária de 8h de sono. Como resultado: em média, 21,5h; o que resta 2,5h diárias como tempo livre. Se considerar o uso do tempo na semana das formas de trabalho aqui consideradas e do deslocamento trabalho-casa, os valores somados totalizam uma jornada de 57,3h.

Esses dados mostram que os escopos dos trabalhos remunerado e não-remunerado se sobrepõem, visto que os entrevistados participam no mercado laboral e realizam atividades domésticas e/ou de cuidado, ainda que com significativas variações, em diferentes horários e espaços. Por exemplo: há aqueles ocupados que realizam algumas dessas atividades antes de laborar, próximo das 6h30 (Carlos, Gustavo, César, Lucas), ou no intervalo para almoço, entre 12h e 13h30 ou 14h (Carlos, Heitor); no entanto, a maioria deles realiza tais atividades quando retorna para casa, próximo das 19h ou mais tarde. Há ainda aqueles com filhos/as pequenos/as que durante a jornada laboral monitoram as crianças em tempo real através de sistema de segurança com câmeras na creche ou pré-escola (Diego, Eduardo, Lucas). Essas evidências destacam que vida profissional e vida doméstica e familiar estão relacionadas e são ambas consumidoras de tempo (Itaboraí, 2016; Soares, C. 2021) e que o tempo diário não é igualmente alocado para os diferentes grupos de pesquisa, visto os diferenciais em função de suas características individuais, familiares, profissionais e socioeconômicas.

Os dados também mostram o que já é de se esperar no tradicional, e ainda tão atual, contexto de divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003; Hirata; Kergoat, 2007): os entrevistados ocupados dedicam mais horas às atividades de trabalho remunerado, inclusive aqueles que se encontram subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, que gostariam de

trabalhar mais horas do que de fato trabalham (Daniel; Caio; Eduardo:17:3). Nos casos dos desempregados, há evidências nos discursos dos entrevistados que levam a entender que uma maior dedicação ao trabalho remunerado possa ser atribuída às expectativas sociais, visto o seguinte excerto do discurso de um deles: “o cara tem que sustentar a família dele” (Diego:3:2). Tal discurso se mostra coerente com a estrutura sociocultural gendrada na qual eles são vistos como os responsáveis pelas atividades geradoras de renda e pelo sustento da casa e família (Saffioti, 1987; Bruschini; Ricoldi, 2012). É evidente que, de forma geral, a participação dos entrevistados no trabalho doméstico não-remunerado é condicionada pelas suas jornadas de trabalho remunerado e pelo tempo de deslocamento do domicílio para o local de trabalho.

Agora, em relação ao segundo cálculo, considerando somente a jornada do trabalho doméstico não-remunerado nos dois dias do final da semana (Tabela 4), o uso do tempo dos entrevistados se apresenta da seguinte forma:

- Grupo I: valores somados da (i) média de horas diárias de trabalho não-remunerado (total: 3,0h; sendo: afazeres, 1,4h; cuidado, 1,6h); do (ii) intervalo para alimentação (almoço e janta, 1h cada); e da (iii) necessidade diária de 8h de sono. Como resultado: em média, 13,0h; o que resta 11,0h diárias como tempo livre.
- Grupo II: valores somados da (i) média de horas diárias de trabalho não-remunerado (total: 4,7h; sendo: afazeres, 2,6h; cuidado, 2,1h); do (ii) intervalo para alimentação (almoço e janta, 1h cada); e da (iii) necessidade diária de 8h de sono. Como resultado: em média, 14,7h; o que resta 9,3h diárias como tempo livre.

Considerando o exposto, se nota que o tempo gasto com afazeres domésticos e/ou cuidado é menor durante os dias úteis da semana, devido à jornada de trabalho remunerado, ao tempo de deslocamento e/ou estudos, porém apresenta a tendência de ser maior aos finais de semana, e os excertos dos discursos de Roberto e Gustavo apresentados a seguir são exemplos disso. Para os entrevistados, a faxina geral é a atividade que consome bastante tempo nos finais de semana, sendo realizada principalmente aos sábados (Roberto, Daniel, Caio); o domingo é utilizado por eles para descanso, lazer e passeios em família (Carlos, Lucas, Caio, Diego) ou estudos (Roberto). No entanto, isso não é uma regra, pois as demandas domésticas e/ou familiares são bastante distintas entre os entrevistados e, para alguns, o domingo também é marcado pelo trabalho doméstico e/ou de cuidado (Gabriel, Carlos, César).

“Com a correria do dia a dia as tarefas de casa acabam ficando tudo pro final de semana, isso aquelas que dá, né, porque as urgentes eu preciso

fazer quando chego em casa, assim, dou uma agilizada nelas, porque não tenho muito tempo, né.” (Roberto:6:3)

“Eu vejo que meu maio envolvimento com as coisas da casa se dá nos finais de semana, né, porque nos dias da semana, geralmente, eu fico envolvido com o trabalho lá fora [no campo].” (Gustavo:6:3)

Em linhas gerais, durante os finais de semana, o uso do tempo pelos entrevistados se altera nas seguintes atividades: por um lado, mais tempo com (i) afazeres domésticos, sobretudo aos sábados, (ii) atividades de lazer, como assistir televisão, usar computador ou celular (para acessar redes sociais, jogar, ouvir música), sendo nestas atividades de natureza passiva que a maior parte do tempo livre é gasta, (iii) atividades consigo mesmos, como cuidados com o corpo e a mente, sono, alimentação, (iv) atividades religiosas e (v) práticas de esporte, como caminhadas, corridas, andar de bicicleta; e, por outro lado, menos tempo com (vi) atividades educacionais e (vii) afazeres domésticos, especificamente aos domingos. Pelo exposto, chama a atenção o pouco envolvimento dos entrevistados, independente de cor e classe, com atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas tanto nos dias úteis da semana quanto nos dias do final de semana. Tal resultado pode estar associado (i) aos custos de participação, podendo se tornar inacessível quando considerando a participação da família (Caio, Diego), ou também pode ser (ii) um efeito da rotina de trabalho remunerado, pois em alguns casos mostra-se intensa e extensa, que os confina em casa, limitando as atividades fora do lar (Marcelo, Roberto, César).

Estudos mostram que há uma evidente dificuldade das pessoas em perceber o quanto participam e gastam de tempo realizando os afazeres e/ou cuidado ao longo do dia, útil ou não (Bidarte, 2018; Esmeraldo, 2010; Soares, C. 2021; Souza, 1972), e os discursos dos entrevistados apontam para isso, conforme alguns excertos a seguir. Especialmente, o tempo dedicado ao cuidado tende a ser bastante subestimado (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022), visto que costuma ser uma atividade secundária, realizada de modo concomitante a outra atividade considerada principal, a qual geralmente acaba sendo a única a ser relatada pela pessoa. Em alguns casos (Lucas, Diego, Eduardo), por exemplo, o número de crianças e a idade delas afeta a quantidade de trabalho de cuidado e de tempo, pois desenvolvem atividades tanto dentro quanto fora de casa: há diversas atividades para elas (preparar refeições), atividades com elas (brincadeiras) e também atividades em benefício delas (reuniões de escola). Em outros casos (Carlos, Gabriel), de modo similar, há presença de membros da família idosos e/ou com deficiência, com diferentes níveis de dependência, que exigem mais ajuda e atenção. Em ambos os casos, o tempo de supervisão costuma ser maior que o tempo de cuidado direto, pois tanto as crianças quanto membros da família idosos e/ou com deficiência são cuidados no tempo que passam acordadas e dormindo (Itaboraí, 2016).

“Bah! Sei lá... (alguns segundos em silêncio) Daria o quê? (feição interrogativa) Uma hora por dia, duas, talvez? Ou mais? Menos? (feição interrogativa)” (Daniel:17:3)

Nunca parei pra pensar no tempo que eu gasto. Deixa eu pensar nas tarefas que eu faço no dia... (alguns segundos em silêncio) Poxa vida! (feição exclamativa) Eu não saberia calcular exatamente quanto tempo eu levo pra fazer essas coisas.” (Carlos:17:3)

Para os entrevistados, a noção linear de tempo, ou num “dia tranquilo” (Gabriel:17:2), permite, de alguma forma, quantificar o uso do tempo, mas em tempos não uniformes, ou num “dia agitado” (Gabriel:17:2), essa noção acaba dificultando a mensuração do tempo. Por essas razões, e considerando o exposto até o momento, sou levado a crer que o tempo gasto com os afazeres e/ou cuidado pelos entrevistados possivelmente seja maior do que o informado nas entrevistas; e também estendo essa reflexão para os levantamentos censitários. Embora o IBGE ainda não realize uma pesquisa nacional específica sobre uso do tempo pelas pessoas, deve-se reconhecer os significativos avanços que a PNAD-Contínua (2020a) tem apresentado na captação do trabalho remunerado e não-remunerado, e os dados disponibilizados possibilitam aos estudos de gênero uma visão mais completa da temática.

“Só me responde uma coisa: com esse tanto de coisas que brotam todos os dias dentro de casa, dá pra fazer tudo em 24 horas? (feição interrogativa) Se é um dia tranquilo ou se é um dia agitado, tu tem que escolher o que vai fazer hoje e o que vai deixar pra amanhã, porque tudo não dá.” (Gabriel:17:2)

Considerando a informação do tempo gasto no trabalho remunerado e no trabalho doméstico (Tabela 4), questionei aos entrevistados se o montante era pequeno, suficiente ou excessivo. Sobre isso, seus discursos apontaram para visões díspares, como se pode notar nos excertos apresentados anteriormente e a seguir. O tempo gasto no trabalho remunerado foi considerado “adequado” (Lucas:4:1) ou “bastante” (Roberto:4:1) pela maioria dos entrevistados do grupo com trabalho formal; já para o outro grupo, de entrevistados com trabalho informal, esse mesmo tempo foi considerado “pouco” (Caio:4:3) ou “bastante” (César:6:1). Tanto Caio quanto César realizam trabalhos como autônomos e, geralmente, a remuneração é baixa e por hora trabalhada ou por corrida de aplicativo realizada, o que faz com que, a cada período de mais ou menos tempo trabalhado, exista variação no montante recebido. Em suma, Caio gostaria de trabalhar mais para receber uma remuneração maior; e César gostaria de trabalhar menos sem que tivesse redução na remuneração.

“Assim, no momento, esse tempo está adequado, está dentro da minha jornada fixa de horas, sem precisar trabalhar mais.” (Lucas:4:1)

“Pra mim é pouco, pro que eu faço, pro cara ter uma renda legal no final do mês.” (Caio:4:3)

Em relação ao tempo gasto no trabalho doméstico, enquanto poucos entrevistados consideram esse tempo “bom” (Gustavo:17:5) ou “adequado” (Daniel:17:1), devido ser um tempo destinado para a casa e/ou para a família, a maioria deles considera esse tempo excessivo, ao destacarem atividades específicas, como preparar as refeições da família (Gabriel, César:17:2, Caio, Felipe:17:1, Daniel) ou cuidados com filhos/as pequenos/as (Lucas:26:4, Diego) ou com membros da família idosos e/ou com deficiência (Carlos:23:8, Gabriel:23:2). Inclusive, em alguns discursos, identifiquei que a jornada doméstica causa alguns impactos negativos na vida dos entrevistados, causando-lhes cansaço, desânimo ou prejudicando as relações familiares e sociais (Gabriel, César:17:2).

“Olha, levando em conta que eu pouco paro em casa, porque eu saio de casa de manhã cedo e só volto de noite, eu acho que é um tempo bom, sabe?” (Gustavo:17:5)

“Eu não acho que é muito tempo, eu acho que é o tempo adequado, necessário, mas poderia ser menos (risos).” (Daniel:17:1)

“Sem dúvida, o almoço é o que mais gasta meu tempo. Gasta 1h ou mais, dependendo da refeição, se é uma coisa bem mais elaborada já demoro ali quase 3h.” (Felipe:17:1)

“Chega o final de semana e já me desanima com o tanto de coisas que me espera! (risos)” (César:17:2)

Frente ao exposto, é de se perguntar o que os entrevistados fariam caso houvesse uma redução no tempo diário ou semanal gasto realizando o trabalho remunerado e/ou o trabalho doméstico. Praticamente todos afirmaram que utilizariam esse *tempo livre* para realizar atividades voltadas ao lazer, à leitura, à cultura, às relações afetivas e sociais, aos estudos, aos cuidados pessoais, e à atividade complementar de renda. O acesso ao lazer, por exemplo, foi bastante mencionado pelos entrevistados que possuem filhos/as pequenos/as (Caio, Diego, Eduardo, Lucas:26:4), indicando que a presença das crianças ao mesmo tempo que demanda atividades de lazer em família acaba limitando o acesso a atividades de lazer para casais. É nítido que o trabalho doméstico invade outros espaços temporais, e consome parte significativa do tempo dos entrevistados, pois há afazeres e/ou cuidados que não podem ser delegados, e outros são inadiáveis; com efeito, o maior tempo gasto por eles com afazeres e/ou cuidado resulta em um menor tempo disponível para outras atividades, remuneradas ou não.

“Eu faria mais coisas pessoais, do tipo, alguma leitura, escrita, estudos, cuidados pessoais, acho que me dedicaria mais para isso.” (Daniel:17:7)

“Eu me cuidaria mais, quem sabe fazer uma academia, sair mais com as amigas, conhecer mais lugares.” (Gabriel:17:4)

“Eu dedicaria mais tempo pro meu trabalho [remunerado], pro que eu faço.” (Eduardo:17:3)

“Eu acho que viajaria mais, curtiria mais a vida.” (César:17:3)

Por fim, questionei aos entrevistados sobre o período de pandemia, em um processo de (re)pensar sobre o uso do tempo antes, durante e depois dessa crise sanitária global. Eles afirmaram que na pandemia as demandas domésticas e familiares aumentaram significativamente, o que, com efeito, demandou mais tempo para a realização delas. O dia continuou tendo as mesmas 24 horas, mas a sensação era de que “o tempo passava cada vez mais rápido” (Gabriel:17:3); e aqui há uma conexão com o tempo subjetivo da duração desse evento, percebida pela consciência e expressada pela vivência (Souza, 1972; Esmeraldo, 2010). Foi necessário rever a maneira como se organizavam e como usavam o tempo no trabalho remunerado e/ou não-remunerado, num processo de “gestão do tempo” (Lucas:17:1) para dar conta de tantas atividades profissionais e privadas. A ideia parecia bem simples, mas sua execução era bem mais complexa.

Durante a pandemia, alguns entrevistados estabeleceram uma rotina mais estruturada, com definição de horários e atividades. Por exemplo: no dia destinado (i) ao supermercado ou feira, a higienização das compras exigia um tempo considerável, já que as orientações higiênico-sanitárias eram seguidas antes da manipulação e do armazenamento dos itens e alimentos adquiridos – e o discurso de Heitor, apresentado anteriormente, ilustra como isso ocorria em sua casa (Heitor:19:2); (ii) à farmácia, geralmente realizado de forma presencial uma vez por mês, a pesquisa de preços era um fator decisivo na escolha do estabelecimento, mas durante os períodos mais críticos da pandemia recorreram a aplicativos ou sites para comparar ou monitorar preços, o possibilitava economizar tempo e dinheiro, além de reduzir a exposição ao risco de contágio; e (iii) à atividade física, que demandou algumas adaptações quanto aos locais de prática e aos contatos pessoais, as atividades eram realizadas, na maioria dos casos, ao ar livre (ruas, parques, praças), de forma isolada e em horários alternativos.

Para aqueles entrevistados ocupados, houve uma espécie de “batalha pelo tempo” (Roberto:17:2): as relações entre trabalho remunerado e trabalho doméstico se imbricaram, e eles afirmaram trabalhar mais, em ambos os trabalhos, do que antes da pandemia. Nesses casos, com tantas demandas remotas e rotinas cada vez mais dinâmicas e instáveis, interrupções no planejamento diário eram constantes, principalmente para aqueles com filhos/as pequenos/as, e

o efeito disso resultava em jornadas de trabalho remunerado que se estendiam “noite adentro” (Lucas:8:3; Lucas:19:1), o que tornava comum para eles a prática de *se virar* (Hirata; Kergoat, 2008); e o excerto do discurso de Lucas, apresentado a seguir, retrata isso. Se antes contratar os serviços domésticos ou de cuidado de uma pessoa ou contar com o auxílio de familiares ou de pessoas da vizinhança eram as soluções possíveis, a pandemia mostrou que a solução seria a não-divisão sexual do trabalho doméstico e/ou de cuidado, ou pelo menos uma melhor distribuição ou compartilhamento das atividades domésticas e/ou de cuidado entre as pessoas residentes do lar, especialmente para às mulheres (Hirata, 2022; Melo; Morandi, 2021a).

“Tudo tava bem misturado mesmo. Acabou coincidindo e colidindo uma coisa com a outra, né, mesmo eu me planejando, muitas vezes eu avançava noite adentro trabalhando, porque eu fazia eventuais pausas no dia, entre uma demanda e outra do trabalho eu tinha intervenções ali em função do meu filho, e daqui a pouco ter que dar uma parada pra fazer um almoço rápido ali, ou servir um lanche pro filho, trocar uma fralda, essas coisas assim.” (Lucas:19:1)

O uso do tempo pelos entrevistados revelou experiências diversas durante o período de isolamento social. Para a maioria, a pandemia representou um marco em que o cotidiano doméstico e familiar foi vivido de forma mais intensa. Muitos experimentaram, pela primeira vez, a permanência prolongada em casa, convivendo intensamente com a família. Nesse processo, o lar deixou de ser percebido apenas como um espaço funcional, destinado ao descanso ou armazenamento de pertences, e passou a ser reconhecido como um lugar de bem-estar, tanto individual quanto coletivo. Contudo, o aumento do tempo de convivência entre pais e filhos/as, ou com outros membros da família, e a necessidade de compartilhar os mesmos espaços geraram situações variadas de tensão, conflito e discussão. Estar juntos em casa, todos os dias e por períodos prolongados, revelou-se um desafio significativo para muitos. As evidências sugerem que essa experiência forçou os entrevistados a revisitar suas concepções de tempo e suas práticas cotidianas, reavaliando passado, presente e futuro. Tornou-se imperativo aproveitar melhor o tempo, compreendendo a necessidade de integrar as dimensões privadas e profissionais da vida. Esse processo inclui harmonizar o tempo cronológico e o tempo subjetivo, que permite uma reflexão profunda sobre a seguinte questão: “Com o que, onde e com quem uso o meu tempo?”. As respostas a esse questionamento já têm motivado transformações comportamentais e posicionamentos acerca de suas formas de (con)vivência nos espaços produtivo e reprodutivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Neste estudo, conduzido em um espaço geográfico reduzido, objetivei descortinar reflexões sobre como os homens gaúchos estão se envolvendo no trabalho doméstico não-remunerado (afazeres domésticos e cuidado), debatendo, de maneira crítico-reflexiva, os aspectos de diferenciação e similaridades dessa participação e seus reflexos para as questões interseccionais nas opressões de gênero, classe e raça nos âmbitos domésticos e familiares. Para tanto, adotei uma metodologia puramente qualitativa, ideal para captar e explorar em profundidade os significados presentes no fenômeno social investigado. A combinação dessa metodologia proporcionou uma variedade de possibilidades para a análise dos dados coletados. Com base em entrevistas semiestruturadas com treze homens, complementadas por anotações de observação e registros fotográficos, o *corpus* deste estudo foi submetido à análise de discurso e organizado em três temas, após a caracterização do perfil dos participantes:

I) afazeres domésticos;

II) cuidado, com as categorias (i) filhos/as, (ii) membros da família idosos e/ou com deficiência, (iii) animais de estimação e/ou animais domésticos, e (iv) hortas e plantas; e III) uso do tempo, com as categorias (i) tempo nas atividades de trabalho remunerado, e (ii) tempo nas atividades de trabalho não-remunerado.

Neste momento, ao encaminhar meus comentários finais, quero destacar a centralidade do trabalho doméstico não-remunerado e vinculá-lo a outros elementos, conforme pontos a seguir. Para começar, retomo os resultados analisados e discutidos nos seus elementos essenciais, destacando as convergências nos discursos dos entrevistados sobre afazeres domésticos e cuidado, assim como a relação deles com as atividades concretas e o uso do tempo. Novamente, ressalto que este estudo não pretende generalizar os resultados para toda a população masculina do Rio Grande do Sul, mas compreender as particularidades e os significados atribuídos ao tema por aqueles que participaram da pesquisa.

A linguagem, enquanto **discurso**, não é neutra nem natural. Os discursos são impregnados de sentidos, moldados pelas condições de sua produção, relacionados aos sujeitos, às circunstâncias da enunciação e ao contexto sócio-histórico e ideológico em que foram produzidos. Dessa forma, a linguagem não constitui apenas como um instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, mas também como uma forma de interação e um modo de produção social (Orlandi, 2015). As significações, sendo mutáveis, transformam-se por meio

das mediações que os participantes vivenciam em suas diversas relações. Essa transformação surge nos discursos dos participantes, revelando a íntima relação entre afazeres domésticos e cuidado, inerente ao trabalho reprodutivo (Bidarte, 2018; Soares, C. 2021). Embora as diferenças sociais entre os participantes sejam significativas sobre o que é **trabalho doméstico** e às diversas atividades concretas que o compõem, conforme mostram os registros fotográficos produzidos por eles, não constatei diferenças expressivas em seus discursos quanto às descrições desse trabalho, mas sim semelhanças (Orlandi, 2015). Essas semelhanças se fundamentam no fato de que se trata de um trabalho realizado dentro do espaço doméstico, produzido e consumido pela família, devorador de tempo e energia, mas que, enquanto prática material, é invisível, sendo pouco reconhecido e pouco valorizado pela família e sociedade.

Os **questionamentos** sobre afazeres domésticos e cuidado captaram uma ampla gama de atividades concretas realizadas pelos entrevistados em seus cotidianos doméstico e familiar, proporcionando maior precisão e sensibilidade nos dados reportados. Embora os resultados apresentados sejam limitados à minha amostra e não possam ser generalizados para toda a população gaúcha, eles oferecem uma perspectiva detalhada, que permite nuances dificilmente alcançadas por levantamentos quantitativos de larga escala, como os realizados pela PNAD/IBGE. Assim, a variedade de atividades identificadas neste estudo mostra a complexidade e a fragilidade do trabalho doméstico não-remunerado, bem como a elasticidade das suas fronteiras, pois pode ser realizado pelas pessoas em benefício próprio, de membros da família ou de parentes, na mesma ou em outra unidade domiciliar. Tais evidências, ao mesmo tempo, atravessam e transcendem as definições das categorias “afazeres domésticos” e “atividades de cuidado” adotadas pela PNAD/IBGE, mesmo após revisões conceituais ao longo das décadas (PNAD/IBGE, 1992b, 2011) e a reformulação do seu questionário (PNAD-C/IBGE, 2016, 2017b).

É importante ressaltar que, enquanto a PNAD/IBGE busca capturar estatísticas em nível nacional, as questões principais e complementares do questionário ainda apresentam limitações para captar com exatidão o que é o trabalho doméstico não-remunerado no Brasil, especialmente em contextos mais específicos, como as realidades de vida rural, interiorana e de comunidades ribeirinhas (Moraes et al., 2021a, 2021b; Pinto; Pontes; Silva, 2021). Isso não é surpreendente, pois, como qualquer instrumento de coleta em constante construção, ainda há necessidade de aprofundamento e detalhamento. Apesar disso, o IBGE tem acompanhando as discussões técnicas e conceituais em torno do tema, buscando aprimorar a captação de informações sobre a realidade brasileira e, assim, ampliar os indicadores investigados e divulgados. Em contraste, estudos qualitativos, como este, tem a capacidade de acessar camadas

mais sensíveis e invisíveis do cotidiano doméstico e familiar, ao entrar no domicílio dos participantes e revelar as subjetividades, as dinâmicas locais, os elementos visuais e simbólicos, e os significados atribuídos ao trabalho reprodutivo, oferecendo, desta forma, resultados que enriquecem o debate e complementam as análises quantitativas.

A comparação das práticas do **cuidado** revelou, apesar das diferenças nos contextos doméstico e familiar, que se trata de um trabalho complexo, difícil e necessário. Não há ou houve um *modelo único* de cuidado a ser seguido, pois ele é pensado em relação a uma pessoa singular, com necessidades, vontades e níveis de dependência específicos – nos casos aqui analisados, trata-se de membros da família menores, idosos e/ou com deficiência. As questões que envolvem a relação subjetiva com o trabalho do cuidado estão profundamente ligadas aos afetos envolvidos e desenvolvidos e na expressão de sentimentos, muitas vezes marcados pela ambivalência, a depender da ocasião, conforme mostram os registros fotográficos produzidos pelos participantes. O domínio dessas atividades surge de um *know-how* adquirido na prática, no universo do fazer concreto, com acertos e erros, sorrisos e lágrimas, prazer e sofrimento. Em alguns casos, esse aprendizado contou com o apoio de familiares ou da vizinhança em situações específicas, permitindo ao entrevistado e sua família momentos de *respiro*, isto é, de afastamento temporário do circuito do cuidado ativo e direto. Cuidar significa ajudar a pessoa a superar as dificuldades da vida diária, o que envolve aspectos físicos, afetivos, emocionais, cognitivos, psicológicos e relacionais (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022; Soares, A. 2012). Portanto, a presença física está diretamente associada ao cuidado. Em alguns casos, especialmente em contextos marcados pela cor e classe, há dificuldade em assegurar essa presença, de estar à disposição, o que cria uma oposição entre o *modelo ideal* e a realidade, principalmente devido à necessidade de trabalho remunerado – sendo marcado pelas extensas e extenuantes jornadas diárias e semanais – e de manter a família frente às dificuldades econômicas e à precariedade das condições de vida. As diferentes dinâmicas do trabalho do cuidado mostram como os participantes, junto às suas famílias, lidam com a vulnerabilidade e os desafios e situações enfrentadas pela pessoa cuidada, e como se organizam para prestar esse cuidado.

Os homens entrevistados demonstram uma busca por maior participação e envolvimento na casa e na família. No entanto, embora seja um esforço importante, isso ainda é ínfimo e insuficiente por si só. Mencionar tarefas como lavar a louça, limpar o banheiro, passar o pano no chão, trocar fraldas, banhar crianças ou alimentar animais de estimação, embora relevantes, não é suficiente para afirmar que esses homens estão mais presentes na casa e na família, pois isso é pouco frente ao volume de trabalho doméstico realizado pelas mulheres.

As motivações que levam esses homens a desempenharem tarefas domésticas e de cuidado são variadas e contextuais. Em alguns casos, eles relataram que foram pressionados por seus cônjuges ou familiares a assumir essas responsabilidades, especialmente durante a pandemia de COVID-19, quando da ausência de empregadas domésticas nas casas. Em outros casos, a participação parece ser fruto de acordos prévios entre os cônjuges e/ou membros da família, representando uma divisão negociada do trabalho doméstico e/ou de cuidado; ou ainda, em outros casos, há pistas de que desde a infância foram educados para realizar tarefas domésticas e/ou cuidado, um fator que contribuiu para moldar suas predisposições a se envolver mais ativamente em casa e na família.

Ainda assim, frequentemente, os participantes sinalizam que o peso da tradição sociocultural, particularmente a gaúcha, exerce uma forte influência sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, o que ajuda a compreender a lentidão das mudanças nas famílias gaúchas e, por extensão, na sociedade, como se percebe nas entrelinhas dos discursos (Orlandi, 2015). As **relações de gênero** nas famílias e nos domicílios são moldadas por ideologias que atribuem papéis diferenciados a homens e mulheres, ideologias essas que são aprendidas e *naturalizadas* desde a infância, no processo de socialização, e que permanecem cristalizados até hoje (Albornoz, 2021; Araújo; Scalón, 2005; Saffioti, 1987). Assim, os discursos apontam para a tensão entre uma vontade de mudança e as barreiras estruturais que confinam esses homens a lugares sociais tradicionalmente atribuídos ao masculino (Ribeiro, 2019).

No entanto, de modo geral, ficou evidente que a **participação** dos entrevistados nos afazeres domésticos e no cuidado não é tão seletiva ou periférica quanto poderia se presumir (Bruschini; Ricoldi, 2008, 2012; Bidarte, 2018). Apesar disso, persiste uma ambiguidade em seus discursos, com menções pontuais a certas tarefas que podem indicar preferências ou atividades realizadas com maior frequência, frequentemente associadas a expressões que remetem à assistência, que se materializam nas palavras *auxílio* e *ajuda* (Orlandi, 2015). Essas expressões, ainda que revelem uma intenção de engajamento, também sugerem a manutenção de uma lógica onde a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo permanece em grande parte feminino. O que procuro destacar é que a participação dos entrevistados no trabalho doméstico e de cuidado revela-se intrinsecamente contraditória, apresentando-se tanto de forma progressiva quanto regressiva; tanto como um processo mais equânime e proporcional quanto diferente e assimétrico; e tanto como uma expressão de comportamentos conservadores e mentalidade mais fechada quanto comportamentos hodiernos e mentalidade mais aberta.

Talvez ainda não saibamos ao certo os desdobramentos que podem surgir à medida que homens começam a ocupar o seu tempo realizando atividades que, historicamente,

estiveram muito afastadas de suas atribuições, mesmo sendo eles oriundos de classes sociais baixas. Esse deslocamento de papéis pode provocar reações contraditórias, tanto por desafiar as estruturas de gênero tradicionalmente vigentes quanto por gerar novas dinâmicas domésticas e familiares. Inegavelmente, este estudo captou indícios de vontades e mudanças em curso, ainda que pequenas, vagarosas e incrementais. Homens que assumem afazeres domésticos e cuidado desafiam, mesmo que parcialmente, a noção de que o trabalho reprodutivo é exclusivamente feminino. Esse movimento pode representar um passo importante na desconstrução de normas e papéis sexuais e iluminar um caminho em direção à igualdade de gênero, mas também carrega uma incerteza: essas mudanças serão permanentes ou transitórias?

Infelizmente, as evidências indicam que foi apenas com a chegada da **pandemia** de Covid-19 que o trabalho reprodutivo se tornou, subitamente, visível dentro dos lares. Muitos dos participantes passaram a perceber, pela primeira vez, a importância essencial desse trabalho para a produção da vida e à sua reprodução. Com a pandemia, o trabalho doméstico e do cuidado teve a *possibilidade* de ser também uma responsabilidade dos homens – uma afirmação unânime entre os entrevistados. Foi nesse período que eles vivenciaram, com mais intensidade, o cotidiano doméstico e familiar, já que, para a maioria, foi a primeira vez em que permaneceram em casa por tanto tempo. Assim, se depararam com a quantidade de atividades domésticas e de cuidado a serem realizadas, enxergando o que antes ignoravam ou não viam, por estar sendo realizado por outras pessoas da família, geralmente cônjuges, ou pessoas contratadas. Esse fenômeno revela como o isolamento social e a crise sanitária não apenas trouxeram à tona as desigualdades de gênero na divisão das tarefas domésticas e do cuidado, mas também as acentuaram. Passado o período mais crítico da pandemia, percebi nos participantes um interesse renovado em compartilhá-las, o que reflete em maior bem-estar para as suas famílias. Acredito que um dos aprendizados mais valiosos dessa recente crise foi a importância do trabalho doméstico e de quem o realiza, tanto dentro quanto fora de casa. Vejo, com certo otimismo, uma tendência crescente de reconhecimento e valorização desse trabalho, tanto no âmbito familiar quanto social, ao passo que há uma discussão madura sobre o seu valor, o que será possível constatar, principalmente, com pessoas jovens (Guimarães; Hirata, 2020; Hirata, 2022).

Ainda que o dia tenha 24 horas, observei que a forma como cada participante faz o **uso do tempo** variou consideravelmente, refletindo, em um nível micro, o mosaico de desigualdades individuais, e, em um nível macro, a estrutura social à qual pertencem. O tempo, quando visto como uma medida física das atividades sociais, revelou, dentro de seus limites finitos, a enorme variedade e complexidade da vida social (Elias, 1998; Souza, 1972). A rotina

dos participantes está estruturada em torno de usos socialmente estimados do tempo, sendo parte dela dedicada a um montante fixo de horas, o que demonstra que já existe uma agenda cristalizada de prioridades em relação ao trabalho remunerado. No entanto, o tempo livre deles é, em parte, regulado por convenções sociais e responsabilidades domésticas e familiares, e, em parte, por preferências individuais. Assim, percebo que as atividades diárias se mostram elásticas: há uma expansão do tempo dedicado às atividades remuneradas e uma contração do tempo disponível para às atividades domésticas e familiares. Em linhas gerais, os resultados indicam que fatores sociais, demográficos, familiares, culturais, econômicos (Bidarte, 2018; Bruschini, 2006; Itaboraí, 2016; Soares, C. 2021), além de ideológicos (Orlandi, 2015) e estruturais do mercado de trabalho (Antunes, 2020), influenciam o uso do tempo entre o trabalho remunerado e o não-remunerado. Isso, por sua vez, contribui para uma persistente divisão desigual das tarefas domésticas e/ou de cuidado no interior das casas e das famílias.

A supremacia do trabalho remunerado sobre o tempo da vida cotidiana ainda ocupa  $\frac{1}{3}$  ou mais do dia dos participantes, o que limita a realização de atividades alternativas ou essenciais, como as reprodutivas (Antunes, 2020). Esse aumento no tempo de trabalho remunerado, em detrimento do trabalho doméstico, não necessariamente reduz a carga das tarefas domésticas ou de cuidado, mas frequentemente resulta em uma compressão do tempo pessoal, gerando *situações de tensão* e *desafios temporais*, como desencontros de horários em relação à família e à sociedade (Souza, 1972; Itaboraí, 2016). Isso, por reflexo, pode aumentar o tempo de trabalho doméstico de outros membros da família, como cônjuges e/ou filhos/as, apontando para um *nó privado* das desigualdades de gênero no uso do tempo e na divisão do trabalho doméstico. Essas diferenças no uso do tempo dedicado ao trabalho doméstico são uma das dimensões mais expressivas das desigualdades de gênero nas relações familiares. Uma distribuição mais equitativa dessas tarefas contribuiria para reduzir as desigualdades dentro das famílias, mas não seria suficiente por si só. Concordo com Guimarães e Hirata (2020), Hirata (2022) e Itaboraí (2016) quando afirmam que a implementação de aparatos públicos e políticas públicas voltadas para o cuidado é essencial para romper com padrões sociais sexistas, permitindo que as pessoas, especialmente as mulheres, ocupem diversos espaços na vida social. Isso seria um passo significativo em direção à igualdade de gênero no Brasil, um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Os **lugares sociais** que os participantes ocupam, assim como suas experiências e as perspectivas decorrentes desses lugares, mostram-se interessantes para explicar uma série de questões de desigualdades e opressões estruturais. As experiências individuais e as condições sociais em que os participantes estão inseridos determinam, em grande medida, o acesso a

diferentes lugares sociais, com ou sem restrição de oportunidades e direitos nos ambientes de trabalho, de educação, de saúde, de lazer (Ribeiro, 2019). As evidências apontam para essa realidade: entre os participantes, homens negros compartilham experiências similares entre si, mas vivenciam experiências distintas em comparação aos homens brancos, precisamente por conta de sua localização social, e, portanto, experenciam gênero de formas distintas. A **interseccionalidade**, abordagem essencial nos estudos de gênero, ilumina essas experiências diferenciadas, que são cruzadas por marcações sociais múltiplas. As categorias de gênero, raça e classe são partes da estrutura social que funcionam como dispositivos fundamentais que perpetuam desigualdades, que geram formas diferentes de experimentar opressões e assimetrias, e que criam grupos e hierarquias sociais. É exatamente por essa razão que não existe, e nem pode haver, hierarquia de opressões, pois, sendo elas estruturais, não podem ser pensadas de forma separada (Akotirene, 2019; Crenshaw, 1989).

Os **registros fotográficos** feitos pelos participantes capturaram o trabalho doméstico não-remunerado (afazeres e cuidado) e suas atividades concretas sob suas próprias perspectivas. Num primeiro olhar, essas imagens parecem simples e cotidianas, mas, ao lançarmos um *segundo olhar* – evocando aqui Mario Quintana (2018) –, elas se revelam complexas e essenciais. Analisadas sob a lente do trabalho reprodutivo e das questões de gênero, as fotografias revelam dimensões íntimas da casa e da família dos homens entrevistados, trazendo à tona aspectos invisíveis e sensíveis, muitas vezes difíceis de serem captados por métodos tradicionais de pesquisa ou puramente quantitativos. Essas fotografias não apenas desvelam camadas de significados sobre o uso do tempo e os contextos domésticos e familiares, mas também expõem os lugares sociais ocupados, a subjetividade, as experiências diferenciadas, e a profundidade das relações familiares e de gênero, evocando sentimentos e memórias que ligam o presente ao passado, à educação e à socialização, expressando o que significa ser homem na casa, na família e na sociedade. Esses elementos explorados possibilitaram entender como o trabalho doméstico não-remunerado é percebido pelos participantes e de como ele é (des)valorizado e (in)visibilizado em diferentes contextos domésticos e familiares.

Os registros fotográficos utilizados neste estudo serviram como um ponto de partida essencial para discutir a divisão do trabalho reprodutivo nos lares gaúchos e para analisar se as normas de gênero estão sendo perpetuadas ou transformadas. No entanto, destaco que essas fotografias, produzidas pelos participantes, carregam em si um caráter posado: elas foram pensadas, planejadas e, em certo sentido, encenadas (Bidarte; Silveira-do-Canto; Rodrigues, 2023). Contudo, ao reconhecer esse aspecto de construção das imagens, não estou negando sua veracidade. Pelo contrário, parto do entendimento de que as fotografias representam uma forma

legítima de expressão, através da qual os participantes buscaram comunicar algo específico, transmitindo mensagens sobre suas vivências, experiências, percepções e interpretações da dinâmica doméstica e familiar e das relações de gênero. Assim, o que busquei foi justamente compreender os significados por trás dessas escolhas, explorando o que os participantes comunicaram através de suas fotografias. Acredito que essas fotografias, além de serem um recurso valioso neste estudo, podem continuar a servir como um importante ponto de partida para futuras análises, especialmente se forem revisitadas sob novos olhares.

Ainda há muito a ser explorado sobre os questionamentos levantados neste estudo, e, por isso, é necessário avançar de modo empírico, teórico e epistemológico. Com as adaptações necessárias, incentivo **pesquisas futuras** que ampliem os horizontes e espaços de investigação, alcançando diferentes contextos geográficos (cidades, estados, países) e acessando diferentes realidades socioeconômicas. Essa ampliação pode ser realizada a partir desta ou de outras abordagens metodológicas (Bidarte; Fleck; Disconzi, 2021), enriquecendo o debate e aprofundando os estudos de gênero, especialmente sob uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Ribeiro, 2019), e, inclusive, com intercâmbios interdisciplinares. Junto-me ao coro de pesquisadores/as sobre essa temática ao sugerir algumas direções para estudos futuros:

- investigar homens e masculinidades, com foco no envolvimento deles na esfera privada e na (des)igualdade de gênero na vida doméstica e familiar;
- examinar como os homens utilizam o tempo em diversas atividades produtivas ou reprodutivas, refletindo sobre as diferenças entre os dias úteis da semana e os dias do final de semana;
- investigar, sob uma perspectiva interseccional, os marcadores sociais que influenciam a participação masculina nos afazeres domésticos e no cuidado na casa e na família;
- investigar, sob uma perspectiva geracional (avôs, pais e filhos), a participação dos homens na casa e na família; e
- explorar a participação masculina na casa e na família a partir do olhar das mulheres, inclusive considerando uma perspectiva conjugal ou geracional (avós, mães e filhas).

Essas direções de pesquisa representam pistas valiosas, especialmente para a área da administração, que considero fundamentais para o aprofundamento das reflexões sobre relações de gênero e trabalho reprodutivo; além disso, elas têm o potencial para o avanço do campo e suas lutas.

E, nas linhas finais deste texto, gostaria de convidar e encorajar meus e minhas colegas da área de **administração** a pesquisarem ou continuarem a pesquisar o tema, pois não se trata meramente de uma questão de interesse acadêmico, mas uma necessidade crítica para a evolução da área da administração e, por extensão, das organizações e da sociedade. Sabemos que, ao fazê-lo, enfrentamos os desafios de divulgar os resultados de nossos estudos, especialmente nos principais eventos e periódicos da nossa área, muitas vezes dominados por essa visão *mainstream*, com suas abordagens positivistas e funcionalistas, o que traz implicações tanto para hoje quanto para o amanhã. Isso resulta em um silenciamento ou subvalorização das nossas pesquisas realizadas no tema e significa que os espaços que conquistamos nos eventos e periódicos da administração precisam ser constantemente defendidos, em vez de ampliados. Não por acaso somos considerados pelos pares ou nos vemos na posição de *outsiders*, quando participamos de eventos de outras áreas do conhecimento, como Sociologia, Antropologia, Educação e História, para discutir gênero e trabalho e, assim, socializar nossos estudos. Por isso, sugiro que os eventos e periódicos da administração com divisões ou escopo que envolvam trabalho e gênero acolham e apreciem nossos estudos, com suas abordagens inter, pluri, multi e transdisciplinares, estando abertos à diversidade de enfoques epistemológicos, teóricos, metodológicos e empíricos. Isso não deve ser visto como uma concessão, mas como uma evolução natural do campo. A chegada desse tempo não pode parecer distante. Espero que estejamos mais abertos ao tema, pois o fazer administração está para além das organizações, perpassando o trabalho gerencial tradicional, ao envolver a compreensão de como essa prática implica as relações sociais, as questões de gênero, e, mais amplamente, as condições de vida dos indivíduos na sociedade à qual pertencem, assim como em situações e desafios mais amplos nos diversos setores e organizações da sociedade. Ao fazer isso, estaremos não apenas ampliando o campo da administração, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

## REFERÊNCIAS

- 
- Adichie, Chimamanda. **Sejamos todos feministas**. [Tradução: Christina Baum]. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Aguiar, Neuma. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. **Revista Econômica**, Niterói, v. 12, n. 1, p. 64-82, 2010.
- Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. (Coleção Feminismos Plurais – Coord. de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- Albornoz, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção n. 171 – Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- Albornoz, Suzana. **As mulheres e a mudança nos costumes**: ensaios da igualdade e da diferença. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
- Almeida, Jane. Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.
- Alvarez, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, Dossiê “O gênero da Política: Feminismos, Estado e Eleições”, n. 43, p. 13-56, jan./jun., 2014. doi: [10.1590/0104-8333201400430013](https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013)
- Alves, Yamê et al. A amamentação sob a égide de redes de apoio: uma estratégia facilitadora. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. e20190017, 2020. doi: [10.1590/2177-9465-EAN-2019-0017](https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0017)
- André, Robson; Silva, Rosana da; Nascimento, Rejane. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 7-34, jan./mar., 2019. doi: [10.21529/RECADM.2019001](https://doi.org/10.21529/RECADM.2019001)
- Antunes, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- Araújo, Clara; Scalon, Celi. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. 80 p. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- Atal, Juan; Ñopo, Hugo; Winder, Natalia. **New Century, old disparities**: gender and ethnic wage gaps in Latin America. Inter-American Development Bank, IDB Working Papers, n. 109, 2009.

Badinter, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. [Tradução: Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Barajas, Maria. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In: Fontoura, Natália; Araújo, Clara. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Cap. 1, p. 21-42. Rio de Janeiro: UERJ/SPM/IPEA, 2016.

Barbosa, Maria; Chaud, Massae; Gomes, Maria. Vivências de mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 46-52, 2008. doi: [10.1590/S0103-21002008000100007](https://doi.org/10.1590/S0103-21002008000100007)

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. [Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro]. São Paulo: Edições 70, 2016.

Beauvoir, Simone de. **O Segundo Sexo**. II: A Experiência Vivida. 2. ed. Difusão Europeia do Livro, 1970.

Beltrame, Bianca; Bidarte, Marcos; Rodrigues, Maria. Mulheres com doenças mentais e carreira: revisão sistemática da literatura. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, v. 16, n. 2, Chapecó-SC, p. 135-154, mai./ago., 2023. doi: [10.22277/rgo.v16i2.7549](https://doi.org/10.22277/rgo.v16i2.7549)

Bidarte, Marcos. **Profissão do lar**: imposição ou escolha? 144 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2018. [dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/2962](https://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/rii/2962)

Bidarte, Marcos; Beltrame, Bianca; Rodrigues, Maria. Carreira, Gênero e Sexualidade: Estudo Bibliométrico da Produção Científica nos Eventos da Anpad. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 91-112, maio/ago., 2024. doi: [10.22478/ufpb.2236-417X.2024v14n2.66324](https://doi.org/10.22478/ufpb.2236-417X.2024v14n2.66324)

Bidarte, Marcos; Fleck, Carolina; Mello, Elena. Para o lar: as mulheres que deixaram o mercado de trabalho para se dedicarem à casa e à família, **Revista Gênero**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 06-24, jul./dez., 2018. doi: [10.22409/rg.v19i1.1218](https://doi.org/10.22409/rg.v19i1.1218)

Bidarte, Marcos; Fleck, Carolina. Evolução da Participação Feminina e Masculina em Afazeres Domésticos no Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, Viçosa, v. 30, n. 1, p. 87-103, jul./dez., 2019. doi: [10.31423/oikos.v30i1.8282](https://doi.org/10.31423/oikos.v30i1.8282)

Bidarte, Marcos; Fleck, Carolina; Mello, Elena. Profissão do lar: (des)valorizada, (não)reconhecida e (in)visível. Até quando? **Revista Punto Género**, Santiago-Chile, n. 15, p. 47-69, jun., 2021. <https://revistas.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/64461/67769>

Bidarte, Marcos; Fleck, Carolina; Disconzi, Claudia. As mulheres como tema de pesquisa na Administração: uma análise sobre o que a academia vem priorizando quando elas são o foco de estudo. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 34, n. 2, p. 257-280, jul./dez., 2021. doi: [10.14393/CEF-v34n2-2021-15](https://doi.org/10.14393/CEF-v34n2-2021-15)

Bidarte, Marcos; Silva, Bruno; Scheffer, Ângela. Carreiras Sustentáveis e Gênero: Revisão Sistemática da Literatura. In: XLV Encontro da ANPAD – EnANPAD, **Anais...** Versão Online, 2021.

Bidarte, Marcos; Pinto, Camila. Recursos naturais e histórico-culturais como elementos estratégicos no turismo rural em Santana do Livramento-RS/Brasil. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Tenerife, v. 20, n. 2, p. 465-480, abr./jun., 2022. doi: [10.25145/j.pasos.2022.20.033](https://doi.org/10.25145/j.pasos.2022.20.033)

Bidarte, Marcos; Rodrigues, Maria; Kyrillos, Gabriela. Desigualdades de Gênero no Brasil Contemporâneo: Por Onde Caminhamos? In: XLVI Encontro da ANPAD – EnAnpad, **Anais...**, Versão Online, 2022.

Bidarte, Marcos; Rodrigues, Maria. Pensando Gênero: Múltiplos Entendimentos. In: VIII Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade, **Anais...**, Versão Online, 2022.

Bidarte, Marcos; Rodrigues, Maria. Trabalho Doméstico Não Remunerado: Discussões e Proposições Teóricas. In: XLVII Encontro da ANPAD – EnANPAD, **Anais...**, São Paulo-SP, 2023.

Bidarte, Marcos; Rodrigues, Maria. Pesquisas sobre Uso do Tempo no Brasil: Limites e Possibilidades. In: XLVII Encontro da ANPAD – EnANPAD, **Anais...**, São Paulo-SP, 2023.

Bidarte, Marcos; Rodrigues, Maria. A Participação Masculina nos Afazeres Domésticos: Evidências Gaúchas. In: XLVIII Encontro da ANPAD – EnANPAD, **Anais...**, Florianópolis-SC, 2024.

Bidarte, Marcos; Rodrigues, Maria. A Participação Masculina no Trabalho de Cuidados: Evidências Gaúchas. In: XIII Seminário Internacional Fazendo Gênero, **Anais...**, Florianópolis-SC, 2024.

Bidarte, Marcos; Silveira-Do-Canto, Lucas; Rodrigues, Maria. Travestis e Transexuais na Reportagem Especial do “Fantástico”: as Unidades Prisionais Masculinas não são o “Show da Vida”. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 30, n. 104, p. 46-77, 2023. doi: [10.1590/1984-92302023v30n0002PT](https://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0002PT)

Biroli, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 23, n. 65, p. 76-87, 2019.

Blay, Eva. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ática, 1978.

Bonetti, Alinne. Entre armadilhas ideológicas e confusões propositais: reflexões sobre a polêmica em torno da “ideologia de gênero”. In: Silva, Fabiane da; Bonetti, Alinne. (Orgs.). **Gênero, interseccionalidades e feminismos: desafios contemporâneos para a Educação**. p. 47-62, São Leopoldo: Oikos, 2016.

Brasil. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 28 fev. 2022.

Brasil. **Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes**. Carta das Mulheres. Doação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Ministério da Justiça, Brasília-DF, 1986.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 maio 2022.

Brasil. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 25 jul. 2022.

Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2020.

Bruschini, Cristina. **Mulher e trabalho**: uma avaliação da década da mulher. São Paulo: Nobel, 1985.

Bruschini, Cristina. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

Bruschini, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Número Especial – Colóquio Internacional França, Brasil e Quebec, p. 179-199, 1994.

Bruschini, Cristina. Maternidade e trabalho feminino: sinalizando tendências. In: Family Health International (FHI). **Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. Projeto de Estudos da Mulher: Brasil, p. 29-53, Research Triangle Park: FHI, 1995.

Bruschini, Cristina. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985–1995**. 78p., Textos FCC, n. 17, São Paulo: FCC/DPE, 1998.

Bruschini, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez., 2006.

Bruschini, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

Bruschini, Cristina; Ricoldi, Arlene. **Articulação trabalho e família**: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. 147p., Textos FCC, n. 28, São Paulo: FCC/DPE, 2008.

Bruschini, Cristina; Ricoldi, Arlene. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan./abr., 2009. doi: [10.1590/S0100-15742009000100006](https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100006)

Bruschini, Cristina; Ricoldi, Arlene. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-SC, v. 20, n. 1, p. 259-87, jan./abr., 2012.

Butler, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. [Tradução: Renato Aguiar]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Carneiro, Maria. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 11-22, 1994.

Cavalcanti, Lara; Paulo, Maira; Hany, Fatmato. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. In: Fazendo Gênero 9, “Diásporas, Diversidades, Deslocamentos”, **Anais....** Florianópolis-SC, 2010.

Cipolat, Carina; Bidarte, Marcos. Rural development and countryside diversification: study on rural tourism practices in the brazilian Pampa Biome region. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 24, n. 1, p. 25-45, jan./abr., 2022. doi: [10.14210/rtva.v43n1.p25-45](https://doi.org/10.14210/rtva.v43n1.p25-45)

Cochrane, Kira. **All the Rebel Women**: The rise of the fourth wave of feminism. London, Guardian Books, 2013.

Collins, Patricia. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr., 2016. doi: [10.1590/S0102-69922016000100006](https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006)

Collins, Patricia; Bilge, Sirma. **Intersectionality**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016.

Collis, Jill; Hussey, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. [Tradução: Lucia Simonini]. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2005.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Género, trabajo remunerado y no remunerado: eslabones en la discriminación y la desigualdad. In: CEPAL. **Panorama social de América Latina 2009**. Cap. 4, p. 173-204. Santiago de Chile: CEPAL, 2009.

CEPAL. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Estadísticas de género. **Tiempo total de trabajo**. Santiago de Chile: CEPAL, 2019.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2020**. Santiago de Chile: CEPAL, 2021.

Consórcio de Veículos de Imprensa. **Coronavírus**. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

Crenshaw, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, art. 8, p. 139-167, 1989.

Crenshaw, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. <https://doi.org/10.2307/1229039>

Creswell, John. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Creswell, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. [Tradução: Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva]. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Dashper, Katherine. Gender and rural tourism. In: Mair, Heather. **Handbook on Tourism and Rural Community Development**. Chapter 11, p. 140-152. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2023. doi: [10.4337/9781800370067](https://doi.org/10.4337/9781800370067)

Davis, Angela. **Mulheres, raça e classe**. [Tradução: Heci Regina Candiani]. São Paulo: Boitempo, 2016.

Dedecca, Cláudio. Tempo, trabalho e gênero. In: Costa, Ana et al. (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. p. 21-52, São Paulo: CUT Brasil, 2004.

Denzin, Norman. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. New York: Mc Graw-Hill, 1978.

Dias, Reinaldo. **Sociologia & Administração**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

Elias, Norbert. **Sobre o tempo**. [Editado por Michael Schröter; Tradução: Vera Ribeiro; Revisão Técnica: Andrea Daher]. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.

Esmeraldo, Gema. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Cap. 6, p. 185-216. Brasília: MDA, 2008.

Federici, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. [Tradução: Coletivo Sycorax]. São Paulo: Elefante, 2019a.

Federici, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. [Tradução: Coletivo Sycorax]. São Paulo: Elefante, 2019b.

Flick, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. [Tradução: Joive Elias Costas]. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Flick, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. [Tradução: Magda Lopes; revisão técnica Dirceu da Silva]. Porto Alegre: Penso, 2013.

Flores, Silvia; Bidarte, Marcos. Style consumption and propensity to indebtedness: evidence on the peace border. **Revista de Administração da UFSM**, v. 12, n. 1, p. 142-158, jan./mar., 2019. doi: [10.5902/1983465917740](https://doi.org/10.5902/1983465917740)

Fontoura, Natália; Araújo, Clara. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ/SPM/IPEA, 2016.

Friedan, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1971.

Garcia, Carla. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2018.

Gay, Roxane. **Má Feminista** – Ensaios provocativos de uma ativista desastrosa. [Tradução: Tássia de Carvalho]. São Paulo: Editora Novo Século, 2016.

Gonzales, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, p. 223-244, 1984.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. [Organização: Flavia Rios e Márcia Lima]. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC). **V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável - Brasil**. 124p. Recife: GTSC, 2021.

Guimarães, Nadya; Hirata, Helena. **O Gênero do Cuidado**: desigualdades, significações e identidades. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2020.

Hallal, Pedro et al. Evolução da prevalência de infecção por COVID-19 no Rio Grande do Sul, Brasil: inquéritos sorológicos seriados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro-RJ, v. 25, s. 1, p. 2395-2401, jun., 2020. doi: [10.1590/1413-81232020256.1.09632020](https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.09632020)

Hallal, Pedro. SOS Brazil: science under attack. **Lancet**, v. 397, n. 10272, p. 373-374, jan., 2021. doi: [10.1016/S0140-6736\(21\)00141-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00141-0)

Hampe, Fernanda. Sejamos tod@s feministas: interseccionalidade, direitos humanos e educação. In: Silva, Fabiane da; Bonetti, Alinne. (Orgs.). **Gênero, interseccionalidades e feminismos**: desafios contemporâneos para a Educação. p. 17-33, São Leopoldo: Oikos, 2016.

Heilborn, Maria Luiza. “De que gênero estamos falando?”. **Sexualidade, Gênero e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 1-6, CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

Hirata, Helena; Zarifian, Philippe. O conceito de trabalho. In: Emílio, Marli et al. (Org.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. p. 65-69, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

Hirata, Helena; Kergoat, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007. doi: [10.1590/S0100-15742007000300005](https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005)

Hirata, Helena; Kergoat, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: Costa, Albertina et al. (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Cap. 14, p. 263-278. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Hirata, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. [Tradução de Monica Stahel]. São Paulo: Boitempo, 2022.

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. [Tradução de Marcelo Brandão Cipolla]. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. [Tradução: Ana Luiza Libânio]. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

hooks, Bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. [Tradução: Bhuvan Libânio]. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

Ichikawa, Elisa; Santos, Lucy. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: Godoi, Christiane; Bandeira-De-Melo, Rodrigo; Silva, Anielson da. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. Cap. 6, p. 181-205. São Paulo: Saraiva, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997**. Departamento de População e Indicadores Sociais. 149p. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1999a.

IBGE. **Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997**: questionário. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. 149p. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1999b.

IBGE. **Censo Demográfico: 2000**. Trabalho e rendimento: resultados da amostra. 312p. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.

IBGE. **Prova piloto do Censo Demográfico: 2000**. Questionário da amostra. 32p. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.

IBGE. **Pesquisa sobre a utilização do tempo dos moradores dos bairros do Andaraí, Grajaú e Vila Isabel**. Escola Nacional de Ciências Estatística. Relatório de pesquisa, n. 7. 78p. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais**: 2004. 359p. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: 2005. 330p. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2010. 317p. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

IBGE. **Censo Demográfico: 2010**. Questionário da amostra. 10p. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

IBGE. **Censo demográfico: 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 211p. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2012. 293p. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2014. 214p. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**: 2015. 134p. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. 146p. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 12p. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. 134p. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. 152p. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE. **Projeções da População**: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018; atualização 2020 - Tabelas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social: Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. 101 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. 26p. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2. ed. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. 16p. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Portal de Mapas**. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 01 dez. 2023a.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil**: 2021. Departamento de População. 10p. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023. n. 53. 152p. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. 15p. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a.

IBGE. **Censo demográfico 2022**: características dos domicílios: resultados do universo. 54p. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em: jan. 2022.

International Labour Organization (ILO). **C156 – Equal Opportunities and Equal Treatment for Men and Women Workers**: Workers with Family Responsibilities. 67th ILC session. Geneva: 1981.

Itaboraí, Nathalie. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: Fontoura, Natália; Araújo, Clara. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Cap. 4, p. 101-137. Rio de Janeiro: UERJ/SPM/IPEA, 2016.

Jablonski, Bernardo. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento, **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília-DF, v. 30, n. 2, p. 262-275, 2010. doi: [10.1590/S1414-98932010000200004](https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200004)

Jesus, Jordana de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil**: uma análise de produção, consumo e transferência. 120 f. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018. [hdl.handle.net/1843/FACE-B27PW9](https://hdl.handle.net/1843/FACE-B27PW9)

Kergoat, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Emílio, Marli et al. (Orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. p. 55-63, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

Kishimoto, Tizuko; Ono, Andréia. Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 209-223, set./dez., 2008. doi: [10.1590/S0103-73072008000300011](https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300011)

Kyriillos, Gabriela. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020. doi: [10.1590/1806-9584-2020v28n156509](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509)

Kyriillos, Gabriela; Stolz, Sheila. Sexismo na Academia Brasileira: estudo de casos desde o sul do Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 43-61, 2018. doi: [10.26668/2525-9849/Index\\_Law\\_Journals/2018.v4i1.4045](https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2018.v4i1.4045)

Lauretis, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. p. 206-242, Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Lerner, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. [Tradução Luiza Sella]. São Paulo: Cultrix, 2019.

Lima, Betina. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?**: As margens femininas das ciências. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2008. [repositorio.unb.br/handle/10482/3714](https://repositorio.unb.br/handle/10482/3714)

Lima, Mayara et al. Atividade doméstica e socialização: a visão de adolescentes de classes economicamente distintas. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 189-200, 2008.

Lincoln, Yvonna; Guba, Egon. **Naturalistic inquiry**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1985.

Lorde, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. [Tradução: Stephanie Borges]. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Louro, Guacira. Gênero e Magistério: Identidade, História, representação. In: CATANI, Denice et al. (Orgs.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Editora Escrituras, 1997.

Lugones, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 09, p. 73-101, 1 jul./dez., 2008.

Lugones, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014. doi: [10.1590/1518-97822014000300015](https://doi.org/10.1590/1518-97822014000300015)

Madalozzo, Regina; Martins, Sergio; Shiratori, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no mercado doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, 2010. doi: [10.1590/S0104-026X2010000200015](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200015)

Martins, Cleusa et al. Dinâmica familiar em situação de nascimento e puerpério. **Rev. Eletr. Enf.**, Goiânia, v. 10, n. 4, p. 1015-1025, 2008. doi: [10.5216/ree.v10.46778](https://doi.org/10.5216/ree.v10.46778)

Marx, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. [Tradução: Reginaldo Sant'Anna]. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Meihy, José; Ribeiro, Suzano. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

Melo, Hildete de; Castilho, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr., 2009.

Melo, Hildete de; Sabbato, Alberto Di. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. Até quando? In: Barsted, Leila; Pitanguy, Jacqueline. (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Cap. 8, p. 179-185. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

Melo, Hildete de; Considera, Cláudio; Sabbato, Alberto Di. **Os afazeres domésticos contam**. (Texto para Discussão, n. 177). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, 2005.

Melo, Hildete de; Considera, Cláudio; Sabbato, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez., 2007.

Melo, Hildete de; Considera, Cláudio; Sabbato, Alberto Di. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In: Fontoura, Natália; Araújo, Clara. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Cap. 6, p. 173-188. Rio de Janeiro: UERJ/SPM/IPEA, 2016.

Melo, Hildete de; Thomé, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Melo, Hildete de; Morandi, Lucilene. A Divisão Sexual do Trabalho no Contexto da Pandemia. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 38, p. 105-125, 2021a. doi: [10.22409/tn.v19i38.45884](https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45884)

Melo, Hildete de; Morandi, Lucilene. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 187-210, 2021b. doi: [10.1590/1982-3533.2020v30n1art09](https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v30n1art09)

Melo, Hildete de; Moraes, Lorena. (Orgs). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

Melo, Hildete de; Morandi, Lucilene; Dweck, Ruth. Uso do tempo e valorização do trabalho não remunerado no Brasil. In: Melo, Hildete de; Moraes, Lorena. (Orgs). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Cap. 4, p. 109-140. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

Menezes, Daiane; Bock, Clarice. **Perfil das mulheres rurais do Rio Grande do Sul**. [Relatório técnico]. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural; Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022.

Millett, Kate. **Política Sexual**. [Tradução: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres]. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

Moraes, Lorena et al. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: Melo, Hildete de; Moraes, Lorena. (Orgs). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Art. 4, p. 171-205. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021a.

Moraes, Lorena et al. Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR). In: Melo, Hildete de; Moraes, Lorena. (Orgs). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Art. 6, p. 235-372. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021b.

Moreira, Sueli. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 23-26, out., 2010.

Oliveira, Isaura; Poletto, Michele. Vivências emocionais de mães e pais de filhos com deficiência. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 102-119, 2015.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Convenção n.º 156 da OIT relativa à Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores dos dois Sexos: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares**. Genebra: OIT, 1981.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2012.

Orlandi, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

Oyèwùmí, Oyèronké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. [Tradução: Juliana Araújo Lopes]. In: CODESRIA Gender Series. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. v. 1, p. 1-8. Dakar: CODESRIA, 2004.

Oyèwùmí, Oyèronké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. [Tradução: Wanderson Flor do Nascimento]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Paulilo, Maria. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

Paulilo, Maria. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr., 2004.

Pedro, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. doi: [10.1590/S0101-90742005000100004](https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004)

Pega, Frank et al. Global, regional, and national burdens of ischemic heart disease and stroke attributable to exposure to long working hours for 194 countries, 2000-2016: A systematic analysis from the WHO/ILO Joint Estimates of the Work-related Burden of Disease and Injury. **Environment International**, v. 154, p. 1-15, 2021. doi: [10.1016/j.envint.2021.106595](https://doi.org/10.1016/j.envint.2021.106595)

Perez, Olívia; Ricoldi, Arlene. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. e83260, 2023. doi: [10.1590/1806-9584-2023v31n383260](https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n383260)

Perrot, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). **PNAD**: questionário da pesquisa básica. 102p. Rio de Janeiro: IBGE, 1992a.

PNAD. **Manual de entrevista da pesquisa básica**: PNAD de 1992. 277p. Rio de Janeiro: IBGE, 1992b.

PNAD. **Manual de entrevista da pesquisa básica**: PNAD de 1993. 279p. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PNAD. **Manual de entrevista da pesquisa básica**: PNAD de 1995. 287p. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

PNAD. **Manual de entrevista da pesquisa básica**: PNAD de 1996. 309p. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

PNAD. **Manual de entrevista da pesquisa básica**: PNAD de 1997. 292p. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

PNAD. **Manual de entrevista da pesquisa básica**: PNAD de 1998. 366p. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

PNAD. **PNAD de 2001**: questionário da pesquisa básica. 122p. Rio de Janeiro: IBGE, 2001a.

PNAD. **Manual de entrevista**: PNAD de 2001. 325p. Rio de Janeiro: IBGE, 2001b.

PNAD. **Manual de entrevista**: PNAD de 2002. 306p. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2004. 357p. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2005. 314p. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2006. 327p. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2007. 310p. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2008. 314p. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2009. 349p. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a.
- PNAD. **Pesquisa de Uso do Tempo:** manual de entrevista. 24p. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.
- PNAD. **PNAD:** síntese de indicadores: 2009. 289p. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2011. 261p. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2012. 263p. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2013. 287p. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2014. 274p. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- PNAD. **Manual de entrevista:** PNAD de 2015. 287p. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- PNAD-C. **Teste-piloto 2009:** manual de entrevista. 125p. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- PNAD-C. **Análise Preliminar do Teste da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** 2009. Diretoria de Pesquisa (DPE), Coordenação de Trabalho e Rendimento (COREN), Equipe do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.
- PNAD-C. Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009: Primeiros Resultados. In: **XII Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.
- PNAD-C. **Questionário:** Módulo: Outras formas de trabalho: 2016-Atual. 5p. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- PNAD-C. **Outras formas de trabalho:** 2016. 12p. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.
- PNAD-C. **Nota Técnica:** Reformulação do questionário da PNAD Contínua a partir do 4º trimestre de 2015. 13p. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.
- PNAD-C. **Outras formas de trabalho:** 2017. 16p. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.
- PNAD-C. **Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua:** Notas Técnicas. 2. ed., v. 1.5. 94p. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b.

- PNAD-C. **Outras formas de trabalho**: 2018. 16p. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.
- PNAD-C. **Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua**: Notas Técnicas. 4. ed., v. 1.5. 96p. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.
- PNAD-C. **Outras formas de trabalho**: 2019. 12p. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- PNAD-C. **Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua**: Notas Técnicas. v. 1.7. 124p. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- PNAD-C. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação dos Resultados Trimestrais**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>
- PNAD-C. **Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua**: Notas Técnicas. v. 1.8. 118p. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b.
- PNAD-C. **Desemprego**: Séries Históricas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: jun. 2022.
- PNAD-C. **Outras formas de trabalho**: 2022. 12p. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.
- PNAD-C. **Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio Contínua**: Notas Técnicas. v. 1.13. 128p. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b.
- PNAD-C. **Educação**: 2022. 16p. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c.
- Pinto, Céli. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Dossiê “Teoria Política Feminista”, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun., 2010. [revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159](http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159)
- Pinto, Neuzeli; Pontes, Fernando; Silva, Simone. Rotinas de mulheres ribeirinhas da Região Amazônica: atividades e papéis na família, no trabalho e na comunidade. In: Melo, Hildete de; Moraes, Lorena. (Orgs). **A arte de tecer o tempo**: perspectivas feministas. Cap. 5, p. 207-234. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). **Informe sobre Desarrollo Humano 2015**: Trabajo al servicio del desarrollo humano. Nueva York: PNUD, 2015.
- Quintana, Mario. **O segundo olhar**: antologia. [Organização João Anzanello Carrascoza]. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.
- Ribeiro, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Ribeiro, Djamila. **Lugar de Fala**. (Coleção Feminismos Plurais – Coord. de Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Rich, Adrienne. Compulsory heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 5, n. 4, Women: Sex and Sexuality, p. 631-660, 1980. doi: [10.1086/493756](https://doi.org/10.1086/493756)

Rio Grande do Sul. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. 6. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021.

Rocha-Coutinho, Maria. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia da SBP**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 2-17, jun., 2004.

Sachs, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Saffioti, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Quatro Artes, 1969.

Saffioti, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Sales, Celecina. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Dossiê “Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil”, v. 15, n. 2, p. 437-443, mai./ago., 2007. doi: [10.1590/S0104-026X2007000200010](https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010)

Santos, Luciana. **Profissão: do lar**. A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2008. [repositorio.unb.br/handle/10482/3956](https://repositorio.unb.br/handle/10482/3956)

Santos, Luciana; Diniz, Gláucia. Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, n. 23, v. 2, p. 137-149, 2011. doi: [10.1590/S0103-56652011000200009](https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000200009)

Santos, Luciana; Diniz, Gláucia. Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 37-59, 2018. doi: [doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n01A02](https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n01A02)

Saunders, Mark; Townsend, Keith. Reporting and Justifying the Number of Interview Participants in Organization and Workplace Research. **British Journal of Management**, v. 27, p. 836-852, 2016. doi: [10.1111/1467-8551.12182](https://doi.org/10.1111/1467-8551.12182)

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

Sedgwick, Eve. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, Dossiê “Sexualidades disparatadas”, n. 28, p. 19-54, jan./jun., 2007. doi: [10.1590/S0104-83332007000100003](https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003)

Segato, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, dez., 2012. doi: [10.4000/eces.1533](https://doi.org/10.4000/eces.1533)

Silva, Fabiane; Ribeiro, Paula. Trajetória de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. doi: [10.1590/1516-73132014000200012](https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012)

Sistema de Contas Nacionais (SCN). **Brasil: 2010-2013**. 78p. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Soares, Cristiane; Sabóia, Ana. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005**. (Texto para Discussão. Diretoria de pesquisas, n. 21). Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007.

Soares, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2008.

Soares, Ângelo. As emoções do care. In: Hirata, Helena; Guimarães, Nadya. (Orgs). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. Parte I, Cap. 3, p. 44-59. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

Soares, Cristiane. Os desafios (para as mulheres) do trabalho reprodutivo no Brasil com o processo de envelhecimento populacional. In: Itaboraí, Nathalie; Ricoldi, Arlene. (Orgs.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?: implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte, MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2016.

Soares, Cristiane. A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais. In: Melo, Hildete de; Moraes, Lorena. (Orgs). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Cap. 3, p. 75-107. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

Solnit, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. [Tradução: Isa Mara Lando]. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

Souza, Amaury de. O uso do tempo como medida de qualidade de vida urbana. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 51-75, jan./mar., 1972.

Souza, Lidiane de et al. Sobrecarga no cuidado, estresse e impacto na qualidade de vida de cuidadores domiciliares assistidos na atenção básica. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 140-149, abr./jun., 2015. doi: [10.1590/1414-462X201500020063](https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020063)

Sullerot, Évelyne. **História e sociologia da mulher no trabalho**. [Tradução: Antonio Teles]. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1970.

Szalai, Alexander. (Ed.). **The use of time: daily activities of urban and suburban populations in twelve countries**. The Hague: Mouton De Gruyter, 1972.

Taylor, Steve; Bogdan, Robert. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados**. Barcelona: Paidós, 1987.

United Nations (UN). **Report of the World Conference of the International Women's Year**. Mexico City – 1975. 199p. New York: United Nations, 1976.

UN. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. 112 p., Pequim, China, 1995.

UN. **International Classification of Activities for Time-Use Statistics 2016**. Department of Economic and Social Affairs. Statistics Division. Statistical Papers, Series M, n. 98. United Nations: New York, 2021.

UN. **Sustainable Development Goals (SDGs)**. Department of Economic and Social Affairs. Sustainable Development. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: jan. 2022.

Velazco, Jackeline; Velazco, Julia. Estimativa do valor econômico do trabalho não remunerado: uma aplicação para o Peru. In: Fontoura, Natália; Araújo, Clara. (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Cap. 5, p. 139-172. Rio de Janeiro: UERJ/SPM/IPEA, 2016.

Velho, Léa; León, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 309-344, 1998.

Vieceli, Cristina. **Economia feminista e trabalhos reprodutivos não remunerados: conceito, análise e mensuração**. 266 f. Tese (Doutorado em Economia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2020. <hdl.handle.net/10183/220070>

Wang, Caroline; Burris, Mary. Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment. **Health Education & Behavior**, v. 24, n. 3, p. 369-387, 1997. doi: [10.1177/109019819702400309](https://doi.org/10.1177/109019819702400309)

Wang, Caroline. Photovoice: a participatory action research strategy applied to women's health. **Journal of Women's Health**, v. 8, n. 2, p. 185-192, 1999. doi: [10.1089/jwh.1999.8.185](https://doi.org/10.1089/jwh.1999.8.185)

World Health Organization (WHO). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: jun. 2022.

Wittig, Monique. **As guerrilheiras**. [Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo]. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

Woolf, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. 1. ed. [Tradução: Denise Guimarães Bottmann]. Porto Alegre: L&PM, 2012.

## APÊNDICE A – ROTEIRO TEMÁTICO PARA AS ENTREVISTAS

BLOCO 1: PERFIL DO ENTREVISTADO	
Questões	
<p>1. Apresentação do entrevistando, coletando as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sexo (masculino, intersexo)</li> <li>• Gênero</li> <li>• Identidade de gênero (cisgênero, transgênero, não-binário, entre outras)</li> <li>• Orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, pansexual, entre outras)</li> <li>• Cor (IBGE: branca, preta, parda, amarela, indígena)</li> <li>• Idade</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Estado civil (tempo)</li> <li>• Deficiência (física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial, múltipla)</li> <li>• Religião</li> <li>• Classe social (percepção; IBGE: rendimento familiar) <ul style="list-style-type: none"> <li>A: mais de 20 salários-mínimos</li> <li>B: entre 10 e 20 salários-mínimos</li> <li>C: entre 4 e 10 salários-mínimos</li> <li>D: entre 2 e 4 salários-mínimos</li> <li>E: até 2 salários-mínimos</li> </ul> </li> <li>• Composição familiar</li> <li>• Presença e número de filhos</li> <li>• Situação do domicílio (urbano, rural)</li> <li>• Cidade de residência</li> </ul>	
BLOCO 2: MERCADO DE TRABALHO & USO DO TEMPO	
Questões	Aporte teórico
<p>2. Atualmente, você está empregado? Se sim, é no mercado de trabalho <b>formal</b> ou <b>informal</b>? Qual/is <b>função</b>/ões remunerada/s você exerce/exerceu no mercado de trabalho?</p> <p>3. Há quanto <b>tempo</b> você está/esteve empregado?</p> <p>4. Em média, qual é/era a <b>carga horária</b> semanal no emprego? Em média, quanto <b>tempo de deslocamento</b> casa-trabalho?</p> <p>5. Você realiza/realizou atividade <b>complementar</b> de renda? Qual/is? Por quê?</p> <p>6. Você possui/possuía jornada de trabalho <b>flexível</b>, que permite/permitia maior envolvimento com as atividades familiares e domésticas?</p> <p>7. Você realiza/realizava a <b>dupla jornada</b> de trabalho? Como é/era para você exercê-la?</p> <p>8. Durante o período de <b>pandemia</b>, você trabalhou no modelo presencial, remoto ou híbrido?</p> <p>9. No caso do trabalho <b>remoto</b> ou <b>híbrido</b>, você passou a estar mais tempo em casa. Como isso foi para você?</p>	<p>Antunes (2020)  Bidarte (2018)  Bidarte, Fleck e Mello (2018, 2021)  Bruschini (1985, 1998)  Bruschini e Ricoldi (2012)  IBGE (2010, 2014a, 2015, 2016)  Soares e Sabóia (2007)  Melo e Castilho (2009)  Soares e Sabóia (2007)</p>

BLOCO 3: AFAZERES DOMÉSTICOS & USO DO TEMPO	
Questões	Aporte teórico
<p>10. Para você, o que são afazeres domésticos?</p> <p>11. <b>Quais</b> afazeres domésticos você realiza? Há algum/ns afazer/es que somente <b>você realiza</b>? Ou que você <b>não realiza</b>? Por quê?</p> <p>12. Você foi <b>educado</b> para realizar os afazeres domésticos?</p> <p>13. Você <b>compartilha</b> os afazeres domésticos com alguém? Por quê? Como é esse compartilhamento no cotidiano familiar?</p> <p>14. O/s <b>filho/s participa/m</b> na realização dos afazeres domésticos? Se sim, em quais? Por quê? Ele/s é/são <b>educado/s</b> para que compartilhe/m a realização desses afazeres? Por quê?</p> <p>15. Há alguma <b>pessoa</b>, remunerada ou não, que auxilia você na realização dos afazeres domésticos? Se sim, em quais? Por quê?</p> <p>16. Você possui <b>aparelho/s eletrodoméstico/s</b> que auxilia/m na realização dos afazeres domésticos? Se sim, quais?</p> <p>17. Em média, quanto <b>tempo</b> você gasta por dia (e por semana) para realizar os afazeres domésticos? Você acha muito tempo? Se esse tempo reduzisse, o que você faria com esse tempo a mais?</p> <p>18. Você acha que seu trabalho doméstico é <b>(des)valorizado</b> e <b>(não)reconhecido</b> pela sociedade e pelos membros de sua família? Por quê?</p> <p>19. Durante o período de <b>pandemia</b>, você se envolveu mais com os afazeres domésticos? Como isso foi para você?</p>	<p>Araújo e Scalon (2005)</p> <p>Bidarte (2018)</p> <p>Bidarte, Fleck e Mello (2018, 2021)</p> <p>Bruschini (1985, 1998, 2006, 2007)</p> <p>Bruschini e Ricoldi (2008, 2012)</p> <p>Dedecca (2004)</p> <p>Hirata e Kergoat (2007)</p> <p>IBGE (2010, 2014a, 2015, 2018, 2021, 2024a)</p> <p>Itaboraí (2016)</p> <p>Jablonski (2010)</p> <p>Kergoat (2003)</p> <p>Melo e Castilho (2009)</p> <p>Melo, Considera e Sabbato (2007)</p> <p>Melo e Moraes (2021)</p> <p>PNAD (1992, 2001, 2008, 2010)</p> <p>PNAD-C/IBGE (2017a, 2018a, 2019a, 2020a)</p> <p>Saffioti (1969, 1987)</p> <p>Santos (2008)</p> <p>Santos e Diniz (2011, 2018)</p> <p>Soares, C. (2008, 2016, 2021)</p> <p>Soares e Sabóia (2007)</p> <p>Souza (1972)</p>

BLOCO 4: CUIDADO & USO DO TEMPO	
Questões	Aporte teórico
<p>20. Para você, o que é cuidado?</p> <p>21. <b>Quais</b> atividades de cuidado você realiza? Há alguma/s atividade/s que somente <b>você realiza</b>? Ou que você <b>não realiza</b>? Por quê?</p> <p>22. Você foi <b>educado</b> para realizar as atividades de cuidado?</p> <p>23. Você <b>compartilha</b> as atividades de cuidado com alguém? Por quê? Como é esse compartilhamento no cotidiano familiar?</p> <p>24. Quais atividades você realiza em relação ao seu/s filho/s ou a outro/s membro/s da família? Quais pelo/a cônjuge?</p> <p>25. O/s <b>filho/s participa/m</b> na realização das atividades de cuidado? Se sim, em quais? Por quê? Ele/s é/são <b>educado/s</b> para que compartilhe/m a realização dessas atividades? Por quê?</p> <p>26. Há alguma <b>pessoa</b>, remunerada ou não, que auxilia você na realização das atividades de cuidado? Se sim, em quais? Por quê?</p> <p>27. Em média, quanto <b>tempo</b> você gasta por dia (e por semana) para realizar as atividades de cuidado? Você acha muito tempo? Se esse tempo reduzisse, o que você faria com esse tempo a mais?</p> <p>28. Durante o período de <b>pandemia</b>, você se envolveu mais com as atividades de cuidado? Como isso foi para você?</p>	<p>Araújo e Scalon (2005)</p> <p>Bidarte (2018)</p> <p>Bidarte, Fleck e Mello (2018, 2021)</p> <p>Bruschini (1998)</p> <p>Bruschini e Ricoldi (2008, 2012)</p> <p>Jablonski (2010)</p> <p>IBGE (2010, 2014a, 2015, 2018, 2021, 2024a)</p> <p>Guimarães e Hirata (2020)</p> <p>Hirata e Kergoat (2007)</p> <p>Hirata (2022)</p> <p>Itaboraí (2016)</p> <p>Melo e Moraes (2021)</p> <p>PNAD-C/IBGE (2017a, 2018a, 2019a, 2020a)</p> <p>Soares, A. (2012)</p> <p>Soares, C. (2021)</p> <p>Souza (1972)</p>

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

**Título da Tese:** Relações de Gênero e Trabalho Doméstico Não-Remunerado: A Participação Masculina no Trabalho Reprodutivo – Evidências Gaúchas

**Nome completo, endereço e contato do pesquisador responsável:**

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte, Endereço: Rua Washington Luiz, nº. 855, bairro: Centro Histórico, Porto Alegre, CEP: 90010-460, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, telefone celular para contato: (XX) XXXXX-XXXX e e-mail para contato: bidarte.vinicius@gmail.com

**Prezado Senhor:**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que fundamenta a elaboração de uma tese de doutorado. Em função disso, peço sua colaboração para responder às perguntas de uma entrevista presencial de forma totalmente voluntária, para que possamos descortinar reflexões sobre como os homens gaúchos estão se envolvendo no trabalho doméstico não-remunerado, nos afazeres domésticos e nas atividades de cuidado, debatendo, de maneira crítico-reflexiva, as implicações para as questões de gênero, domésticas e familiares.

Saliento que: **I)** a entrevista presencial será gravada em áudio; **II)** você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade; **III)** você poderá solicitar o desligamento do gravador, quando desejar; **IV)** todas as informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida e serão manuseadas exclusivamente pelo pesquisador responsável; e, **V)** você não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_  
(nome do entrevistado), concordo em participar desta pesquisa, assinando este Termo de Consentimento em duas vias e ficando com a posse de uma delas.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura do entrevistado

---

Assinatura do pesquisador responsável